

**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP**

Marilene Rodrigues Quintino

**Nadir Gouvêa Kfourir:
a reitora, a universidade e a democracia puquiiana (1976-1984)**

Mestrado em História Social

**São Paulo
2021**

**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP**

Marilene Rodrigues Quintino

**Nadir Gouvêa Kfourir:
a reitora, a universidade e a democracia puquiana (1976-1984)**

Mestrado em História Social

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em História Social, sob a orientação da Professora Doutora Maria Izilda Santos de Matos.

**São Paulo
2021**

Banca Examinadora

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) e da Fundação São Paulo (FUNDASP).

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação foi gestada por um longo período, ao menos como expectativa e desejo que me acompanharam, patentes e pulsantes, mesmo no período em que estive ausente da academia. Se é verdade que por vezes tiveram de se manter adormecidos, no interstício da graduação até o meu retorno à universidade para a pós-graduação, seu despertar foi potente, sem lacunas, preencheu (e transbordou) meus últimos dois anos. Para o processo de escolha, investigação, elaboração e escrita desta pesquisa envidei todos os meus esforços.

No entanto, seria leviano, injusto ou ao menos prepotente pensar que teria sido possível sem o apoio das muitas pessoas que me prestaram suporte e estiveram ao meu lado nessa trajetória. Chegada a hora de recordar o percurso, já não sinto mais o cansaço, o momento de agradecer faz pensar com afetividade genuína, ilumina as alegrias vividas até aqui.

Início agradecendo às notáveis mulheres que me cercaram de força e coragem na jornada. Não há palavras que descrevam a gratidão que devo à minha querida orientadora Maria Izilda Santos de Matos, por quem tenho a mais profunda admiração e que foi incentivadora desta dissertação antes mesmo que ela se materializasse como projeto, desde o meu ingresso na pós-graduação lato sensu no curso História, Sociedade e Cultura. Muito obrigada pela paciência, sensibilidade e, sobretudo, pela competência com que me guiou nesse período.

Sou muito grata à professora Yvone Dias Avelino, que muito me ajudou indicando e, inclusive, cedendo grande parte das fontes orais aqui utilizadas, além da presteza e generosidade que sempre me prestou em auxílio ao longo da pesquisa. Além disso, foram fundamentais suas contribuições – como referência viva da mais expressiva participação na produção acadêmica da história da PUC-SP – como membra das bancas de Qualificação e Defesa desta dissertação. Juntamente a ela, a professora Ana Carolina Eiras Coelho Soares foi de extrema generosidade ao aceitar o convite, em tempos de pandemia, para participar das mencionadas bancas. Para além da alegria de sua cativante presença de espírito, me chamou a iluminar as pautas femininas (e feministas!) que permeiam a pesquisa.

Foi também pela ajuda da professora Ana Carolina que contei com a leitura atenta e repleta de contribuições da sua orientanda, a doutoranda da Universidade Federal de Goiás Danielle Silva Moreira dos Santos, a quem também sou muito grata. Estendo minha gratidão a todas/os as/os professoras, funcionárias/os e técnicas/os administrativas/os do departamento de História da PUC-SP e do CEDIC “Prof. Casemiro dos Reis Filho”. Ademais, agradeço ao

privilégio do acesso ao fomento à pesquisa. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 e da Fundação São Paulo (FUNDASP). Sem isso esta pesquisa não teria se realizado.

Na universidade, no trabalho e no convívio familiar muitas foram as mãos, os abraços e os sorrisos que me foram ofertados quando precisei me convencer de que era possível contornar todas as inevitáveis dificuldades que surgiam. Impossível nomear a todos, mas não poderia deixar de agradecer a rica troca de ideias com as/os colegas da graduação e pós-graduação Paula Botafogo Ferreira (parceira que me enche de orgulho e muito me ensinou ainda nos tempos da graduação na Universidade de São Paulo), Giselle Koszo e Lucas Rosa, que estiveram do meu lado, me dando suporte e alegrias desde o lato sensu. Agradeço também o apoio no difícil arranjo logístico de trabalho/pesquisa às maravilhosas Celina Otsubo, Bruna Nayara Bárbara e Érika Pereira, e a compreensão de Ricardo Santonieri e Rodrigo Ballon.

Por último, reservo, além de agradecimentos, todo o meu afeto às pessoas que foram e são, sem sombra de dúvidas, meus refúgios na vida. A Danielle Miranda e a Denise Mesquita, amigas-irmãs, sempre “atentas e fortes”; meus queridos irmãos Anaclecio Quintino e Anacleto Quintino Junior, que, juntamente com meu amado filho, João Pedro, são os homens da minha vida; e, finalmente, a Maria Paula e a Maria das Neves Silva, respectivamente minha filha e minha mãe. Especialmente a essas duas últimas mulheres, que ao mesmo tempo são princípio e fim de tudo que faço, dedico esta dissertação. Pela Maria Paula e por todas as meninas, desejo que algum dia discussões sobre hierarquia de gênero se tornem obsoletas e desnecessárias. À minha mãe, mulher brava no sentido mais bonito e potente do termo, devo tudo. Absolutamente tudo. Muito obrigada.

Ouso dizer que às vezes você se espanta com minha maneira independente de andar pelo mundo como se a natureza me tivesse feito de seu sexo, e não do da pobre Eva. Acredite em mim, querido amigo, a mente não tem sexo, a não ser aquele que o hábito e a educação lhe dão.

Frances Wright, feminista inglesa, em 1822

RESUMO

Esta pesquisa analisa a representatividade feminina na reitoria, discutindo as possibilidades de um protagonismo das mulheres em lugares de poder institucional nas universidades a partir da experiência de Nadir Gouvêa Kfourri (1976-1984) na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. As gestões de Nadir notabilizaram-se pelo pioneirismo quando da sua nomeação (1976) como a primeira mulher a ocupar a reitoria em universidades católicas no mundo e quando do segundo mandato (1980), ao ser reconduzida ao cargo através da primeira eleição para reitor – nesse caso, reitora – realizada entre as universidades brasileiras. Dado o fato de ainda existirem poucas mulheres ocupando o cargo de reitoria no país, propõe-se averiguar como as memórias acerca da reitoria de Nadir na PUC-SP foram mobilizadas como marco de expressivas transformações da universidade, forjando-se com o processo de democratização da universidade em plena vigência da ditadura civil-militar. Além disso, esta dissertação tem por objetivo problematizar as hierarquias de gênero nesse lugar institucional e, especificamente, no tange à elaboração da narrativa que a própria Nadir fazia sobre sua trajetória profissional.

Nesse sentido, a investigação envolve a análise de um corpo diversificado de documentos (documentos institucionais, imprensa e documentação oral), buscando “ouvir”, sob várias perspectivas, os resquícios da memória – coletiva e individual. A reitoria de Nadir se engajou nas mudanças de comportamento que apontavam para a instalação do processo democrático, em dissonância, naquele momento histórico, com as demais universidades brasileiras, conduzindo uma gestão que teve o desafio de equilibrar/atender múltiplas demandas da comunidade universitária (incentivada pelas entidades representativas de docentes, funcionários e alunos) e da Igreja (no contexto do projeto de “compromisso social”, em referência direta às premissas do Concílio Vaticano II).

No que se refere ao tema da questão feminina na gestão, até agora inédito na produção acadêmica da instituição, a dissertação tem a pretensão de refletir e discutir a constituição da trajetória profissional de Nadir, cotejando o debate de pautas recorrentes quanto à (não) ascensão feminina a altos cargos de gestão, sendo no caso da universidade analisadas as especificidades e os desafios, sejam estruturais, institucionais, ideológicas ou simbólicas, que se apresentavam no cotidiano de Nadir durante o período de sua reitoria e o fazer-se da democracia puquiiana. Dessa maneira, verifica-se de quais estratégias a reitora lançou mão para enfrentar esses processos de democratização num período de efervescência política e cultural na universidade, analisando permanências e mudanças, confrontos e contradições vividos na sua gestão, particularmente, a partir das perspectivas de gênero.

Palavras-chave: Nadir Kfourri, PUC-SP, Reitoria, Gênero, Democracia, Resistência.

ABSTRACT

This paper analyzes the representativeness of women in the office of rector, discussing the possibilities of a leading role for women in places of institutional power in universities, based on the experience of Nadir Gouvêa Kfourî (1976-1984) at the Pontifical Catholic University of São Paulo. Nadir's administrations were notable for their pioneering aspects when she was the first woman appointed (1976) to hold the rectorship in a Catholic university anywhere in the world, and during her second term (1980), when she was reconfirmed in the post through the first election for the position of rector - in this case, a woman – ever held among Brazilian universities. In view of the fact that, still today, there are few women who hold the office of rector in the country, we propose to investigate how the memories of Nadir's rectorship at PUC-SP were mobilized as a mark of important transformations at the university, shaping the process of democratization of the university in the midst of the civil-military dictatorship. In addition, this dissertation aims to discuss gender hierarchies in this institutional space and, specifically, with regard to the elaboration of the narrative that Nadir herself was constructing about her professional trajectory.

Toward this end, the investigation involves the analysis of a diverse body of documents (institutional documents, press and oral documentation) seeking, from various perspectives, to “hear” what remains of both the collective and individual memories. Nadir's rectorship engaged in behavioral changes that pointed to the installation of the democratic process, in dissonance, at that historical moment, with other Brazilian universities, leading an administration that had the challenge of balancing/meeting multiple demands of the university community (encouraged by entities representing faculty, staff and students) and by the Church (in the context of the “social commitment” project, a direct reference to the premises of the Second Vatican Council).

With regard to the issue of women in management, which was unprecedented in the institution's academic production up to then, the dissertation intends to reflect upon and discuss the constitution of Nadir's professional career, combining the debate of recurring agendas regarding the (non) ascension of women to high management positions, and in the case of the university, the specificities and challenges, whether structural, institutional, ideological or symbolic, which were present in Nadir's daily life during the period of her rectorship and the development of democracy at PUC. Hence, it is possible to verify which strategies the rector used to face these processes of democratization in a period of political and cultural effervescence at the university, analyzing permanences and changes, confrontations and contradictions experienced during her administration, particularly from the gender perspective.

Keywords: Nadir Kfourî, PUC-SP, Rectorship, Gender, Democracy, Resistance.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	13
CAPÍTULO I – A UNIVERSIDADE “PRO-POVO” E CONVERGÊNCIA DOS PROJETOS: AS DAMAS SE ENCONTRAM.....	26
1.1 A OPÇÃO PELOS POBRES E A MISSÃO DA UNIVERSIDADE CATÓLICA.....	27
1.2 O GRÃO-CHANCELER D. PAULO EVARISTO ARNS E A REITORA NADIR.....	47
1.3 A CONVERGÊNCIA DOS PROJETOS: UMA UNIVERSIDADE ABERTA E DEMOCRÁTICA.....	62
CAPÍTULO II – INÍCIO DA “ERA NADIR”, RESISTÊNCIA E A DEMOCRACIA PUQUIANA: AS TRÊS DAMAS NO PALCO (1976-1980)	78
2.1 O ANO INTERNACIONAL DA MULHER E A PRIMEIRA REITORA NAS CATÓLICAS.....	79
2.2 A REITORA E A INVASÃO: VIOLÊNCIA, ENFRENTAMENTO E NOTÍCIA.....	96
2.3 APROPUC, AFAPUC e DCE: A REITORA E A DEMOCRACIA PUQUIANA.....	111
CAPÍTULO III – O SEGUNDO MANDATO, VANGUARDA E MEMÓRIAS (1980- 1984): AS DAMAS SE DESPEDEM.....	126
3.1 A PRIMEIRA REITORA ELEITA NO PAÍS.....	126
3.2 NADIR, A REITORA E A VANGUARDA DEMOCRÁTICA.....	140
3.3 FIM DA “ERA NADIR”: MARCOS, MEMÓRIAS E LEGADO.....	155
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	171
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	175

LISTA DE IMAGENS E QUADROS

Imagem 1 – Aula no Sedes Sapientiae.....	39
Imagem 2 – Alunas do Colégio Des Oiseaux.....	40
Imagem 3 – Alunas do Colégio Des Oiseaux.....	40
Imagem 4 – A charge mostra Nadir ao centro, com os vice-reitores. No degrau abaixo e à direita está Haydee Maria Roveratti. Com a urna na mão está D. Paulo E. Arns. <i>Porandubas</i> , ed. 33, out. 1980.....	61
Imagem 5 – Reitora Nadir Gouvêa Kfourì à direita, Michel Temer à esquerda e D. Paulo Evaristo Arns ao centro.....	79
Imagem 6 – Nadir Gouvêa Kfourì.....	81
Imagem 7 – A reitora Nadir (à esquerda) e a professora Maria Carmelita Yazbek (ao centro).....	84
Imagem 8 – Erasmo Dias (à esquerda) e Nadir Kfourì (à direita)	110
Imagem 9 – <i>Porandubas</i> , out. 1978.....	115
Imagem 10 – <i>Porandubas</i> , agosto de 1980.....	128
Imagem 11 – Campanha para primeira eleição para reitoria em 1980.....	132
Imagem 12 – <i>Porandubas</i> , maio de 1981.....	143
Imagem 13 – <i>Porandubas</i> , novembro de 1952.....	146
Imagem 14 – Charge de Nadir Gouvêa Kfourì no <i>Porandubas</i> , junho de 1984.....	157
Imagem 15 – D. Paulo Evaristo Arns (à esquerda), Nadir Kfourì (centro), governador Franco Montoro (segundo à direita) e Michel Temer (primeiro à direita).....	163
Imagem 16 – <i>Porandubas</i> , maio de 1984.....	168
Imagem 17 – Convite para evento em homenagem a Nadir Kfourì e Marielle Franco.....	170
Quadro 1 – Homens e mulheres na reitoria da PUC-SP.....	64
Quadro 2 – Votos apurados na eleição para reitoria da PUC-SP (1980).....	134

LISTA DE ABREVIATURAS

AFAPUC	Associação dos Funcionários Administrativos da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
AP	Ação Popular
APROPUC	Associação dos Professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
CEAS	Centro de Estudos e Ação Social
CEB	Comunidade Eclesial de Base
CECON	Conselho Comunitário
CEDIC	Centro de Documentação e Informação Científica Prof. Casemiro dos Reis Filho
CELAM	Conselho Episcopal Latino-Americano
CEPE	Conselho de Ensino de Pesquisa
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
COGEAE	Coordenadoria Geral dos Cursos de Especialização
CONSUN	Conselho Universitário
DCE	Diretório Central de Estudantes
DERDIC	Divisão de Educação e Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação
FSP	Fundação São Paulo
IEE	Instituto de Estudos Especiais
JEC	Juventude Estudantil Católica
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
LBA	Legião Brasileira de Assistência
MEC	Ministério da Educação
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
TUCA	Teatro da Universidade Católica
UERJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
USAID	Agência Interamericana de Desenvolvimento
USP	Universidade de São Paulo

APRESENTAÇÃO

“A responsabilidade não me intimida, mas a ideia de dominação sempre me foi intolerável. Talvez isso tenha marcado minha reitoria.”

Nadir Gouvêa Kfourri

A escolha do objeto desta pesquisa remonta a muitos (não)lugares que permeiam toda a minha formação e culminaram em interesse pela(s) história(s) das mulheres e as relações de (não)poder estabelecidas em suas carreiras, especialmente pensando a partir de lugares de conhecimento como a universidade. Estes escritos são uma tentativa de listar brevemente as tramas desses interesses pessoais (e o pessoal é político, como advogou a máxima feminista da década de 1970) que balizaram meus recortes.

Lembro-me de que, enquanto cursei a graduação no departamento de História da Universidade de São Paulo, em 2006, período em que as mulheres estavam na academia lecionando, chefiando departamentos, centros acadêmicos, liderando grandes projetos de pesquisa e carregavam um histórico de lutas e vanguardas, com a construção de uma sólida historiografia das mulheres e das relações de gênero, o incentivo ou simplesmente o reconhecimento/validação de pesquisas encabeçadas por mulheres privilegiando essas questões ainda se fazia rarefeito.

Reverberavam com força falas como a de que o casamento e a maternidade supostamente me “limitariam” ou mesmo, em grande medida, “minariam” a possibilidade de exercer a carreira de maneira entendida como “adequada”. Por certo, essa não foi uma questão para meus colegas homens, que dispuseram de vida social, familiar e ainda assim exerceram de maneira “adequada” suas pesquisas, dedicando-se sem maiores culpas às suas carreiras dentro da universidade. As engrenagens das hierarquias nas relações de gênero¹ não excluía o ambiente da universidade, estavam salvaguardadas inclusive dentro dos seus muros.

No regresso à universidade para cursar a pós-graduação *lato sensu* História, Sociedade e Cultura na Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC-SP), em 2018, vislumbrei um cenário mais aberto e democrático (ideia que mais tarde se fez presente na minha investigação para a dissertação), inclusive grande parte das disciplinas foram conduzidas, com maestria, por professoras mulheres. Aliás, também entre os colegas de curso éramos maioria.

As discussões que mais me sensibilizavam e/ou me potencializavam eram os novos debates e problematizações dentro dos estudos de gênero e história das mulheres.

¹ SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

Adicionalmente, o contexto político-social acalorava o debate, a guinada à direita com o fim da “onda rosa”² se aproximava. Se inquestionavelmente os movimentos de mulheres e vários feminismos galgaram vitórias e se reorganizavam em novas frentes, ganhando forte projeção, a contraofensiva não tardou. Discursos como os que se diziam combater a “ideologia de gênero” travavam disputas acirradas dentro e fora das universidades.

No entanto, desfrutando de uma longa base assentada por estudiosas como a professora Maria Izilda Santos de Matos³, Margareth Rago⁴, Joana Maria Pedro⁵, Heleieth Saffioti⁶, entre outras, que pioneiramente mostraram as perspectivas e ferramentas de que se pode dispor nos estudos das mulheres, pude escolher o tema das reitorias femininas, inserindo-me no debate acerca das experiências dessas mulheres, com o intuito de averiguar como as gestões femininas nas universidades se articulavam (ou não) com políticas mais democratizantes.

Durante o processo de elaboração do projeto de pesquisa, entre as conversas com as professoras e, mais tarde, como a minha orientadora, a professora Maria Izilda, elegi a investigação sobre as gestões da primeira reitora da PUC-SP, a professora Nadir Gouvêa Kfourri. Liderando a universidade por duas gestões (entre 1976 e 1984), Nadir Gouvêa Kfourri teve sua formação nas escolas mais tradicionais de São Paulo, como a Escola Normal Caetano de Campos e o Instituto de Educação da Universidade de São Paulo. Num período em que poucas mulheres frequentavam a universidade no país (primeira metade do século XX), foi uma das pioneiras no curso de Serviço Social, tendo se graduado no primeiro curso da cidade de São Paulo.⁷ Adicionalmente, também fez pós-graduação, na mesma área, nos Estados Unidos da América. Em consequência disso, no retorno ao Brasil, ministrou cursos em todo o país e em vários países da América do Sul. Além disso, foi perita das Nações Unidas, lecionando em escolas sediadas em Madri e Barcelona.

Dessa forma, quando da sua entrada na PUC-SP, em 1970, ano em que a Escola de Serviço Social passou a integrar a universidade, já tinha sólida carreira profissional. E, antes de chegar à reitoria, ocupou o cargo de chefia da faculdade de Serviço Social e, quando da

² SILVA, Fabricio Pereira. O Fim da Onda Rosa e o Neogolpismo na América Latina. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**. Pelotas, v. 4, n. 2, 2018.

³ MATOS, Maria Izilda Santos. História das Mulheres e das Relações de Gênero: campo historiográfico, trajetórias e perspectivas. **Mandrágora**. São Paulo, v. 19, n. 19, 2013, p. 5-15. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.15603/2176-0985/madradora.v19p5-15>>.

⁴ RAGO, Margareth. Epistemologia Feminista, Gênero e História. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pilar (Orgs.). **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2000.

⁵ PEDRO, Joana Maria. Feminismo e gênero na universidade: trajetórias e tensões da militância. **História Unisinos**. São Leopoldo, v. 9, n. 3, set./dez. 2005.

⁶ SAFFIOTI, Heleieth. **Mulher Brasileira**: Opressão e Exploração. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

⁷ Sendo seu registro no Conselho Regional de Assistência Social de número 026.

integração à universidade, assumiu a diretoria do Centro de Ciências Humanas, em 1972.⁸ Além disso, em suas duas gestões convergiam diversas circunstâncias que dialogavam com questões ainda latentes na contemporaneidade, sendo ela mesma, Nadir Kfoury, uma figura emblemática e pioneira em vários sentidos (dentro do curso de Serviço Social e na vanguarda da reitoria feminina entre universidades católicas no mundo).

Ecoando essa reflexão, em 6 de junho de 2016, logo após o ingresso na pós-graduação *lato sensu* da PUC-SP, o jornal *O Estado de S. Paulo* noticiou a escolha de uma nova reitora para a universidade: Maria Amalia Pie Abib Andery. Na matéria a reitora afirmava que sua gestão buscaria a retomada de um “vanguardismo” da universidade: “A PUC precisa assumir de fato o que tradicionalmente se reconhece como qualidade acadêmica. E recuperar o vanguardismo que a universidade sempre teve: social, político, cultural e acadêmico-científico.”⁹

Após uma pausa de mais de uma década, eu voltava à universidade e encontrava muitas diferenças em relação ao momento em que cursei a graduação na Universidade de São Paulo (USP). A universidade que eu encontrei para a pós-graduação era uma instituição que arvorava um determinado “vanguardismo”. Desvendar qual era essa concepção de vanguardismo esteve em minha mente ao longo do curso *lato sensu*. Ela iria se amalgamar com outras questões na elaboração deste trabalho.

Em um país onde poucas ocupam a reitoria, novamente uma mulher encabeçava a gestão da PUC-SP, num contexto em que, ao mesmo tempo, ratificava a posição dessa instituição como a universidade brasileira com mais reitoras mulheres em sua história. Esse histórico me instigou para o que seria a questão fulcral desta investigação: por que nessa universidade o acesso de mulheres ao alto cargo da instituição se mostrava mais factível?

Além disso, Maria Amalia Pie Abid Andery também assumia a reitoria após o polêmico processo de escolha/indicação de sua antecessora, Anna Maria Marques Cintra, em 2012. Isso porque Anna Maria Marques Cintra fora nomeada pelo cardeal-arcebispo de São Paulo e Grão-Chanceler da universidade, D. Odilo Pedro Scherer, apesar de figurar apenas

⁸ WANDERLEY, Mariângela Belfiori; YAZBEK, Maria Carmelita. **Nadir Gouvêa Kfoury**. São Paulo: EDUC, 2016.

⁹ Depoimento de Maria Amali Pie Abib Andery, em entrevista concedida a Edison Veiga, em 06 set. 2016. Cf.: ESTADÃO CONTEÚDO. Nova reitora da PUC-SP quer “recuperar o vanguardismo” da Universidade. **Blog Edison Veiga**. São Paulo, 6 set. 2016. Disponível em: <<https://sao-paulo.estadao.com.br/blogs/edison-veiga/nova-reitora-da-puc-sp-quer-recuperar-o-vanguardismo-da-universidade/>>. Acesso em: 26/02/2021.

como terceira colocada na lista tríplice composta após pleito eleitoral em consulta à comunidade universitária.¹⁰

Tempos depois, a *Folha de S. Paulo*, em 3 de setembro de 2018, noticiou uma proposta apresentada pela mantenedora Fundação São Paulo, que pretendia mudar o estatuto da universidade, visando acabar com a eleição direta para reitor. Na publicação, João Batista Teixeira, então presidente da entidade que representa os professores da universidade, a Associação de Professores da PUC-SP (APROPUC)¹¹, rechaçou essa proposta, defendendo uma “tradição democrática” conquistada em 1980, na gestão de Nadir Kfourri:

A PUC-SP foi a primeira instituição de ensino superior do Brasil a ter eleição direta para reitor. No início dos anos 1980, ainda durante a ditadura militar, a professora Nadir Kfourri foi eleita para o cargo pela comunidade acadêmica.

“Temos uma trajetória histórica de 40 anos de democracia na universidade, de eleições para os cargos diretivos, que esta proposta de estatuto quer destruir. A eleição direta foi uma conquista, pioneira na época da ditadura”, disse Teixeira.¹²

As falas da reitora Maria Amalia Pie Abib Andery e de João Batista Teixeira recorreram a uma memória zelada com acuidade pela historiografia da universidade, recuperando as ideias de uma tradição de vanguarda que apontava para um intenso processo de democratização que ultrapassou os muros do *campus*, a chamada democracia puquiãna¹³.

Assim, estava estabelecido o tripé que guia esta dissertação: refletir sobre a reitoria feminina, a universidade e seu processo de democratização. Essas três ideias percorrem as análises dos documentos e são recorrentes na literatura da instituição. Faltava investigar como elas se articulam, que relações engendraram essas supostas coincidências e, o que interessa para este estudo, como pensar essa história sob a perspectiva das relações de gênero.

¹⁰ Dessa forma, pela primeira vez um Grão-Chanceler da universidade deixava de validar o nome da pessoa mais votada (1º da lista tríplice) para indicação à reitoria. Além disso, a candidata teve como promessa de campanha não assumir fora dessa condição. Ver: NASCIMENTO, Cristiane; VIEIRA, Luiza. Nova reitora da PUC-SP descumpru promessa e assume cargo mesmo tendo sido a menos votada. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 13 nov. 2012. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/noticias/vidae,nova-reitora-da-puc-sp-descumpru-promessa-e-assume-cargo-mesmo-tendo-sido-a-menos-votada,959965>>.

¹¹ A Associação de Professores da PUC-SP (APROPUC) foi fundada em 1976, primeiro ano da gestão da reitora Nadir Gouvêa Kfourri.

¹² ESTARQUE, Marina. Fundação ligada à Igreja quer acabar com eleição para reitor na PUC-SP. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 3 set. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/09/fundacao-ligada-a-igreja-quer-acabar-com-eleicao-para-reitor-na-puc-sp.shtml>>. Acesso em: 26/02/2021.

¹³ Cabe destacar que, dado o contexto da ditadura civil-militar, a ideia de democracia foi muito mobilizada e reivindicada por diversos setores e instituições que advogavam pautas antiautoritárias. Essa ideia será problematizada para se refletir sobre o que foi reivindicado como “democracia puquiãna” a partir das experiências da comunidade universitária da PUC-SP.

O percurso da pesquisa até então seguia o seguinte itinerário: o mote inicial da averiguação partia então da discussão sobre a representatividade de mulheres¹⁴ no cargo de gestão, ou seja, o protagonismo feminino em lugares de poder institucional, sendo oportuno pensar, no caso dessa universidade, sobre as especificidades de uma reitoria feminina. Em consequência disso, a escolha pela PUC-SP estava dada. Foi nessa universidade que a primeira mulher tomou posse como reitora entre as universidades católicas no mundo (1976), e sob a sua gestão ocorreu a primeira eleição para tal cargo entre as universidades brasileiras. Adicionalmente, as primeiras investigações na produção acadêmica e nos registros documentais advogavam que o período das gestões de Nadir coincidia com intenso processo de democratização da instituição.

Se a princípio a **reitora**, a **universidade** e a **democracia** – Nadir Kfourri, a PUC-SP e a vanguarda da democracia puquiana – me pareciam um tripé de análise, passariam a uma tríade ao longo do fazer-se da dissertação. A essa tríade propus associar três personas femininas, denominando-as como damas. Assim, chamei-as para o palco, para dançarem juntas. Essas **damas**, imbricadas, tensionam as tramas das questões discutidas neste estudo.

Muitos são os estudos que coincidem na narrativa de que a presença feminina nas universidades foi fator determinante para o crescente incremento de pesquisas interessadas em questões relativas às relações de gênero e à representatividade nos espaços de educação formal.¹⁵ Nesse sentido, este estudo procura acrescentar *corpus* documental à pauta/diálogo sobre a representatividade feminina no cargo de direção mais alto dessas instituições, problematizando os significados e implicações dessas experiências. A proposição passa por levantar questões e suscitar debates, sem necessariamente apresentar respostas, ao contrário, pretende-se proporcionar e ampliar os espaços de discussão dos estudos de gênero.

¹⁴ Vale destacar que a atual reitora, Maria Amália, iniciou sua carreira na universidade em 1978 – ainda na gestão de Nadir – e assumiu a PUC-SP no ano em que a universidade completava 70 anos, com complexidades que vão desde positivas (como as que se referem a questões financeiras – o primeiro balanço positivo desde os anos 1980, por exemplo) a negativas.

¹⁵ SPONCHIADO, Justina Inês. **Docência e relações de gênero**: um estudo de dissertações e teses defendidas em instituições brasileiras no período de 1981 a 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997. VIANNA, Cláudia Pereira. O sexo e o gênero da docência. **Cadernos Pagu**. Campinas, v. 17-18, 2002, p. 81-103. ROSEMBERG, Fulvia; MADSEN, Nina. Educação formal, mulheres e gênero no Brasil contemporâneo. In: PITANGUY, J.; BARSED, L. (Orgs.). **O progresso das Mulheres no Brasil - 2003-2010**. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

Para tanto, esta investigação envereda pela reflexão sobre como foram rememoradas as gestões de Nadir¹⁶ – denominadas aqui como a “Era Nadir” – e sobre qual foi a relevância dessa discussão para a história da própria universidade. Aqui cabe uma observação, aderi à ideia de “Era Nadir” com lastro encontrado no diálogo com a produção acadêmica¹⁷ e nos registros documentais que celebravam a instituição no período das gestões Nadir como supostamente o auge da democracia puquiana, atribuindo à sua reitoria a consolidação de estruturas democratizantes que se forjavam com a “vocação democr tica¹⁸” dessa universidade.

Contudo, a essa produção acadêmica faltava ainda, a meu ver, um estudo que tratasse verticalmente da gestão e da representatividade de Nadir como reitora e que levasse em conta as reflexões que problematizam a inserção das mulheres nesse espaço institucional.¹⁹ Embora não seja possível afirmar que a relevância da gestão de Nadir foi apagada da memória da universidade, a literatura produzida sobre o tema destacava até então os eventos – elevados a marcos históricos – que ocorreram durante o período, creditando substancial relevância ora   figura do Grão-Chanceler D. Paulo Evaristo Arns, ora às entidades representativas de professores, funcionários e estudantes, quase que situando a reitora num espaço de autonomia tutelada.

Sem obstar à robustez dessa literatura, tampouco   relevância das temáticas tratadas, no entanto, nesta disserta o o objetivo é colocar no centro da cena a mulher reitora, averiguando quais barreiras simbólicas e concretas foram contornadas por ela na gestão, democratizando o discurso historiográfico e, de certa maneira, subvertendo o protagonismo masculino recorrente. Cabe ressaltar ainda que não se trata de alçar o protagonismo de Nadir como uma figura de exceção ou heroiz -la, apenas, antes, iluminar sua trajetória e a importância da sua reitoria não somente para a universidade, t m para a reflexão de como essas experiências femininas se articulam com os desafios do seu tempo.

¹⁶ SALVATICI, S. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. **História Oral**. São Paulo, v. 8, n. 1, 2009. DOI: 10.51880/ho.v8i1.114. Disponível em: <<https://www.revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/114>>. Acesso em: 20/06/2021.

¹⁷ BARREIRO FILHO, Roberto Coelho. **A Igreja, Estado e universidade: um estudo de caso - PUC/SP e seus 50 anos - 1946-1996**. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999. SILVEIRA, N dia Dumara Ruiz. **A Universidade, Igreja e modernidade: a restaura o e inova o**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996. ZVEILBIL, Silvia Jane. **A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: o projeto educacional e a cultura acadêmica**. Tese (Doutorado em Ciência Social - Antropologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

¹⁸ BARREIRO FILHO, op. cit., 1999.

¹⁹ Ibidem.

Para enfrentar tal desafio, esta investigação envolve a análise de um corpo diversificado de documentos, buscando “ouvir”, sob várias perspectivas, os resquícios da memória da universidade. Além disso, foi necessário recuperar o que a historiografia da instituição registrou e estabelecer diálogo com esses estudos a respeito do período em que a reitora exerceu seus mandatos.

A historiografia da instituição investigou e elaborou “identidades” da PUC-SP, em narrativas que analisaram como essa universidade se tornou um espaço/lugar cujas especificidades e particularidades historicamente convergiram para forjá-la como confessional, comunitária e democrática. Entre essa produção acadêmica disponível, foram selecionados os escritos que investigaram a trajetória da instituição, os quais auxiliaram a apreensão do contexto em que se inseriram as gestões de Nadir. Nesta dissertação, o profícuo diálogo com parte desses estudos encontra-se, predominantemente, nos primeiros capítulos.

Assim, percorreram-se as discussões propostas nessas investigações que trataram da relação da universidade com a Igreja²⁰, pautando o que foi entendido como “compromisso social” da universidade, em referência direta às premissas do Concílio Vaticano II. As tensões desse momento da Igreja Católica e as discussões impostas no final da década de 1960 sobre a reforma universitária foram tema de pesquisa. Investigaram-se as especificidades da reforma universitária na PUC-SP²¹ que advogam a vanguarda da universidade. Recorrentes foram também as análises das semelhanças e diferenças entre a PUC-SP e as demais universidades católicas no cenário nacional desde a primeira metade do século XX²², além da pesquisa que refletiu sobre o ensino da disciplina de História na PUC-SP.²³

Ademais, foi inevitável passar pelos registros que ajudaram nas reflexões sobre a importância do cardeal Dom Evaristo Arns²⁴ no projeto de universidade que se desenhou durante as gestões de Nadir, destacando tanto sua atuação na Cúria Metropolitana de São

²⁰ SILVEIRA, Nádía Dumara Ruiz. **A Universidade, Igreja e modernidade**: a restauração e inovação. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996. ZVEILBIL, Silvia Jane. **A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**: o projeto educacional e a cultura acadêmica. Tese (Doutorado em Ciência Social - Antropologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

²¹ NAGAMINE, Jose M. **Universidade e compromisso social**: a experiência da reforma da PUC de São Paulo. São Paulo: EDUC; Campinas: Autores Associados, 1997. CANHA, Humberto Carlos Moreira. **História e Memória da Reforma Universitária da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1979-1988)**. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

²² BARREIRO FILHO, Roberto Coelho. **A Igreja, Estado e universidade**: um estudo de caso - PUC/SP e seus 50 anos - 1946-1996. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

²³ CIAMPI, Helenice. **A história pensada e ensinada**: da geração das certezas à geração das incertezas. São Paulo: EDUC, 2000.

²⁴ CARVALHO, Ricardo. **O Cardeal da Resistência**: As muitas vidas de dom Paulo Evaristo Arns. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog, 2013.

Paulo, em projetos que vislumbravam a “Igreja do povo”²⁵, como a aproximação que o Grão-Chanceler estabeleceu com a reitoria, o que apontava para o desejo de uma universidade “pro povo” ou na “caminhada do povo”.

Entre outros, os estudos citados ajudam a lançar luz sobre os traços que delimitaram e reivindicaram uma determinada identidade democrática, elaborada e fixada como discurso de memória²⁶, que se buscou solidificar na cultura formada na universidade. Contudo, como exposto, abarcando uma variedade de pautas, verificou-se que o tema da questão feminina na gestão era inédito. Nesse construto, esta investigação tem a pretensão de abrir esse debate, entre outros.

Conforme dito anteriormente a respeito da documentação, analisaram-se fontes diversas que foram articuladas em três blocos: documentação institucional, imprensa e documentação oral. Por documentação institucional entende-se aquela produzida pela própria instituição, proveniente da reitoria de Nadir, encontrada no Fundo PUC disponível no CEDIC-PUC/SP “Prof. Casemiro dos Reis Filho”²⁷. No que diz respeito à imprensa, selecionou-se o periódico *Porandubas*, que circulava internamente nos *campi* – também foi disponibilizado pelo mesmo centro de documentação. Reuniu-se também documentação da chamada “grande imprensa”, especificamente, dos jornais de maior circulação na cidade de São Paulo, a *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, em particular em momentos de tensão em que se fez menção direta à figura da reitora Nadir. Por último, foi utilizada farta documentação oral produzida pelo projeto de memória da universidade *No laboratório das Palavras*.

Iniciando pelo folhetim interno, foram examinados 92 números do periódico *Porandubas*, e as publicações selecionadas compreendem o período entre abril de 1977, quando foi lançado o primeiro número, e novembro de 1984, de modo que somente o período da gestão de Nadir foi analisado. O *Porandubas* foi o ponto inicial da investigação pois nasceu na gestão da reitora e se propôs a discutir as principais pautas em voga nos *campi* da PUC-SP.

²⁵ AQUINO JUNIOR, F. de. Uma Igreja pobre e para os pobres: abordagem teológico-pastoral. **Pistis & Praxis - Teologia e Pastoral**. Curitiba, v. 8, n. 3, 2016, p. 631-635.

²⁶ HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

²⁷ O acervo do CEDIC - Centro de Documentação e Informação Científica “Prof. Casemiro dos Reis Filhos”, além de reunir grande parte dos conjuntos documentais sobre a memória acadêmica e comunitária da PUC-SP, também tem a custódia de uma vasta documentação de diversos movimentos sociais e de defesa de direitos humanos que atuaram em São Paulo, no Brasil e na América Latina. Sua criação data do período da segunda reitoria de Nadir Kfoury, na década de 1980, levando o nome do vice-reitor acadêmico Casimiro dos Reis Filho, e tem o intuito de dar suporte à pesquisa acadêmica, bem como às atividades de ensino e de extensão.

Ao longo das edições foi possível identificar matérias sobre temas gerais e do cotidiano da vida universitária, além da discussão de questões presentes na agenda política do período. Nele debatiam-se, entre os diferentes membros da comunidade universitária, os acontecimentos da universidade, como as pautas estudantis, pautas de professores e funcionários, bem como marcos da memória da instituição – a Invasão de 22 de setembro de 1979, as eleições para a reitoria, os novos Estatutos, o incêndio do Tuca e o movimento para sua reconstrução, enfim, os principais eventos culturais e políticos da PUC-SP.

Além disso, cabe destacar como o *Porandubas* prezou o uso de uma linguagem não formal, coberta de ironias e descontração. Também se notabilizou por uma estética singular na montagem das edições, rica em charges (a cartunista Laerte tinha charges regulares no periódico), com colagens e fotografias sobrepostas que, como recursos de linguagem visual, acrescentavam mais despojamento ao noticiário jornalístico.

Cabe ressaltar que o *Porandubas* fazia parte da assessoria de comunicação da reitoria, nesse sentido, problematizou-se a sua relação institucional com a administração da universidade. Segundo o principal editor do periódico, “[...] estava claro que prestávamos serviço a uma comunidade da qual a Reitoria era uma parte e de cuja democracia era a fiadora, juntamente com Dom Paulo. Assim, nossa linha editorial foi dialeticamente tecida [...]”²⁸.

Além disso, a fim de analisar as notícias para além do *campus* e estabelecer possíveis contrapontos de leitura, foi necessário lançar mão também da pesquisa na dita “grande imprensa” paulistana. Conforme mencionado anteriormente, para tal optou-se pelos dois grandes jornais de intensa circulação em São Paulo: *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*. Fez-se o recorte temporal para essa averiguação a partir da nomeação de Nadir, no ano de 1976, até fins de 1984, quando se encerrava o segundo mandato. Foram selecionadas exclusivamente pautas em que aparecia o nome da reitora. A opção por esses jornais, para além da grande circulação, passou também pelas diferentes (muitas vezes conflitantes) posições que assumiram durante os governos militares.²⁹ Sendo assim, as análises sobre os acontecimentos da universidade, que naquele momento se colocava constantemente em conflito/resistência para com a ditadura, sofreram leituras a partir das especificidades dos projetos e das relações políticas desses jornais.

²⁸ RIBEIRO JÚNIOR, Jorge Claudio Noel. Mostra “Memória PUC-SP: Jornal Porandubas”. Fundo CEDIC/PUC-SP. Disponível em: <<http://www4.pucsp.br/cedic/porandubas/jornal.html>>.

²⁹ DIAS, Luiz Antônio; LOPES SOUSA, Rafael. Entre a Memória e o Esquecimento 1964-2014: o Golpe ontem e hoje. **Projeto História**. São Paulo, v. 50, set. 2015. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/24037>>. Acesso em: 12/07/2020.

No que tange às fontes da própria universidade, foi fundamental investigar a documentação institucional produzida durante a reitoria de Nadir Kfouri. Para isso, recorreu-se ao Fundo PUC, que reúne um amplo volume de documentos da universidade, depositados no centro de documentação da instituição, conforme informado anteriormente, o Centro de Documentação e Informação Científica Prof. Casemiro dos Reis Filho. Os documentos selecionados encontram-se em duas pastas das gestões 1976-1984, compostas de atos, comunicados e boletins produzidos pela reitoria. Adicionalmente, analisou-se também o Relatório de Gestão (1976-1984) da reitoria que abrangeu o período dos dois mandatos.

Por último, coube aprofundar a investigação no sentido da proposta de refletir sobre a(s) memória(s) de Nadir Kfouri através da documentação oral. Em relação a entrevistas produzidas com a ex-reitora, falecida em 15 de setembro de 2011, localizou-se o depoimento gravado em outubro de 2003, colhido por Maria Aparecida Kfouri Aidar e Maria Luiza Amaral Kfouri, disponível na biblioteca central da PUC-SP (que leva o nome da reitora, Biblioteca Nadir Gouvêa Kfouri) e também a entrevista colhida por Maria Carmelita Yasbeck para sua dissertação de mestrado.³⁰ Foi analisada ainda vasta documentação oral produzida pelo projeto *No Laboratório das Palavras*³¹, um trabalho de memória oral que contou com entrevista do Grão-Chanceler da PUC-SP e de diversas outras(os) professoras(es), funcionárias(os) e reitora(es). Cabe destacar que o projeto de memória da instituição teve início no segundo mandato de Nadir, a pedido do vice-reitor acadêmico João Edênio Reis Valle, conforme relatou a coordenadora do projeto, a professora Dra. Yvone Dias Avelino, dentro da linha de pesquisa “Universidade, Memória e Sociedade”³².

Esta dissertação encontra-se organizada em três capítulos. No primeiro, intitulado “A universidade ‘pro-povo’ e convergência dos projetos: as damas se encontram”, busca-se refletir sobre o contexto em que a gestão de Nadir na PUC-SP estava inserida. Nesse sentido, a investigação parte da análise do momento histórico turbulento que o país atravessava e, especificamente, de quais particularidades poderiam ser identificadas na PUC-SP para sua autodefinição. Para isso, fez-se necessário remontar à análise sobre a influência do movimento político-intelectual engajado pela Igreja Católica no que diz respeito aos rumos que deveriam tomar as pontifícias universidades católicas na América Latina. Além disso, era

³⁰ YASBECK, Maria Carmelita. **Estudo da evolução histórica da Escola de Serviço Social de São Paulo no período de 1936 a 1945**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1977.

³¹ AVELINO, Yvone Dias; FROTA, Luciara Silveira de Aragão; GOMES, Edgar da Silva; LOPES, Carlos Danilo Oliveira (Orgs.). **No Laboratório das Palavras: História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Coletânea de documentos (1979-1985)**. 1 CD-ROM. Fortaleza: SOCER, 2015.

³² A professora Yvone Dias Avelino conduz os projetos de memória da universidade – contribuindo com inúmeras produções – a partir do NEHSH - Núcleo de Estudos de História Social da Cidade.

fundamental analisar também o papel do cardeal-arcebispo D. Paulo Evaristo Arns no estabelecimento dessa nova reitoria, bem como sua influência na dinâmica dos temas que orientavam a universidade católica para o diálogo com o povo, com a periferia, ou seja, como o cardeal Arns entendia o projeto de universidade aberta ao povo. Ao final do capítulo, discutimos as especificidades da reforma universitária no caso da PUC-SP e o modo como a universidade projetava sua missão junto à sociedade.

No segundo capítulo, “Início da ‘Era Nadir’, resistência e a democracia puquiana: as três damas no palco (1976-1980)”, a proposta é analisar as transformações que ocorreram na universidade na primeira gestão de Nadir, focando nas discussões sobre a democratização da universidade. Interessa saber como a gestão de Nadir propiciou um ambiente democrático que acolheu (e projetou) discussões importantes acerca do papel da universidade, como estabeleceu canais, estruturas de diálogo com os funcionários, professores e estudantes. Nesse sentido, dando continuidade a questões apresentadas no capítulo inicial, recupera-se a relevância da articulação da representatividade³³ de Nadir com o projeto político-filosófico da Igreja para universidade na América Latina e a interação dessas ideias com as especificidades do cenário vivido pela PUC-SP, repercutindo desde a recepção de sua nomeação para a reitoria e sua condução em momentos de crise da universidade naquele período.

Cabe destacar, nessa fase a universidade vivenciou momentos-chave para sua memória e identidade, o mais simbólico talvez seja a Invasão de 22 de setembro de 1977, resguardado como marco histórico da PUC-SP. A postura de Nadir nessa oportunidade estampou os noticiários da grande imprensa, destacando-se a imagem da reitora dando as costas ao então Secretário de Segurança de São Paulo Erasmo Dias. Entre essa e outras notícias, a imagem da universidade sob a gestão de Nadir foi analisada tanto na imprensa interna como nos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*. Encerramos esse capítulo discutindo sobre a implantação de um aparato democrático que foi se solidificando no final do primeiro mandato de Nadir, a relação de diálogo e tensão com a APROPUC, a Associação dos Funcionários Administrativos da PUC (AFAPUC) e o Diretório Central de Estudantes (DCE) e o novo marco na construção da identidade democrática da universidade: eleições com consulta direta a toda a comunidade universitária para eleger o novo reitor.

O último capítulo, “O segundo mandato, vanguarda e memórias (1980-1984): as damas se despedem”, reserva-se para a análise da segunda gestão, quando se acentuavam as discussões e uma série de demandas pela democracia no *campus*. Após sua recondução ao

³³ HALL, Stuart. O Papel da Representação. In: Idem. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/ Apicuri, 2016, p. 31-56.

cargo por uma eleição direta, Nadir ampliava as votações para as demais instâncias de poder da universidade (surgem eleições para o Conselho da Universidade, para diretorias dos Centros, para as chefias das faculdades etc.). Além disso, a universidade em transformação mostrava o descompasso entre as estruturas normatizadas pelo Estatuto anterior à gestão de Nadir (Estatuto de 1971) e as mudanças desde o início da Era Nadir. A comunidade universitária exigia novos Estatutos, em atendimento a reitora chamou uma Constituinte.

A dissertação se encerra apresentando reflexões sobre os legados (simbólicos e concretos) dessas gestões, ponderando o que a reitora Nadir representou para a universidade no seu processo de democratização ao fim de uma “Era”. Convidada para o centro do palco, propõem-se reflexões sobre como Nadir elaborou sua própria história, discute-se a narrativa da reitora sobre sua trajetória, sem descuidar de como a universidade mobiliza e celebra a memória dessa gestão. Por último, no intuito de unir e amarrar as pontas que tecem essa trama, as três damas se encontram mais uma vez.

PORANDUBAS

22

Edição Histórica



Boletim Interno da PUC-São Paulo. Ano III AGOSTO Sala de Comunicação



Revendo origens

pág. 4 a 9

Paulo Freire Página 2

Anistia Página 3

SBPC Página 10

CAPÍTULO I – A UNIVERSIDADE “PRO-POVO” E CONVERGÊNCIA DOS PROJETOS: AS DAMAS SE ENCONTRAM

Neste primeiro capítulo, busca-se examinar desde os processos iniciais de formação e estruturação da PUC-SP às transformações impostas pela reforma universitária no final dos anos 1960 e suas especificidades na intersecção com os propósitos da Igreja para as universidades católicas, notadamente para o caso da América Latina, pregados no Documento de Buga³⁴. Para tanto, parte-se das discussões ensejadas nesse contexto, a fim de analisar como se inseriram, entre 1976 e 1984, as gestões de Nadir Gouvêa Kfourri na reitoria.

Nesse sentido, este estudo investiga como esse momento histórico de transição que a universidade atravessava propiciou a ascensão de uma reitoria feminina e, especificamente, quais particularidades foram identificadas para tanto na PUC-SP. Para isso, torna-se necessário primeiro refletir sobre alguns processos e movimentos do nascimento e do desenvolvimento da PUC-SP que precederam e, de algum modo, abriram espaço para a reitoria de Nadir.

Inicialmente, para compreender o surgimento das universidades católicas no país e, em especial, as particularidades da Universidade Católica de São Paulo, a literatura histórica e as fontes apontavam para as (re)orientações que o movimento político-intelectual engajado pela Igreja Católica propusera, a partir da segunda metade do século XX, no que diz respeito aos rumos que deveriam tomar as pontifícias universidades na América Latina. Desse modo, recupera-se a importância das transformações ocorridas pós-Concílio Vaticano II, dos encontros de Medellín e Buga e a relevância da formação das novas lideranças católicas a partir de ações das juventudes católicas e dos intelectuais da teologia da libertação.

Nesse bojo, também se retoma o contexto da reforma universitária de 1968 e suas especificidades na PUC-SP. Verifica-se, pela documentação analisada e bibliografia já produzida, que esse momento é de grande relevância para a análise das mudanças que ocorreram nas estruturas da universidade brasileira. No caso da PUC-SP, busca-se identificar, desde esse período, traços que forjaram uma “vocação democrática” na memória da instituição.

Adicionalmente, são investigadas as relações do cardeal arcebispo D. Paulo Evaristo Arns no estabelecimento dessa nova reitoria, bem como as intersecções de seu arcebispado na

³⁴ Documento que sintetizava as orientações da Igreja para as universidades católicas na América Latina, discutidas no encontro realizado em Buga, Colômbia, em fevereiro de 1967, no seminário Missão da Universidade Católica na América Latina, promovido pelo Departamento de Educação da Comissão Episcopal Latino-Americana (CELAM).

cidade de São Paulo e a dinâmica dos temas que orientavam a universidade católica para o diálogo com o povo, com a periferia, ou seja, como o Grão-Chanceler advogou o projeto de universidade aberta ao povo.

Propondo a análise das principais pautas e temáticas investigadas na documentação institucional e no *Porandubas*, no próximo item, pretende-se problematizar qual é a “cara” que a PUC-SP projetava na sua relação com a comunidade, em diálogo próximo com o que era preconizado pela Igreja e seu cardeal em São Paulo.

1.1 A OPÇÃO PELOS POBRES E A MISSÃO DA UNIVERSIDADE CATÓLICA

A mola propulsora desta investigação são os questionamentos sobre a presença feminina na mais alta instância de poder político e administrativo na universidade, nesse caso, especificamente, na PUC-SP, pioneira no que se refere à gestão de mulheres em sua reitoria. Entre outras inquietações, o objetivo é analisar como a PUC-SP apresentou um espaço permeado de discussões acerca de valores democráticos e proporcionou a possibilidade de uma liderança feminina. Busca-se, então, esmiuçar as intersecções entre esse discurso democratizante na instituição e as experiências de Nadir Kfoury frente à reitoria nas décadas de 1970 e 1980, problematizando de que(ais) forma(s) isso ensejou mudanças para a comunidade universitária.

Primeiramente, há de se destacar que já existia uma produção de estudos sobre as diferentes perspectivas e disputas de projetos que advogaram uma “identidade democrática” da PUC-SP. As pesquisas analisaram como essa universidade se tornou um espaço/lugar cujas especificidades e particularidades historicamente convergiram para forjá-la – nas memórias da instituição – como confessional, comunitária e democrática.³⁵ O desafio está em lançar a lupa sobre um ponto em que as análises não se detiveram: o papel desempenhado por uma mulher, a reitora Nadir, no intenso processo de disputas e crises pelo qual a universidade passou às portas do fim dos regimes autoritários, em busca da quimera de uma democracia plena.

Dito isso, o diálogo com essas literaturas foi incontornável para auxiliar as reflexões sobre as tramas dos diversos atores desse cenário que buscaram tecer essas memórias da PUC-SP. Para isso, esses indivíduos analisaram a instituição sob traços das singularidades do

³⁵ BARREIRO FILHO, Roberto Coelho. **A Igreja, Estado e universidade:** um estudo de caso - PUC/SP e seus 50 anos - 1946-1996. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

projeto de universidade pontifícia, que perpassavam, inevitavelmente, pelas transformações, entre outras, do Estado e da Igreja durante as primeiras décadas do século XX no país.

A Universidade que entrava de “cabeça” na reforma da Universidade e da Igreja (Buga, Medelin, Vaticano II) antes de tudo por ser Pontifícia e também Universidade Católica, teve que ser antes de tudo universidade inserida na história e na geografia do país naquele momento, devendo a PUCSP ser produtora de conhecimento e interventora social.³⁶

Há de se frisar que a ideia do estabelecimento das universidades católicas surgia no bojo da retomada político-filosófica da Igreja Católica, com um propósito filosófico-educacional, num período de disputa de leituras da identidade nacional – o nacional-trabalhismo –, do populismo e, simultaneamente, de crise pós-guerra e necessidade de responder aos impasses e às demandas democráticas.

O contexto histórico do final da década de 1950 e a latência das disputas políticas em meio ao conflito das potências capitalistas e socialistas propiciaram algumas experiências de uma política socialista. No continente americano vislumbrou-se essa experiência muito próxima, principalmente pela Revolução Cubana (1959), e como contraponto motivou um intenso fortalecimento da propaganda anticomunista pelos setores da força militar, da Igreja Católica e da burguesia industrial.³⁷ Além disso, havia outras “ameaças” que vinham se difundindo com maior intensidade entre as camadas populares, subtraindo fiéis católicos da Igreja: “A difusão de outras religiões como o espiritismo, o protestantismo, o movimento maçônico e o próprio crescimento da sociedade urbana que se articulava em função da indústria, contribuíram para o esvaziamento da Igreja.”³⁸

Nesse sentido, as universidades católicas experimentavam as influências da virada dos ventos da Igreja Católica quanto à sua missão pastoral/educacional na América Latina, primordialmente após os encontros do Concílio Vaticano II, que se iniciou oficialmente em 11 de outubro de 1962 e se encerrou em 8 de dezembro de 1965.³⁹ Esse concílio marcou uma

³⁶ BARREIRO FILHO, Roberto Coelho. **A Igreja, Estado e universidade: um estudo de caso - PUC/SP e seus 50 anos - 1946-1996.** Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999, p. 14.

³⁷ MORAES, Maria Biassioni. **A Ação Social Católica e a luta operária: a experiência dos jovens operários católicos em Santo André (1954).** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

³⁸ *Ibidem*, p. 12.

³⁹ Nesse período participaram do evento “uma média de cerca de dois mil padres conciliares”, não exclusivamente da Europa, como ocorrera nos concílios anteriores. BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *As revoluções utópicas: A revolução política na Igreja. A revolução estudantil.* 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 51. Apud: RODRIGUES, Cátia Regina. **A arquiocese de São Paulo na gestão de d. Paulo Evaristo Arns (1970-**

fase de renovação na ação da Igreja a partir do papado de João XXIII. As discussões desse período resultaram na elaboração e aprovação de 16 documentos conciliares, promulgados já sob o papado de Paulo VI⁴⁰, que incitaram novas discussões e, conseqüentemente, maior envolvimento dos sacerdotes e leigos na defesa das questões sociais. A partir desse momento, sucederam-se encontros dos membros da Igreja que debateram as especificidades do “povo” e da pobreza na América Latina.

Não obstante, antes do Concílio Vaticano II propriamente, a convocação de uma assembleia conciliar, em 25 de janeiro de 1959, causou alvoroço na comunidade cristã católica, pois suas pautas discutiam o início dessa revisão de questões doutrinárias e disciplinares. Para compreender o contexto em que Nadir (participante ativa da comitiva brasileira em Buga e defensora das bandeiras desse acordo durante suas gestões na PUC-SP)⁴¹ chegava à reitoria, sem a pretensão de aprofundar a análise das especificidades dos muitos documentos produzidos a partir desses encontros, foi necessário adentrar as proposições pregadas após o Concílio Vaticano II e, posteriormente, nos encontros de Medellín até as diretrizes estabelecidas para as universidades católicas, contidas no Documento de Buga.

O que se denomina aqui como “virada dos ventos” se deu no questionamento sobre o caráter ultramontano da Igreja. Em síntese, a Igreja ultramontana se definia, grosso modo, por três características: a centralização nas mãos do papa e/ou na Cúria romana das decisões referentes ao funcionamento da estrutura organizacional da Igreja; um discurso de “espiritualismo”, marcando a “sacralização” de sua autoridade na disputa com os Estados nacionais pelo poder político, social e religioso⁴²; e, por fim, o clericalismo, que valorizava a classe eclesiástica como modelo ideal a ser seguido pelos fiéis leigos.

Em suma, alguns autores⁴³ sustentam que, a partir dos documentos resultantes do Concílio Vaticano II, marcou-se uma ruptura na autocompreensão da Igreja Católica, que se viu impelida a revisar a valorização cerimonial dos clérigos em detrimento dos fiéis leigos e

1990). Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008, p. 25.

⁴⁰ Uma vez que o papa João XXIII havia falecido em 3 de junho de 1963.

⁴¹ Em fevereiro de 1967, Nadir, como professora do curso de Serviço Social, e D. Cândido Padin participaram do encontro episcopal sobre a “presença da Igreja no mundo universitário”, promovido pela (CELAM).

⁴² RODRIGUES, Cátia Regina. **A arquidiocese de São Paulo na gestão de d. Paulo Evaristo Arns (1970-1990)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

⁴³ Ibidem. AQUINO JUNIOR, Francisco de. Uma Igreja pobre e para os pobres: abordagem teológico-pastoral. **Revista Pistis & Praxis**. Curitiba, v. 8, n. 3, 2016, p. 631-657. PEREIRA, Sueli da Cruz. O legado da "Igreja dos pobres" para a Igreja na América Latina. **Pesquisas em Teologia**. [S. l.], v. 1, n. 1, p. 22-37, 2018. Disponível em: <<http://periodicos.puc-rio.br/index.php/pesquisasemteologia/article/view/682>>. Acesso em: 05/11/2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.46859/PUCRio.Acad.PqTeo.2595-9409.2018v1n1p22>.

a centralização nas mãos dos papas e da Cúria romana do poder de toda a sacralização. Nesse sentido, passava-se a pregar a reaproximação ao conceito de Igreja como povo de Deus.⁴⁴

Podemos inferir que essa nova Igreja, que emergia do Concílio Vaticano II, não queria apenas mostrar que estava ciente de certas dificuldades que estariam afligindo o mundo, mas, sobretudo, mostrar que desejava estabelecer finalmente um diálogo com todos os homens sem fazer qualquer tipo de distinção. Outra novidade exposta no documento é a autocompreensão de Igreja como serviço ao homem, pois esse seria o verdadeiro mandamento de Cristo.⁴⁵

A problematização desse discurso surgiu nos anos 1920, quando apareceram grupos mobilizadores que propunham a atualização da instituição, para dar respostas ao mundo, que se encontrava em crescente secularização, urbanização e industrialização. Era no interior desses grupos e na narrativa de intelectuais que se apregoava uma nova metodologia de trabalho, que estabelecia como máxima o método Ver-Julgar-Agir.

O método Ver-Julgar-Agir foi criado pelo padre belga Leon Joseph Cardijn. Membro de uma família de classe operária, ele teria fundado, em 1923, o movimento de jovens católicos – a Juventude Operária Católica (JOC). A metodologia de trabalho desenvolveu-se em três etapas: primeiro seria necessário analisar a realidade concreta das pessoas e/ou dos países (Ver), depois refletir sobre os dados levantados à luz da fé cristã (Julgar) e, por último, estabelecer ações visando transformar o meio ambiente pesquisado e/ou as situações encontradas (Agir).⁴⁶

Após o Concílio Vaticano II, ocorreu também a Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, aberta oficialmente em 24 de agosto de 1968, em Bogotá, com assembleias realizadas entre 26 de agosto e 6 de setembro do mesmo ano, em Medellín. Seu intuito foi fazer uma releitura das novas diretrizes conciliares pensadas a partir dos contextos socioeconômicos e políticos dos países da América Latina.⁴⁷

Conferências fora da Europa foram reivindicadas, pois se entendia que temas considerados fundamentais para a América Latina não haviam sido contemplados pelas discussões do Concílio Vaticano II. Nesse sentido, foram consideradas questões particularmente observadas na América Latina e que demandavam atenção, como as

⁴⁴ RODRIGUES, Cátia Regina. **A arquidiocese de São Paulo na gestão de d. Paulo Evaristo Arns (1970-1990)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 30.

⁴⁶ BORAN, Jorge. *O futuro tem nome: Juventude*. 3ª ed. São Paulo: Paulinas, 2003, p. 23-25. Apud: *Ibidem*.

⁴⁷ *Ibidem*.

discussões a respeito da urbanização crescente, do aumento do número de favelas e do analfabetismo.⁴⁸ As literaturas que refletiram sobre esse movimento de rearticulação da Igreja defendem que a preocupação era, em certa medida, retomar a força da influência religiosa católica em espaços onde estavam sendo tomadas outras correntes de pensamento “perigosas”, como o ateísmo marxista.⁴⁹

O documento intitulado Pobreza da Igreja apresenta de maneira bastante explícita essa tomada de decisão. O texto inicia-se com uma afirmação contundente de que eles não poderiam ficar indiferentes diante de “tremendas injustiças sociais existentes na América Latina”.⁵⁰

Se na Europa o pós-guerra instaurava um clima de debate sobre os novos caminhos com políticas de bem-estar social, no Brasil o fim do Estado Novo e a tendência a uma redemocratização também incentivavam o debate amplo. A Igreja percebeu que esses “novos caminhos” exigiam transformações nas formas de se relacionar com seu “rebanho” e soube adequar seu discurso, incentivando (dentro dos limites de seus próprios dogmas e interesses) o pensamento democrata-cristão.

O poder eclesiástico brasileiro desenvolveu-se num ritmo crescente, apoiado em um processo de íntima ligação com Roma, (é na Santa Sé que se foi buscar a origem do mandato e da força religiosa) cujos impulsos iniciais se focalizaram no papado de Pio IX, estendendo-se até as primeiras décadas do século XX. Com ampla participação da Santa Sé, surgiram as ordens e congregações, ocorreu o desenvolvimento das devoções e da vida espiritual, a expansão missionária e os primeiros ensaios da renovação litúrgica e do desenvolvimento das ciências religiosas em correspondência aos avanços das ciências “profanas”. [...] Em 1934, os católicos haviam conseguido o que Alceu de Amoroso Lima chamou de “triumfo católico”: as vitórias na Constituição selavam, para eles, o duro embate ideológico que vinham mantendo com os liberais desde a divulgação do manifesto dos Pioneiros da Escola Nova.⁵¹

É preciso ter isso em conta na análise do papel e da atuação da Igreja, ou seja, considerar que esta se preparou para se colocar enquanto interlocutora do novo espaço político que se instituía. Esse foi o contexto de criação das universidades católicas em

⁴⁸ RODRIGUES, Cátia Regina. **A arquidiocese de São Paulo na gestão de d. Paulo Evaristo Arns (1970-1990)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

⁴⁹ Ibidem.

⁵⁰ Ibidem, p. 46.

⁵¹ Ibidem, p. 25-26.

metrópoles do país, como Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, a exemplo do que se via no restante da América Latina. Era importante a formação de lideranças católicas que assumissem a composição de quadros na sociedade civil e nos aparelhos de Estado.

Percebeu-se que esse processo de mudança, reivindicado nessas leituras dos membros da Igreja na América Latina, que colocava “em relevo a questão da igreja dos pobres”⁵², esteve presente como “missão” nas transformações da PUC-SP durante sua reestruturação, no final da década 1960 e início de 1970, com inegável relevo durante o bispado de D. Paulo Evaristo Arns e as reitorias de Nadir Kfourri.

No entanto, antes de iniciar as reflexões sobre o projeto de universidade católica que esteve em voga nesse período, faz-se necessário retroceder algumas décadas, à primeira metade do século XX, para retomar algumas particularidades que marcaram a Universidade Católica de São Paulo desde o seu surgimento.

A primeira universidade católica brasileira se instalou na então capital federal, a cidade do Rio de Janeiro, em 1941. Cabe ressaltar que a literatura relata que, a princípio, o projeto da Igreja era estabelecer uma Universidade Nacional Católica, contudo, logo o plano foi abandonado, pela justificativa da grande dimensão do país e suas particularidades.⁵³ Assim, o projeto inicial, que foi pensado como uma “unidade”, rapidamente se transformou em diferentes universidades localizadas em cidades distintas.

Não se pretende nesta pesquisa pormenorizar o processo de estruturação e organização pelo qual passou a universidade no seu nascedouro. Não obstante, é relevante para a análise compreender que houve uma diversidade de experiências entre as faculdades que constituíam, com poucas similitudes, a Católica de São Paulo. Ratifica-se então que não havia unicidade na PUC-SP nos princípios de sua formação. Prevaleceu, portanto, o sistema de universidade com faculdades incorporadas e faculdades agregadas⁵⁴. Esse tipo de organização “fragmentada” se manteve até a reforma universitária do final da década 1960, que será tratada mais adiante, neste capítulo.

Em São Paulo o cardeal D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, logo após a criação da PUC-RJ, também se empenhou na formação da Universidade Católica de São

⁵² RODRIGUES, Cátia Regina. **A arquidiocese de São Paulo na gestão de d. Paulo Evaristo Arns (1970-1990)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008, p. 48.

⁵³ ZVEILBIL, Silvia Jane. **A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: o projeto educacional e a cultura acadêmica**. Tese (Doutorado em Ciência Social - Antropologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

⁵⁴ As faculdades agregadas eram vinculadas academicamente à Universidade Católica, mas administrativamente eram autônomas. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Sedes Sapientiae, fundada em 1932 por freiras belgas, foi uma das agregadas.

Paulo, que seria gestada no contexto das especificidades que a cidade paulista, que estava em expansão, demandava. Desse modo, a PUC-SP se estabeleceu oficialmente em 1946, e desde então vem delineando sua própria “identidade” e se singularizando em seu projeto.

[...] o projeto de criação da Universidade Católica fez parte de uma ampla reformulação da Igreja Católica no Brasil, comandada por D. Leme, no Rio e voltada para os interesses da elite burguesa. Para que se formassem novas lideranças católicas, na fase de implantação da PUC, correspondeu-se mais ao serviço de interesses corporativos imediatos da Igreja, em seu movimento restaurador/reformador e, fora dela, aos interesses das camadas médias urbanas em “ascensão”. A cidade de São Paulo ampliava seus limites nos últimos anos e suas necessidades se amplificavam em igual proporção.⁵⁵

Em relação à PUC-RJ, destacava-se a especificidade que a diferenciou, desde o seu surgimento, da PUC-SP: enquanto observa-se na Pontifícia Universidade Católica do Rio predominância do ensino pela Ordem dos Jesuítas, em São Paulo o projeto desde sempre contou com uma diversidade de Ordens. Dessa maneira, entre as faculdades que compunham o núcleo da universidade, via-se a Ordem de São Bento, com os beneditinos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência de São Bento (1908), a Ordem de Santo Agostinho, com as cónegas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sedes Sapientiae (1932), a Ordem de São Francisco, na Faculdade Paulista de Direito (1946), e mesmo o prédio da Rua Monte Alegre foi uma doação do antigo convento das freiras carmelitas. Além disso, observou-se uma crescente aproximação na administração com leigos.

Contudo a Igreja já enfrentava “acontecimentos de ruptura” gerando impasses internos em sua faculdade geradora de inovação histórica. Seu último movimento reformista se fizera muito mais numa visão corporativa. O projeto restaurador representou uma ruptura em relação ao modelo clássico de cristandade (Igreja-Estado) para se aproximar muito mais do povo.⁵⁶

Os escritos da história da universidade coincidem no destaque de uma nova singularização que aconteceu na Católica de São Paulo a partir do início da ditadura militar, com o distanciamento⁵⁷ dos clérigos do comando direto da instituição. Além disso, também

⁵⁵ BARREIRO FILHO, Roberto Coelho. **A Igreja, Estado e universidade:** um estudo de caso - PUC/SP e seus 50 anos - 1946-1996. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

⁵⁶ Ibidem, p. 29.

⁵⁷ Ibidem.

diferentemente da católica do Rio de Janeiro, a PUC-SP foi mais flexível em relação à participação leiga, sendo que, a partir de 1965, a reitoria passou a contar com intelectuais que não faziam parte da hierarquia da Igreja.

Com a nomeação de Oswaldo Aranha Bandeira de Mello, em 11 de fevereiro de 1965, iniciava-se a reitoria de leigos na PUC-SP. Segundo alguns estudos sobre a história da instituição, essa ação marca o distanciamento gradual da Igreja em relação à universidade. Embora grande parte da literatura e a documentação investigada para esta dissertação apontem que esse elemento seria símbolo do início de um processo de “autonomia” e “democracia” da instituição em relação à cúpula da Igreja, essa ideia pode se problematizada.

[...] o uso recorrente de “autonomia” e “democracia” nos discursos políticos para delimitar a relação entre leigos e clero, a comunidade universitária e a Igreja, a PUC-SP e a Fundação São Paulo, a universidade e o Estado, etc. No entanto, o uso de ambos nem sempre adquire o mesmo significado e nem sempre está vinculado com a prática, varia conforme a conjuntura e os interesses de quem os utilizam.⁵⁸

Foi necessário ter em mente esse pressuposto nas análises dos documentos institucionais, especialmente daqueles em que havia a retórica de que a universidade, desde seus primórdios, havia se destacado por certa “vanguarda”, graças a essas concepções de autônoma e democrática, conforme será discutido a seguir.

Em várias edições do periódico interno *Porandubas*, nascido durante a primeira gestão de Nadir, foi possível vislumbrar um esforço em se fazer uma síntese histórica da trajetória supostamente quase linear da PUC-SP até aquele período, 1977, que seria a melhor fase dessa instituição, que chegava então à sua idade madura. Na edição nº 22 do *Porandubas*, intitulada “edição histórica” em comemoração aos 33 anos da PUC-SP, um dos participantes pioneiros da elaboração do projeto da universidade, Franco Montoro, deu um depoimento sobre algumas passagens da história da instituição. Além do episódio em que se redigiu, numa bandeja de pizza⁵⁹, o primeiro estatuto da PUC-SP, ele lembrou a ideia de a

⁵⁸ TERINI, Alexandre Gonçalves. **O movimento estudantil na Reforma Universitária da PUC-SP e seu contraponto ao acordo MEC-USAID**: uma disputa de projetos político-educacionais nos Anos de Chumbo (1969-1974). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018, p. 83.

⁵⁹ “E, na primeira reunião que nós tivemos, foi um desses encontros, uma reunião à noite, com D. Carlos lá no Palácio. Nós fomos à chamada Pizzaria Giordano na Av. Brigadeiro Luiz Antônio. E, depois de uma pizza, lá, cerveja, chope, no verso... A pizza vinha numa bandeja de papelão, e, no verso, é que nós começamos... Havia vários advogados presentes. Nós sabíamos que, de acordo com a lei, precisaríamos constituir pontos fundamentais; e denominação, sede, fins, estatutos, afora o que se administra e representa... Todos os outros itens. E, fizemos ali, no papelão mesmo, uma indicação dos pontos fundamentais, e que foi, depois,

Católica de São Paulo não ser, inicialmente, uma Pontifícia, mas uma “Universidade Latino-Americana”, uma “espécie de pré-Puebla”.⁶⁰

Sobre a significância do bispo D. Carlos Carmello de Vasconcelos Motta no estabelecimento da universidade, Franco Montoro, na mesma entrevista ao periódico *Porandubas*, apontou as seguintes características:

Dom Carlos era uma figura extraordinária. Fora vereador, estudante de Direito. Mineiro, era dotado de senso político e preocupação com os operários. Foi independente perante os governadores. A Revolução de 64 ele via com desconfiança. A PUC foi vanguarda nas posições da época, dando importância aos aspectos sociais, sem vinculação com as elites udenistas (Almeida Prado e Júlio Mesquita) como a USP. Os professores de Direito eram gente de direito público e não advogados de empresas ligados a interesses capitalistas. Diria que a PUC tinha uma tendência socializante na linha popular.⁶¹

Oswaldo Aranha Bandeira de Mello narrou, nessa “edição histórica” do *Porandubas*, a participação dos estudantes na demanda destinada ao bispado de São Paulo pela mudança na gestão direta da universidade:

Em 1964 Dom Carlos escolheu-me para vice-reitor, em substituição a Dom Antônio Maria (então reitor) e o vice Pe. Ramon Ortiz, que pedira licença. Tinha havido uma desinteligência entre o secretário Mons. Vitor e o diretor da escola de Serviço Social masculina, culminando no despejo daquela escola da campus Monte Alegre. Os alunos fizeram greve e tomaram a escola pela 1º vez (houve outra em 68).

[...] Os estudantes queriam realmente um reitor leigo porque os Bispos não tinham tempo para exercer a Reitoria: se Dom Motta concordasse, eles sairiam em paz.⁶²

Nos depoimentos de alguns dos pioneiros da organização da PUC-SP, várias são as passagens que rememoram as disputas e dificuldades dessa instituição até o final dos anos 1960, marcadamente, quando foram integradas várias das faculdades que compunham a universidade. O padre Enzo de Campos Guzzo, em suas memórias sobre os primeiros anos da Universidade Católica em São Paulo, descreveu qual teria sido a finalidade da formação da PUC-SP:

datilografamos.” Depoimento de André Franco Montoro, em entrevista concedida a Maria Lúcia P. de Mesquita Barros em 30 set. 1981. Cf.: AVELINO, Yvone Dias; FROTA, Luciana Silveira de Aragão; GOMES, Edgar da Silva; LOPES, Carlos Danilo Oliveira (Orgs.). **No Laboratório das Palavras: História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Coletânea de documentos (1979-1985)**. 1 CD-ROM. Fortaleza: SOCER, 2015, p. 46.

⁶⁰ PORANDUBAS. São Paulo, ano III, nº 20, maio 1979, p. 4.

⁶¹ PORANDUBAS. São Paulo, ano III, nº 20, maio 1979, p. 4.

⁶² PORANDUBAS. São Paulo, ano III, nº 20, maio 1979, p. 5.

A formação da Pontifícia Universidade Católica veio para dar um instrumento à Igreja de contato com a cultura que se formava na cidade, na sociedade de São Paulo. Era um instrumento válido, um instrumento institucionalizado, orgânico, que devia dar os dados do pensamento cristão, da visão cristã de cultura à sociedade global. A universidade deveria constituir neste instrumento, mas nem sempre ela atingiu esta visão específica de instrumento de diálogo, seja por falta de professores que tivessem uma formação cristã profunda e séria, seja por inexperiência, pois, durante algum tempo, simplesmente, acompanhou outras universidade, respeitando-as.⁶³

Embora seja necessário levar em conta que se trata de um membro e representante da Igreja que ocupou várias funções importantes nos quadros da universidade, inclusive de diretor da Faculdade São Bento, na narrativa do padre Enzo Guzzo vislumbra-se e ratifica-se a visão desses pioneiros sobre o papel da instituição na composição das elites intelectuais paulistas do período. As palavras que se repetem em muitas dessas narrativas remetem ao prestígio que se almejava que a PUC-SP tivesse em relação às demais universidades de São Paulo.

A PUC tinha muito nome na cidade, desde o começo, principalmente através da Faculdade de Direito, que, de fato apareceu com muita força na vida cultural da Universidade, tanto que, nos “cursinhos”, os professores diziam: “se você quer ter diploma, entre na São Francisco; se você quer saber Direito, entre na Católica”. Isto, porque eram as duas únicas faculdades de Direito... Depois é que foi fundada a de Mackenzie, e, daí, surgiu uma enxurrada de faculdades que não têm mais nome.⁶⁴

Referências à relevância do dito prestígio que a Faculdade de Direito cedia à universidade foram observadas em outras falas nesse projeto de resgate da memória da PUC-SP. Não por coincidência, essa relevância foi destacada entre os entrevistados oriundos dessa faculdade, como Oswaldo Aranha Bandeira de Melo e José Geraldo de Ataliba Nogueira, que se destacaram como os primeiros reitores leigos da universidade.

O ambiente cultural em São Paulo era constituído pelo grande interesse das pessoas no estudo do Direito, porque só havia, realmente, uma grande faculdade de grande relevo, que era a Faculdade de Direito São Francisco. [...] A Faculdade de Direito São Francisco era a faculdade tradicional do Brasil.

⁶³ Depoimento de Enzo de Campos Guzzo, em entrevista concedida a Luciara S. de Aragão em 29 jun. 1979. Cf.: AVELINO, Yvone Dias; FROTA, Luciara Silveira de Aragão; GOMES, Edgar da Silva; LOPES, Carlos Danilo Oliveira (Orgs.). **No Laboratório das Palavras: História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Coletânea de documentos (1979-1985)**. 1 CD-ROM. Fortaleza: SOCER, 2015, p. 139.

⁶⁴ Depoimento de Enzo de Campos Guzzo, em entrevista concedida a Luciara S. de Aragão em 29 jun. 1979. Cf.: *Ibidem*, p. 139.

Daí, a grande preocupação do Senhor Cardeal mota quanto ao assunto. Ficou inconfundível, a meu ver, o seu papel e sua atuação na história da Faculdade Paulista de Direito, que ele criou, em primeiro lugar, por conta própria, porque se voltava integralmente para a PUC.⁶⁵

Conforme será tratado adiante neste capítulo, quando ocorreu a primeira indicação de Nadir para a reitoria, entre as disputas para a gestão de 1976, verificou-se que permanecia a expectativa da eleição de outro representante da Faculdade de Direito. Sendo assim, a reitoria feminina de Nadir interrompeu também a sequência consecutiva de reitores, homens, catedráticos do Direito.

Além disso, destaca-se que, entre as 29 entrevistas que compuseram o projeto acerca da “História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo”, somente seis foram realizadas com mulheres.⁶⁶ Particularmente no que se refere às primeiras décadas da instalação da universidade na metrópole, a história foi contada só por homens. Eles que fizeram a narrativa da memória da instituição e, nesse exercício, informaram, pelas suas próprias memórias, suas contribuições pessoais na trajetória da PUC-SP. Assim, não só em maior número esses homens aparecem nessas memórias, mas também se demoraram mais nas suas narrativas, sobretudo na menção de seus próprios méritos e sua significância na história da instituição.

Em sua entrevista para o estudo intitulado *No Laboratório das Palavras*, José Carlos de Ataliba Nogueira, pai do reitor José Geraldo de Ataliba Nogueira, considerado “homem-chave para o entendimento com o governo” no estabelecimento da PUC-SP, iniciou sua narrativa alegando que não era vaidoso e, logo depois, repassou as diversas atividades que exercia como fundador, advogado e político em São Paulo, além da titulação e atuação como professor. Quando questionado se ele se sentia assim, respondeu: “Não há dúvida que me sinto... Porque já havia lecionado na Faculdade de São Bento. Lecionei Psicologia e fui

⁶⁵ Depoimento de Oswaldo Aranha Bandeira de Melo, em entrevista concedida a Maria Lúcia P. de Mesquita Barros em 07 mar. 1979. Cf.: AVELINO, Yvone Dias; FROTA, Luciana Silveira de Aragão; GOMES, Edgar da Silva; LOPES, Carlos Danilo Oliveira (Orgs.). **No Laboratório das Palavras: História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Coletânea de documentos (1979-1985)**. 1 CD-ROM. Fortaleza: SOCER, 2015, p. 128.

⁶⁶ Entre os entrevistados homens estavam: D. Paulo Evaristo Arns, André Franco Montoro, Joel Martins, José Geraldo de Ataliba Nogueira, José Carlos de Ataliba Nogueira, Oswaldo Aranha Bandeira de Melo, Pe. Enzo Campos Guzzo, Joaquim Alfredo da Fonseca, Geraldo Pinheiro Machado, Milton de Miranda, Luiz Kubinsky, Ary Silvério, Antônio Penteado de Azevedo, Jose Massafumi Nagamine, Ramon Martinez Alcaraz, Oswaldo Leite de Moraes, Jose J. Queiroz, Dermeval Saviani, Luiz Eduardo Wanderley, Casemiro dos Reis Filho, Edênio dos Reis Valle, Antônio Joaquim Severino e Jose Feliciano Aquino. Entre as mulheres, listaram-se: Aniela Meyer Ginsberg, Elza Ferreira Lobo, Carmen Sylvia Junqueira, Célia Sodré Dória (madre Cristina Maria), Nadir Gouveia Kfourri e Célia Coelho Pereira Leite (Madre Olívia).

nomeado por Dom Miguel Kruze há vários anos. Empenhei-me de fato e tive sucesso na embaixada para solucionar o problema.”⁶⁷

Esse tipo de autoatribuição de valor se deu de maneira similar em diversas passagens na entrevista do ex-reitor José Geraldo de Ataliba Nogueira sobre sua presença como professor da Faculdade de Direito:

E essa minha influência no Direito Constitucional da PUC foi importante porque deu ao Direito público na PUC o que ele não tinha tido ou melhor o que outras Faculdades não tiveram na mesma ocasião e enfim um pouquinho nas duas, mas depois os meninos foram fazendo Doutorado, eu larguei o Direito Constitucional, embora fosse a paixão da minha vida e fiquei no Direito Tributário e formei uma equipe de dezoito assistentes que é a mais produtiva da Universidade, a mais organizada, mil anos antes de se falar em reforma universitária nós já trabalhávamos todos num esquema de curso planejado com sistema de provas, como aferição de conhecimentos, mas como integrado no processo de formação, um sistema totalmente despreocupado com a informação e exclusivamente com a formação voltado para formação teórica, e enfim, um curso programado, enfim toda essa coisa aí.⁶⁸

Isso também foi rastreado nas entrevistas do ex-reitor Oswaldo Aranha Bandeira de Melo e do ex-governador de São Paulo André Franco Montoro, conforme será visto adiante. Assim também o fez o ex-reitor Joel Martins, devido, entre outros fatores, aos esforços que envidou na constituição dos cursos de pós-graduação da PUC-SP.

No entanto, mesmo nos seus primórdios, verificou-se a presença de mulheres na universidade que se erigia, e elas, em algumas circunstâncias, marcaram contraponto ao ambiente catedrático descrito e celebrado pelo seu privilégio, como no caso da Faculdade Paulista de Direito. Nesse sentido, vale destacar a particularidade da Faculdade de Ciências e Letras do Instituto Sedes Sapientiae e seu pioneirismo na formação de mulheres na cidade de São Paulo.

⁶⁷ Depoimento de José Carlos de Ataliba Nogueira, em entrevista concedida a Maria Lúcia P. de Mesquita Barros em 23 set. 1981. Cf.: AVELINO, Yvone Dias; FROTA, Luciara Silveira de Aragão; GOMES, Edgar da Silva; LOPES, Carlos Danilo Oliveira (Orgs.). **No Laboratório das Palavras: História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Coletânea de documentos (1979-1985)**. 1 CD-ROM. Fortaleza: SOCER, 2015, p. 126.

⁶⁸ Depoimento de José Geraldo de Ataliba Nogueira, em entrevista concedida a Maria Lúcia P. de M. Barros em 21 jun. 1983. Cf.: *Ibidem*, p. 102.



Imagem 1 – Aula no Sedes Sapientiae.⁶⁹

Desde 1907, as religiosas “Cônegas Regulares de Santo Agostinho” desenvolviam um trabalho pastoral em educação feminina na Associação Instrutora da Juventude Feminina⁷⁰, bem como mantinham o Colégio Des Oiseaux⁷¹. Ambos atendiam às necessidades da educação de mulheres das elites paulistas. Nessa esteira, em 1931, fundava-se o Instituto Sedes Sapientiae como alternativa para a continuidade dos estudos dessas mulheres, tornando-se, então, a primeira escola superior de filosofia regulamentada pelo MEC⁷² e uma das primeiras faculdades femininas do país. “Era o Sedes formado, na sua maioria, por alunas vindas do Colégio Des Oiseaux. Mantinha um pensionato, e seu ensino era considerado de ótimo nível, voltado aos interesses da elite financeira. O Sedes inovou ao oferecer ensino superior à mulher.”⁷³

⁶⁹ Fonte: Comissão da Verdade da PUC-SP Reitora Nadir Gouvêa Kfourri - CVPUC.

⁷⁰ Nesse caso, destaca-se que essa instituição já contava com cobertura jurídica da sociedade civil antes da criação da Faculdade de Filosofia São Bento.

⁷¹ Trata-se de tradicional colégio feminino de São Paulo, inaugurado em 1907, conduzido pelas Cônegas de Santo Agostinho. O colégio, instalado no bairro da Consolação, ocupava um palacete projetado pelo arquiteto Victor Dubugras e foi referência para educação dita refinada destinada às jovens das elites paulistas.

⁷² BARREIRO FILHO, Roberto Coelho. **A Igreja, Estado e universidade:** um estudo de caso - PUC/SP e seus 50 anos - 1946-1996. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

⁷³ AVELINO, Yvone Dias. **Irmã Leda:** uma historiadora construtora de ideias e devotada à juventude. São Paulo: EDUC, 2020.



Imagem 2 – Alunas do Colégio Des Oiseaux.⁷⁴



Imagem 3 – Alunas do Colégio Des Oiseaux.⁷⁵

Rastreando esses depoimentos que, em sua maioria, fizeram uma narrativa quase em primeira pessoa sobre a relevância da experiência dessas figuras na formação da universidade, destaca-se a fala da madre Cristina Sodré Doria sobre qual seria o papel da PUC-SP:

No caso específico da PUC, sua relação com a Igreja era de transmitir a visão de mundo cristã ao invés de dar uma resposta exigida a partir da realidade histórica. A proposta da Igreja não se preocupava com a realidade. O papel da Universidade é ser perenemente subversivo e deve ser um centro de contestação dialética ininterrupta do saber. Desta forma toda a programação de uma Universidade deveria estar embasada no pressuposto de que é um agente de transformação: isto não existiu na PUC. A criação da Universidade Católica não foi uma necessidade efetiva da sociedade, mas a necessidade de uma Igreja sedente de transmitir os conhecimentos cristãos. [...] Até o presente

⁷⁴ Fonte: IPATRIMÔNIO. São Paulo – Vegetação do Antigo Colégio des Oiseaux [DEMOLIDO]. Disponível em: <<http://www.ipatrimonio.org/sao-paulo-vegetacao-do-antigo-colegio-des-oiseaux/>>.

⁷⁵ Fonte: IPATRIMÔNIO. São Paulo – Vegetação do Antigo Colégio des Oiseaux [DEMOLIDO]. Disponível em: <<http://www.ipatrimonio.org/sao-paulo-vegetacao-do-antigo-colegio-des-oiseaux/>>.

momento a PUC viveu sua pré-história, ela está em seu nascedouro como Universidade.⁷⁶

Ressalta-se que no momento da publicação, o ano de 1979, acontecia a primeira experiência de reitoria de Nadir. Madre Cristina relatou que, naquela ocasião, vira o início de uma mudança dos pressupostos da universidade no que se refere a pensar criticamente a sociedade. A menção ao nome de madre Cristina Maria foi recorrente nos documentos no que se refere à sua postura de embate e enfrentamento em defesa de uma atuação da universidade, incluindo o Sedes Sapientiae, mais sensível às causas sociais em evidência naquele contexto. Madre Cristina atuava com alunas do Sedes em projetos de cunho assistencial, como o Movimento Universitário de Desfavelamento (MUD).

Ao Pe. Enzo Guzzo, nessa mesma “edição histórica” em comemoração ao aniversário da PUC-SP, coube analisar a atuação dos movimentos estudantis e, especificamente, daqueles advindos da Igreja Católica. Ele sintetizou as diferenças, inclusive socioeconômicas, que havia entre os estudantes das faculdades agregadas e integradas no início da PUC-SP e ratificou a significativa disparidade que madre Cristina registrou quanto às “meninas” do Sedes Sapientiae:

As meninas do Sedes eram as mais ricas, usavam até colares de pérolas nas aulas. Era a passarela de São Paulo. Algumas iam assim à favela e os favelados estranhavam, fazendo com que elas levassem uma vida mais simples. Uma grande força foi dada pela Madre Cristina, que deu sentido social ao estudo.⁷⁷

Também o reitor Bandeira de Melo fez referência à madre Cristina em suas memórias da formação da PUC-SP. Nessa ocasião, ressaltou a vigilância que a universidade sofreu no período dos governos militares e rememorou o episódio em que precisou intervir para que a madre se acalmasse, a fim de evitar uma prisão:

Eles quiseram até prender professoras, sendo uma delas a Madre Cristina, mas a minha intervenção impediu de fazê-lo. E, com entendimento, acalmamos a Madre Cristina, valendo-me das minhas relações com a Madre Vitória, que era Superiora, e a Madre Leda. Um entendimento com as duas, que eram dirigentes da escola, conseguimos, também, evitar que a Madre Cristina tomasse posições.⁷⁸

⁷⁶ PORANDUBAS. São Paulo, ano III, n° 22, ago. 1979, p. 5.

⁷⁷ PORANDUBAS. São Paulo, ano III, n° 22, ago. 1979, p. 6.

⁷⁸ Depoimento de Oswaldo Aranha Bandeira de Melo, em entrevista concedida a Maria Lúcia P. de Mesquita Barros em 07 mar. 1979. Cf.: AVELINO, Yvone Dias; FROTA, Luciara Silveira de Aragão; GOMES, Edgar da

Nesse ponto, cabe destacar um “silêncio” observado na documentação selecionada quanto à relevância de outra mulher religiosa na história/memória da universidade: a madre superiora do Sedes Sapientiae, Irmã Leda. A historiadora Irmã Leda foi a primeira mulher a ocupar cargo na reitoria da universidade. Na gestão imediatamente anterior à de Nadir, durante a reitoria de José Geraldo de Ataliba Nogueira, a madre ocupou o cargo de vice-reitora administrativa (1972-1976). Nesse período, liderou o projeto que estabeleceu a carreira docente na universidade, possibilitando o crescimento, e conseqüente escala de ganho salarial, conforme titulações defendidas. Esse processo sofreu duras críticas posteriormente por parte de alguns membros da comunidade, com a contrapartida de que isso gerou elevado custo, culminando mais tarde em uma sequência de greves (durante a gestão de Nadir).

Contudo, suas atividades antes de depois dessa gestão fizeram-se sentir com intensidade nos rumos da universidade, especialmente no departamento de História. Recentemente foi lançado um livro em homenagem à sua trajetória, destacando algumas de suas iniciativas pioneiras na PUC-SP.

Irmã Leda Maria Pereira Rodrigues teve uma carreira singular como historiadora, tendo feito cursos na Universidade de Coimbra, em Paris e na Bélgica. Durante a reforma universitária da década de 1970 e o fim da cátedra, participou da formação do departamento de História na PUC-SP. Além disso, as acadêmicas do Sedes apresentavam de forma mais consolidada a relação de ensino e pesquisa em relação à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências de São Bento, e sob a batuta da madre prevaleceu no departamento de História a maioria dos docentes daquele instituto. Além disso, participou da criação da revista *Projeto História* e também do nascedouro do Programa de Estudos Pós-Graduados em História.

Tendo se formado na primeira metade do século XX, em 1938, como docente foi pioneira ao lecionar a disciplina de “Pesquisa”, que à época não estava presente nos currículos de História. Vale ressaltar que ela mesma em seu doutoramento se dedicou ao tema da educação formal para mulheres, com a tese “A instrução feminina em São Paulo: subsídios para sua história até a Proclamação da República”⁷⁹. Dessa maneira, não obstante Irmã Leda não tenha participado da série de entrevistas do projeto de memória aqui analisado (*No laboratório das Palavras*), sua atuação – entre outras educadoras do Sedes – ficou manifesta

Silva; LOPES, Carlos Danilo Oliveira (Orgs.). **No Laboratório das Palavras:** História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: coletânea de documentos (1979-1985). 1 CD-ROM. Fortaleza: SOCER, 2015, p. 132.

⁷⁹ RODRIGUES, Leda Maria P. **A instrução feminina em São Paulo:** subsídios para sua história até a proclamação da República. São Paulo, Faculdade de Filosofia “Sedes Sapientiae”, 1962.

nas entrelinhas da documentação, descortinando uma das portas de entrada dessas mulheres na instituição, bem como sua incipiente presença na administração.

Por outro lado, quando houve o registro das falas dessas mulheres, foram perceptíveis as especificidades do entrecruzamento de suas lutas com o embate/enfrentamento de questões de interesse de toda a comunidade da universidade. Em relação a isso, no seu relato em entrevista para o estudo *No Laboratório das Palavras*, madre Cristina refletiu sobre sua atuação de embate frente ao autoritarismo. Ela descreveu essas “preocupações” e o cuidado quanto às ameaças que sofreu pela sua resistência às políticas repressoras do regime militar, mas, ao contrário do que foi mencionado anteriormente, declarou que não se sentiu intimidada, mesmo quando sofreu ameaças de morte:

P- Madre Cristina e liberdade são palavras que combinam?

R- E como! Lutar pela liberdade que leva a igualdade de direitos e a transformação deveria ser uma bandeira sempre hasteada. Na época dos militares no poder sucederam-se arbítrios como acontece em todos os regimes fortes, considero que tive obrigação de não desistir jamais e preservar vidas e ideais. A mim nunca me importou que me considerassem radical ou que me chamassem de comunista. Muitos se preocupavam comigo e sou grata por essas preocupações, no fundo, uma demonstração de carinho. Mesmo recebendo ameaças de morte e de prisão fossem ou não veladas mantive o meu papel de proteger a integridade das pessoas e nisso agi de acordo com a minha consciência.⁸⁰

Vale observar que o caráter fragmentado da universidade em seu nascedouro foi marcado pelas diferenças socioculturais entre as faculdades, sejam as agregadas ou as integradas, ou seja, cada unidade representava uma PUC-SP diferente. Nesse bojo, também se verificou que a Universidade Católica de São Paulo não tinha, até a segunda metade do século XX, um projeto de “universidade pró-povo”. Até as transformações dos finais na década 1960, “toda a programação de uma Universidade deveria estar embasada no pressuposto de que é um agente de transformação: isto não existiu na PUC”, conforme afirmou madre Cristina.

A resistência de madre Cristina aos autoritarismos da ditadura militar não foi uma exceção dentro da PUC-SP, embora sua atuação e sua postura sejam simbólicas, conforme se projetou ao longo das contínuas menções nas fontes da instituição e orais. Sua práxis se

⁸⁰ Depoimento de Célia Sodré Dória (Madre Cristina Maria), em entrevista concedida a Adilson Jose Gonçalves e Yvone Dias Avelino em 07 dez. 1980. Cf.: AVELINO, Yvone Dias; FROTA, Luciara Silveira de Aragão; GOMES, Edgar da Silva; LOPES, Carlos Danilo Oliveira (Orgs.). **No Laboratório das Palavras: História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Coletânea de documentos (1979-1985)**. 1 CD-ROM. Fortaleza: SOCER, 2015, p. 354.

adensou e deixou legados na atuação da instituição, podendo ser vista nas conquistas que angariou em consonância com o embate ao impacto do aparato repressor vigente nas subjetividades. Foi ainda responsável pela criação da Clínica de Psicologia da antiga Faculdade Sedes Sapientiae, que funcionou como centro multidisciplinar orientado pela Teologia da Libertação, articulando-se com o projeto de defesa dos direitos humanos e justiça social.

No entanto, não se pretende aprofundar a discussão sobre as complexidades da atuação das mulheres católicas durante os governos militares.⁸¹ O que se busca notar é que as transformações progressistas da Igreja na PUC-SP e o engajamento do movimento estudantil se entrecruzavam, delineando a silhueta da universidade que, nas gestões de Nadir, arvorou-se em reduto democrático e “pro povo”.

É de salientar aqui o trabalho realizado pelo Sedes Sapientiae na organização de caravanas de estudos e assistência aos necessitados, bem como atividades permanentes da Ação Católica Universitária, que exercia suas atividades na Arquidiocese de São Paulo, já funcionava também a JUC (Juventude Universitária Católica) além das Conferências Vicentinas e a Congregação Mariana.⁸²

Em relação à citação anterior, destacam-se dois registros considerados relevantes nas narrativas e depoimentos sobre as ações impetradas pelas estudantes no Sedes Sapientiae (aqui novamente a referência ao trabalho no qual, entre outras, madre Cristina se engajava) e, simultaneamente, a penetração da forte influência da Ação Católica e, posteriormente, seus desmembramentos na Juventude Universitária Católica (JUC), Juventude Estudantil Católica (JEC) e Juventude Operária Católica (JOC). Foi significativa a influência dessas organizações e/ou movimentos leigos no contexto de rearticulação da Igreja Católica nas disputas, inclusive como discurso, dos espaços de poder no pós-guerra, buscando a manutenção e ampliação do seu “rebanho”. Não sendo o propósito deste estudo dissecar as ações desses movimentos, grosso modo, vale dizer que foi após a criação da Ação Católica Brasileira (ACB), em 1935, que se iniciou nas dioceses mais importantes do país a organização de grupos especializados, com notável atuação nas décadas seguintes dos leigos junto aos meios estudantil e operário.

⁸¹ Sobre o assunto: CUBAS, Caroline Jaques. **Do hábito à resistência:** freiras em tempos de ditadura militar no Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018. LIZ, Isa Maria Moreira. Freiras na luta contra a ditadura no Brasil. In: MELLO, Soraia Carolina; ZANDONÁ, Jair; WOLFF, Cristina Scheibe (Orgs.). **Mulheres de luta:** feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985). Curitiba: Appris, 2020.

⁸² BARREIRO FILHO, Roberto Coelho. **A Igreja, Estado e universidade:** um estudo de caso - PUC/SP e seus 50 anos - 1946-1996. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999, p. 75.

A produção acadêmica tomou como relevante a liderança do cardeal do Rio de Janeiro D. Sebastião Leme da Silveira Cintra na ACB e no nascedouro da JUC. Nesse sentido, foi após a morte de D. Sebastião Leme e a reformulação da ACB, em 1942, que se percebeu uma organização em nível nacional das diversas divisões desses movimentos com a JUC, a JEC e a JOC, marcadas e atuantes nos debates em torno das questões do nacional-desenvolvimentismo, que se fazia crescente especialmente nas universidades e, a partir de 1960, no movimento sindical e na dinâmica que culminou no surgimento dos chamados movimentos de cultura popular, dos quais participariam muitos jucistas⁸³.

É necessário ter em mente que esse processo foi atravessado pela reorientação da Igreja no pós-Concílio Vaticano II, conforme já discutido, com a “opção preferencial pelos pobres”, e, no caso da América, após a conferência de Medellín, na qual o Episcopado apontou a importância da juventude, parcela majoritária da população do continente. Além disso, no contexto nacional, a Igreja percebia que era premente alcançar as periferias, descentralizar a atuação pastoral e atuar do lado dos mais pobres e marginalizados – daí a criação e o fortalecimento das Comunidades Eclesiais de Base.

Nesse bojo, para esta investigação identificaram-se constantes menções nas fontes documentais e na historiografia da universidade quanto à atuação marcante, a princípio, dos movimentos da JUC. A JUC mantinha volumosas equipes entre os universitários na Faculdade São Bento e na Faculdade Paulista de Direito. Esse movimento se engajou nas pesquisas sobre a universidade brasileira, chegando a ter cerca de 900 membros envolvidos nesse processo de discussão do movimento educacional. Mais tarde, como um “braço político”, surgiria a Ação Popular (AP).

André Franco Montoro, que foi o primeiro presidente da JUC, em seu depoimento ao projeto de memória oral da universidade, relatou suas percepções sobre o contexto em que surgiu esse movimento e traçou algumas balizas que motivaram a sua articulação:

Em 1937, 1938 o ano exato eu não me lembro, mas é fácil eu ver a documentação, nós organizamos em São Paulo, os dois primeiros núcleos da Ação Católica, representados pelo JOC, tendo presente, o Gastão La Creta, pela JUC, da qual eu fui o 1º Presidente, e Rubens Padim, hoje D. Cândido Padim, o 1º Vice-Presidente. Foram dois movimentos que tiveram, na época, a significação de uma mudança de atitude, e que representavam a participação do setor operário e do setor estudantil no debate dos problemas nacionais, e no encaminhamento de soluções, diante de uma perspectiva de

⁸³ Conforme verbete Juventude Universitária Católica (JUC) do CPDOC-FGV. Cf.: FGV/CPDOC. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/juventude-universitaria-catolica-juc>>.

substituição do paternalismo do Estado e das próprias autoridades religiosas, por uma participação responsável e ativa.⁸⁴

Nesse depoimento Franco Montoro discorreu sobre os inúmeros membros desse movimento que passaram a ocupar cargos políticos no país, demonstrando a grande penetração da JUC nas ações políticas da época.

Com a Lei 5.540 de 1968 (MEC-USAID), sancionada no período militar, as universidades passaram por transformações quanto às suas estruturas e, desse modo, abriram-se embates e tensões no movimento estudantil. Vale destacar que as discussões acerca da reforma universitária levantadas até 1964 eram coladas, de modo geral, nas reflexões sobre as transformações da sociedade e as problemáticas questões políticas e sociais de uma ideologia nacionalista. Com o golpe de 1964, essa ideologia foi substituída pela doutrina de segurança nacional ou da interdependência.

Subversão e ordem (disciplina) constituíam objeto constante de medidas autoritárias e repressoras oficiais que viabilizavam a manutenção da ordem. Em outras palavras, até então os movimentos pela reforma universitária, especialmente os estudantis, tinham como característica “conquistas”, após o golpe os embates e enfrentamentos passaram a “resistência”.

O fato de a PUCSP ter realizado todas as reformas e ter aberto o diálogo com as bases internas e externas da Universidade vão conferindo à PUCSP a imagem de universidade de vanguarda, de resistência e, portanto, visada pelo regime militar.⁸⁵

Assim, no caso da PUC-SP, a reforma foi pioneira, pois as discussões caminhavam a pleno vapor, orientadas pelas premissas sintetizadas no Documento de Buga, de fevereiro de 1967, quando o Departamento de Educação da CELAM advogou esforços para um projeto unitário e orgânico que visasse uma universidade voltada aos problemas sociais e voltada para o “povo”, assim como a Igreja pretendia naquele momento.

As fontes propulsoras e inspiradoras do plano de reforma da PUCSP foram basicamente duas: o movimento de Reforma Universitária de

⁸⁴ Depoimento André Franco Montoro, em entrevista concedida a Maria Lúcia P. de Mesquita Barros em 30 set. 1981. Cf.: AVELINO, Yvone Dias; FROTA, Luciara Silveira de Aragão; GOMES, Edgar da Silva; LOPES, Carlos Danilo Oliveira (Orgs.). **No Laboratório das Palavras: História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Coletânea de documentos (1979-1985)**. 1 CD-ROM. Fortaleza: SOCER, 2015, p. 42.

⁸⁵ BARREIRO FILHO, Roberto Coelho. **A Igreja, Estado e universidade: um estudo de caso - PUC/SP e seus 50 anos - 1946-1996**. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999, p. 86.

âmbito nacional, que ganhou sua expressão máxima no início da década de 50, e as transformações da Igreja pós-conciliar (1965). A PUCSP em função das reformas da própria igreja tornou-se vanguarda nas alterações estruturais educacionais.⁸⁶

Depois de percorrer rapidamente os passos dados pela PUC-SP desde o seu surgimento e a trajetória do ambiente de ideias consideradas progressistas que emanavam dessa nova Igreja, não é possível desfocar as disputas que estavam em cena no final da década 1960 e durante os anos das gestões de Nadir. As tensas relações entre Estado e Igreja adentram os muros da universidade.

Para além das transformações oriundas das mudanças político-filosóficas da Igreja, em São Paulo, o projeto de aproximação da universidade ao povo, apregoado nas gestões de Nadir, que perseguia a missão da PUC-SP como uma instituição diferenciada, aberta e atenta aos problemas sociais, ganhou projeção, inclusive midiática, e passou também pela representatividade simbólica da figura do cardeal arcebispo da cidade e Grão-Chanceler Dom Paulo Evaristo Arns.

1.2 O GRÃO-CHANCELER D. PAULO EVARISTO ARNS E A REITORA NADIR

Compreender o modelo de Igreja Católica em São Paulo no arcebispado de D. Paulo Evaristo Arns, sua proximidade e similitudes dos projetos da Igreja e da universidade durante as gestões de Nadir é importante na identificação das influências do Grão-Chanceler na PUC-SP, que se lançava nas discussões sobre universidade aberta e democrática.

Sem prejuízo da sua autonomia administrativa na gestão e da relevância que a reitora encabeçava, não foram irrelevantes as confluências de ideais do trabalho desenvolvido por D. Paulo Arns nos projetos da universidade naquele período, ao contrário: a importância do “Cardeal do Povo” foi recorrentemente celebrada na historiografia e na memória da PUC-SP. O intuito aqui é desvendar as tramas que entrelaçavam a reitoria de Nadir com os projetos de D. Paulo Arns para a universidade e qual foi a liderança dela na execução desses trabalhos, numa parceria com o Grão-Chanceler (não à sua sombra).

O arcebispado de D. Paulo Evaristo Arns na cidade de São Paulo se deu entre 1º de novembro de 1970 e 22 de maio de 1998, mas foi durante as duas primeiras décadas que expressivamente se registrou o surgimento de projetos que dialogavam estreitamente com os

⁸⁶ BARREIRO FILHO, Roberto Coelho. **A Igreja, Estado e universidade:** um estudo de caso - PUC/SP e seus 50 anos - 1946-1996. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999, p. 92.

conceitos preconizados no Concílio Vaticano II, na Conferência de Medellín, no Documento de Buga e no de Puebla. O cardeal arcebispo protagonizou na Cúria Metropolitana ações de grande repercussão que, muitas vezes, questionavam e defrontavam o autoritarismo da ditadura implementada naquele período no país.⁸⁷

Muitas são as biografias que narram a trajetória de D. Paulo Arns⁸⁸ e enfatizam sua postura, àquela altura considerado uma das vozes mais progressistas da Igreja no Brasil. Ele tomou para si o protagonismo na Arquidiocese de São Paulo, em defesa dos direitos humanos, avançando em projetos sociais nas periferias da metrópole paulistana. Contudo, aqui a atenção se volta para os aspectos que traduzem o alinhamento e o diálogo entre o cardeal arcebispo e a reitora da PUC-SP, especialmente nos ideais que remetiam aos propósitos do Documento de Buga.

Nesse sentido, procura-se esmiuçar os eventos que podem demonstrar a confluência de projetos defendidos por D. Paulo Arns e Nadir Gouvêa Kfourí para a universidade, analisando desde os seus possíveis significados, então sob o guarda-chuva das atribuições do cardeal arcebispo como Grão-Chanceler, propiciando a indicação de uma mulher para a reitoria da universidade católica da cidade, até as principais pautas verificadas na PUC-SP durante os anos das gestões de Nadir.

Nascido no atual município de Forquilha, Santa Catarina, D. Paulo Arns iniciou sua trajetória religiosa em São Paulo, em 1966, como bispo auxiliar, assumindo o cargo de arcebispo quatro anos depois, com a nomeação de D. Agnelo Rossi para prefeito da Sagrada Congregação para a Evangelização dos Povos. Sustenta-se na bibliografia que D. Agnelo Rossi teria sido afastado do Brasil intencionalmente pelo papa Paulo VI, por suas atitudes consideradas complacentes com as arbitrariedades de autoridades militares e policiais.⁸⁹ Segundo parte dessa literatura, as expectativas em volta do arcebispado de D. Paulo Evaristo Arns e suas atitudes em relação ao contexto político instaurado eram intensas.

Se por um lado a postura do cardeal era vista como permissiva/colaborativa com a ditadura, ao passo que a Igreja fazia o movimento oposto às graves repressões como política de Estado, em defesa dos direitos humanos, por outro é preciso lembrar que o cardeal D.

⁸⁷ RODRIGUES, Cátia Regina. **A arquidiocese de São Paulo na gestão de d. Paulo Evaristo Arns (1970-1990)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

⁸⁸ BITTENCOURT, Getúlio; MARKUM, Paulo. Sérgio. **O Cardeal do Povo**. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1979. RIBEIRO, Helcion (Org.). **Paulo Evaristo Arns: cardeal da esperança e pastor da Igreja de São Paulo**. São Paulo: Paulinas, 1989. FERRI, Marilda; SYDOW, Evanize. **Dom Paulo Evaristo Arns: um homem amado e perseguido**. Petrópolis: Vozes, 1999. ARNS, D. Paulo Evaristo. **Paulo Evaristo: Da Esperança à Utopia – Testemunho de uma vida**. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.

⁸⁹ RODRIGUES, op. cit., 2008.

Paulo Arns tampouco era o arauto da luta contra a ditadura assim que assumiu o arcebispo da cidade de São Paulo. Essa posição se radicalizando à medida que a violência do Estado crescia, inclusive contra membros da Igreja.

Além disso, ratifica-se novamente que a Igreja não se compunha como bloco monolítico, conforme mencionado no início do capítulo. Pode-se notar ambiguidade nas relações com o Estado⁹⁰, migrando (lentamente) de franca apoiadora quando do golpe em 1964 para oponente – a escalada de violências foi gradativamente impondo uma postura diferente frente aos governos militares.

Essa narrativa faz sentido para apreender as diversas nuances que marcavam as relações entre a Igreja e o Estado durante os governos militares. Longe de adotarem um discurso único e linear, os membros da Igreja não formavam um bloco monolítico de apoio ou confronto à ditadura. As relações complexas e, muitas vezes, contraditórias da Igreja Católica e do Estado no pós-golpe de 1964 puderam ser percebidas durante os processos contemporâneos de transformações na política nacional e nessa instituição religiosa.

A deposição de João Goulart pelos militares, porém, ainda se deu em um momento em que a ala eclesiástica que apoiava as mobilizações populares era bem mais tímida. A hierarquia da Igreja desempenhou um papel fundamental na criação de uma atmosfera de doutrinação favorável ao golpe, estreitando ligações com a Tradição Família e Propriedade (TFP) e engajando-se na pregação anticomunista e de salvacionismo militar sustentada pelas elites conservadoras das baixas patentes das Forças armadas (sargentos, cabos e soldados), contra a aliança de cristãos e marxistas que começava a ocorrer em entidades sindicais e estudantis.⁹¹

Dessa forma, a Igreja, como outras instituições, não possuiu, ao longo dos anos do pós-golpe de 1964, um discurso unilateral, tampouco seus membros compartilharam as mesmas concepções sobre apoio ou repulsa. Nesse sentido, alguns autores sustentam que a Igreja fez um movimento de “mudança de rota” do apoio inicial ao golpe⁹² quando, em 1965, foi frustrada a expectativa de realização de eleições presidenciais, dirimindo quaisquer

⁹⁰ GOMES, Paulo César. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: a visão da espionagem**. Rio de Janeiro: Record, 2014. SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na sombra - Bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

⁹¹ ARNS, Dom Paulo Evaristo (Org.). “Brasil Nunca Mais”. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 146. Apud: TERINI, Alexandre Gonçalves. **O movimento estudantil na Reforma Universitária da PUC-SP e seu contraponto ao acordo MEC-USAID: uma disputa de projetos político-educacionais nos Anos de Chumbo (1969-1974)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018, p. 48.

⁹² Cf.: GOMES, op. cit., 2014. SERBIN, op. cit., 2001.

dúvidas sobre a face não democrática daquele governo.⁹³ Não obstante, no bojo das orientações de uma “Igreja do povo”, num processo de abertura progressista em diálogo com experiências sociais que tomavam formas diversas de reivindicação, emergiram e ganharam espaço de representação pautas como a teologia da libertação e movimentos religiosos laicos (Ação Católica, JUC, JOC etc.).

No *Porandubas* de março de 1980, o primeiro daquele ano, na tradicional edição de boas-vindas aos calouros, lia-se a matéria “Teologia da Periferia”⁹⁴, que delineava quem fazia e a quem se endereçavam as discussões patentes na Igreja, especialmente na Cúria Metropolitana, conduzida à época por D. Paulo Arns.

Seguramente não foi o público que o TUCA está acostumando a receber. Muitos chegaram direto do trabalho e após as sessões precisaram tomar 3 conduções para chegar em casa. Havia também um número maior de negros do que o habitual. No geral, gente de mão calosa, que durante dez noites frequentemente a Universidade, talvez pela primeira (e a última?) vez. Em nenhuma noite a frequência de 1.500 pessoas caiu e, quase sempre, havia gente nas escadas. Era um público envolvido, batendo palmas com frequência, se emocionando com intensidade, cantando junto com os conferencistas. Isto ocorreu dias 21 de fevereiro a 1º de março. Curso “Igreja na América Latina”. Participantes em sua maioria vindos de Comunidades de Base, O povo na Universidade: finalmente, embora por pouco tempo.⁹⁵

Além da descrição de quem era esse “povo” que a Igreja chamava novamente para suas bases, na matéria destacava-se que a teologia da libertação não fazia eco em uníssono dentro da Igreja. Os ditos setores reacionários não compartilhavam dos diálogos com os quais essa filosofia, em alguma medida considerada subversiva, flertava.

Cabe notar que no periódico *Porandubas*, surgido no primeiro mandato de Nadir como um dos braços da assessoria de imprensa e comunicação da reitoria, verifica-se, na grande maioria das edições, destaque a pautas que faziam referência aos esforços engajados por essa gestão no sentido de disseminar a imagem de uma universidade aberta ao povo.

⁹³ Porém, “a gota d’água pode ter sido em março de 1969, em que o padre Henrique, ligado ao arcebispo Dom Helder Câmara, foi sequestrado, torturado e morto pela repressão em Recife”. TERINI, Alexandre Gonçalves. **O movimento estudantil na Reforma Universitária da PUC-SP e seu contraponto ao acordo MEC-USAID: uma disputa de projetos político-educacionais nos Anos de Chumbo (1969-1974)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018, p. 49.

⁹⁴ PORANDUBAS. São Paulo, ano IV, nº 27, mar. 1980, p. 9.

⁹⁵ PORANDUBAS. São Paulo, ano IV, nº 27, mar. 1980, p. 9.

PUC-PRO-POVO

Por solicitação da Reitoria, a Assessoria de Imprensa e comunicação (que faz o PORANDUBAS) está elaborando um caderno especial sobre os serviços prestados ao povo e à sociedade por grupos ou Institutos da PUC. Este caderno se destina à divulgação desta face menos conhecida desta Universidade.⁹⁶

Cabe ressaltar ainda a ação e o engajamento na política universitária da JUC, da JEC, da JOC e, mais tarde, da Ação Popular. Destacavam-se preferencialmente em movimentos com foco na cultura e na educação. Aliás, registrou-se na literatura histórica que a Igreja passara a exibir suas discordâncias com o regime militar e começara a denunciar a repressão quando esta atingiu os quadros da juventude católica.

Além disso, figuras relevantes dentro da hierarquia da Igreja, como D. Helder Câmara e D. Paulo Evaristo Arns⁹⁷, entraram na memória desse período, pois passaram a contestar constantemente o aparato repressor do regime ditatorial. Enquanto D. Helder Câmara ficou marcado na imprensa e na literatura do período como “bispo vermelho”, pois relatara em suas viagens a diversos países que o Brasil não vivia em situação de regime democrático, D. Paulo Evaristo Arns criou a Comissão de Justiça e Paz, que denunciava os abusos das autoridades militares e as torturas nos porões da ditadura, em defesa dos direitos humanos.

Nesse sentido, o que se observou no arcebispado de D. Paulo Arns foi o movimento de aproximação às camadas populares (o povo), contando com o apoio estreito desses movimentos laicos, expandindo as ações da Igreja nas comunidades a partir das pastorais populares e das Comunidades Eclesiais de Base (CEB). As CEBs, que surgiram no arcebispado de D. Paulo Arns, são exemplares da “missão” da Igreja que o cardeal arcebispo pretendeu adotar na cidade de São Paulo. Assim, ele utilizava-se do auxílio dos fiéis leigos no estabelecimento dos propósitos da Igreja, aproximava-se das periferias e ocupava lugares que a Igreja Católica vinha perdendo junto aos fiéis.

D. Paulo Evaristo Arns lançaria, ainda no princípio do seu arcebispado, uma iniciativa própria denominada Operação Periferia, que fora definida como um “programa missionário interno” da Arquidiocese de São Paulo. Em outras palavras, a idéia era tentar sensibilizar e mobilizar a população em grela para as dificuldades

⁹⁶ PORANDUBAS. São Paulo, ano VII, nº 66, jun. 1983, p. 1.

⁹⁷ TERINI, Alexandre Gonçalves. **O movimento estudantil na Reforma Universitária da PUC-SP e seu contraponto ao acordo MEC-USAID: uma disputa de projetos político-educacionais nos Anos de Chumbo (1969-1974)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

pelas quais estariam passando os moradores dos bairros periféricos de São Paulo.⁹⁸

Em outras palavras, não obstante as motivações humanísticas e pastorais da Cúria Metropolitana, para além de um novo engajamento que se opunha frontalmente ao conservadorismo, assim como se viu anteriormente, tratava-se também de um movimento não isento de interesses político-doutrinários para a conjuntura histórica do país.

A atuação de D. Paulo Evaristo Arns à frente da Arquidiocese de São Paulo estivera sempre alicerçada em questões religiosas/institucionais mas também político-sociais [...] haveria uma intenção explícita de tomar para si a atribuição de fortalecer o cristianismo em São Paulo, através de seu empenho em tomar para si a atribuição de formar o maior número de fiéis para exercer algumas tarefas eclesiais e de incentivar a expansão de comunidades eclesiais de base, principalmente em regiões com número reduzido de paróquias.⁹⁹

É inegável o destaque da figura de D. Paulo Arns na promoção e defesa, durante seu arcebispado, de pautas sociais e políticas inovadoras, pautas essas longamente estudadas e celebradas pela literatura que analisou sua trajetória e atuação durante o regime militar. No entanto, não é foco deste trabalho discutir a atuação do cardeal arcebispo, com exceção dos temas que tangenciaram suas posições como Grão-Chanceler da PUC-SP, nesse caso, durante as gestões de Nadir.

Na quarta edição do *Porandubas*, apresentou-se a matéria “PUC, periferia e adidos culturais”, colocando no centro, literalmente, a aproximação da nova reitoria com D. Paulo Evaristo Arns. A questão inicial que se colocou na discussão foi a utilidade da PUC-SP.

Os encontros com D. Paulo partiram da iniciativa da Reitoria e se desenvolveram num ambiente aberto. Da primeira vez tratou-se acerca de como D. Paulo vê a PUC, a relação desta com as pastorais da Arquidiocese e iniciou-se uma discussão sobre a Participação na vida universitária (co-gestão como idéia).

Neste segundo encontro aprofundou-se a relação Comunidade-PUC. Numa colocação inicial D. Paulo fez um histórico da lenta elaboração dos planos pastorais de conjunto da Igreja, desde 1962 até hoje. No momento, o trabalho da Arquidiocese de SP tem-se resumido a uma atitude: “CUIDADO PARA NÃO ABAFAR A VOZ DO POVO” ele

⁹⁸ RODRIGUES, Cátia Regina. **A arquidiocese de São Paulo na gestão de d. Paulo Evaristo Arns (1970-1990)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

⁹⁹ *Ibidem*, p. 139.

tem modos difíceis de se exprimir, o trabalho é lento e faz-se a partir de grupos pequenos.¹⁰⁰

Ao final da matéria, foi possível observar a ratificação de como a reitora Nadir pensava: que a universidade católica tinha “vocação” para voltar-se aos problemas da cidade, sempre ouvindo, como clamava o Grão-Chanceler, a voz do povo.

Cabe ressaltar a fala de D. Paulo que o periódico destacou sobre o alinhamento das suas pastorais na Arquidiocese e o “histórico” da própria Igreja no contexto do pós-Concílio Vaticano II. Nesse e noutros registros investigados, assim como na historiografia da universidade, observa-se que, quando D. Paulo Arns se dirigia ao que esperava e “sonhava” para a universidade, dizia respeito à aplicação prática dos ideais da missão da Igreja na América Latina.

No que tange à sua atuação na universidade, D. Paulo Arns, desde o início de seu comando na mantenedora da universidade, a Fundação São Paulo, defendeu uma reforma universitária – que, no caso da PUC-SP, pode ser considerada na vanguarda – que se orientasse pelas diretrizes do Documento de Buga sobre “A Missão da Universidade Católica na América Latina”, diretrizes essas que conversavam com a teologia da libertação.

Conforme essa literatura, as intervenções do Grão-Chanceler eram espaçadas e quase limitadas a esse projeto missionário (destacando seu caráter de universidade católica), e não no sentido de se ingerir nas questões administrativas da gestão. Assim, em relação à intervenção pessoal do Grão-Chanceler, em várias ocasiões D. Paulo Arns advogava a autonomia da universidade. O discurso sobre a autonomia da universidade católica e seus limites será, adiante, discutido mais detidamente (ao final deste capítulo I, no item 1.3). Contudo, neste momento, chama-se atenção para as circunstâncias em que D. Paulo Arns, como representante máximo da hierarquia da Igreja na Cúria Metropolitana, projetava o conceito de “independência” da PUC-SP em relação ao Estado, mas subordinação à missão da Igreja, ou seja, seu caráter católico.

¹⁰⁰ PORANDUBAS. São Paulo, ano II, nº 4, ago. 1977, p. 3.

Ora a autonomia queria dizer a não intervenção da Igreja nos rumos cotidianos da universidade, em tudo o que se referisse a mudanças estruturais como a Reforma Universitária, respeitando a direção de leigos e acadêmicos, ora queria dizer a não intervenção do governo na PUC-SP, discurso que podia ter dois sentidos: o antiautoritário ou democrático, a liberdade de uma instituição de ensino, produção de conhecimento, cultura e pensamento crítico contra qualquer tipo de repressão cinda do estado; e o liberal de viés conservador, em defesa da liberdade da universidade como propriedade privada que não pode depender ou ser regulamentada pelo Estado, em outras palavras, uma “Escola Particular que recebe o mandato de educar, não do Estado, mas da família brasileira e por ela é sustentada”.¹⁰¹

Observou-se que, se o Grão-Chanceler buscava o distanciamento das questões administrativas e financeiras da PUC-SP (então em ebulição, nas décadas correspondentes ao seu arcebispado, inclusive), por outro lado, ratificava que a universidade só tinha sentido como tal se voltada ao pensamento emanado da Igreja dos pobres.¹⁰²

Na Cúria Metropolitana de São Paulo, a “Missão do Povo de Deus”, que o então arcebispo organizou quando ainda era vigário episcopal na região norte, a Comissão de Justiça e Paz, a Operação Periferia e a expansão das CEBs delinearum um projeto de Igreja que bebeu das diretrizes pós-Concílio Vaticano II e, especialmente, pós-Medellín.

De maneira similar, a defesa dessas pautas foi mote na universidade, e a ratificação dessas ideias foi notada na gestão de Nadir. Como se observou nas duas gestões da reitora, ela esteve estreitamente em diálogo não somente com o discurso, mas com as práticas que o então arcebispo implementou na cidade em termos de ações organizadas nas periferias, em defesa e acolhimento dos perseguidos pela repressão militar, entre outras ações. Em grande medida, o trabalho que se estabeleceu nas CEBs teve reflexos dentro dos muros da PUC-SP, através de projetos que se articulavam ao conceito de universidade “pro povo”.

Em outras palavras, o arcebispo protagonizou o conceito de “Igreja renovada”, que atendia à necessidade da instituição e sua própria sobrevivência, no sentido de retomar parte do seu rebanho, aproximando-se da realidade político-social dos seus fiéis, cedendo espaço para a participação de religiosos leigos e, ao mesmo tempo, inserindo-se nos mais diferentes segmentos da sociedade, em especial, mediante participação nas lutas das camadas mais

¹⁰¹ TERINI, Alexandre Gonçalves. **O movimento estudantil na Reforma Universitária da PUC-SP e seu contraponto ao acordo MEC-USAID**: uma disputa de projetos político-educacionais nos Anos de Chumbo (1969-1974). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

¹⁰² PEREIRA, Sueli da Cruz. O legado da "Igreja dos pobres" para a Igreja na América Latina. **Pesquisas em Teologia**. [S. l.], v. 1, n. 1, p. 22-37, 2018. Disponível em: <<http://periodicos.puc-rio.br/index.php/pesquisas-emteologia/article/view/682>>. Acesso em: 05 nov. 2020. DOI: <<http://dx.doi.org/10.46859/PUCRio.Acad.PqTeo.2595-9409.2018v1n1p22>>.

vulneráveis. As palavras “povo” e “periferia” foram encontradas em diversas situações nos projetos que foram desenvolvidos durante a gestão de Nadir, a partir de 1974.

No entanto, como foi dito anteriormente, apesar da proximidade dos projetos e das afinidades de filosofia católica entre o Grão-Chanceler e a reitora, segundo relatos, D. Paulo Arns evitava intervenções (em nome da “autonomia” universitária) no que diz respeito às decisões administrativas nas gestões da universidade. Assim, ainda que se verificasse, em parte, a faceta de D. Paulo Arns nos rumos da universidade, notadamente nas gestões da reitora Nadir, a condução das decisões estava entregue à reitoria e à comunidade universitária.

Entre a equipe de Reitora e o cardeal reinou um clima de confiança e colaboração. Tanto assim que, segundo depoimento do professor Edênio Valle, vice-reitor comunitário daquela gestão, “Dom Paulo não tinha presença em nosso cotidiano, não fez grandes intervenções na PUC-SP”.¹⁰³

Se o Grão-Chanceler se distanciava das questões do cotidiano da universidade, por outro lado, era nas políticas do que se pode definir, grosso modo, como promoção social que se encontrava a convergência de ideais. Um dos marcos reivindicados e celebrados nessa memória de universidade aberta e democrática foi o acolhimento de diversos professores¹⁰⁴ cassados durante o regime militar. Iniciado na gestão de José Geraldo de Ataliba Nogueira, foi nas gestões de Nadir Kfoury que esse processo se acelerou e, segundo a literatura, com a anuência do Grão-Chanceler.¹⁰⁵

A presença de D. Paulo Arns era vista sobretudo nos atos públicos realizados no Teatro da Universidade Católica de São Paulo (TUCA) pelo Instituto de Estudos Especiais (IEE). Possivelmente o IEE materializava o projeto de universidade “pró-povo” que vinha sendo desenhado pelo CELAM e que o cardeal defendia como missão da PUC-SP na cidade:

Tentando fazer a ponte com a estrutura acadêmica formal, o IEE foi uma espécie de extensão da arquidiocese, totalmente afinado com suas pautas – problemática do menor, carcerária, a cultura do povo e latino-americana, a Teologia da Libertação.¹⁰⁶

¹⁰³ RIBEIRO JÚNIOR, Jorge Claudio. Dom Paulo e a PUC-SP no contexto da ditadura e depois. **Ciberteologia Revista de Teologia & Cultura**. São Paulo, v. 55, p. 68-84, 2017, p. 72.

¹⁰⁴ Entre eles, Pedro Kalil, Octavio Ianni, Paul Singer, Jose Arthur Giannotti, Bento Prado Jr., Bolívar Lamounier, Florestan Fernandes, Maria Nilce Mascellanni, Yvone Dias Avelino e Paulo Freire.

¹⁰⁵ AVELINO, Yvone Dias. Experiências e Trajetórias de vida. As tramas da Memória Universitária a partir de depoimentos orais. **Projeto História**. São Paulo, v. 22, p. 223-238, 2001.

¹⁰⁶ RIBEIRO JÚNIOR, op. cit., p. 73.

Em outro momento, na ocasião da invasão à PUC-SP ocorrida em 22 de setembro de 1977, que será discutida no segundo capítulo, a figura de D. Paulo estampou algumas das muitas matérias que a imprensa reservou ao episódio. Na *Folha de São Paulo* de 28 de setembro de 1977, em chamada na primeira página, o leitor via as imagens das três autoridades que foram tomadas como centrais no episódio: o governador Paulo Egídio, o secretário de segurança Erasmo Dias e o cardeal D. Paulo Arns. Com o título “Acirra-se a polêmica da PUC”, a matéria destacou o principal argumento das autoridades do Estado (o governador e o secretário de segurança) naquele momento, que seria o caráter subversivo de documentos encontrados no interior da universidade durante a invasão.

Contudo, mais do que a divulgação desses documentos que supostamente comprovariam a subversão dos estudantes, foi mencionada inclusive a proposta de eleições livres e diretas em cartazes localizados nos diretórios e centros estudantis. Nessa oportunidade, a matéria divulgou a frase de D. Paulo Ars a respeito de quem podia entrar na universidade, que se tornaria célebre.

O cardeal arcebispo de São Paulo e presidente da fundação mantenedora da PUC, dom Paulo Evaristo Arns, visitou ontem as instalações danificadas durante a intervenção policial e, dirigindo-se a um grupo de estudantes que foram cumprimenta-lo, perguntou: “O que sobrou além de vocês?”

Dom Paulo acentuou que na universidade só se entra por duas portas, a do vestibular e a da reitoria, e acrescentou que “se a Polícia não passar pelo vestibular e não tiver licença da reitoria, não pode entrar na Universidade”.¹⁰⁷

E, naquele momento, foi questionado em que medida o motivo da invasão teria sido “golpear” o Grão-Chanceler, devido ao trabalho que ele fazia em defesa dos direitos humanos, marcando uma notória resistência à ditadura.

Durante o regime militar lutei pelo fim da tortura no Brasil e pelo restabelecimento da democracia. Não poderia ser de outra forma, pois o ato de tortura é incompatível com a natureza do cristão, com a dignidade da pessoa humana, sagrada diante de deus. [...] Quando criei em 1972 a Comissão Justiça e Paz de São Paulo e incentivei a Pastoral Operária e a Pastoral da Moradia cumpru com esta atividade a minha obrigação cristã e pretendi colaborar para os demais sintam o quanto alguém se importa, o quanto a Igreja se importa com um deles.¹⁰⁸

¹⁰⁷ FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 56, n° 17.710, 28 jul. 1977, p. 1.

¹⁰⁸ Depoimento de Paulo Evaristo Arns. Cf.: AVELINO, Yvone Dias; FROTA, Luciara Silveira de Aragão; GOMES, Edgar da Silva; LOPES, Carlos Danilo Oliveira (Orgs.). **No Laboratório das Palavras: História da**

No projeto de memória oral *No Laboratório das Palavras*, a primeira entrevista é a de D. Paulo Arns, que, num breve balanço de sua trajetória na universidade, ratificou os principais pontos do que entendia como projeto único de seu arcebispado e buscou explicar o que era estar à frente da universidade como Grão-Chanceler.

Mas, um dos mais importantes fatos da minha vida foi a nomeação pelo papa Paulo VI, como arcebispo metropolitano de São Paulo. Teve começo uma grande missão. Primeiro, uma missão junto ao povo; segundo, uma missão na Universidade. Afinal os caminhos É o que eu sempre digo a Universidade deve estar na caminhada com o povo. Quando fui nomeado arcebispo de São Paulo, no primeiro encontro com a direção da PUC ressaltai vários pontos que achei importante. Então, eu disse que a Universidade, tal como hoje, só teria sentido ajudando a solucionar problemas reais.¹⁰⁹

Em outro trecho, continua sua defesa da universidade aberta e atenta aos problemas sociais, a serviço do povo, fazendo eco com as diretrizes que a Igreja estabeleceu como propósitos para a América Latina.

A universidade deve atuar com as comunidades e elaborar projetos com o povo para o povo, nos mais diversos níveis. Por que não aproveitar a experiência do povo se sem ela não se pode analisar o que ele faz ou colaborar com ele? Ao povo cabe também tomar a história na mão.¹¹⁰

O termo comunidade foi defendido como valor fulcral na organização da universidade. Em razão das comemorações do 35º aniversário da PUC-SP e da instalação do primeiro Conselho Comunitário, D. Paulo Arns remete a essa missão da instituição, em consonância com o que havia sido preconizado em Puebla.

De fato, qual a missão do novo Conselho senão a de sacudir da inércia e por em movimento a consciência e a ação de toda a comunidade universitária realmente “unida em torno de uma mesma tarefa”, (como significa etimologicamente a palavra “comunidade”, originada da corruptela latina “cum” + “múnus”, isto é, “unido” + “tarefa”)?¹¹¹

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Coletânea de documentos (1979-1985). 1 CD-ROM. Fortaleza: SOCER, 2015, p. 38-39.

¹⁰⁹ Depoimento de Paulo Evaristo Arns. Cf.: AVELINO, Yvone Dias; FROTA, Luciara Silveira de Aragão; GOMES, Edgar da Silva; LOPES, Carlos Danilo Oliveira (Orgs.). **No Laboratório das Palavras: História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Coletânea de documentos (1979-1985)**. 1 CD-ROM. Fortaleza: SOCER, 2015, p. 38.

¹¹⁰ Depoimento de Paulo Evaristo Arns. Cf.: Ibidem, p. 38.

¹¹¹ Mensagem de D. Paulo Evaristo Arns de 22 de agosto de 1981, p. 1. Fundo CEDIC/PUC-SP.

Esse comunicado sintetizava a avaliação, sob a óptica do Grão-Chanceler, das experiências pelas quais a universidade passava, em especial os anos da gestão de Nadir e a validação da denominada democracia puquiiana.

Nesse contexto, vejo como necessidade não apenas conjuntural o problema de a PUC-SP saber avaliar devidamente e encaminhar de forma construtiva sua rica experiência de democratização. O processo de conquista da convivência democrática, como bem demonstra o recente livro editado pela APROPUC, não cai do céu nem é privativo desse ou daquele setor ou pessoa.¹¹²

Ao final desse mesmo texto, D. Paulo reforçou que o trabalho que organizava naquele período, na Arquidiocese de São Paulo, estava marcado pela “opção pelos pobres”, e ratificou que essa seria também a única missão da universidade católica, segundo seu entendimento, apontando para seu desejo de unicidade de projetos.

Antes disso, em entrevista ao *Porandubas* de abril de 1979 sobre as principais pautas que agitavam a PUC-SP, D. Paulo Arns repetiu o que projetava como uma “verdadeira universidade católica”¹¹³ e as frentes que julgava importantes para se alcançar esse status. Em suma, observa-se que o Grão-Chanceler indicava dois pontos que marcavam seu projeto, ou seja, a missão da universidade católica:

D. Paulo: Entendo-a como uma organização que deve fornecer preparo profissional de boa categoria para cumprir uma missão especial. Ela também deve, diante de um capitalismo e socialismo cansados, preparar um novo caminho para a cidade e para a sociedade, perspectiva, um novo caminho para a cidade e para a sociedade no sentido dos movimentos democráticos.

Em segundo lugar eu imagino, e esse é meu grande sonho, a Universidade a serviço do povo. Que ela não só lute para que haja justiça social, para que o povo participe dela, mas que os filhos do povo também cheguem a entrar na Universidade.¹¹⁴

¹¹² Mensagem de D. Paulo Evaristo Arns de 22 de agosto de 1981, p. 3. Fundo CEDIC/PUC-SP.

¹¹³ Depoimento de Paulo Evaristo Arns. Cf.: PORANDUBAS. São Paulo, ano III, n° 19, abril 1979, p. 4.

¹¹⁴ Depoimento de Paulo Evaristo Arns. Cf.: PORANDUBAS. São Paulo, ano III, n° 19, abril 1979, p. 4.

Nesse caso, observam-se alguns pontos que fizeram parte das metas perseguidas nas gestões de Nadir, mostrando seu alinhamento com a elaboração do projeto de democratização da universidade, contudo, sempre atravessado pela máxima que a Igreja apontou como caminho para a América Latina. No *Porandubas*, nascido sob a gestão de Nadir, essas pautas são constantes nos discursos que buscavam desenhar a caricatura¹¹⁵ da PUC-SP projetada pela reitoria. No entanto, esse era um projeto em elaboração e incompleto. As complexidades das crises que a universidade enfrentava mantinham o sonho de D. Paulo como missão no plano discursivo, em muitas situações.

Nessa mesma entrevista, o então arcebispo confirmou sua confiança na gestão de Nadir, que encabeçava partes desse projeto na universidade, mas ressaltou que não se envolvia no dia a dia das questões internas da PUC-SP (problemas financeiros, administração etc.):

Se a Universidade não estiver na periferia não estará cumprida na missão. É claro que na administração, na parte acadêmica, vocês têm autonomia quase completa. Quem ocupa os cargos são as pessoas mais indicadas e mais competentes e só posso agradecer aos estudantes por terem entendido o intuito desta Reitoria.¹¹⁶

No que diz respeito ao que D. Paulo Arns mencionou como “autonomia quase completa”, o legado mais simbólico possivelmente seja a proposta de consulta direta, ou seja, a eleição para a escolha da reitoria em 1980. D. Paulo Evaristo Arns foi alçado como protagonista do projeto de universidade democrática quando, para o segundo mandato de Nadir, propôs a “consulta” à comunidade universitária da PUC-SP para escolha da nova reitoria, fato que ficou registrado como marco da democracia puquiense, a primeira eleição no país, entre as universidades, para a escolha do mais alto cargo de gestão da instituição.

No entanto, vale destacar que as movimentações que transformaram esse processo num debate público sobre os limites da autogestão e da democracia na universidade foram ensejadas em meio às disputas internas da comunidade universitária, ou seja, docentes,

¹¹⁵ Nesse caso, fez-se referência à estética discursiva que o periódico utilizou de maneira contumaz, com um tipo de humor debochado e irônico, adornado com frequência por charges, e aqui o paralelo estabelecido é sobre como nessa perspectiva se elaborava uma determinada imagem da universidade forjada também por esses elementos, portanto, caricata.

¹¹⁶ Depoimento de Paulo Evaristo Arns. Cf.: PORANDUBAS. São Paulo, ano III, nº 19, abril 1979, p. 4.

discentes, funcionários e a própria administração da reitora Nadir. Esse processo será discutido nos capítulos posteriores, mas aqui vale analisar as conclusões sobre as eleições às quais o então Grão-Chanceler chegou.

DOM PAULO: Eu mesmo propus a eleição e fiquei entusiasmado com a participação e a serenidade com que ela se realizou. Também devo dizer com toda simplicidade que me alegrou o resultado da eleição. O povo – e os estudantes são o povo – sabe eleger seus representantes e aí manifesta sua grande alegria, além de sensibilidade democrática.¹¹⁷

A fala de D. Paulo Arns explicitava, ainda que de forma indireta, algumas questões contidas em várias ocasiões que valem considerações mais demoradas. Talvez a mais proeminente seja a autonomia limitada da universidade em relação à Igreja e, no caso da PUC-SP, à sua mantenedora, a Fundação São Paulo. Dessa maneira, a ideia de autonomia da universidade deve ser problematizada, no sentido de que não se opunha às posições autoritárias e/ou necessariamente democráticas.¹¹⁸

Embora D. Paulo celebrasse e conclamasse “o povo” a participar coletivamente da universidade aberta que se projetava, destacando que não se importava com questões de cunho administrativo da instituição¹¹⁹, as regras da eleição da nova reitoria não apontavam claramente um processo eleitoral direto, bem como a decisão final estava condicionada à sua própria ratificação (e à ratificação do papa, como ironizava a charge na primeira página da edição 33 do *Porandubas*).

¹¹⁷ Depoimento de Paulo Evaristo Arns. Cf.: PORANDUBAS. São Paulo, ano IV, n° 33, out. 1980, p. 3.

¹¹⁸ TERINI, Alexandre Gonçalves. **O movimento estudantil na Reforma Universitária da PUC-SP e seu contraponto ao acordo MEC-USAID**: uma disputa de projetos político-educacionais nos Anos de Chumbo (1969-1974). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

¹¹⁹ Depoimento de Alípio Casali, em entrevista concedida a Alexandre Gonçalves Terini em 2017. Cf.: *Ibidem*.

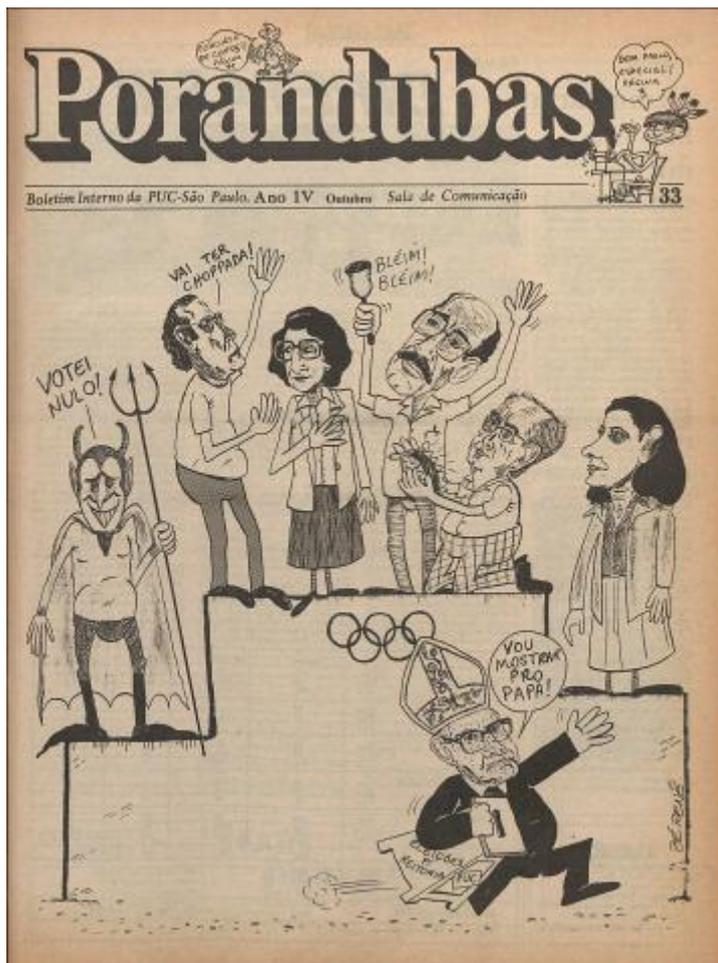


Imagem 4 – A charge mostra Nadir ao centro, com os vice-reitores. No degrau abaixo e à direita está Haydee Maria Roveratti. Com a urna na mão está D. Paulo E. Arns. *Porandubas*, ed. 33, out. 1980.¹²⁰

Apesar da iniciativa do Grão-Chanceler para uma consulta conforme parâmetros e orientações específicas, a conquista do que seria uma eleição democrática se fez em meio a disputas e discussões entre os membros da comunidade universitária da PUC-SP, que tencionaram os limites da autonomia para escolha da reitoria, debatendo a legitimidade dos órgãos representativos.

De maneira semelhante, a defesa da autonomia da universidade ganhava nuances complexas com relação à intervenção governamental, no sentido de que a Igreja, representada na figura do arcebispo, arvorava seu domínio sobre a PUC-SP e também reclamava de sua crescente exclusão das verbas educacionais do governo federal, às quais a instituição dizia fazer jus.

¹²⁰ Fonte: CEDIC-PUC/SP.

Do ponto de vista legal, apesar da universidade ser particular, esta é mantida pela Fundação São Paulo, uma instituição de terceiro setor caracterizada como “Entidade Beneficente de Assistência Social” que recebeu os títulos de Utilidade Pública Estadual (1960), Utilidade Pública federal (1962) e Utilidade Pública Municipal (1973) e, por ser reconhecida pela Lei n.91/1935 (regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961) na função de “sem fins lucrativos”, recebe do governo federal, assim como a nível estadual e municipal, benefícios financeiros e fiscais. Portanto a PUC-SP é uma instituição privada e cobra os alunos pelo serviço e a estrutura, mas ao mesmo tempo é uma concessão pública e por isso recebe verbas públicas, sendo assim “dependente do beneplácito do poder público”.¹²¹

As posições assumidas pela PUC-SP nos movimentos da reforma universitária, nos quais foi pioneira, o engajamento do movimento estudantil e, inclusive, as denúncias a torturas praticadas pela repressão da ditadura feitas por D. Paulo Evaristo Arns na Cúria Metropolitana de São Paulo colocaram a universidade sob estreita vigilância dos governos autoritários, em especial durante a década 1970.

Sustenta parte da historiografia sobre a memória da instituição que, entre outras motivações, a progressiva diminuição dessas verbas desembocou nas sucessivas crises financeiras iniciadas em 1971, demarcando, durante a reitoria de Nadir Kfoury, momentos dramáticos na história da universidade¹²² marcados por inúmeras tensões entre a administração, professores/funcionários e estudantes. Parte dessas discussões será tratada no próximo subitem, para ajudar a iluminar qual foi o contexto que propiciou a primeira reitoria feminina entre as universidades católicas no mundo.

1.3 A CONVERGÊNCIA DOS PROJETOS: UMA UNIVERSIDADE ABERTA E DEMOCRÁTICA

Amalgamando os direcionamentos da Igreja rumo à aproximação com o “povo”, recebendo de seu Grão-Chanceler a operacionalização de uma dinâmica que incentivava idealmente um ambiente democrático, voltando esforços para os problemas sociais mais evidentes no contexto de finais da década de 1970, em plena vigência da ditadura, a PUC-SP e a sua comunidade universitária experimentavam um momento de redefinição da sua missão

¹²¹ TERINI, Alexandre Gonçalves. **O movimento estudantil na Reforma Universitária da PUC-SP e seu contraponto ao acordo MEC-USAID: uma disputa de projetos político-educacionais nos Anos de Chumbo (1969-1974)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018, p. 63.

¹²² Momentos esses que serão mais bem explorados no segundo capítulo desta dissertação, que discutirá a dinâmica das gestões da reitora Nadir.

como universidade. Aqui se procura compreender como se entrecruzaram esses discursos e práticas que transformavam a instituição.

Se até aqui se pretendeu apresentar as transformações da Igreja e do posicionamento de parte de seus representantes seculares e leigos desde o surgimento das universidades católicas no país, faz-se necessário refletir sobre as intersecções entre as experiências dessa instituição e do Estado no ambiente de repressão imposto pela ditadura brasileira e a redefinição do que era a universidade, através da proposta de reforma universitária advinda do acordo MEC-USAID, na década imediatamente anterior à primeira gestão de Nadir.

Embora essa discussão não seja original, visto que o assunto já foi amplamente discutido em pesquisas anteriores a esta, acredita-se que merece destaque o fato de que a PUC-SP se diferenciou nesse contexto, apresentando uma singularidade na reforma universitária que levou a termo, em certa medida escapando das imposições de controle e mercantilização do saber (quase um saber alienado) que o Estado articulava como projeto para as universidades no país.

A PUC-SP ocupou um espaço privilegiado e fundamental no cenário político cultural brasileiro, especialmente no período de 1977 a 1984, não porque o espaço estava vazio, mas porque tinha um projeto de Universidade consistente, embasado nos princípios da Igreja pós-conciliar, com uma nova concepção de Universidade católica e de suas responsabilidades naquele momento histórico da América Latina. Uma nova Universidade historicamente situada, que deveria responder aos problemas específicos da sociedade brasileira, com uma nova visão de cultura e da missão da Igreja no mundo e nas universidades católicas.¹²³

Não se pode afirmar que a universidade somente bebia da missão da Igreja ou mesmo da influência direta do seu Grão-Chanceler. A universidade era atravessada e transformada também por outras influências/interferências incontornáveis, como a do Estado, posto que experimentava, assim como toda a sociedade, os longos anos da ditadura militar.

É consenso na historiografia sobre a universidade que, paralelamente ao processo de abertura política e ao fim do dito “milagre econômico”, a democratização da universidade foi acompanhada da “crescente crise econômica nacional e da crise financeira da instituição”¹²⁴, em consequência do aumento do endividamento da mantenedora Fundação São Paulo após a

¹²³ CIAMPI, Helenice. **A história pensada e ensinada: da geração das certezas à geração das incertezas**. São Paulo: EDUC, 2000, p. 19.

¹²⁴ CANHA, Humberto Carlos Moreira. **História e Memória da Reforma Universitária da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo** (1979-1988). Tese (Doutorado em Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013, p. 11.

construção dos novos prédios e, concomitantemente, da redução do auxílio financeiro do Estado no orçamento da instituição.

A PUC-SP teve de lidar simultaneamente com as mudanças sociais e políticas que se instalavam na sociedade brasileira e com aquelas que a Igreja projetava na sua missão da educação do “povo” na América Latina. Dessa maneira, entre outros movimentos, a universidade, enquanto instituição católica e privada, destacou-se das demais especialmente por ter executado uma reforma universitária amplamente discutida pela sua comunidade. Compreender as especificidades desse processo e como se gestava a universidade que a reitora Nadir assumia ao final da década de 1970 ganha importância nesse sentido.

A reitoria de Nadir Kfourri foi a terceira gestão de membros fora da hierarquia eclesiástica, precedida por Oswaldo Aranha Bandeira de Mello e José Geraldo de Ataliba Nogueira, conforme viu-se anteriormente. Os estudos para a reforma universitária se iniciaram ainda ao final da reitoria de Bandeira de Mello e foram implantados na gestão de José Geraldo de Ataliba Nogueira.

Quadro 1 – Homens e mulheres na reitoria da PUC-SP

Homens	Gestão
D. Paulo Tarso Campos*	1946-1958
D. Antônio Alves de Siqueira	1958-1964
Oswaldo Aranha de Mello**	1964-1972
José Geraldo de Ataliba Nogueira	1972-1976
Luís Eduardo Wanderley	1984-1988
Joel Martins***	1992-1993
Antônio Carlos Caruso Ronca ****	1993-2004
Total	7
Mulheres	Gestão
Nadir Gouvêa Kfourri*****	1976-1984
Leila Bárbara	1988-1992
Maura Pardini Bicudo Vêras	2004-2008
Anna Maria Marques Cintra	2012-2016
Maria Amalia Pie Abib Andery*****	2016-2020
Total	5

* D. Paulo Tarso Campos assumiu após o falecimento de D. Gastão Liberal Pinto (14 dias após a nomeação como reitor, em 1946) / ** Oswaldo Aranha de Mello inicia as reitorias leigas na universidade / *** Joel Martins faleceu após apenas um ano na reitoria, assumindo seu vice-reitor acadêmico Antônio Carlos Caruso Ronca / **** Antônio Carlos Caruso Ronca foi reitor por três gestões, duas delas como reitor eleito / ***** Nadir Gouvêa Kfourri foi a primeira reitora eleita da universidade / ***** Maria Amalia Pie Abib Andery foi reeleita para a gestão 2020-2024 e é a atual reitora da PUC-SP

As complexas relações entre Igreja e Estado durante a ditadura militar brasileira, mencionadas no início deste capítulo, coadunaram-se de maneira diversa no interior dos muros da Universidade Católica de São Paulo. O afastamento dos clérigos da gestão direta na reitoria da PUC-SP, marcado a partir de Oswaldo Aranha Bandeira de Mello, coincide com o gradual processo de constituição enquanto lugar de resistência política em relação aos governos militares. Essa posição levou, segundo a literatura, à crescente perda de auxílio financeiro que o Estado prestava à universidade.¹²⁵ Além disso, as mudanças na composição das faculdades (incorporadas e agregadas), que ocorreram ao longo da década de 1960 no âmbito estrutural da universidade, após o estabelecimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional¹²⁶, através dos novos estatutos¹²⁷, e a construção do novo prédio no campus da Rua Monte Alegre adicionam-se ao processo de endividamento da PUC-SP.

Cabe ressaltar que, quando do início das gestões de Nadir, a universidade tinha acabado de atravessar um intenso processo de transformação que traria ecos e sombras à sua reitoria. Vale retomar alguns dos debates que se articularam nas gestões anteriores e que marcaram pontos de inflexão relevantes na universidade. Para esse estudo, o foco se dirige especificamente para as discussões empreendidas a partir da reforma universitária.

A reitoria de Nadir Kfourri foi a terceira gestão de membros leigos, ou seja, fora da hierarquia eclesiástica, precedida por Oswaldo Aranha Bandeira de Mello e José Geraldo de Ataliba Nogueira, conforme viu-se anteriormente. Os estudos para a reforma universitária, que se iniciaram ainda ao final da reitoria de Bandeira de Mello e foram implantados na gestão de José Geraldo de Ataliba Nogueira, foram marcados pelas disputas em torno de um projeto que atendesse às demandas contrapostas, acarretando intensas turbulências dentro e fora da universidade.

Cabe destacar que a reforma universitária se localizava no contexto de disputas políticas e ideológicas do nacionalismo desenvolvimentista, que se apresentavam como protagonistas dos movimentos estudantis, de professores e intelectuais, pelo menos até o

¹²⁵ Em 1962 as verbas advindas do MEC representavam 76,4% do orçamento geral da universidade; em 1975 esse montante decresceu para 11,7%; e em 1979 não ultrapassava 2,4%, conforme Barreiro Filho relatou em seu estudo. BARREIRO FILHO, Roberto Coelho. **A Igreja, Estado e universidade: um estudo de caso - PUC/SP e seus 50 anos - 1946-1996.** Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

¹²⁶ O artigo 79 da Lei de Diretrizes e Bases decretava que as universidades seriam constituídas pela reunião de cinco ou mais estabelecimentos de ensino superior sob “administração comum”. Até então, a PUC-SP era composta de duas faculdades “incorporadas” (sob administração da mantenedora Fundação São Paulo) e onze faculdades “agregadas” (com autonomia financeira), o que, após a Lei 4.024, podia ter lhe subtraído o caráter de universidade.

¹²⁷ Os estatutos da universidade foram aprovados em 12 de junho de 1962 e adaptados à Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961.

golpe de 1964. Após isso, no intuito de dar respostas a essas demandas, ou melhor, silenciá-las e/ou cooptá-las, o regime ditatorial lançou os acordos MEC-USAID e forjou a sua própria proposta de reforma universitária, concebida à luz da doutrina de segurança nacional.

O desafio que a universidade enfrentou e no qual, segundo esses autores, logrou êxito foi implantar uma reforma universitária que atendesse às exigências técnicas e burocráticas que o Estado demandava no seu projeto de transformação das estruturas da universidade brasileira, sem perder de vista as diretrizes preconizadas pela Igreja pós-conciliar (1962-1965), agindo assim no limite da autonomia que lhe cabia para executar a sua reestruturação.

A proposta que o Estado apresentava se limitava à tentativa de imprimir às universidades do país, sob um viés controlador e economicista, medidas reformistas e modernizantes, cooptando e esvaziando as pautas referentes a transformações de caráter radical que eram reivindicadas pelo movimento estudantil anterior ao golpe de 1964, para adequá-las ao aparato repressor e ideológico da doutrina de segurança nacional.

No Brasil, a reforma universitária do governo tinha vários objetivos. A curto prazo, visava neutralizar a crise no sistema de ensino superior, agudizada com o problema dos excedentes. A médio e longo prazos, porém, objetivava modernizar e racionalizar a universidade brasileira, adequando-a às exigências tecnológicas e disciplinadoras do modelo econômico de desenvolvimento capitalista e à ideologia da doutrina de Segurança Nacional.¹²⁸

Enquanto isso, um grupo de intelectuais e técnicos da universidade já havia concluído, em setembro de 1967, os “Estatutos básicos para a reestruturação da PUC-SP” (antes mesmo da Lei 5.540, promulgada em 1968) e foi encarregado de elaborar uma proposta que atendesse às exigências inegociáveis que o governo impunha e introduzisse as diretrizes para as universidades católicas condensadas no Documento de Buga.

Propunha o documento rever as estruturas de poder da universidade, descentralizando-a e abrindo canais de participação da comunidade nas decisões da instituição, por meio da eleição de suas autoridades; garantir autonomia frente às pressões do Estado, de grupos políticos e inclusive da hierarquia religiosa, abrir a Universidade para as classes menos favorecidas e promover condições para que os universitários pudessem assumir criticamente sua responsabilidade de participação no processo político em vista do bem comum.¹²⁹

¹²⁸ CIAMPI, Helenice. **A história pensada e ensinada:** da geração das certezas à geração das incertezas. São Paulo: EDUC, 2000, p. 43.

¹²⁹ CANHA, Humberto Carlos Moreira. **História e Memória da Reforma Universitária da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo** (1979-1988). Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013, p. 24.

Percebe-se que a elaboração – e posterior execução – de um projeto de reforma universitária que atendesse à complexidade dessas exigências e demandas foi marcada por disputas externas e internas. Sem querer dar conta da diversidade de discussões acerca desse processo, nos últimos anos, surgiram pesquisas que problematizaram algumas ideias presentes em parte da memória da universidade, que enfatizava uma “tese conciliadora” que teria distinguido a PUC-SP por sua “vocação plural e democrática” ao longo da segunda metade do século XX, questionando os limites do que teria sido a democracia puquiiana.¹³⁰ Grande parte desse debate estará presente nas análises feitas no capítulo seguinte. Antes disso, vale observar como essas ideias perpassavam as discussões para a reforma pelas quais a universidade passou nos primeiros anos da década de 1970.

Nesse sentido, um marco apontado pelos autores que se debruçaram sobre as transformações da universidade nesse período foi o processo de discussões sobre o ciclo básico, que sublinharam as particularidades desses entrecruzamentos na instituição. As disputas em torno de um projeto que fosse aceito por grupos opostos da comunidade puquiiana se fizeram presentes nas investigações de vários estudiosos.

Os Estudos Básicos de Reestruturação da PUC-SP, divulgados num contexto de crise universitária e intenso movimento contestatório nacional e internacional, provocaram fortes reações, dentro e fora da instituição. Para os grupos conservadores da Universidade, de certa forma legitimados pelo governo, os Estudos Básicos foram considerados uma proposta “comunista ou marxista”, institucionalmente muito perigosa. Para outros, o plano de reestruturação foi identificado como reforma universitária do governo, com projeto MEC-Usaid.¹³¹

A experiência do ciclo básico foi descrita nas palavras de um dos seus criadores como “a raiz da democracia da Universidade Católica”¹³². O depoimento transcrito a seguir   do então vice-reitor Casemiro Reis Filho, que esteve ativamente à frente das discussões para o implemento do ciclo básico na universidade, anos antes do início da gestão de Nadir.

¹³⁰ CANHA, Humberto Carlos Moreira. **História e Memória da Reforma Universitária da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo** (1979-1988). Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

¹³¹ CIAMPI, Helenice. **A história pensada e ensinada: da geração das certezas   geração das incertezas**. São Paulo: EDUC, 2000, p. 45.

¹³² Depoimento de Casemiro Reis Filho, em entrevista concedida a Luciara S. de Aragão, Yvone Dias Avelino e Juvenal de A. Penteado Neto, em 10 out. 1981. Cf.: AVELINO, Yvone Dias; FROTA, Luciara Silveira de Aragão; GOMES, Edgar da Silva; LOPES, Carlos Danilo Oliveira (Orgs.). **No Laboratório das Palavras: História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Coletânea de documentos (1979-1985)**. 1 CD-ROM. Fortaleza: SOCER, 2015, p. 402.

O Básico, como foi pensado, é fruto de uma situação histórica concreta. O Brasil estava numa ditadura militar, das mais opressivas, e que havia tomado, os operários e os estudantes, como seus inimigos. A experiência estudantil de muitas das pessoas que estiveram cursando o básico, e o que eles haviam adquirido de mais significativo para sua visão de mundo, foi a convivência estudantil nas agremiações, nos centros acadêmicos.

Ora, a ditadura militar acabou com essa vida estudantil, com esses centros acadêmicos, e até a sua associação nacional, a UNE, havia sido proibida. Então, a ideia era assim: se não pode enquanto estudante, vamos transformar a estrutura da Universidade, para que todos os estudantes tenham voz ativa e toda sua criatividade possa se manifestar. A ideia era revolucionária, em relação à universidade arcaica, onde tomava o estudante, por definição, como um incompetente; onde o aluno não dava nenhuma opinião, a não ser quando chamado, nas provas, depois de ouvir o professor. E a sua competência era medida, na medida em que era capaz de repetir o que o professor havia dito, ou os livros. No Ciclo básico, a coisa inverte-se. Ele parte da ideia de que o homem comum é competente para tratar dos problemas humanos, que ele tem uma palavra a dizer.¹³³

Os historiadores que se dedicaram à memória da reforma universitária da instituição eram oriundos em maior parte de organizações católicas participantes desse processo. Segundo alguns autores mais contemporâneos, é preciso levar em conta determinadas “tendências à hipervalorização, a posteriori, do peso de certas organizações e personagens envolvidos na história da instituição”¹³⁴. O presente estudo está alinhado com essa preocupação no sentido metodológico, posto que grande parte da documentação analisada para esta pesquisa, inclusive a oral, parte da perspectiva de leitura de membros da instituição.

Nesse caso, cabe notar que Casemiro Reis Filho concedeu esse depoimento a partir da sua leitura como um dos mentores do ciclo básico e, naquele momento, como vice-reitor acadêmico na gestão de Nadir. Dessa maneira, representava parte do grupo que, nas disputas internas pela reforma universitária, em 1971, saiu vencedor, ou seja, houve a introdução do ciclo básico idealizado por ele mesmo, em consonância com os ventos renovadores da Igreja, acalentados pela missão do Grão-Chanceler D. Paulo Arns de uma universidade progressista e com viés democratizante.

¹³³ Depoimento de Casemiro Reis Filho, em entrevista concedida a Luciara S. de Aragão, Yvone Dias Avelino e Juvenal de A. Penteado Neto, em 10 out. 1981. Cf.: AVELINO, Yvone Dias; FROTA, Luciara Silveira de Aragão; GOMES, Edgar da Silva; LOPES, Carlos Danilo Oliveira (Orgs.). **No Laboratório das Palavras: História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Coletânea de documentos (1979-1985)**. 1 CD-ROM. Fortaleza: SOCER, 2015, p. 402.

¹³⁴ CANHA, Humberto Carlos Moreira. **História e Memória da Reforma Universitária da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1979-1988)**. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013, p. 15.

Conforme será visto nos capítulos seguintes (ver Capítulo II, item 2.1), a própria escolha da reitora Nadir trazia ecos desse projeto de universidade, que esteve em disputa desde o final da década de 1960, tanto que Casemiro Reis Filho, quando descreveu o percurso que a PUC-SP traçou entre a “Universidade velha e a Universidade nova”¹³⁵, disse que a nomeação de Nadir se deu, entre outros fatores, porque ela representava a amálgama dessas forças pelas mudanças que eram advogadas para a instituição.

[...] a Professora Nadir, que lutava contra as bases para uma Universidade melhor, mostrou a todos que ela deveria ser a nova Reitora.

A grande qualidade de D. Paulo, foi perceber, na tenacidade, na capacidade de lutar, e o sentido de justiça da Professora Nadir estava à continuidade das aspirações da Universidade Católica, dentro daquele conceito que fez as transformações. Foi dessa maneira que a Professora Nadir foi levada à Reitoria, na primeira gestão; e, na segunda, vocês sabem, ela já foi escolhida pela comunidade. Isso é um processo muito grande da democratização.¹³⁶

Contudo, cabe destacar que, embora a experiência da reforma universitária e da implantação do ciclo básico na PUC-SP seja reivindicada pelos diversos grupos que compunham a comunidade puquiense de finais dos anos de 1960 e início da década de 1970, tais como os professores e os estudantes, identificando neles marcos que alçavam os emblemas da “democracia” e da “autonomia” como bandeiras, as disputas em torno da sua legitimidade e dos seus limites se mostrou presente na memória da instituição.

Por outro lado, dois principais aspectos que encontramos no documento de Buga estão ausentes no projeto da PUC-SP: a questão da autonomia e da democracia. Não há menção em nenhum trecho acerca da autonomia da comunidade universitária com relação ao Estado e a Hierarquia da eclesiástica, nem sobre o financiamento, cujas fontes não poderiam prejudicar esta autonomia. Da mesma forma, nada sobre o “diálogo vertical”, isto é, a democratização das estruturas de poder da universidade, que envolveria a “devida representação” da “célula viva” (professor-alunos) “em todos os níveis do governo da instituição e na eleição de suas autoridades”.¹³⁷

¹³⁵ Depoimento de Casemiro Reis Filho, em entrevista concedida a Luciara S. de Aragão, Yvone Dias Avelino e Juvenal de A. Penteado Neto, em 10 out. 1981. Cf.: AVELINO, Yvone Dias; FROTA, Luciara Silveira de Aragão; GOMES, Edgar da Silva; LOPES, Carlos Danilo Oliveira (Orgs.). **No Laboratório das Palavras: História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Coletânea de documentos (1979-1985)**. 1 CD-ROM. Fortaleza: SOCER, 2015, p. 404.

¹³⁶ Depoimento de Casemiro Reis Filho, em entrevista concedida a Luciara S. de Aragão, Yvone Dias Avelino e Juvenal de A. Penteado Neto, em 10 out. 1981. Cf.: *Ibidem*, p. 405.

¹³⁷ TERINI, Alexandre Gonçalves. **O movimento estudantil na Reforma Universitária da PUC-SP e seu contraponto ao acordo MEC-USAID: uma disputa de projetos político-educacionais nos Anos de Chumbo (1969-1974)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018, p. 150.

Observou-se a decisiva influência do Documento de Buga na elaboração dos “Estudos básicos para a Reestruturação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo”, feita em setembro de 1967, após o Seminário do Departamento de Educação da CELAM promovido na Colômbia, que contou com a participação de D. Candido Padim e Nadir Kfoury como representantes da comitiva brasileira. Importante frisar que, ao retornarem à universidade, eles apresentaram esse documento para compor o projeto de reestruturação que se iniciava.

[...] há o uso recorrente dos conceitos de “autonomia” e “democracia” nos discursos políticos para delimitar a relação entre leigos e clero, a comunidade universitária e a Igreja, a PUC-SP e a Fundação São Paulo, a Universidade e o Estado, etc. No entanto, o uso de ambos nem sempre adquire o mesmo significado e nem sempre está vinculado com a prática, varia conforme a conjuntura e os interesses de quem os utilizam.

É muito significativa esta ausência porque possivelmente demonstra a diferença dos princípios gerais dos bispos da CELAM e do modo como esses princípios são aplicados em uma universidade católica como a PUC-SP. Há uma indefinição provavelmente proposital de limites claros para a intervenção ou não da Hierarquia Eclesiástica e mesmo do Estado na PUC-SP.¹³⁸

Vale trazer à cena os estudos sobre a reforma da PUC-SP, problematizando quais eram os limites dos conceitos autonomia e democracia. As questões que se levantaram nessa literatura envolvem, grosso modo, as singularidades de uma universidade que possuía (e reivindicava) determinada “autonomia” em relação ao Estado no sentido de ser uma instituição privada, mas, em contrapartida, as limitações por ser católica e, portanto, estar sob a tutela da Igreja. Isto posto, a ideia de “autonomia” na PUC-SP se apresentava dúbia quanto ao que a Igreja advogava em relação aos seus (plenos) poderes na condução da instituição, visto que não estava submetida à administração e/ou ingerência do Estado. Mas, por outro lado, a universidade, apesar de não ser pública, recebia verbas do MEC e estava, assim como as demais universidades, submetida às suas regras, em maior ou menor grau.

No entanto, também a comunidade universitária puquiense se ocupava de outra leitura sobre o conceito de autonomia. Nesse caso, é possível apreender uma análise no sentido da demanda de uma (auto)gestão mais independente em relação à própria Igreja, representada nesse caso pela mantenedora Fundação São Paulo.

¹³⁸ TERINI, Alexandre Gonçalves. **O movimento estudantil na Reforma Universitária da PUC-SP e seu contraponto ao acordo MEC-USAID**: uma disputa de projetos político-educacionais nos Anos de Chumbo (1969-1974). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018, p. 83.

Nessa esteira, também se tencionaram, de mãos dadas com a concepção de autonomia, as elaborações sobre qual foi a “democracia” projetada e possível nas experiências da comunidade puquiiana. Ao longo das décadas de 1970 e 1980, os discursos sobre democracia nas instituições, nas formas de representação nos poderes e a própria ideia de liberdade como narrativa (seja na administração e gestão, seja nas relações entre docentes, discentes e estudantes) se intensificaram, coincidindo com o momento em que esses debates se acaloravam no processo de reabertura democrática do país. Essas confluências são esmiuçadas no capítulo que trata do segundo mandato de Nadir.

Nesse bojo, a leitura dos documentos revelou uma memória que preza a celebração dos êxitos em virtude das particularidades que distinguem a PUC-SP na reforma universitária, uma vez que a instituição conseguiu impor pontos de resistência ao projeto que o Estado pretendia. Também foram subjugadas as fragilidades da reestruturação que limitavam (e que no longo prazo minguariam muitas das conquistas dessa experiência democrática) a plena autonomia universitária.

Não obstante a reforma Universitária teve pretendido criar uma nova Universidade teve pretendido criar uma nova Universidade, o que temos hoje é a UNIVERSIDADE COMO UMA COLCHA DE RETALHOS nas faculdades entre si e na separação do Básico, Profissional e Pós-Graduação.¹³⁹

Entre os trabalhos mais recentes sobre esse momento da universidade, sobressaindo-se uma geração de autores que não foram contemporâneos dos acontecimentos e produziram suas investigações a partir das perspectivas dos professores e dos alunos, pode-se perceber a identificação das funções atribuídas à mantenedora Fundação São Paulo como ponto de convergência das principais limitações das almeçadas “democracia” e “autonomia”.

Situada fora e acima da estrutura universitária da PUC-SP, está o Conselho Superior e o Conselho deliberativo da Fundação São Paulo, órgãos máximos de deliberação sobre a política acadêmica, organização administrativa e dotação orçamentária da universidade. Sob a presidência do Arcebispo Metropolitano de São Paulo, esses órgãos exercem a função de zelar pela fidelidade às normas instituídas pela Fundação para a PUC-SP, bem como aprovar alterações estatutárias, criação, incorporação ou extinção de unidades e órgãos universitários, bem como deliberar sobre concursos para professores. (ESTATUTOS DA FDS, sd.). De fato, a FSP dirige a PUC-SP e assegura seus direitos sobre a universidade. Com base nesses direitos, a FSP é a entidade que irá, no decorrer da história da instituição, traçar

¹³⁹ PORANDUBAS. São Paulo, ano III, n° 23, set. 1979, p. 10.

as possibilidades e os limites da autonomia universitária, da democracia e da participação da comunidade no governo da instituição.¹⁴⁰

As disputas sobre a (in)gerência dessa entidade e os poderes que se sobrepuseram (ou não) às discussões da comunidade universitária na luta pela democratização da universidade foram recorrentes na documentação e se espelharam na literatura da instituição. No que concerne a esta investigação, esse debate será afunilado adiante, quando da abordagem acerca das gestões de Nadir e sua relação muitas vezes de afinidade com a mantenedora, corporificada àquela época na figura do cardeal D. Paulo Evaristo Arns. As disputas em torno da legitimação dessas ideias se exacerbaram a ponto de cravar marcos não somente simbólicos, mas práticos no cotidiano da universidade.

Enquanto isso, a documentação da instituição mostrou a emergência (de)recorrente da missão da universidade católica na América Latina preconizada no Documento de Buga: a universidade deveria se aproximar dos mais pobres ou, conforme o conceito mais presente nas pautas, do povo. Esse projeto e suas pautas elementares estavam presentes já na primeira edição do periódico *Porandubas*, em matérias como “O povo é culto? – É sim”. O título, em realidade, fazia referência às discussões conduzidas no IEE e, na ocasião, chamava atenção para o Simpósio sobre a Cultura do Povo.

DOMINAÇÃO NOSSA DE CADA DIA

A PUC através do IEE acaba de aderir ao projeto de “Jornadas Internacionais por uma Sociedade superando as Dominações”. Iniciativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). O projeto prevê um encontro internacional a se realizar em outubro de 77, no Canadá. Neste encontro serão apresentadas à opinião pública mundial, em fórum aberto, os dados sobre situações de dominação em todo o mundo e as ações educativas para sua superação.¹⁴¹

Na sequência, identificou-se outro debate que seria recorrente dali em diante nas páginas do jornal. Com a chamada “Universidade Pé-no-chão”, outro pequeno artigo defendia projetos que se engajavam nas discussões sobre a desconstrução da universidade que se distancia da realidade social e celebrava iniciativas como o Projeto Periferia, conduzido pelos(as) alunos(as) do Serviço Social.¹⁴²

¹⁴⁰ CANHA, Humberto Carlos Moreira. **História e Memória da Reforma Universitária da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo** (1979-1988). Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013, p. 32.

¹⁴¹ PORANDUBAS. São Paulo, ano I, n° 1, abr. 1977, p. 1.

¹⁴² Não obstante a literatura identificar que, na maioria das vezes, grande parte das turmas do curso de Serviço Social era composta de mulheres, a matéria atribui a condução do projeto aos “alunos”.

Tentando romper com o espeço das salas de aula e com uma certa retórica vazia, suja apenas de giz e montada sobre velhos alfarrábios, vão surgindo várias experiências educacionais. Uma delas, os “Seminários da Prática” busca conhecer a realidade social atuando sobre ela. [...] Tendo por objetivo criar uma integração Teoria-Prática e uma visão de totalidade e usando o método de coleta de dados seguida de análise, os Seminários já selecionaram junto com os novos alunos alguns temas centrais. A preferência recaiu sobre o Menor Abandonado. Há interesses também sobre prostituição, papel da mulher, migração e mortalidade infantil.¹⁴³

Ao descrever do que se tratava a disciplina do curso de Serviço Social (da qual a então reitora Nadir advinha), estabeleceu-se quase que um manifesto sobre quais foram as principais temáticas de defesa da universidade do povo. Dessa forma, versava-se sobre qual caminho se acreditava que tiraria a universidade fechada em si e buscaria por uma universidade aberta e atenta aos problemas sociais na prática.

Como já dito, o periódico *Porandubas*, apesar de não ter sido classificado como documento institucional para esta pesquisa, foi um meio de comunicação vinculado à recém-criada, àquela época, assessoria de comunicação, que, em alguma medida, difundiu os projetos que, para a universidade, sob a nova reitoria de Nadir, eram basilares para essa identidade/missão que se buscava. Assim, nos primeiros números do periódico, lia-se na capa a informação de que aquele se tratava de um “Órgão a serviço da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo”, ou seja, é preciso ter em mente que as pautas selecionadas desenhavam uma ideia de como a PUC-SP era vista pelos múltiplos agentes da comunidade universitária, mas estavam alinhadas com o projeto que a reitoria encabeçava.

Nesse bojo, foi possível perceber, especialmente nas primeiras edições, a divulgação de discussões que carregavam palavras-chave como povo, cultura, menor abandonado e indígenas. Foi visível o esforço de fazer saber, comunicar e, nesse caso, projetar qual era o projeto de universidade que estava sendo perseguido, selecionando pautas que seguiam numa mesma direção: a missão maior na qual a instituição e toda a sua comunidade deveriam se engajar.

Na edição de maio de 1977, a capa trazia, em letras garrafais, junto a uma charge, a divulgação do Simpósio sobre a cultura do povo, com o título “A voz do povo, afinal”, que descrevia como seria o encontro na noite do evento. Atribuiu-se tal relevância a esse simpósio que a edição seguinte do *Porandubas* pretendia ser um documento desse evento. Assim, lia-se no editorial assinado pela redação:

¹⁴³ PORANDUBAS. São Paulo, ano I, n° 1, abr. 1977, p. 2.

Dentro da topografia da Universidade, sinuosa e sujeita a múltiplas transformações, podem-se perceber pontos culminantes, confluência de muitos retratos e quedas d'água.

Neste primeiro semestre de 1977 um acontecimento que certamente serviu de ponto de referência e estuaria de uma série de preocupações e trabalhos, foi o SIMPÓSIO sobre a cultura do povo. Promoveram-no o Instituto de Estudos Especiais (IEE) e o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC), num trabalho calado e persistente. Este número de “PORANDUBAS” pretende ser um documento que reúne resenhas críticas do Simpósio, segundo especialistas de várias áreas, numa preocupação exclusivamente interdisciplinar.¹⁴⁴

As resenhas críticas descritas e contidas nessa edição-documento apresentavam as análises de especialistas de diversos cursos da universidade, advindos dos departamentos de História, Serviço Social, Psicologia e Educação, notadamente, buscando cada qual discutir como essas disciplinas se engajavam e dialogavam com pautas como “a linguagem e cultura do povo”, “a história dos dominados”, “psicologia social” etc.

Com semelhante tom, que por vezes fazia-se como autodeclaração e/ou validação da PUC-SP como uma universidade singular que se descolava das demais no que se referia à sua missão, na edição que dava as boas-vindas aos calouros de 1978, o editorial do *Porandubas* reafirmava a que se propunha (ele próprio como veículo de comunicação da universidade) e qual universidade queria.

A Você Que Chega

Fim de férias, início de novas turmas. Nosso jornal dedica seu espaço aos que pisam pela primeira vez neste campus e aos que retornam. O “PORANDUBAS”, depois da experiência de 9 edições no ano passado, chegou a conclusão de que mesmo para o pessoal antigo A PUC É MAL CONHECIDA. Muita coisa importante acontece, mas pouco se divulga.

A você calouro, esta edição apresenta uma Universidade que quer renovar-se a fundo. Que se volta para os problemas da Comunidade, especialmente do POVO. Que não quer transmitir um ensino necrosado mas criar cultura através da Pesquisa engajada. Você está convidado a participar, a fazer ouvir sua voz ao lado daqueles que durante tantos anos dedicaram sua vida ao ideal da verdadeira Educação.

A Redação.¹⁴⁵

Por esse editorial, vislumbram-se algumas ideias bastante claras (e também um ideal), nas quais vale a pena se deter para analisar qual era o momento marcado como “anterior”, ou seja, o passado da PUC-SP, e qual era aquele “novo” que a reitoria de Nadir

¹⁴⁴ PORANDUBAS. São Paulo, ano I, n° 3, mai. 1977, p. 1.

¹⁴⁵ PORANDUBAS. São Paulo, ano II, n° 9, mar. 1978, p. 1.

queria pautar e como queria fazê-lo. Sem a assinatura pessoal de seu editor, “A Redação” do periódico buscava referência para o que seria a universidade num passado ilustre feito por aqueles “que durante tantos anos dedicaram sua vida ao ideal da verdadeira educação”.

Assim, como se viu previamente nas narrativas dos seus “pioneiros”, no item inicial deste capítulo, não se relegava a memória de uma universidade que se diferenciava desde seus primórdios e, ao mesmo tempo, chamava a atenção dos novos membros da comunidade puquiana para que conhecessem o que estava acontecendo na PUC-SP, que queria “renovar-se”, voltar-se ao povo, com viés de ensino/pesquisa engajada. Além disso, convocava os calouros a participarem dessa renovação.¹⁴⁶

Cabe notar que, ao final de seu primeiro ano de existência, o periódico chegou à conclusão de que a “PUC é mal conhecida”. Em seguida a essa afirmativa, lê-se o porquê dessa conclusão: pois, na universidade, “muita coisa importante acontece, mas pouco se divulga”. Lembrando que o *Porandubas* surgiu exatamente para preencher essa lacuna. Aqui se pode aferir que o jornal ratificava seu projeto de fazer conhecer o que acontecia na universidade, sobretudo devido ao seu vínculo com a assessoria de comunicação da reitoria, que divulgava as ações, eventos e projetos pelos quais a universidade à la Nadir se renovava.

Nesse bojo, ao longo de todo o ano de 1978, segundo de atividade do *Porandubas*, foi possível localizar edições “temáticas” quase inteiramente dedicadas à preocupação referente a uma diversidade de problemas sociais emergentes no período, como a questão do menor abandonado (“Eu não nasci Pivete”¹⁴⁷), as incipientes greves operárias (bairro, universidade, fábrica)¹⁴⁸, as questões sociais a partir da América Latina¹⁴⁹, a busca pela democracia universitária¹⁵⁰ e, fechando esse ciclo, os povos indígenas (“Índio virar branco?”¹⁵¹). Vale destacar que, nesse sentido, parece nítido o desenho que se queria traçar dessa universidade renovada e do povo, quais eram os debates e as frentes que se colocavam como relevantes. E, como visto anteriormente, esse desenho se alinhava com os direcionamentos pregados pela Igreja naquele contexto.

A universidade católica que surgiu na metrópole paulistana na década de 1940, que contou, desde a sua origem, com a participação de uma diversidade de congregações eclesiais, diferentemente da pioneira PUC-RJ, e ainda com a articulação dos leigos

¹⁴⁶ Essa convocação estava explicitada no primeiro comunicado que a reitoria de Nadir Kfoury emitiu quando da sua primeira nomeação, em 1976, conforme será visto no segundo capítulo.

¹⁴⁷ PORANDUBAS. São Paulo, ano II, n° 10, abril 1978.

¹⁴⁸ PORANDUBAS. São Paulo, ano II, n° 13, ago. 1978.

¹⁴⁹ PORANDUBAS. São Paulo, ano II, n° 14, set. 1978.

¹⁵⁰ PORANDUBAS. São Paulo, ano II, n° 15, out. 1978.

¹⁵¹ PORANDUBAS. São Paulo, ano II, n° 16, nov. 1978.

advindos dos movimentos católicos, passou por inúmeras transformações até chegar à celebrada “democracia puquiiana” que se viu nas décadas de 1970 e 1980. Não se tratou, é claro, de uma evolução linear, ao contrário, esta foi marcada pelo fortalecimento de discursos da comunidade universitária. Foi nos anos em que a reitora Nadir ocupou a gestão que se experimentou a primavera democrática dessa universidade – os autores coincidem na afirmativa.

Longe de pretender um discurso teleológico e até progressista, no sentido de mostrar uma “evolução” da PUC-SP como uma universidade que caminhou em direção a um projeto inequívoco de democracia e liberdade capaz de propiciar a ascensão de uma mulher à sua reitoria em contexto de grande repressão, até aqui se procurou esmiuçar quais foram as disputas que a instituição enfrentou até o início da década de 1970 e por quais transformações se engendraram as experiências vividas nela. Em outras palavras, vislumbrar qual identidade se articulava por essas experiências, problematizando que poderes e resistências se faziam da universidade na vanguarda democrática. Desvendar como e por que Nadir se estabeleceu na reitoria por dois mandatos consecutivos e quais transformações isso propiciou para a universidade é o desafio a que se propõe o capítulo seguinte.

ESTA NÃO É A ÚLTIMA EDIÇÃO!

Porandubas

Boletim Interno da PUC-São Paulo. Ano IV abril Sala de Comunicação 28




DERDIC, Desconhecida e Ameaçada (pg. 2)

Flexendo na Estrutura (pg. 6)

Curtas (págs. 11 e 12)

CAPÍTULO II – INÍCIO DA “ERA NADIR”, RESISTÊNCIA E A DEMOCRACIA PUQUIANA: AS TRÊS DAMAS NO PALCO (1976-1980)

Este capítulo se propõe a analisar as transformações que aconteceram na universidade sob a gestão de Nadir Gouvêa Kfoury, detendo-se no seu primeiro mandato, partindo das reflexões sobre o contexto em que Nadir foi nomeada reitora – como então a primeira mulher a ocupar esse posto em universidades católicas no mundo – e, simultaneamente, discutindo como as estruturas administrativas da PUC-SP se transformaram nesse período. A proposta é questionar como a gestão de Nadir propiciou um ambiente democrático para as discussões acerca do papel das universidades suscitadas nesse período de reabertura democrática do país, destacando como se estabeleceu o diálogo contínuo com os funcionários, professores e estudantes.

Nesse sentido, o capítulo trata da indicação de Nadir para reitora pelo então cardeal e Grão-Chanceler D. Paulo Evaristo Arns, discutindo quais fatores podem ser considerados para essa escolha e como a notícia dessa nomeação repercutiu nos jornais da imprensa paulista. Além disso, discorre sobre as narrativas do período que compreende a primeira fase da gestão de Nadir, quando a PUC-SP vivenciou eventos-chave salvaguardados na sua memória institucional que advogam uma identidade e vocação democrática.

Percebeu-se ao longo da pesquisa que o mais emblemático desses eventos talvez seja a invasão ao *campus* ocorrida em 22 de setembro de 1977, que ficou marcada na memória histórica da PUC-SP. Esse episódio transfigurou-se em marco na primeira gestão de Nadir, estampando nos principais noticiários da imprensa a imagem da reitora enfrentando as autoridades em defesa da autonomia universitária, inclusive o então secretário de segurança de São Paulo, o coronel Erasmo Dias.

No bojo dessas discussões, será analisado de que maneira se ensejou a organização da APROPUC e da AFAPUC da universidade nessa fase inicial da “Era Nadir”. Nesse caso, propõem-se reflexões sobre os diálogos e as tensões dessas associações – além das organizações estudantis, como o DCE – na elaboração e participação no projeto de universidade que a reitora defendia.

2.1 O ANO INTERNACIONAL DA MULHER E A PRIMEIRA REITORA NAS CATÓLICAS



Imagem 5 – Reitora Nadir Gouvêa Kfourri à direita, Michel Temer à esquerda e D. Paulo Evaristo Arns ao centro.¹⁵²

O ano de 1975 foi celebrado como o Ano Internacional da Mulher¹⁵³. Esse fato foi ressaltado na fala do Grão-Chanceler quando indicou a Profa. Dra. Nadir Gouvêa Kfourri para reitora da PUC-SP. Marcando uma vanguarda, Nadir Kfourri se tornava então a primeira mulher no mundo a assumir a reitoria de uma universidade católica. No Brasil foi a segunda a assumir esse alto cargo de gestão em universidade no país.¹⁵⁴

Dom Paulo me chamou e comentou, brincando, que se tratava do “Ano Internacional da Mulher”, e que ele gostaria que a Universidade Católica – onde um número tão grande de mulheres estudava e onde havia, também, um número muito grande e muito competente de

¹⁵² Fonte: Comissão da Verdade da PUC-SP Reitora Nadir Gouvêa Kfourri - CVPUC.

¹⁵³ A literatura corrente sobre o “surgimento” do movimento feminista brasileiro costuma apontar os eventos patrocinados pela ONU em 1975 como marco inicial do feminismo brasileiro nessa nova fase. Ver: COSTA, Albertina de Oliveira; BLAY, Eva Alterman (Orgs.). **Gênero e Universidade**. São Paulo: NEMGE-USP, 1992.

¹⁵⁴ A primeira reitora do país, anos antes, havia sido a jurista Esther de Figueiredo Ferraz, na Universidade Presbiteriana Mackenzie. Vale destacar que Esther também foi a primeira mulher a dar aula na Faculdade de Direito da USP, primeira Secretária da Educação de São Paulo e, em 1882, primeira Ministra de Estado, na pasta da Educação, durante o regime militar, no governo de João Figueiredo (1979-1985). Nadir e Esther foram colegas nos cursos da Escola Normal Caetano de Campos e, mais tarde, no curso de especialização. Ver: WANDERLEY, Mariângela Belfiori; YAZBEK, Maria Carmelita. **Nadir Gouvêa Kfourri**. São Paulo: EDUC, 2016. Sendo assim, foram contemporâneas, e suas trajetórias se cruzam também no auge da carreira profissional de ambas.

mulheres universitárias docentes – tivesse, à sua frente, uma reitora, uma mulher.¹⁵⁵

Constatou-se na produção acadêmica da instituição a recorrência de narrativas elogiosas que se dirigem a Nadir, por sua sólida e notória trajetória profissional como uma das pioneiras na área de Serviço Social.¹⁵⁶ Além disso, seu engajamento nas pautas sociais levantadas pelos novos rumos da Igreja Católica, sua participação nas discussões acerca da reforma universitária, entre outros vários fatores auxiliam na compreensão acerca de quais foram as condições que contribuíram/permitiram sua chegada à reitoria da PUC-SP.

A reflexão sobre o processo de formação e a trajetória de Nadir, com suas especificidades de espaço e tempo, perpassa por discussões que são mediadas pelas instâncias socializadoras, culturais e pelas referências identitárias¹⁵⁷ que ela acessava. Nesse sentido, cabe ressaltar os códigos e repertórios compartilhados na educação das jovens das elites paulistas.

Iniciando pela sua trajetória profissional, vale observar as condições pessoais de acesso à educação em toda a sua formação. Nascida em uma família de origem libanesa, estudou nas instituições paulistanas mais tradicionais, primeiro na Escola Normal Caetano de Campos, e depois no Instituto de Educação da Universidade de São Paulo. Também passou pela experiência de fazer pós-graduação nos Estados Unidos (Catholic University, 1942) e, na volta ao Brasil, trabalhou no país inteiro com a Legião Brasileira de Assistência (LBA)¹⁵⁸. Além disso, prestou serviços às Nações Unidas, atuando na Espanha e em diversos países da América Latina.

¹⁵⁵ Depoimento de Nadir G. Kfoury, 1982. Cf.: AVELINO, Yvone Dias. Experiências e trajetórias de vida. As tramas da Memória Universitária a partir de depoimentos orais. **Projeto História**. São Paulo, v. 22, p. 223-238, 2001, p. 232.

¹⁵⁶ YASBECK, Maria Carmelita. **Estudo da evolução histórica da Escola de Serviço Social de São Paulo no período de 1936 a 1945**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1977.

¹⁵⁷ Nesse sentido, a referência assenta-se no conceito de *habitus* como um princípio mediador que contempla a coexistência e correlações de práticas individuais e suas condições sociais de existência. BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

¹⁵⁸ A Legião Brasileira de Assistência surgiu, em 1942, como órgão assistencial público fundado pela então primeira-dama Darcy Vargas. No contexto da Segunda Guerra Mundial, tinha como função prestar auxílio às famílias dos soldados. Encerrada a guerra, o órgão continua a existir e passa a ajudar famílias em situação de pobreza, tornando-se, em 1969, fundação vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social. Encerrou suas atividades em 1995.



Imagem 6 – Nadir Gouvêa Kfoury.¹⁵⁹

No seu ambiente familiar, foi propiciado pelo pai o incentivo à leitura (hábito que a reitora identifica como de relevância nas suas entrevistas), além da diversa formação cultural diante da convivência, entre outros, com artistas modernistas que frequentavam os círculos de amizade da família. Nesse sentido, Nadir, mesmo num período em que o acesso à educação e/ou ao ensino superior não era amplo, especialmente para as mulheres, pôde usufruir de uma sólida formação.

Por esse motivo, embora o recorte temporal da pesquisa se localize nas décadas de 1970 e 1980, fez-se necessário retroceder a análise nas bibliografias que tratam das possibilidades de acesso das mulheres¹⁶⁰ às universidades nas primeiras décadas do século XX em São Paulo. Refletir sobre como se deu a entrada das mulheres nas universidades pode auxiliar na compreensão dos cenários que, posteriormente, nas décadas seguintes, possibilitaram que algumas delas conquistassem espaços nessas instituições.

Perpassando as “etapas” galgadas pelas mulheres para se inserirem na universidade, cabe destacar que a primeira lei de ensino formal no país¹⁶¹ apenas permitia instrução em grau

¹⁵⁹ Fonte: Comissão da Verdade da PUC-SP Reitora Nadir Gouvêa Kfoury - CVPUC.

¹⁶⁰ Cabe ressaltar que se trata, nesse caso, das análises feitas a partir de pesquisas sobre as possibilidades e condições à educação de mulheres brancas, em sua maioria, da elite paulistana, a partir da década de 1930.

¹⁶¹ A Lei de 15 de outubro de 1827 registrava: “Art 12º As mestras, além do declarado no art 6º, com exclusão das noções de geometria e limitando a instrução da arithmetica só as suas quatro operações, ensinarão também as prendas que servem á economia doméstica; e serão nomeadas pelos Presidentes em Conselho, aquellas

primário para mulheres, e ainda assim, de maneira geral, era norteadas por uma educação que situava a mulher e sua contribuição específica no cuidado do lar e dos filhos.

Não sem motivo, a distinção entre ensino primário/profissional e secundário/superior se estabeleceu mediante reserva da segunda opção às camadas da elite. Dito isso, mesmo quando as mulheres acessam o ensino superior, projeta-se a questão da “guetização”¹⁶² das carreiras escolares. Pesquisas discutem a feminização de carreiras que teriam suposto perfil profissional para mulheres, tais como a docência e a enfermagem.¹⁶³

Analisando o clima intelectual e cultural desse período em que surgiram as universidades em São Paulo – a Universidade de São Paulo, em 1934, e posteriormente a PUC-SP, em 1946 –, faz-se necessária a discussão acerca das transformações na dita “sociabilidade”¹⁶⁴ e nas relações de gênero¹⁶⁵ quando da entrada de mulheres nessas primeiras décadas do século XX.

Na recém-criada USP, partindo da análise das experiências na Faculdade de Filosofia, ainda na Rua Maria Antônia, na década de 1930, a entrada das mulheres na universidade alterou as relações sociais de gênero para além do *campus*. Assim, delineava-se um cenário no qual as mulheres “invadiriam”¹⁶⁶ a vida acadêmica e, mais tarde, figurariam como professoras, diretoras e, em raros casos, reitoras, alterando as relações sociais para além dos campi das universidades.¹⁶⁷ Rastreia-se, portanto, a importância da Faculdade de Filosofia no contexto das transformações urbanas na cidade de São Paulo, buscando desde as ressignificações nas relações de gênero, no lugar social/cultural das mulheres nas famílias, na lida com os colegas homens no cotidiano do *campus* e seu entorno (bares, ruas, boêmia) até o posterior engajamento na carreira acadêmica.

mulheres, que sendo brasileiras e de reconhecida honestidade, se mostrarem com mais conhecimentos nos exames feitos na fôrma do art. 7º.”

¹⁶² ROSEMBERG, Fúlvia. Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 515-540, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200011>.

¹⁶³ SPONCHIADO, Justina Inês. **Docência e relações de gênero**: um estudo de dissertações e teses defendidas em instituições brasileiras no período de 1981 a 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997. VIANNA, Cláudia Pereira. O sexo e o gênero da docência. **Cadernos Pagu**. Campinas, v. 17-18, 2002, p. 81-103.

¹⁶⁴ TRIGO, Maria Helena Bueno. A Mulher Universitária: Códigos de sociabilidade e relações de gênero. In: BRUSCHINI, Maria Cristina. **Novos Olhares**: Mulheres e relações de gênero no Brasil. São Paulo: Marco Zero, 1994.

¹⁶⁵ SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

¹⁶⁶ RAGO, Margareth. Os Feminismos no Brasil: dos “anos de chumbo” à era global. **Labrys - Estudos Feministas**. Florianópolis, n. 3, jan./jul. 2003.

¹⁶⁷ TRIGO, op. cit., 1994.

Esse ingresso em maior escala de mulheres na academia, que se iniciou na década de 1930 com a criação, em 1934, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, era signatário desse saber desinteressado, ou no máximo voltado ao magistério, de modo que não prejudicasse (ofendesse) a posição das mulheres da elite paulistana¹⁶⁸. Sendo assim, não houve a princípio um projeto de profissionalização e/ou incentivo para uma carreira acadêmica. No entanto, muitas delas persistiram na ocupação de lugares na academia e prosseguiram galgando destaque na universidade, tendo marcado seu pioneirismo nas trajetórias pessoais, como é possível vislumbrar pela reflexão sobre os memoriais de mulheres que se tornaram professoras cânones da USP.¹⁶⁹ Repassando suas próprias trajetórias pessoais quando do concurso de Livre Docência, elas rememoram e refletem sobre a experiência de ser mulher acadêmica.

Um novo cenário de entrada progressiva das mulheres na academia, tanto na ocupação do espaço físico como no campo da produção de conhecimento¹⁷⁰, só se verificaria gerações depois, reavivado pelas ondas feministas do final da década de 1960 e início de 1970, com o reflorescimento dos movimentos feministas nas principais cidades capitalistas ocidentais, que reivindicavam direitos civis e questionavam a falta de representatividade efetiva nos mais diversos espaços da sociedade.¹⁷¹ Perpassando por esses períodos da trajetória profissional de Nadir, desde o início de sua formação, no contexto das novas possibilidades de educação para as jovens das elites paulistas¹⁷², e o engajamento nos movimentos advindos da Igreja, a partir da década de 1930, até quando assumiu a reitoria da PUC-SP, no final da década de 1970, momento em que a universidade era tomada por mulheres.

¹⁶⁸ TRIGO, Maria Helena Bueno. A Mulher Universitária: Códigos de sociabilidade e relações de gênero. In: BRUSCHINI, Maria Cristina. **Novos Olhares: Mulheres e relações de gênero no Brasil**. São Paulo: Marco Zero, 1994.

¹⁶⁹ SANTOS, Mariangela Borba. **Mulheres acadêmicas na USP (in) memoriais: “... a trajetória somos nós”**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

¹⁷⁰ MATOS, Maria Izilda Santos. **Cotidiano e Cultura: História, Cidade e Trabalho**. Bauru, SP: e-Manuscrito, 2019.

¹⁷¹ No Brasil, desde os anos 1970, mesmo sob o contexto desfavorável dos governos militares, emergiam temáticas referentes a sexualidade, contracepção, aborto, juntamente às reivindicações concernentes ao trabalho (as múltiplas jornadas de trabalho) e à cidadania feminina. Somam-se a essas lutas outros canais de participação feminina e movimentos por melhores condições de vida. No âmbito dos bairros, das creches, escolas e principalmente nas igrejas, a presença feminina foi marcante, reivindicando condições de saúde, educação, saneamento básico, habitação (carências de uma população excluída do processo de urbanização), além da luta pela anistia. *Ibidem*, p. 30-31.

¹⁷² Momento em que conviveu com mulheres que também assumiram posições de destaque no período, como Esther de Figueiredo Ferraz, Helena Junqueira e Luci Pestana Silva. WANDERLEY, Mariângela Belfiori; YAZBEK, Maria Carmelita. **Nadir Gouvêa Kfourri**. São Paulo: EDUC, 2016.



Imagem 7 – A reitora Nadir (à esquerda) e a professora Maria Carmelita Yazbek (ao centro).¹⁷³

Em seus depoimentos, Nadir enfatizava a competência das colegas da Escola de Serviço Social e o pioneirismo (seu, inclusive) dessas mulheres, que iniciavam a profissão de serviço social no país. Suas ligações com a escola e com a própria profissão são patentes ao longo das entrevistas que cedeu.

Nesse momento havia uma grande preocupação com o problema social e havia sido fundada aqui a primeira escola de Serviço Social do Brasil [...] E eu então entrei para essa escola onde me formei em 1938. E a partir daí minha vida ficou vinculada a essa escola.¹⁷⁴

A profissão de assistente social apareceu no final do século XIX, na Europa, diretamente vinculada às ações da Igreja Católica, numa lógica de racionalização da caridade. No Brasil, o curso de Serviço Social chegou na década de 1930, no contexto do início do governo de Getúlio Vargas, com a latência da questão social. Nessa esteira, a profissão foi marcada no seu nascedouro pela exclusividade da participação de mulheres dessa elite paulistana ligada à Igreja Católica.

A entrada do Serviço Social no Brasil tem um direcionamento da Igreja Católica aliada à burguesia e ao Estado (como ocorreu na Europa) e somente moças católicas, indicadas por suas paróquias,

¹⁷³ Fonte: Comissão da Verdade da PUC-SP Reitora Nadir Gouvêa Kfour - CVPUC.

¹⁷⁴ WANDERLEY, Mariângela Belfiori; YAZBEK, Maria Carmelita. **Nadir Gouvêa Kfour**. São Paulo: EDUC, 2016.

poderiam fazer o curso. A primeira escola organizada em 1936 recebeu apenas mulheres, algumas que haviam feito magistério como Helena Junqueira (1913-1997) e Nadir Gouvêa Kfourri (1913-2011).¹⁷⁵

Além disso, ainda durante sua formação na Escola Normal Caetano de Campos, iniciou sua participação no Centro de Estudos e Ação Social (CEAS)¹⁷⁶, que, posteriormente, foi um dos promotores da Ação Católica (AC) em São Paulo. A ligação de Nadir à Ação Católica se conectava com outros eventos que mais adiante ajudarão a entender o peso de seu nome na indicação para a reitoria da PUC-SP.

Destacava-se também a ligação de Nadir à Ação Católica e à JEC¹⁷⁷, grupos católicos que tinham representatividade e voz dentro da Igreja nesse período.

Tratava-se de trazer para a direção da Universidade não apenas uma mulher, mas, sim, uma mulher engajada e conhecedora das questões sociais. Portanto, levar a Universidade à caminhada do povo, através de projetos acadêmicos amplos que se coadunassem com o espírito de justiça evangelizadora da Igreja naquele momento.¹⁷⁸

Somando-se a isso, Nadir Kfourri compusera, junto a D. Candido Padim, a comitiva brasileira que participou dos concílios episcopais realizados em Buga (1967-1968), que, conforme se sabe, propuseram os novos rumos da Igreja para a América Latina.¹⁷⁹

Ressalta-se também que Nadir se vinculava à implantação da reforma universitária da PUC-SP, acumulando essa experiência com as orientações oriundas do Documento de Buga, o que permite verificar que a reitora se alinhava às práticas que D. Paulo manifestava na sua administração da Cúria de São Paulo, agora trazendo alguém aderente às orientações conciliares da Igreja.

¹⁷⁵ CINTRA, Soraia Veloso. O Serviço Social na divisão social do trabalho – permanências e condicionalidades para as mulheres. **Anais Eletrônicos do Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress**. Florianópolis, 2017, p. 3.

¹⁷⁶ O Centro de Estudos e Ação Social “surgiu após a realização de um curso intensivo de formação social para moças, organizado pelas cónegas de Santo Agostinho, entre 1º de abril e 15 de maio de 1932”. WANDERLEY, Mariângela Belfiori; YAZBEK, Maria Carmelita. **Nadir Gouvêa Kfourri**. São Paulo: EDUC, 2016. Segundo as autoras, o curso teve “grande aceitação entre jovens católicas” e apresentava-se como uma oposição às “ideias liberais e comunistas”. O CEAS se tornaria mais tarde a entidade fundadora e mantenedora da Escola de Serviço Social.

¹⁷⁷ A Juventude Estudantil Católica nasce como um grupo, basicamente, feminino, em 1935. Também na JEC foi utilizado o método de trabalho dos demais movimentos da Ação Católica (ver-julgar-agir).

¹⁷⁸ AVELINO, Yvone Dias. O processo de democratização e o episódio da invasão da PUC-SP. **Anais do XIV Encontro Nacional de História Oral**. Campinas, 2018, p. 8.

¹⁷⁹ ZVEILBIL, Silvia Jane. **A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: o projeto educacional e a cultura acadêmica**. Tese (Doutorado em Ciência Social - Antropologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

Quando a Escola de Serviço Social foi integrada à PUC-SP no período pós-reforma universitária, Nadir chegou a assumir a diretoria do Centro de Ciências Humanas, em dezembro de 1972. Dessa maneira, reunia uma série de pré-requisitos no que diz respeito a experiência administrativa, alinhamento com os ideais da Igreja e internamento. Entre seus pares tinha boa aceitação, estando diretamente engajada com as questões da universidade, o que poderia lhe possibilitar a articulação das novas mudanças e comportamentos que apontavam para a instalação de processos democráticos, então pioneiros na PUC-SP.

Contudo, mesmo entre esse grupo de “mulheres notáveis”¹⁸⁰ formado nessas primeiras décadas do século XX em São Paulo, a ascensão de Nadir à reitoria de uma universidade ganhou importância devido à singularidade de suas condições. Mesmo com boa sustentação, sua indicação se projetou como quebra de paradigmas no momento de ebulição que viviam a Universidade Católica de São Paulo e a própria Igreja.

Percebe-se que, em termos de volume, não são expressivas as pesquisas na área de história sobre mulheres reitoras, possivelmente porque, entre outras motivações, há ainda carência tanto de mulheres ocupando esse posto, inclusive no momento da escrita desta dissertação, como de estudos historiográficos já realizados acerca do assunto.

Nesse bojo, para esta investigação, buscou-se estabelecer diálogo com a incipiente produção acerca de reitorias femininas no país. Para poder enfrentar tal desafio, tornou-se necessário o exercício de localizar e cruzar os estudos interdisciplinares, especialmente aqueles produzidos por núcleos universitários de mulheres do país¹⁸¹, que se debruçaram sobre a representação feminina nas instâncias de poder nas universidades.

As mulheres, mesmo representando, há algumas décadas, um grande contingente no contexto das universidades brasileiras, crescente ano a ano, não conseguem alcançar as

¹⁸⁰ WANDERLEY, Mariângela Belfiori; YAZBEK, Maria Carmelita. **Nadir Gouvêa Kfourri**. São Paulo: EDUC, 2016.

¹⁸¹ Sobre esses espaços/lugares de “ocupação” feminina na universidade, cabe enfatizar a relevância do crescimento dos núcleos de estudos que colocaram e mantêm os mais diversos debates ativos sobre as demandas das mulheres no âmbito da academia. Ver: MATOS, Maria Izilda Santos. História das Mulheres e das Relações de Gênero: campo historiográfico, trajetórias e perspectivas. **Mandrágora**. São Paulo, v. 19, n. 19, 2013, p. 5-15. Foi traçado um panorama sobre o aparecimento e a multiplicação desses núcleos nas universidades brasileiras: “Nestas duas últimas décadas, aumentaram os cursos e disciplinas oferecidos, bem como Programas de Pós-Graduação com áreas de concentração e/ou linhas de investigação com a temática/perspectiva de gênero. Da mesma forma, observa-se a difusão dos Núcleos de Estudos da Mulher e/ou de Gênero, com a presença marcante de historiadores, estes núcleos se articularam nacionalmente através da REDEFEM (Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas), que patrocina eventos e publicações. A pesquisa também se faz presente na ANPUH (Associação Nacional de História) aonde foi constituído Grupo de Trabalho de Gênero (2001), que oferece simpósios temáticos, cursos e mesas de discussões nos eventos regionais e nacionais desta associação.”

instâncias decisórias.¹⁸² E, nesse sentido, faz-se um esforço para entender as “visibilidades e/ou invisibilidades” das mulheres na universidade.

Nesse contexto, tratar da visibilidade das mulheres nos espaços públicos implica questionar as práticas e concepções tradicionais para visibilizá-las, como possibilidade de alargar as zonas de conhecimento do contingente feminino que, historicamente, se constituiu nos espaços privados, mas que transitou para o público, mesmo encontrando ainda hoje as portas só “entreabertas”.¹⁸³

A problematização da questão dessas portas ainda hoje “entreabertas” às instâncias decisórias nas universidades permanece válida para escrutínio. Nas entrelinhas das documentações averiguadas para o caso da PUC-SP, como se verificou na distribuição das Diretorias dos Centros Universitários e Chefias de Departamento nas gestões de Nadir.

Através do primeiro comunicado expedido pela nova reitoria em 7 de janeiro de 1977, constatou-se, pelas nomeações, como se desenharia a nova gestão. Observa-se a chamada de nomes de relevância na reformulação da PUC-SP desde a reforma universitária, tais como José Massafumi Nagamine (chefe da Assessoria Técnica de Planejamento) e Joel Martins (presidente da Coordenação Geral da Pós-Graduação). Entre os homens, foram nomeados José Rosemberg (Centro de Ciências Biológicas e Médicas), Alvaro Puga Paz (Centro de Ciências Matemáticas, Físicas e Tecnológicas), Laudio Camargo Fabretti (Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Administrativas); entre as mulheres, Haydée Maria Roveratti (Centro de Ciências Humanas) e Myrtes Alonso (Centro de Educação). Nesse caso, entre as nomeações para diretoria dos centros universitários, houve certo “equilíbrio” numérico entre homens e mulheres.

Ainda nesse primeiro ano, na circular de 15 de junho de 1977, em que se expediu a comunicação de 40 atos de nomeação da reitora para chefes e suplementes de departamento, registraram-se 23 mulheres designadas para tais cargos.¹⁸⁴ As mulheres nomeadas eram

¹⁸² SOUZA, Regis. Glauciane Santos de. A Universidade e as relações de gênero: o acesso e as experiências vivenciadas pelas mulheres nas instâncias de poder. **Anais do XVII Simpósio Baiano de Pesquisadoras(es) sobre Mulheres e Relações de Gênero**. Salvador, 2012. SARDENBERG, Cecília Maria B.; SOUZA, Regis Glauciane Santos de. Visibilizando a mulher no espaço público: a presença das mulheres nas universidades. **Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 10**. Florianópolis, 2013.

¹⁸³ Ibidem, p. 1.

¹⁸⁴ Eni de Jesus Rolim e Lúcia Cristofolini (chefe e suplente do Departamento de Enfermagem da Faculdade de Ciências Médicas); Wanda Rosa Borges e Regina Helena Zerbini Denigres (chefe e suplente do Departamento de Tecnologia da Educação do Centro de Educação); Eloisa Denipoti e Maria Cristina Siqueira de Souza Campos (chefe e suplente do Departamento de Fundamentos da Educação do Centro de Educação); Maria Isis Marinho Meira e Regina Maria Ayres de Camargo Freire (chefe e suplente para o Departamento de Distúrbios da Comunicação do Centro de Educação); Sílvia Pimentel (suplente do Departamento de Teologia Geral do Direito da Faculdade de Direito); Ríia Gíanesini (suplente do Departamento de Direito Civil, Processual Civil e do

membros dos departamentos de ciências humanas e/ou sociais, enquanto seus pares homens se direcionaram às chefias dos departamentos de exatas e biológicas.

Nota-se que, em termos numéricos, as mulheres demarcavam seus espaços para além das salas de aula, fazendo-se presentes na gestão/administração da universidade, refletindo o número de mulheres que traçavam suas carreiras dentro da academia. Esses espaços de poder estavam bem delimitados por uma divisão de gênero¹⁸⁵, mesmo na gestão de uma mulher.

Essa mesma inquietação surgiu quando se analisaram as demais pesquisas sobre o tema, que propuseram a universidade como *locus* inibidor/dificultador de políticas e práticas sexistas¹⁸⁶ por ser, por excelência, palco de debates, questionamentos e reflexões.

É relevante enfatizar neste estudo sobre a presença feminina em alto cargo de gestão que as Universidades Federais, dentre elas a Universidade Federal de Goiás, têm planos de cargos e salários consolidados, e que conquistaram para docentes e servidores melhores condições para a capacitação e qualificação, asseguram direitos à ascensão funcional por mérito, o que possibilita a inibição de práticas personalistas e refratárias à presença feminina em altos cargos.¹⁸⁷

Uma vez que se sabe que o discurso da meritocracia seria reivindicado em inúmeras situações, por vezes, quase que como o único inibidor da ascensão (ou não) de mulheres nos mais diversos espaços de poder, e embora os estudos de gênero venham tencionando e

Trabalho da Faculdade de Direito); Elizabeth Nazar Carazza (suplente do Departamento de Direito das Relações Tributárias e Econômicas da Faculdade de Direito); Maria Elci Spaccaquerche e Ana Mercs Bock (chefe e suplente para o Departamento de Psicologia Social da Faculdade de Psicologia); Lydía de Portugal Rodrigues Marcondes e Maria Cecília Faria (chefe e suplente do Departamento de Psicologia Patológica da Faculdade de Psicologia); Maria Lucia Dantas Ferra (suplente do Departamento de Métodos e Técnicas da Faculdade de Psicologia); Betti Raquel Lerner (chefe do Departamento de Psicofisiologia da Faculdade de Psicologia); Ida Kublikoski (suplente do Departamento de Psicologia do Desenvolvimento da Faculdade de Psicologia); Brites Gondra de Souto e Arcelina Ribeiro de Araújo (chefe e suplente do Departamento de Metodologia da Intervenção do Serviço Social da Faculdade de Serviço Social); Maria Carmelita Yasbek e Dilséa Adeodata Bonetti (chefe e suplente do Departamento de Fundamentos do Serviço Social da Faculdade de Serviço Social); Marta Alice Feiten Buriolla e Laisa Regina Di Maio Campos Toledo (chefe e suplente do Departamento de Prática do Serviço Social da Faculdade de Serviço Social); Samira Chahub (suplente do Departamento de Arte da Faculdade de Comunicação e Filosofia); Maria Antonieta Alba Celani e Heloísa R. Raposo de Medeiros (chefe e suplente do Departamento de Inglês da Faculdade de Comunicação e Filosofia); Leila Barbara e Mary Kato (chefe e suplente do Departamento de Linguística da Faculdade de Comunicação e Filosofia); Maria Cecília Peres de Souza e Silva e Mara Sofia Zanotto (chefe e suplente do Departamento de Português da Faculdade de Comunicação e Filosofia); Sonia Lemos Grandi (chefe do Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais); Josidelth Gomes Consorte (chefe do Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências Sociais); Maria Alice dos Reis Araújo (chefe do Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências Sociais); e Vera Hercília Faria Pacheco Borges (suplente do Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais).

¹⁸⁵ SAMPAIO, Helena. Diversidade e diferenciação no ensino superior no Brasil: conceitos para discussão. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 29, n. 84, p. 43-55, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092014000100003>.

¹⁸⁶ CALDAS, Terezinha Maria Leite. **Gênero e Diversidade**: as reitoras da UFG. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais e Aplicadas) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

¹⁸⁷ *Ibidem*, p. 67.

problematizando esse tipo de argumentação, cabe questionar em que medida o contexto do processo em curso de democratização da universidade, especificamente o caso da experiência na PUC-SP, foi um facilitador e/ou propiciou a gestão de Nadir Kfourri nesse momento singular para a instituição, ou o quanto a própria experiência da gestão feminina ensejou esse processo ou essa identidade democrática na universidade.

A notícia da indicação de Nadir, apesar de recebida de maneiras distintas nos dois jornais de maior circulação de São Paulo, tem algumas semelhanças no que concerne às análises sob essas perspectivas de gênero. Na *Folha de S. Paulo* de 3 de setembro de 1976, dia do anúncio da indicação de Nadir à reitoria, houve, no canto de página do caderno Educação, apenas uma nota que elenca brevemente o currículo de Nadir, ressaltando sua experiência no magistério dentro e fora do país, função que se destacou no registro de tratamento endereçado a Nadir na bibliografia da instituição. Nesse sentido, por diversas vezes, a referência a ela não passava por sua titulação de doutorado (como acontece na maioria dos casos dos colegas homens) ou até pela função que ocupava de reitora. Enquanto na documentação e na bibliografia isso é uma prática regular quando se nomeia ou se refere a personagens masculinos da história da instituição, em muitas passagens a reitora carrega a referência ao magistério, Profa. Nadir, ou simplesmente Dona Nadir.¹⁸⁸ Dessa maneira, mais do que um tratamento supostamente afetuoso, vale questionar qual seria o motivo dessa diferença em relação à narrativa sobre seus pares, inclusive seus vice-reitores, tanto na documentação como na historiografia.

No que tange à recepção de seu nome para a nova reitoria da universidade, a notícia de 4 de setembro de 1976, ainda na *Folha de S. Paulo*, discute como a comunidade da PUC-SP apoiou e/ou viu a indicação de Nadir Kfourri.

A notícia de que a professora Nadir Gouvêa Kfourri havia sido escolhida por D. Paulo Evaristo Arns, cardeal arcebispo de São Paulo e Grão Chanceler da Pontifícia Universidade Católica para assumir a Reitoria daquela instituição, a partir de novembro, foi recebida pelos professores, alunos e funcionários daquela universidade como “uma esperança e uma garantia de que o diálogo será a norma de conduta entre todos”.¹⁸⁹

¹⁸⁸ WANDERLEY, Mariângela Belfiori; YAZBEK, Maria Carmelita. **Nadir Gouvêa Kfourri**. São Paulo: EDUC, 2016.

¹⁸⁹ FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 56, nº 59.63, 04 set. 1976, Educação, p. 10.

Enquanto isso, n’*O Estado de S. Paulo* a matéria chamava a atenção para a surpresa da nomeação, narrando os embates que estavam em jogo para a nomeação da próxima reitoria da PUC-SP e quais elementos poderiam ajudar a entender a opção do Grão-Chanceler.

A escolha da professora Nadir Gouvêa Kfourri para a reitoria da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, anunciada ontem pelo cardeal D. Paulo Evaristo Arns, surpreendeu até mesmo os professores que apoiavam o seu nome para o cargo: pela primeira vez, nos 30 de história da PUC, uma mulher assume a Reitoria. E também pela primeira vez o cargo é dado a um representante do grupo ligado a implantação da reforma universitária da PUC – hoje a segunda universidade do Estado, com 30 mil alunos, mil professores e 10 cursos.¹⁹⁰

A extensa matéria discorre sobre quais outros nomes de candidatas/os à reitoria e seus respectivos grupos e projetos de universidade estavam em disputa nesse período e como a indicação de Nadir representava uma mudança na abertura da universidade, alinhando-se ao projeto “pro povo”, ratificando o que o Grão-Chanceler reivindicava também na sua gestão da Cúria paulistana.

Apesar do grupo ligado a reforma universitária ser o que mais aproximava das opiniões do cardeal D. Paulo Evaristo Arns sobre o papel de uma Universidade, os professores achavam pouco provável que recebesse a Reitoria. Este fato, em sua opinião, poderia criar uma crise com o corpo docente da Faculdade de Direito, que por 13 anos teve um dos seus membros na Reitoria.¹⁹¹

Outro fator que se destacou como ruptura a partir da reitoria de Nadir e que apontava em direção ao que se pode designar como uma “nova era¹⁹²” na gestão da PUC-SP foi que sua gestão encerrava naquele momento uma sequência de gestões de reitores homens oriundos exclusivamente da Faculdade de Direito.¹⁹³

O início da gestão de Nadir foi marcado por um contexto repleto de desafios financeiros e administrativos. Em 1976, Nadir assumia o cargo numa PUC-SP já com uma situação financeira fragilizada, evidenciada pelos atrasos no pagamento dos salários de docentes e funcionários. A segunda parte da matéria anterior relata o que seriam os principais

¹⁹⁰ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 97, nº 31.120, 3 set. 1976.

¹⁹¹ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 97, nº 31.120, 3 set. 1976, p. 14.

¹⁹² BARREIRO FILHO, Roberto Coelho. **A Igreja, Estado e universidade**: um estudo de caso - PUC/SP e seus 50 anos - 1946-1996. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

¹⁹³ Entre os reitores leigos da PUC-SP, foram antecessores de Nadir: Oswaldo Aranha Bandeira de Mello (1963-1972) e José Geraldo de Ataliba Nogueira (1972-1976).

problemas a serem enfrentados pela nova gestão: para além desses processos administrativos, novamente o desafio de abertura da universidade a um maior diálogo democrático com sua comunidade, inclusive.

A futura administração também terá que encontrar fórmulas para contornar a deterioração das relações dentro da universidade. Essa situação, apontada por um grupo ponderável de professores e estudantes, é consequência da centralização implantada na PUC: “A tomada de decisões foi reduzida a níveis mínimos mesmo chefes de Departamento que quiserem ter um procedimento democrático, forma impedidos pelo sistema vigente.”¹⁹⁴

Seu antecessor, José Geraldo de Ataliba Nogueira, ao comentar sobre o episódio da invasão de 22 de setembro de 1977, assim se refere à reitora:

[...] Eu fui cumprimentar a Reitora que é uma pessoa, Nadir é uma pessoa de dignidade, que eu nunca vi uma coisa igual. Na minha opinião ela está sentada em cima de uma fogueira entendeu...o cão...Mas ela tem uma dignidade pessoal que eu nunca vi. Essa mulher que já no meu tempo gozava do mais alto respeito da minha parte é uma pessoa realmente digna, sabe?¹⁹⁵

Nadir “herdou”¹⁹⁶ a crise financeira e administrativa que se acumulava na PUC-SP, e a esse legado somaram-se eventos de impacto (tais como a emblemática invasão de 22 de setembro de 1977, que será abordada mais adiante) que forjariam uma identidade ímpar nas gestões de Nadir. Decorre disso o reconhecimento da dimensão do desafio que a reitora enfrentava e, conseqüentemente, de sua habilidade na gestão já entre seus contemporâneos, como relata o ex-reitor José Geraldo de Ataliba Nogueira.

Na primeira publicação do *Porandubas* do ano de 1978, ou seja, terceiro ano da primeira gestão de Nadir, foi lançada uma edição de boas-vindas aos calouros (como se tornaria tradicional todos os anos), na qual se fez uma breve retrospectiva dos eventos do ano anterior na universidade e se apresentava a PUC-SP. No editorial, ainda não assinado nominalmente por Jorge Claudio, resume-se a qual proposta a edição se destina.

¹⁹⁴ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 97, nº 31.120, 3 set. 1976, p. 14.

¹⁹⁵ Depoimento de José Geraldo de Ataliba Nogueira, em entrevista concedida a Maria Lúcia P. de M. Barros em 21 jun. 1983. Cf.: AVELINO, Yvone Dias; FROTA, Luciara Silveira de Aragão; GOMES, Edgar da Silva; LOPES, Carlos Danilo Oliveira (Orgs.). **No Laboratório das Palavras: História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Coletânea de documentos (1979-1985)**. 1 CD-ROM. Fortaleza: SOCER, 2015, p. 120.

¹⁹⁶ AVELINO, Yvone Dias. *Experiências e Trajetórias de vida. As tramas da Memória Universitária a partir de depoimentos orais. Projeto História*. São Paulo, 22 jun. 2001, p. 223-238.

O “Porandubas”, depois da experiência de 9 edições no ano passado, chegou a conclusão de que mesmo para o pessoal antigo A PUC É MAL CONHECIDA. Muita coisa importante acontece, mas pouco se divulga.

A você calouro, esta edição apresenta uma universidade que quer renovar-se a fundo. Que volta para os problemas da Comunidade, especialmente do POVO.¹⁹⁷

Cabe questionar qual seria o projeto de universidade que o *Porandubas* representava e/ou reivindicava em nome da reitoria em gestão. Ou seja, além de esclarecer as principais pautas que eram entendidas como definidoras da universidade e que a PUC-SP pretendia projetar como autoimagem, a edição fazia uma narrativa do suposto progresso da universidade até aquela gestão de Nadir, descrita como um momento de retomada de uma instituição de relevância na cidade de São Paulo.

Em fins de 76, a Reitoria passou para as mãos delicadas, mas firmes, e bem preparadas de Nadir Kfourri.

Consciente da precariedade da atuação, a nova Reitoria deu a comunidade universitária um espírito de esperança. Sinal disso tudo foram a segurança e a coerência com que se abriu para a sociedade e se acolheu conscientemente, a SBPC, numa demonstração cara de ter compreendido sua função e sua responsabilidade social, no atual momento histórico brasileiro.¹⁹⁸

A nota assumiu um tom nitidamente elogioso. A reitora foi celebrada por sua característica de firmeza, em referência ao evento que autorizou o acontecimento do encontro anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)¹⁹⁹ – que já havia sido impedido de acontecer na USP –, mas, antes de tudo, a uma determinada feminilidade normativa das “mãos delicadas”²⁰⁰.

No ano seguinte, em 1979, a primeira edição do *Porandubas* reservou espaço para que a reitoria fizesse um pequeno balanço dos seus dois primeiros anos de gestão. Dessa vez, para dar voz aos seus membros, foi feita uma entrevista com Nadir Kfourri e seus vice-reitores Casemiro Reis Filho (vice-reitor acadêmico), João Edênio Reis Valle (vice-reitor comunitário) e Armando João Caropreso (destacado na chamada da matéria como “o homem

¹⁹⁷ PORANDUBAS. São Paulo, ano II, n° 9, mar. 1978, p. 1.

¹⁹⁸ PORANDUBAS. São Paulo, ano II, n° 9, mar. 1978, p. 3.

¹⁹⁹ A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), fundada em 1948, na cidade de São Paulo, foi criada no contexto do pós-guerra, para discutir e incentivar o desenvolvimento da ciência e tecnologia no país.

²⁰⁰ PORANDUBAS. São Paulo, ano II, n° 9, mar. 1978, p. 3.

do milagre econômico da PUC”²⁰¹) sobre as principais demandas e problemas enfrentados na universidade durante o período.

Vislumbraram-se na reportagem abordagens temáticas privilegiadas, que se mantiveram com frequência nas páginas do periódico, como a questão dos salários dos professores e funcionários, crise financeira e, especialmente, a ideia de democracia. Acerca disso, quando questionada sobre qual seria a fisionomia da PUC-SP, a reitora sintetiza as principais bandeiras da sua gestão:

Primeiro, a preocupação fundamental com os problemas do nosso povo. Que a PUC se humanize. Por exemplo, a Creche que atende a filhos de funcionários, docentes e alunos. Também o trabalho na Periferia, do Departamento Jurídico do CA “22 de Agosto”, da Psicologia, do Serviço Social, do Instituto de Estudos Especiais.²⁰²

Nadir ratificou, assim, as premissas postuladas no Documento de Buga e mostrou consonância com o que a Cúria também estimulava através da figura do Arcebispo D. Paulo.

Vale destacar a criação da creche. A implantação de uma instituição pensada para entender e atender a uma necessidade básica das mulheres – numa sociedade patriarcal que atribui, de modo geral, o cuidado das crianças ao feminino – foi concretizada numa reitoria feminina. A discussão acerca desse projeto era tomada como uma preocupação nesses parâmetros, representando uma bandeira que a reitora reconhecia como uma das características que delineariam sua gestão.

Seguindo para o final dessa entrevista, cabe refletir particularmente sobre as questões implícitas (ou explícitas) na última pergunta dirigida a Nadir, que indagava justamente sobre a singularidade da gestão de uma mulher na reitoria.

Nadir: pessoalmente acho difícil falar disso, os outros é que podem avaliar de fora...

Casemiro: para nós Vice-Reitores, é a continuidade de uma situação familiar: obedecíamos à mãe, obedecemos à mulher e aqui a Reitora manda...

Nadir: Ontem, depois do encontro com o pessoal da Matemática e a Física, havia 3 moças muito simpáticas e fui conversar com elas. Uma delas disse: “posso pedir uma coisa?”. “O que é?, disse eu, “deixa eu dar um beijo na senhora?”; “É claro!”, respondi. Creio que esse interesse é devido à novidade pois não só no Brasil como o resto do mundo uma Reitora de Universidade é fato muito raro.²⁰³

²⁰¹ PORANDUBAS. São Paulo, ano III, n° 18, mar. 1979, p. 2.

²⁰² PORANDUBAS. São Paulo, ano III, n° 18, mar. 1979, p. 2.

²⁰³ PORANDUBAS. São Paulo, ano II, n° 9, mar. 1978, p. 3.

Nos discursos (seja o do vice-reitor ou o da própria reitora) emergiam construções arraigadas quanto aos significados do que seria singular em uma reitoria feminina. Na fala de Casemiro Reis Filho, observa-se a elaboração do papel feminino no núcleo familiar e, em certa medida, o estereótipo da matriarca a quem a prole deve obediência. Também Nadir, ciente de seu vanguardismo nesse posto no mundo, resgata características de cuidado e determinada sensibilidade atribuída ao feminino para exemplificar a diferença do gênero nessa situação.

Nesse sentido, sobre a trajetória de Nadir Kfourri, cabe observar que ela não se casou tampouco teve filhos, fatos que podem ser analisados como possíveis facilitadores e/ou obstáculos a menos para sua ascensão na carreira.

Em estudos que investigaram a trajetória de ex-reitoras²⁰⁴, ao serem entrevistadas, essas mulheres relataram que não enfrentaram discriminação ao ocupar o cargo da reitoria. Sobressai-se nas análises de mulheres que ocuparam esse cargo em outras instituições²⁰⁵ a constatação em comum de que não tiveram de lidar com determinadas contingências culturalmente ligadas à esfera do cuidado feminino, como a maternidade e o trabalho doméstico.

Elas não podem fazer certas afirmações, porque não tiveram experiência relativa a alguns dos temas que podem funcionar como impeditivos e/ou dificultadores da ascensão profissional feminina.²⁰⁶

Vale ressaltar que essas pesquisas dedicaram-se a verificar como as ex-reitoras enxergam questões ligadas a uma ética e moral da “lógica masculina”²⁰⁷ que regula o mundo do trabalho e como elas lidaram com isso quando da ocupação desse cargo de poder. Nesse sentido, o estudo de caso dessas ex-reitoras revela que se dedicaram quase que integralmente à vida profissional, propiciando a reflexão sobre o domínio simbólico dessa lógica.

As ex-reitoras não reconhecem terem sofrido discriminação por serem mulheres e não atribuem importância ao gênero no que se refere às suas próprias realidades e ascensão profissional. Esta pesquisa não pode afirmar que elas se autointitulem ou reconheçam a influência do “feminismo de igualdade” (FONSECA, 1999, p. 59) que aderiu à

²⁰⁴ CALDAS, Terezinha Maria Leite. **Gênero e Diversidade:** as reitoras da UFG. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais e Aplicadas) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

²⁰⁵ Ver o estudo das reitoras da Universidade federal de Goiás. *Ibidem*.

²⁰⁶ *Ibidem*.

²⁰⁷ *Ibidem*.

“racionalidade ou lógica masculina” e que elege o trabalho remunerado como valor maior em suas trajetórias.²⁰⁸

De maneira semelhante, se naquela entrevista que aconteceu durante a sua primeira gestão a reitora fugiu da pergunta sobre alguma diferença em relação ao fato de ser uma mulher nesse cargo, mais tarde, já no final da vida, Nadir negava que ser mulher tenha feito diferença na sua carreira.

No depoimento cedido às suas sobrinhas já após sua aposentadoria, apesar da insistência das entrevistadoras em investigar como Nadir entendia a importância do seu pioneirismo frente à reitoria e/ou se percebia alguma diferença por ser mulher na instância máxima de poder na universidade e na carreira em geral, afirmava que “ser mulher não foi um impedimento não. Na questão de salário, não é porque eu ser mulher na PUC ou na Sabará que ganhava mais ou menos. Ganhava como todo professor ganha e ganha pouco. Isso sim”.²⁰⁹

Em diálogo com a produção acadêmica que analisou as questões de gênero e raça na reitoria da primeira mulher negra no país²¹⁰, discutem-se as dificuldades e os obstáculos enfrentados pela ex-reitora até finalmente assumir o cargo, examinando como, durante sua trajetória, evidenciou-se a persistência de desigualdades que ainda existem nas relações de gênero, especialmente no meio acadêmico e profissional. Problematizaram-se, então, as dificuldades não ditas e/ou não verbalizadas diretamente pela ex-reitora sobre formas de “discriminação encoberta”²¹¹ percebidas durante sua gestão.

Ao longo da referida pesquisa, diferenciou-se como a então reitora foi valorizada pelos seus pares como uma boa gestora, devido à capacidade de diálogo e de manter bons relacionamentos, ou seja, trata-se da representação da “cuidadora”, característica ligada à maternidade.

Prof. Albertino associa essa capacidade de interlocução com as pessoas com o papel de mulher e de mãe de Profa. Aurina. Ela é, de fato, conhecida até hoje na instituição por ser como uma “mãe” que ouve as pessoas e procura ajudar. Isso reforça os estereótipos de

²⁰⁸ CALDAS, Terezinha Maria Leite. **Gênero e Diversidade: as reitoras da UFG**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais e Aplicadas) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011, p. 86.

²⁰⁹ Depoimento de Nadir G. Kfourri, em entrevista concedida a Maria Aparecida Kfourri e Maria Luiza Amaral Kfourri, em outubro de 2003. Biblioteca Nadir Gouvêa Kfourri, PUC-SP.

²¹⁰ A reitora Aurina Oliveira Santana, no Instituto Federal da Bahia (2010-2014). Ver: FREITAS, Patrícia Fernandes Lazzaron Novais Almeida. **A presença feminina nos espaços de poder da reitoria do Instituto Federal da Bahia**. Dissertação (Mestrado em Estudos interdisciplinares) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

²¹¹ YANNOULAS, Silvia. **Mulheres e Ciência**. Série Anis 47. Brasília: Letras Livres, 2007.

gênero, à medida que se exaltam características tidas como “femininas”, tais como a sensibilidade, a emoção e a atenção às pessoas.

[...] De fato, percebi que se relaciona Profa. Aurina, frequentemente, à ideia de “mãe” e de cuidadora, em detrimento de seu perfil gestor que evidenciou muitas outras qualidades que não são estereotipadas, como responsabilidade, pioneirismo, capacidade de articulação política, pensamento estratégico etc.²¹²

Nos estudos rastreados que se dedicaram à análise da ascensão de mulheres à reitoria em diferentes lugares-espacos, a maternidade foi apreendida como atenuante, senão obstáculo, para a ascensão/manutenção das mulheres em cargos de diretoria e/ou gestão no ambiente acadêmico e profissional.

2.2 A REITORA E A INVASÃO: VIOLÊNCIA, ENFRENTAMENTO E NOTÍCIA

A invasão ao *campus* Perdizes da PUC-SP, comandada pelo então secretário de segurança de São Paulo Erasmo Dias, na noite de 22 de setembro de 1977, foi amplamente divulgada na imprensa paulista e deixou um legado na produção acadêmica e nas memórias da universidade como um símbolo do processo de reabertura e da luta do movimento estudantil, em que essa instituição se projetava na vanguarda da luta pela democracia.

Por certo, esse é o episódio da universidade mais discutido e noticiado e, por isso, ensejou farta produção (escrita, fotográfica e visual). Parte dessas produções reivindicava e (re)comemorava esse como um evento importante na cristalização da identidade democrática da PUC-SP. A proposta aqui é discorrer sobre como essa experiência foi discutida pela comunidade universitária da PUC-SP nas páginas do *Porandubas*, na documentação institucional e na grande imprensa e, ao final, averiguar como a reitora Nadir refletiu sobre esse momento marcante de sua gestão, dialogando com as transformações em ebulição que extravasaram os muros da universidade.

Cabe ressaltar que não há a pretensão de analisar em profundidade as representações do evento no movimento estudantil, visto que trabalhos de competência já o fizeram²¹³, e sim investigar como essa memória histórica reivindicou esse evento como marco do dito “auge”

²¹² FREITAS, Patrícia Fernandes Lazzaron Novais Almeida. **A presença feminina nos espaços de poder da reitoria do Instituto Federal da Bahia**. Dissertação (Mestrado em Estudos interdisciplinares) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017, p. 125.

²¹³ Cf.: TERINI, Alexandre Gonçalves. **O movimento estudantil na Reforma Universitária da PUC-SP e seu contraponto ao acordo MEC-USAID: uma disputa de projetos político-educacionais nos Anos de Chumbo (1969-1974)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

de um projeto que elaborou a silhueta da PUC-SP como uma universidade na vanguarda democrática (uma *outsider*)²¹⁴ e, conseqüentemente, vinculou-se à gestão de Nadir para, ao final, comparar como a reitora e a própria universidade revisitaram esse evento.

Antes disso, ratifica-se que, no caso da PUC-SP, constatou-se como as análises do contexto da reforma universitária dialogaram com as orientações preconizadas para a Igreja na América Latina, decorrentes do Concílio Vaticano II e de Medellín, registradas no Documento de Buga; e como, à semelhança dos esforços de trabalho de base que o próprio Grão-Chanceler D. Paulo Evaristo Arns estimulava para uma universidade aberta ao povo, a universidade conseguiu, no limite previsto na Constituição, simultaneamente se utilizar de sua autonomia universitária para promover diversas transformações na sua estrutura administrativa e pedagógica e, durante esse processo, internalizar as transformações trazidas pelos ventos renovados da Igreja.

Além disso, foi possível localizar algumas vozes dissonantes questionando leituras sustentadas por parte da produção acadêmica da universidade que advoga uma suposta vocação democrática da PUC-SP. Com o intuito de tencionar e problematizar as diferentes leituras acerca dessa fase da instituição, foi profícuo o diálogo com a historiografia e com a imprensa do período, verificando-se como, no calor do momento, pôs-se no noticiário jornalístico a Invasão.

Em estudos que analisaram a vinculação da PUC-SP com viés democrático, desde o período imediatamente anterior à gestão da reitora até a denominada “Era Nadir”, defendeu-se que, no que tange à história dessa universidade, é preciso levantar discussões para além do monumento erigido pela história da instituição, pois nisso pode residir o problema de uma memória enviesada, no sentido de que se nublaram ângulos e silenciaram-se as vozes dissonantes, as dos vencidos: “A memória vencedora confunde-se com a própria memória da instituição, pois é a memória que determina os parâmetros da investigação do historiador.”²¹⁵

Nesse caso, parte desses estudos que discutem os projetos e o processo da reforma universitária na PUC-SP destaca, de maneira geral, a importância do papel das associações de professores e funcionários, APROPUC e AFAPUC, no projeto de universidade democrática e reflete sobre as vitórias e derrotas desses projetos para a democracia puquiã. No entanto, as bibliografias localizadas apenas tangenciam a análise do papel de Nadir, dedicando na maioria dos casos apenas um capítulo ou subitem para a sua reitoria de modo amplo. Por isso, nesta

²¹⁴ JACOBY, Russel. **Os Últimos Intelectuais**. São Paulo: Edusp/Trajatória, 1987.

²¹⁵ CANHA, Humberto Carlos Moreira. **História e Memória da Reforma Universitária da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo** (1979-1988). Tese (Doutorado em Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013, p. 15.

pesquisa, ajustou-se a lente para a figura da reitora e as relações que ela lançou nesse processo.

Na literatura da instituição, consolidou-se uma memória da gestão Nadir que forjou uma determinada identidade democrática da PUC-SP.

A administração da Reitora Nadir Kfoury (1976-1984) teria consolidado não só o processo de reforma e democratização da estrutura e dos processos decisórios na universidade, como também projetado essa identidade democrática na opinião pública brasileira, quando enfrentou as forças repressivas do Estado.²¹⁶

Em outro momento, a historiografia da instituição também sustentou que foi durante a gestão Nadir, entendida como dinâmica e aberta, que em escala se projetou uma imagem de universidade que vivenciou uma peculiar experiência democrática no espaço da opinião pública.²¹⁷ Conforme essas análises, pode-se inferir como o mote de democratização da universidade esteve na ordem do dia nesse período e como a gestão de Nadir se situou no centro da projeção da imagem da PUC-SP na opinião pública, com essa performance de identidade democrática.

Em relação a isso, cabe então destacar alguns aspectos averiguados nos documentos que permitiram representar a invasão de 22 de setembro de 1977, na maioria das fontes e nesse diálogo com bibliografia, como um evento/símbolo que se cristalizou como marco fundamental para o projeto democrático consolidado nas gestões de Nadir Kfoury, traçando assim uma análise dessa memória na imprensa interna e externa como uma das balizas para a reflexão sobre a trajetória dessas gestões da reitora, levantando discussões acerca dessa que seria a memória da suposta melhor face/fase da democracia puquiense e seu diálogo com a sociedade.

Em relação à pesquisa nas fontes sobre esse período, foi possível identificar, pela quantidade de matérias na imprensa, como se desenhou essa imagem da universidade que se diferenciava e ganhava a mídia nesse cenário. Desde 1968 as universidades brasileiras

²¹⁶ CANHA, Humberto Carlos Moreira. **História e Memória da Reforma Universitária da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo** (1979-1988). Tese (Doutorado em Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013, p. 25.

²¹⁷ BARREIRO FILHO, Roberto Coelho. **A Igreja, Estado e universidade: um estudo de caso - PUC/SP e seus 50 anos - 1946-1996**. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

estavam sob vigilância, por conta do crescimento do movimento estudantil²¹⁸ e das transformações decorrentes, entre outras, da Lei 5.540.²¹⁹

Antes disso, verificava-se na PUC-SP um ambiente aberto de trocas intelectuais, artísticas e discursivas em transformação, destacando-se a efervescência cultural orquestrada pela experiência que se viu com as apresentações no TUCA da peça *Morte e Vida Severina*, encenada inclusive fora do país. Também se destacou na universidade o acolhimento de intelectuais aposentados/cassados pelo regime militar, tais como Florestan Fernandes, Octavio Ianni e Paulo Freire, além da abertura para o acontecimento da 29ª Reunião da SBPC, imediatamente antes da invasão ao *campus*. Em outras palavras, as especificidades de um ambiente democrático aberto à diversidade de ideias e experiências permitem verificar a gestação ou um horizonte de singularização do caso da PUC-SP no cenário de luta democrática.

Nesse bojo, a bibliografia e as fontes coincidem na informação de que foi a invasão de 22 de setembro que possibilitou a projeção da universidade na imprensa, e nessa ocasião também a figura de enfrentamento da reitora é alçada nos debates sobre autonomia universitária.

Noticiada amplamente pela imprensa, permanece na memória a cena histórica protagonizada pela reitora, ao deixar o secretário da Segurança de São Paulo, coronel Erasmo Dias, de mão suspensa no ar, ao se recusar a cumprimentá-lo na noite em que a polícia que ele comandava invadiu violentamente a PUC-SP, onde se realizava um encontro para retomada da UNE, em 1977. "Não dou a mão a assassinos", disse do alto de sua altiva indignação.²²⁰

Propõe-se a seguir a (des)construção e a análise da representação²²¹ dessa imagem simbólica da reitora diante das autoridades, nesse momento ímpar da trajetória da universidade, iniciando pela análise de algumas considerações contidas nas fontes da imprensa paulista escolhidas para esta investigação, ou seja, os jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*.

²¹⁸ TERINI, Alexandre Gonçalves. **O movimento estudantil na Reforma Universitária da PUC-SP e seu contraponto ao acordo MEC-USAID**: uma disputa de projetos político-educacionais nos Anos de Chumbo (1969-1974). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

²¹⁹ NAGAMINE, Jose M. **Universidade e compromisso social**: a experiência da reforma da PUC de São Paulo. São Paulo: EDUC; Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

²²⁰ Depoimento de Mariângela Belfiore. Cf.: WANDERLEY, Mariângela Belfiori; YAZBEK, Maria Carmelita. **Nadir Gouvêa Kfourri**. São Paulo: EDUC, 2016, p. 35.

²²¹ CHARTIER, Roger. **A História cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

Importante problematizar e superar pela análise a ideologia da objetividade e da neutralidade da imprensa que, construída historicamente, se nos confronta como um dado de realidade: a imprensa não se situa acima do mundo ao falar dele.²²²

Nesse caso, a partir de estudos que investigaram as discussões presentes nos dois maiores grupos de jornais de São Paulo²²³, busca-se questionar as forças de mobilização/ação que estavam em disputa nos discursos desses periódicos no contexto dos governos militares.

Assim, e por mais que busque ser a consciência coletiva de seu tempo, a narrativa jornalística não consegue se desvencilhar da história vivida e acaba por reproduzir uma história que carrega prioritariamente os sentimentos, desejos e interesses da linha editorial do jornal.²²⁴

Em relação às diferenças que norteariam as linhas editoriais dos dois jornais analisados, foi necessário investigar as análises a respeito do percurso discursivo – desde o início dos governos militares até a reabertura democrática – do grupo *Folha de S. Paulo* e d’*O Estado de S. Paulo*²²⁵.

Houve também muitas considerações relativas às ideias de memória e esquecimento que analisam o mea-culpa de ambos os jornais com a pretensão de reelaborar suas trajetórias de apoio discursivo ao regime militar. Alguns desses escritos sustentam que, a fim de reconstruir a sua credibilidade junto ao público leitor, esses jornais forjaram, de maneiras diferentes, discursos que justificavam sua suposta neutralidade e/ou imparcialidade durante o período dos governos militares. Essa construção discursiva auxilia a refletir sobre as narrativas da invasão da PUC-SP nessas fontes e, além disso, ajuda a elucidar mais adiante as diferenças que marcaram essa memória no discurso da universidade e na trajetória da reitora Nadir.²²⁶

²²² CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa. **Projeto História**. São Paulo, n. 35, 2007, p. 258.

²²³ DIAS, Luiz Antonio; LOPES SOUSA, Rafael. Entre a memória e o esquecimento - 1964-2014: o golpe ontem e hoje. **Projeto História**. São Paulo, nº. 50, 2015. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/24037>>. Acesso em: 12 jul. 2020.

²²⁴ *Ibidem*, p. 173.

²²⁵ A *Folha de S. Paulo* surgiu como uma possibilidade de ampliação do leque de público leitor mais popular, fazendo, por sua vez, contraponto ao *O Estado de S. Paulo*, que desde seu nascimento norteou-se pelo pensamento liberal, com uma visão mais elitizada. A principal constatação que se apresenta nessas pesquisas diz respeito às elaborações discursivas de que os jornais lançam mão no pós-abertura democrática, a fim de refazer a memória durante o regime militar. Ver. DIAS, Luiz Antonio. **Vozes de 1964**: imprensa, militares e opinião pública. Curitiba: CRV, 2021.

²²⁶ MATOS, Maria Izilda Santos. **Âncora de emoções**: corpos, subjetividades e sensibilidades. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

Na primeira reportagem selecionada que trata do evento, no jornal *O Estado de S. Paulo*, dois dias após a invasão, em 24 de setembro de 1977, com o título “PUC pede inquérito sobre Invasão”, é possível verificar uma narrativa que descreve a situação de destruição do prédio (com imagens ilustrando o caos deixado nas dependências da universidade) e apresenta, de maneira breve, a fala do então secretário de segurança de São Paulo, o coronel Erasmo Dias, prometendo que o Estado pagaria os danos sofridos. Em resposta, a reitora Nadir afirmava que “Há danos que o senhor não pode pagar”²²⁷.

Nessa mesma matéria, a professora Silvia Pimentel²²⁸, então chefe de gabinete da primeira gestão de Nadir, pronunciou-se em nome da reitoria: “A gente se sente profundamente agredido pelos danos sofridos. Mas o dano moral é o fundamental.” Percebe-se que a chefe de gabinete, falando em nome da reitoria, enfatizava a profunda vergonha e indignação da universidade. Nesse trecho fica nítida a ratificação da afirmativa de Nadir sobre a “universidade ultrajada”²²⁹, que se verificou, entre outros, em entrevistas suas à imprensa televisiva e que ressurge com frequência na memória da reitora, nas passagens que retomam esse período.

Ao final da matéria, menciona-se também a posição da APROPUC, que se reuniu em assembleia para discutir as condições a fim de, posteriormente, enviar uma denúncia de violação da autonomia da universidade. Percebe-se que em toda a matéria se reforçou, pelos pronunciamentos da reitoria, que existiram danos à universidade para além dos danos materiais. A narrativa e as imagens no jornal privilegiavam a questão dos danos materiais, e foi somente ao fim, com a chamada que destacava a reunião da APROPUC e suas posições sobre a invasão ao *campus*, que se vislumbrou a profundidade da agressão sofrida, ou seja, a violação da autonomia universitária.

Nesse sentido, outro ponto que vale registro é o seguinte: n’*O Estado de S. Paulo* o termo que se utilizou para descrever o 22 de setembro de 1977 foi “invasão”; por outro lado, identificou-se que na *Folha de S. Paulo* usou-se a palavra “intervenção”. A proposta a seguir

²²⁷ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 98, nº 31.448, 24 jul. 1977, p. 17.

²²⁸ A professora e jurista Silvia Carlos da Silva Pimentel foi a primeira chefe de gabinete da gestão de Nadir Kfoury (1976-1980). Conforme Ato de Nomeação de 15 de setembro de 1980, passou a ocupar na segunda gestão a chefia do gabinete Mariângela Belfiore (1980-1984). Em 1977, durante a primeira gestão de Nadir, doutorou-se em Direito com a tese “Evolução dos direitos da mulher: norma, fato, valor” (PIMENTEL, Silvia. **Evolução dos direitos da mulher:** norma, fato, valor. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1978). A professora Silvia Pimentel, notória defensora dos feminismos, tem uma longa trajetória de lutas pelos direitos das mulheres, tendo exercido relevantes papéis em sua trajetória profissional. Foi uma das fundadoras da Frente da Mulher Feminista, participou da Assembleia Nacional Constituinte, integrou Comitê sobre a Eliminação da Discriminação contra Mulher da Organização das Nações Unidas e contribuiu na elaboração da Lei Maria da Penha.

²²⁹ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 98, nº 31.448, 24 jul. 1977, p. 17.

é extrair das análises alguns aspectos que auxiliem a refletir sobre essa diferença na designação.

Nas matérias seguintes sobre a invasão²³⁰ no jornal *O Estado de S. Paulo*, em referência à posição da apuração das responsabilidades (ou não) da reitoria, o peso se dirigiu, preferencialmente, à pessoa da reitora Nadir. Isso foi averiguado em especial nos vários momentos em que ela teve de prestar depoimentos no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS).

Em duas matérias que informavam sobre o depoimento de Nadir, estava posto como ela respondia como autoridade última pelas explicações e responsabilidades que foram atribuídas à universidade. Sendo assim, embora sempre acompanhada de seu vice-reitor João Edênio Reis Valle, foi Nadir que absorveu e respondeu às responsabilidades desse momento, tanto no sentido de encabeçar a defesa da universidade no espaço da opinião pública e perante os órgãos e autoridades oficiais como no desafio de acalmar e reorganizar a comunidade interna. A respeito da questão, adiante se verifica como o peso dessa incumbência se internalizou na memória da reitora, conforme análise das suas falas quando arguida sobre essa lembrança. A reitora, nessas ocasiões, ratificava que não gostava de rememorar esse momento da sua gestão.

Concomitantemente, na *Folha de S. Paulo*, a matéria de 28 de setembro de 1977 destacava a invasão da universidade com a chamada já na primeira página. Nesse caso, não apenas os estragos e danos ao patrimônio do prédio da Rua Monte Alegre foram narrados, ao contrário, a publicação tocou em pontos sensíveis do debate à época. Com imagens do governador Paulo Egídio, de D. Paulo Evaristo Arns e do secretário de segurança Erasmo Dias e o título “Acirra-se a polêmica da PUC”, apresentava os debates (e embates) acerca da intervenção policial na universidade e a sua justificativa posterior, com a divulgação de supostos documentos de natureza subversiva.

Nessa publicação se destacou o relato a respeito da ida do secretário Erasmo Dias a Brasília, em missão oficial para reunião com o Ministério da Justiça, deixando inferir a importância do evento. Nessa mesma linha, também informava sobre a defesa do então governador de São Paulo em relação à intervenção, advertindo que “autonomia universitária não significa soberania”²³¹, justificando o ato, inclusive se referindo ao suposto “perigo”

²³⁰ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 98, nº. 31.501, 26 nov. 1977. O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 99, nº 31.646, 17 mai. 1978.

²³¹ FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 57, nº 63.52, 28 set. 1977.

comprovado pelos documentos encontrados na universidade, nos quais se teria identificado a defesa de uma “ditadura do proletariado”²³².

Em contrapartida, foi vista também nessa matéria a simbólica fala do Grão-Chanceler D. Paulo Evaristo Arns afirmando que “na universidade só se entra por duas portas: a do vestibular e da reitoria”. Foram recorrentes as análises que atribuíram marcante peso ao cardeal arcebispo e sua influência na universidade nesse período. Anos mais tarde, em entrevista cedida ao *Porandubas*, o secretário de segurança Erasmo Dias seria inquerido diretamente sobre a possibilidade de ataque a Arns como uma suposta motivação à Universidade Católica de São Paulo.

Somente ao final há considerações relativas ao envio do telegrama em que Nadir repudiava a informação divulgada pelo secretário de segurança apontando que a reitoria teve conhecimento prévio da realização do III Encontro da UNE. Nadir respondeu que todos os acontecimentos de seu conhecimento desde a noite anterior à invasão foram relatados às autoridades competentes, rebatendo com veemência a fala de negligência por parte da reitoria. De maneira geral, observou-se que a matéria levantava os principais pontos de divergência das autoridades envolvidas, não se limitando meramente à narrativa dos eventos. Os embates decorrentes do acontecimento podem ser apreendidos nas falas das partes implicadas.

Em continuidade às notícias da invasão, em 1º de outubro de 1977, esse mesmo jornal divulgou o relatório da reitoria (na íntegra) sobre sua versão dos fatos de 22 de setembro.

Quanto à atuação da polícia preferimos cobrir com o protesto do silêncio a nossa indignação e vergonha. Cabe aos homens honestos do Governo, à Justiça, à opinião pública e à história julgar o que se passou.²³³

Em 24 de dezembro de 1978, a *Folha de S. Paulo* publicava uma matéria com o título “PUC enfrenta mais um sério sobressalto”, em que se analisava uma suposta fraude no vestibular da universidade. Nessa oportunidade, novamente vale refletir sobre a defesa da PUC-SP perante as investidas contra a universidade, no sentido de “macular o prestígio”²³⁴, analisando inclusive a posição do Grão-Chanceler D. Paulo Evaristo Arns na intensificação da campanha pelos direitos humanos, segundo o relato visto nessa matéria, não por coincidência.

²³² FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 57, nº 63.52, 28 set. 1977.

²³³ FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 57, nº 63.55, 1º out. 1977, p. 11.

²³⁴ FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 58, nº 68.04, 24 dez. 1978, p. 31.

Seguindo, no que diz respeito à invasão:

1977 foi o ano mais importante da história da PUC, por dois fatos significativos, embora de conteúdos inversos: a Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e a invasão e depredação de suas instalações por policiais armados. [...] Ao mesmo tempo que viu crescer ainda mais o respeito que lhe devem parcelas substanciais da opinião pública, a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo despertou antigos rancores, aparentemente adormecidos, porém a espera de uma oportunidade para atingir a instituição universitária.²³⁵

O *Porandubas* também dedicou publicação inteira, em seu nº 6, de setembro de 1977, à invasão de 22 de setembro de 1977. Na edição se apresentavam algumas cartas de solidariedade à universidade e diversas análises de intelectuais importantes a respeito da gravidade do ato. Como retórica da universidade, aparecia uma “Carta às famílias dos alunos” e mensagem de D. Paulo Evaristo Arns, intitulada “Coragem”.

Este lugar tem que ser preservado para que o País possa encontrar equilíbrio entre as correntes da História e as ideologias. Sem análise científica e sem a informação que a Universidade pode dar, seremos facilmente presas de ganância ou até de atos violentos inspirados em tensões não confessadas ou inconfessáveis [...] Queremos uma verdadeira Universidade: eis nosso objetivo e por ele lutaremos.²³⁶

Destaca-se que essa edição não teve editorial. Mais tarde, o editor do jornal Jorge Claudio Noel Ribeiro Junior relatou que não publicou o número sobre a invasão de imediato a pedido do vice-reitor Casemiro Reis Filho. Era preciso respeitar a ferida ainda aberta. Depois disso, o *Porandubas* passava a publicar as lembranças juntamente à comunidade universitária dos aniversários da invasão. Sendo assim, a primeira edição especial exclusivamente sobre a invasão saía dois anos depois, no nº 23, em setembro de 1978.

Erasmus Dias, quase nos fazes um favor. Bastava que nos acomodássemos e a tua invasão cairia como uma luva. Entre presos e queimados, todos seriam salvos e a PUC teria sua respeitabilidade construída sobre uma autonomia ferida.²³⁷

No número anterior, nº 22, o *Porandubas* havia publicado uma “edição histórica” que repassava as origens da PUC-SP. Nesse primeiro número que lembrava a invasão,

²³⁵ FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 58, nº 68.04, 24 dez. 1978, p. 31.

²³⁶ PORANDUBAS. São Paulo, ano I, nº 6, out. 1977, p. 4.

²³⁷ PORANDUBAS. São Paulo, ano II, nº 23, set. 1979, p. 2.

trouxe um balanço do que mudou, depois de passados, naquele momento, dois anos do evento, refletindo sobre como esse fato tornou-se marco simbólico na virada para luta contra a repressão do período militar e a favor da anistia. Além disso, também há trechos do já mencionado relatório da reitoria de 27 de setembro de 1977, enviado ao MEC, e do relatório da APROPUC de 16 de novembro do mesmo ano.

Assim, no que tange às discussões localizadas na documentação institucional produzida a respeito do evento, o *Porandubas* apresentava o relatório emitido pela reitoria, que questionava o suposto motivo de que as autoridades de segurança lançavam mão na guerra à subversão.

Será que o vocábulo “subversão” é suficiente para esgotar toda a inquietação e desejo de participar da juventude universitária? O dilema da inquietação estudantil não é um fato isolado mas reflete os conflitos que perpassam a sociedade como um todo. Não podemos aceitar que a força bruta seja a solução.²³⁸

Na edição de setembro de 1981, ou seja, quatro anos depois da invasão, o periódico trouxe no seu nº 41 uma entrevista com o ex-secretário de segurança Erasmo Dias, que, numa longa entrevista, apresentou sua versão dos fatos. Na primeira página, a chamada era “4 anos depois: ERASMO NOVAMENTE”. No editorial, previamente se via uma determinada “licença” para a discussão que estava por vir.

Pois a medida que a democracia avança (ou quando avança), vão surgindo aqui no jornal opiniões de todos os matizes. Claro, temos nossa visão editorial e política e por isso mesmo acreditamos que a livre manifestação enriquece o debate. [...] Urge “des-enrustir” as opiniões aqui na PUC, muitas vezes restrita a círculos de iniciados.²³⁹

A reportagem de duas páginas iniciava com a pergunta a Erasmo sobre a sua memória e análise a respeito do 22 de setembro de 1977. De modo geral, durante toda a sua fala, verificou-se um tom de lamentação velada pelos danos causados e, sobretudo, a ênfase nas supostas justificativas que impuseram a “inevitabilidade”²⁴⁰ do ato. O ex-secretário de segurança se arvorou de uma alegação recorrente para se posicionar diante de atos de autoritarismo nesse contexto, leia-se força das circunstâncias e a obrigação que o cargo lhe impunha. Nesse caso, distribuiu as ditas responsabilidades que levaram à invasão entre todos

²³⁸ PORANDUBAS. São Paulo, ano II, nº 23, set. 1979, p. 4.

²³⁹ PORANDUBAS. São Paulo, ano V, nº 41, set. 1981, p. 2.

²⁴⁰ PORANDUBAS. São Paulo, ano V, nº 41, set. 1981, p. 2.

os atores em cena e ressaltou a conclusão de que todos (a universidade representada pela sua reitoria, os estudantes e as autoridades públicas) foram vítimas e réus, “mas tem que ser analisado que essas coisas todas aconteceram não foi por culpa de alguém ou de alguns: acontece”²⁴¹.

Contudo, esse esvaziamento das causas e simbologia da invasão não se sustentou ao longo da entrevista, pois Erasmo acabou por (re)afirmar com veemência que o evento, ao contrário, não se deu ao acaso e teve uma motivação muito clara de validação das forças de segurança.

Dentro do contexto geral, em que o Congresso da UNE estava proibido, se esse ocorresse, a coisa era apresentada como se o governo ficasse nu, despido de seu princípio de autoridade moral! Era esse o quadro, pô! “Não pode haver o Congresso da UNE!”. Quando lá na PUC botaram aquela faixa dizendo: “AQUI REALIZOU-SE O III CONGRESSO DA UNE”, pareceu que a República tinha caído na sua autoridade!²⁴²

Em outro momento da entrevista, houve a indagação ao coronel Erasmo Dias sobre se a invasão de alguma maneira teria sido uma vendeta contra D. Paulo Arns. Nesse trecho, é possível intuir como se punha a importância da figura do Grão-Chanceler na universidade. No entanto, num contrapeso a isso, parece significativo refletir sobre a réplica à leitura do fato feita nas páginas seguintes, com a versão dada pela reitoria, tendo como porta-voz o então vice-reitor João Edênio Reis Valle.

Ele até inocenta a “Reitora Kfoury”, mas paradoxalmente o comportamento dele mostra que os atos políticos cometidos por estudantes eram considerados em sua objetividade e como tais, punidos ferozmente por uma lei e uma ação objetiva: a Lei de Segurança Nacional e a lei do cassete e da bomba.²⁴³

Vale ressaltar que Nadir, pessoalmente, não se utilizava do periódico *Porandubas* para se pronunciar nesse ou em outros momentos de agudas crises enfrentados pela sua gestão, seja como plataforma de palanque, réplica ou defesa. Isso foi percebido na leitura dessa documentação até o final da sua reitoria, quando, no último dia do seu mandato, cedeu uma longa entrevista fazendo um balanço de suas gestões.

²⁴¹ PORANDUBAS. São Paulo, ano V, nº 41, set. 1981, p. 2.

²⁴² PORANDUBAS. São Paulo, ano V, nº 41, set. 1981, p. 2.

²⁴³ PORANDUBAS. São Paulo, ano V, nº 41, set. 1981, p. 7.

Em síntese, o episódio da invasão ao *campus* continuou sendo rememorado nos anos seguintes com viés comemorativo, forjando-se como marco na memória desse período da universidade, com as vestes do ápice dessa democracia puquiiana.

Entre o vasto material produzido sobre esse momento, inclui-se uma série de videodocumentários que contam com depoimentos de estudantes, professores e funcionários, sempre enfatizando o vanguardismo da PUC-SP e a coragem da reitoria, representada pela figura de sua reitora, em enfrentar as autoridades em plena ditadura e alçar a universidade na resistência democrática desde o início de seu mandato.

A despeito do fato de esse material ter sido produzido, em sua maioria, em âmbito comemorativo, ora pela rememoração desse evento, ora pelo aniversário da universidade, foram recorrentes palavras-chave como “vanguardismo” e “democracia” nas narrativas dos que vivenciaram a invasão de 22 de setembro de 1977. Assim, pode-se inferir, pelas discussões decorrentes desse acontecimento tanto no seio da universidade como na sua projeção na mídia, a centralidade desse evento como marco na primeira gestão de Nadir.

Além disso, faz-se premente também refletir a respeito da memória individual e coletiva²⁴⁴ desse momento, com base na investigação e no diálogo entre as fontes da imprensa, bem como na documentação de história oral²⁴⁵, buscando descortinar a representação dessa história, dando voz a diferentes agentes da trajetória dessa instituição. Desse modo, tal intuito sintetiza a ideia de que memória não é só sobre o passado, mas parte de inquietações erigidas no presente. Ou, de outra forma, a memória é constitutiva da história na medida em que se volta tantas vezes ao passado com questões do presente, a fim de “arrancar da tradição o conformismo”²⁴⁶. Em suma, não existe história sem disputa da memória, e muitas vezes a rememoração é redenção.

Diversos autores e testemunhos desse período sustentaram a óptica de que a reitora enfrentou esse momento de dificuldade com notável dignidade e soube depois converter essa experiência em elemento de coesão no discurso pela democracia dentro da universidade.

²⁴⁴ HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2013. D’ALESSIO, Márcia. Memória: leituras de M. Halbwachs e P. Nora. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 13, n. 25/26, p.97-103, set. 1992/ ago. 1993.

²⁴⁵ Aqui se recorreu ao vasto material produzido pelo projeto de História Oral e Memória da universidade produzido ainda na gestão de Nadir. Cf.: AVELINO, Yvone Dias; FROTA, Luciara Silveira de Aragão; GOMES, Edgar da Silva; LOPES, Carlos Danilo Oliveira (Orgs.). **No Laboratório das Palavras: História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Coletânea de documentos (1979-1985)**. 1 CD-ROM. Fortaleza: SOCER, 2015, 586 p.

²⁴⁶ BENJAMIN, Walter. Infância em Berlim por volta de 1900. In: Idem. **Rua de mão única**. Obras escolhidas - Vol. 2. São Paulo: Brasiliense, 1993. Idem. O narrador: Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: Idem. **Magia e técnica, arte e política**. Obras escolhidas, Vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1994. Idem. Sobre o conceito da História. In: *Ibidem*, 1994.

Considero que a professora Nadir Kfourri foi figura central e principal responsável pela histórica experiência democrática vivida na e pela PUC-SP nos anos 1970-1980.

[...] Penso que há três episódios em que essa centralidade do protagonismo da professora Nadir se manifestou de modo mais emblemático:

- a primeira, em julho de 1977, quando a reitora Nadir abriu as portas da PUC-SP para acolher a 29ª Reunião Anual da SBPC que havia sido proibida pelo regime militar. Entendo que esse gesto de coragem democrática e de afirmação irredutível da autonomia universitária se tornou o principal emblema do projeto de universidade inovadora a que a PUC-SP se propunha sob a liderança da Professora Nadir;

- a segunda, certamente relacionada, e em boa parte consegue-te da primeira, quando da invasão da PUC-SP pelas tropas do coronel Erasmo Dias. A Reitora Nadir Kfourri, acompanhada pelo professor João Edenio Valle, seu vice-reitor Comunitário, enfrentou o coronel Erasmo Dias, diante do Tuca, na Rua Monte Alegre, e o repreendeu pela invasão. Eu estava bem perto da cena.²⁴⁷

Por sua vez, Nadir não rejeitava a relevância da invasão de 22 de setembro na trajetória pela luta democrática na sua gestão. Mas, dialogando com as ideias de memória e esquecimento, enquanto via os eventos em lembrança ao aniversário da invasão e como os estudantes rememoravam e, de alguma maneira, celebravam o marco, a reitora mostrava sentir desconforto em relação a essa vivência.

Prosseguindo com a reflexão que se tenta desenvolver nestas páginas, é intento desta pesquisa discutir esse momento pela memória que Nadir produziu e verbalizou nas entrevistas documentadas.²⁴⁸ Nesse sentido, no processo de rememorar, subentende-se a possibilidade de repensar fatos, assim, “o ato e a arte de lembrar jamais deixam de ser profundamente pessoais”²⁴⁹, trazendo o testemunho da experiência vivenciada. E, nesse bojo, é preciso estar atento aos “esquecimentos” voluntários (ou não), à autocensura e às digressões que permeiam os relatos dos entrevistados.

Em entrevista cedida para o projeto de história oral da instituição produzido ainda na sua gestão, ou seja, com o evento ainda recente e patente na memória, Nadir relatou que não gostava de lembrar esse momento.

²⁴⁷ CASARI, Alipio. A Reitora Nadir Kfourri e a PUC-SP (1976-1984). In: WANDERLEY, Mariângela Belfiori; YAZBEK, Maria Carmelita. **Nadir Gouvêa Kfourri**. São Paulo: EDUC, 2016, p. 53-54.

²⁴⁸ Para o suporte metodológico da análise das fontes orais, foram utilizados os estudos de historiadores que participam de diferentes estratégias/técnicas. Cf.: THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1992. ALBERTI, V. De “versão” a “narrativa” no Manual de história oral. **História Oral**. São Paulo, v. 15, n. 2, 2012. DOI: <https://doi.org/10.51880/ho.v15i2.263>. Disponível em: <<https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/263>>. Acesso em: 27 jun. 2021. PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. Tradução de Maria Therezinha Janine Ribeiro. Revisão técnica de Dea Ribeiro Fenelón. **Projeto História**. São Paulo, v. 14, set. 2012. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11233/8240>>.

²⁴⁹ Ibidem, p. 183.

Você, neste momento, está ouvindo, aí, pela movimentação, que hoje, justamente, está se rememorando aquele fato lamentável, que foi o da invasão da nossa Universidade. Então, eu penso que não é possível pensar na minha gestão sem esta ocorrência tão dolorosa, na medida em que foi uma violência, e a violência é sempre alguma coisa que choca. Até hoje me causa um impacto falar sobre isso. Eu me emociono quando falo sobre isso. Hoje o que a gente sente, aí é o compasso da música que se está ouvindo. Não é? Porque os nossos alunos entendem que é preciso ter presente essa memória, mas que, também, a gente vê o lado positivo dela, que foi essa aglutinação de todos aqui: corpo docente, administrativo discente, em torno da nossa Universidade.²⁵⁰

Nesse sentido, a reitora avaliava que a invasão proporcionara um dever de coesão acerca da questão da democracia na universidade em todos os níveis. Quer dizer, concomitantemente à projeção da imagem da PUC-SP na imprensa paulista e na opinião pública como uma instituição democrática que sofre uma intervenção direta em sua autonomia, no seio da instituição se fortaleceu a autopreservação da democracia puquiã por toda a comunidade universitária.

Então este fato da invasão da PUC, realmente, eu acho que representa um marco na minha gestão. Com toda esta carga negativa que um ato de violência representa invadir uma Universidade, com aquelas consequências que nós todos conhecemos, houve, também, isso que se diz, que “Deus escreve direito por linhas tortas” [...] um aspecto positivo, que foi uma unidade maior na nossa Universidade, em torno do seu projeto, e num certo sentido, também uma luta, que deixou arraigada em nós essa ideia de abertura, e de abertura democrática.²⁵¹

Note-se como se reivindicava novamente a relevância simbólica da imagem de Nadir frente ao coronel Erasmo Dias na noite da invasão. Essa imagem permeou os testemunhos e produziu uma memória de enfrentamento e indignação visualmente apreensível, com a reitora Nadir deixando o secretário de segurança de mãos abanando no ar. Ela teria dito que “Não apertaria a mão de assassinos”²⁵².

²⁵⁰ Depoimento de Nadir G. Kfourí. Cf.: AVELINO, Yvone Dias; FROTA, Luciara Silveira de Aragão; GOMES, Edgar da Silva; LOPES, Carlos Danilo Oliveira (Orgs.). **No Laboratório das Palavras: História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: coletânea de documentos (1979-1985)**. 1 CD-ROM. Fortaleza: SOCER, 2015, p. 386.

²⁵¹ Depoimento de Nadir G. Kfourí. Cf.: Ibidem, p. 386.

²⁵² KFOURI, Juca. Com a Dia, não tinha escuridão. In: WANDERLEY, Mariângela Belfiori; YAZBEK, Maria Carmelita. **Nadir Gouvêa Kfourí**. São Paulo: EDUC, 2016.



Imagem 8 – Erasmo Dias (à esquerda) e Nadir Kfourri (à direita).²⁵³

Essa indignação que levou a “professora Nadir” ao enfrentamento das autoridades foi verificada novamente na entrevista em que a reitora, lembrando-se dos fatos do dia anterior à invasão, relata que teria sido impedida de entrar na universidade e que, para fazê-lo, teve de questionar uma ordem, impondo a sua própria autoridade à frente da universidade.

De qualquer forma, como as notícias que, ou seria na PUC ou seria na USP, na famosa véspera da invasão – que no dia 22 de setembro, portanto, no dia 21 – quando eu cheguei na Universidade, a exemplo do que estava, soube posteriormente, acontecendo na USP, na Faculdade de Medicina, aqui na Av. Doutor Arnaldo, também da USP, acontecia aqui na PUC: o nosso quarteirão, inteirinho, cercado pela polícia, pelas forças de segurança e, portanto, nenhum carro podendo chegar até a Universidade. Quando eu vinha pela Rua Cardoso de Almeida, para entrar aqui, na Rua Bartira, o carro foi interceptado pela polícia, que pediu que eu saísse do carro, e se quisesse vir, que viesse a pé. Eu disse: “Não. Eu sou reitora. Meu carro vai entrar. Não pode, por quê?” Ele me disse: “Porque, aqui, é uma proibição para todos”. Eu disse: “Não. Eu vou entrar”. Mas fui tão categórica, que o... não sei se era tenente ou oficial que estava ali, me deixou passar.²⁵⁴

A narrativa de Nadir deixa entrever como ela se arvorava, quando necessário, da sua própria autoridade, tomando para si a representatividade e desejada autonomia universitária da PUC-SP, questionando quem a impediria de adentrar o *campus* por quaisquer motivos.

²⁵³ Fonte: MEMÓRIAS DA DITADURA. Nadir Kfourri. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/nadir-kfourri/>>.

²⁵⁴ Depoimento de Nadir G. Kfourri. Cf.: AVELINO, Yvone Dias; FROTA, Luciara Silveira de Aragão; GOMES, Edgar da Silva; LOPES, Carlos Danilo Oliveira (Orgs.). **No Laboratório das Palavras: História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: coletânea de documentos (1979-1985)**. 1 CD-ROM. Fortaleza: SOCER, 2015, p. 386.

Ciente da reponsabilidade da função que ocupava, abriu mão da sua aparente paciência, transpondo inclusive os rígidos padrões/valores que sua educação formal e religiosa imprimia, mostrou-se irredutível em suas convicções e enfrentou a autoridade policial.

A mulher religiosa, descrita como de refinada educação, na função de reitora, que, pelos testemunhos documentais e registros na bibliografia da instituição, foi lembrada e celebrada por sua habilidade ímpar de interlocução com a comunidade universitária, internalizou, sentiu e analisou a agressão sofrida pela PUC-SP.

E, eu vou dizer a você, até hoje, eu não gosto de entrevistas – hoje mesmo, estão aí, a TV Globo, TV Bandeirantes, me pedindo entrevistas – porque eu não gosto mais de tocar neste assunto da invasão porque me dá tristeza, embora eu reconheça a sua importância para a memória da Universidade.²⁵⁵

Conforme análise desses registros, o incômodo e a tristeza desse momento ficaram marcados em Nadir Kfoury pelo resto de sua vida, ainda que ela reconhecesse sua relevância no fazer-se da experiência da democracia puquiiana.

2.3 APROPUC, AFAPUC e DCE: A REITORA E A DEMOCRACIA PUQUIANA

Analisando o contexto da PUC-SP em que se estabeleceu a reitoria de Nadir Kfoury, foram elencados estudos que investigaram de que forma se elaborou uma determinada identidade democrática, em que circunstâncias tal identidade se materializou e como passou a ser reivindicada na memória da instituição, sendo denominada em alguns registros como “democracia puquiiana”²⁵⁶. Em linhas gerais, averiguou-se como essa instituição se tornou um espaço/lugar cujas especificidades e particularidades historicamente convergiram para forjá-la, a partir do final da década de 1960, especialmente, como confessional, comunitária e democrática.

Observou-se semelhança quanto à ideia de que durante as gestões de Nadir foram vivenciados na universidade momentos de tensão no contexto da repressão dos governos militares. Muitos desses estudos convergem na narrativa de que as experiências dessas gestões constituem o melhor momento do processo de democratização puquiiana que estava em curso.

²⁵⁵ AVELINO, Yvone Dias; FROTA, Luciara Silveira de Aragão; GOMES, Edgar da Silva; LOPES, Carlos Danilo Oliveira (Orgs.). **No Laboratório das Palavras: História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: coletânea de documentos (1979-1985)**. 1 CD-ROM. Fortaleza: SOCER, 2015, p. 386.

²⁵⁶ BARREIRO FILHO, Roberto Coelho. **A Igreja, Estado e universidade: um estudo de caso - PUC/SP e seus 50 anos - 1946-1996**. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

Em outras palavras, a PUC-SP tornou-se palco privilegiado de mudanças de comportamento que apontavam para a instalação de um complexo e ímpar processo democrático, pioneiro entre as universidades do país, em dissonância, naquele momento histórico, com as demais universidades brasileiras.

Nesse sentido, a escolha pela PUC-SP neste estudo leva em conta essa hipótese de um *locus* para o qual convergiam várias nuances, sendo que inserida no ponto nevrálgico estava a gestão de uma mulher. Nesse sentido, questiona-se nesta investigação qual, ou quais, e se era possível, a(s) relação(ões) entre a ideia da PUC-SP como um espaço marcado por discussões acerca de valores democráticos e o pioneirismo da gestão feminina.

Em carta aberta a todos os membros da comunidade universitária datada de 29 de novembro de 1976, em que se comunicava a cerimônia de posse da nova reitoria, verificou-se, além da ressalva de que não se quis dar um tom de solenidade e de pompa ao cerimonial de posse, ênfase à pretensão, no sentido de projeto, da nova gestão de convocar todos para uma obra comum na construção de uma nova universidade.

[...] a nova Reitoria desejou que a transferência se realizasse durante a sessão do Conselho Universitário, órgão máximo de representação e de deliberação de nossa vida universitária, onde têm assento oficial os quadros diretivos, os representantes do corpo docente, discente, administrativo, e da comunidade mais ampla em que nossa Universidade se insere. Para nós é fundamental que o ato não significasse apenas uma mudança na cúpula diretiva e sim um gesto do qual toda a comunidade universitária tomasse efetivamente parte. Concebemos a Universidade como um “diálogo institucionalizado” que se caracteriza sobretudo pela comum responsabilidade de todos na condução de seus destinos, na definição de suas metas, e na solução de seus problemas.²⁵⁷

Nesse bojo, no diálogo com as fontes e a produção acadêmica, impôs-se a análise sobre a regularidade em que se colocava o termo de autorreferência à PUC-SP enquanto organizada primordialmente como uma universidade comunitária.

Retomando as discussões sobre a história da reforma universitária na PUC-SP, ressalta-se o debate sobre como se deu a participação dos diferentes segmentos e setores universitários no processo de reforma, democratização e autonomia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Dessa maneira, destaca-se a necessidade de desconstruir uma premissa de ambiente livre de tensões nessa universidade democrática e comunitária,

²⁵⁷ Ofício da Reitoria. São Paulo, 29 nov. 1976. Fundo CEDIC/PUC-SP.

chamando a atenção para os possíveis não ditos de uma memória linear da história da PUC-SP.

Apresentando-se como Universidade Comunitária, durante a década de 1980, declaradamente pública, ou com fins públicos, durante os anos de 1970, exaltava sua “opção pelos pobres”, e a educação redentora como preceitos maiores de sua missão educacional [...].²⁵⁸

Nesse sentido, a contrapelo²⁵⁹ do processo em que se forjou uma memória da instituição como símbolo de universidade aberta ao livre debate e/ou, conforme se mencionou, de um consenso sobre sua identidade democrática, privilegia-se a análise das alianças, contradições e confrontos vividos pelos sujeitos no denominado processo de democratização da universidade.

Num contraponto, parte desses estudos tece algumas críticas à memória de uma vocação democrática da PUC-SP que silenciou vozes dissonantes: “A memória vencedora confunde-se com a própria história da instituição, pois é a memória que determina os parâmetros da investigação do historiador.”²⁶⁰ Nesse sentido, advoga-se a contribuição de outras forças e sujeitos na elaboração da autonomia universitária e/ou na democratização da universidade, apontando principalmente para o seu papel nas associações de professores e funcionários, além das tensões advindas do movimento estudantil dentro da PUC-SP.

Na primeira fase da “Era Nadir”, as associações de representantes dos docentes, discentes e estudantes e suas pautas (juntamente às proposições de universidade aberta à comunidade, leia-se “pró-povo”) foram recorrentes nas páginas do *Porandubas*, ou seja, o periódico buscava trazer à tona a silhueta dessa PUC-SP, amparada pela sua reitoria, que procurava dialogar e articular projetos que dessem voz a toda a sua comunidade universitária.

Na edição nº 1 do *Porandubas*, na primeira página, liam-se três chamadas que, em seus títulos, faziam referência ao tripé que compunha, juntamente à administração, a comunidade universitária: os funcionários, os professores e os estudantes. Nesse momento ainda não havia o órgão representativo dos funcionários, e essa primeira matéria os entrevistou. Merece destaque que a edição assinala esse grupo como a parcela do corpo da comunidade universitária que tem pouca atenção – geralmente, numa grande instituição de

²⁵⁸ CANHA, Humberto Carlos Moreira. **História e Memória da Reforma Universitária da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo** (1979-1988). Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013, p. 12.

²⁵⁹ BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. In: Idem. **Magia e técnica, arte e política**. Obras escolhidas - Vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1994.

²⁶⁰ CANHA, op. cit., p. 15.

ensino, as atenções se voltam mais para o corpo docente, a diretoria, os alunos, mas a equipe de funcionários, seus problemas e conquistas ficam na sombra.²⁶¹

Em novembro, na edição de nº 7 do periódico, novamente em primeira página, anunciavam-se os movimentos iniciais para a formação de uma associação dos funcionários.

Parafraseando Shakespeare, “há mais gente entre a cátedra e a carteira, do que desconfia nossa vã pedagogia”. De fato, o funcionário é alguém cuja presença é percebida, na maioria das vezes, justamente quando falta ao serviço. Quando são os executores deste trabalho oculto, nos vários “campi”? em que setores se dividem?

[...] A partir destes dados, a Comissão Organizadora (c.f. PORANDUBAS 5) pretende dar os primeiros passos para a montagem da Associação.²⁶²

Por outro lado, na nota em que se chamava a atenção para o que seria a APROPUC, então no seu nascedouro, fazia-se uma convocação às adesões para a nova associação.

Muitos se perguntam sobre o que a APROPUCSP vem fazendo. Aproveitamos o “PORANDUBAS” (que afinal de contas, também é nosso) para relatar algumas atividades já que nosso próprio boletim cedeu lugar à solução de problemas mais urgentes.

[...]

Contamos com cerca de 50 professores apenas, realizou-se uma mesa-redonda dia 25/03, versando sobre os novos contratos de trabalho. Foram debatedores os Profs: Casemiro Reis Filho, Renato Ruas, Maria do Carmo Guedes e Carmem Junqueira. O comparecimento foi pequeno: não cabe julgar as razões de cada um. Contudo, seria de grande interesse conhecê-las para podermos organizar encontros futuros.²⁶³

Apesar da inicial falta de adesão, depois se viu uma rápida articulação da APROPUC, que se engajou nas principais demandas e discussões ensejadas dentro da universidade. Percebeu-se então, a partir daí, que as narrativas elaboradas demonstravam, para além das discussões de âmbito administrativo/organizacional, a articulação com demandas de gestão e organização da universidade.

Contando com o comparecimento de cerca de 200 professores e Convocada originalmente para aprovação do programa de trabalho do Conselho Diretor, substituição de membros no mesmo Conselho e encaminhamentos concretos acerca de política salarial, a Assembléia do dia 7/5 teve outro rumo.

²⁶¹ PORANDUBAS. São Paulo, ano I, nº 1, abr. 1977.

²⁶² PORANDUBAS. São Paulo, ano I, nº 7, out. 1977, p. 1.

²⁶³ PORANDUBAS. São Paulo, ano I, nº 7, out. 1977, p. 1.

[...] Passou-se a discutir o posicionamento dos professores diante do momento político que envolve a Comunidade Universitária.²⁶⁴

Mais tarde, o *Porandubas* de outubro de 1978 estampou uma capa que simbolizava essa tríade de representação, através de uma charge de Laerte²⁶⁵, em que se viam as três entidades (AFAPUC, APROPUC e C.A.) e as chamadas “...nós já temos ELEIÇÕES DIRETAS”, acima da charge e, na parte inferior, “Democracia Universitária”.



Imagem 9 – *Porandubas*, out. 1978.²⁶⁶

Foi nessa edição que finalmente se apresentou como instituída a primeira diretoria da associação de funcionários, e se explicitava como ela surgia. O então presidente da AFAPUC, Geraldo Silvério, afirmava que, “em princípios de 77, talvez por influência da fundação da APROPUC e sentido da falta de nossa união e para dar presença mais marcante do

²⁶⁴ PORANDUBAS. São Paulo, ano I, nº 2, mai. 1977, p. 1.

²⁶⁵ As charges da Laerte passariam a compor o *Porandubas* regularmente, a partir de então.

²⁶⁶ Fonte: CEDIC-PUC/SP.

funcionário aqui dentro”²⁶⁷. Dessa forma, professores e funcionários passavam a ser oficialmente representados, de modo geral, pelas suas respectivas associações, demarcando-se e fortalecendo-se como vozes atuantes nas decisões na universidade. Faltava trazer à baila outro elo da comunidade universitária: os estudantes.

Seguindo na edição mencionada anteriormente do *Porandubas*, nas páginas seguintes, destacou-se entrevista com representantes do movimento estudantil da universidade. Inquiridos sobre as pautas emergentes do momento, foram convidados a refletir sobre o próprio ambiente em que o movimento estudantil ressurgia com força.

“Qual o significado político das tendências de vocês?” “O que é responsável por essa ‘portugalização precoce’?” “O Movimento Estudantil sempre surge mais fortemente em momentos de transição dos regimes, ou para endurecimento ou para liberalização: o que vocês acham disso?” “Como está a democracia interna dentro da PUC, entre vocês e suas bases e entre vocês e a estrutura universitária?” “Relação do ME com os operários, com os partidos com os setores da população, relação...”

Estas questões foram despejadas sobre as cabeças do Jorge (Psicologia, grupo Proposta), da Eliandre (da Diretoria do D.C.E-77, aluna de História e grupo Unidade) e do Sampaio (aluno de Direito D.C.E-78, grupo Opinião). Para elaborá-los, PORANDUBAS foi ouvir o Perseu Abramo e a Irede (Folha), o Wanderley (Sociólogo da PUC) e o Sérgio Gomes (OBORÊ, Assessoria de Imprensa).²⁶⁸

Na reportagem os/as entrevistados/as discutiam o reaquecimento do movimento estudantil na universidade e quais seriam as demandas daquele momento. Nas falas de seus representantes entrelaçavam-se desde demandas concretas dentro da universidade em atendimento às questões mais imediatas dos estudantes (matrículas, mensalidades, currículo etc.) até discussões sobre anistia e liberdades democráticas dentro e fora dos muros da PUC-SP. Em complementação a esse debate, discutia-se também quais seriam as pautas tratadas na 1º Semana da PUC, sendo a primeira mesa-redonda denominada “Universidade-Realidade Brasileira”. Essas tendências estudantis fizeram parte do debate na edição seguinte do boletim interno, quando o professor Octavio Ianni analisou os impasses do movimento estudantil, discutindo quais seriam seus pontos fortes e fracos no contexto.

²⁶⁷ PORANDUBAS. São Paulo, ano II, nº 15, out. 1978, p. 1.

²⁶⁸ PORANDUBAS. São Paulo, ano II, nº 15, out. 1978, p. 3.

Talvez a principal questão a ser examinada pelo movimento estudantil seja o fato da sua notável e crescente controvérsia interna. São diversas, muitas e contraditórias as orientações políticas que os estudantes têm assumido em 1977 e 1978. O movimento estudantil parece que se acha em processo de esfacelamento. A vitalidade das suas muitas orientações é precisamente a fraqueza da sua existência, atuação ou significado. Esse parece ser o principal impasse em que se acha o movimento estudantil.²⁶⁹

No entanto, seria ingênuo pensar que essas articulações se davam sem tensões e embates internos. Conforme mencionado anteriormente, refletindo sobre a diversidade de ideias/projetos que estavam em campo desde a reforma da PUC-SP, foram impostos questionamentos sobre o discurso de conciliação que se fixou na memória institucional da universidade e, ao contrário, enfatizou-se um palco onde se estabeleceu embate de diferentes posições políticas.

A análise dos discursos e pautas tratadas no jornal *Porandubas*²⁷⁰ mostrou um exemplo relevante da produção periódica da universidade e de sua comunidade. É importante pontuar que o citado periódico tinha em alguma medida caráter oficial, no sentido de que estava ligado à reitoria universitária.²⁷¹ Nascido no início da gestão de Nadir, foi possível vislumbrar em seus editais a preocupação com uma constante busca pela “autodefinição”: o que é o jornal, quem o *Porandubas* dizia representar, a quem se destinava e quais eram os seus propósitos. Trata-se de um periódico que registrou um período emblemático da universidade, num momento histórico significativo para a própria constituição da autoimagem da universidade frente à sua comunidade.

Em relação à gestão de Nadir, dispôs-se somente de breves análises abordando o processo de escolha para a reitoria em 1980 (o qual será discutido com maior profundidade no item 2.1, evento esse que marcou o início da segunda gestão da reitora). Contudo, aqui o diálogo auxiliou a problematizar e elaborar a memória da “democracia puquiiana” e, nesse bojo, verificar como se inseriu a representação de Nadir.

A profa. Nadir Kfoury era vista como aliada, senão representante, dos segmentos e setores que almejavam reformas democratizantes nas estruturas acadêmica e administrativa da universidade e no papel – tão bem guardado pela memória histórica da instituição – que a PUC-SP

²⁶⁹ PORANDUBAS. São Paulo, ano II, n° 16, nov. 1978, p. 3.

²⁷⁰ Vale observar que, além do grande volume de material produzido por esse periódico, o jornal circulou entre os anos de 1977 e 1988, com aproximadamente 109 edições e tiragem total de 1,2 milhão de exemplares. É uma fonte de fácil acesso, visto que toda a coleção está disponível na biblioteca do *campus* Perdizes.

²⁷¹ Ainda na primeira gestão da reitora Nadir, o editor Jorge Claudio Noel Ribeiro Junior foi designado chefe da Sala de Comunicação, em 22 de fevereiro de 1979. Circular 20/79. São Paulo, 1979. Fundo CEDIC/PUC-SP.

poderia exercer diante do processo de abertura política em nossa sociedade.²⁷²

Dessa forma, o diálogo com esses escritos corroborou a premissa observada quando do início desta pesquisa, isto é, mesmo com a produção acadêmica que trata da história da PUC-SP, não se enfrentou o tema da questão feminina como perspectiva de análise para refletir sobre a identidade da própria universidade.

Destacam-se, nesse sentido, permanências narrativas, como o destaque, em particular, da atuação de seu Grão-Chanceler durante as gestões de Nadir na memória da PUC-SP.

O que ficou registrado para posteridade, ressaltada pela grande imprensa, pelos meios de comunicação internos da universidade, e guardada na memória histórica da PUC-SP, foi a iniciativa particular e progressista de D. Paulo em fazer, na sua universidade, o primeiro experimento “democrático” de escolha dos futuros reitores da instituição.²⁷³

Essa pareceu ser uma associação comum e quase simplista que se atribuiu à figura do Grão-Chanceler sobre os rumos que a PUC-SP tomava nesse período. Cabe destacar a relevância das narrativas advindas da Igreja (desde Medellín e o Documento de Buga) e, sem dúvida, a influência do trabalho que o arcebispo desenvolvia na Arquidiocese de São Paulo. Porém, evitando incorrer no risco de cair nesse discurso, buscou-se problematizar a gestão de Nadir a partir da experiência que ela mesma engendrou.

Em outra medida, também se atentou nesta análise ao questionamento das narrativas sobre a história da instituição produzidas em meio às comemorações oficiais dos aniversários da universidade, que defenderam a memória institucional, procurando salvaguardar a ideia de uma suposta “vocação democrática²⁷⁴” pensada a partir da particularidade de ser pontifícia, logo, das transformações advindas das suas relações com a Igreja. Nesse caso, adotou-se um discurso de menor confronto e questionamento da memória da democracia puquiiana. Percebeu-se como proposta desses estudos a abordagem de temas como a formação da universidade e, simultaneamente, sua relação com a Igreja e o Estado, estabelecendo uma

²⁷² CANHA, Humberto Carlos Moreira. **História e Memória da Reforma Universitária da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo** (1979-1988). Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013, p. 61.

²⁷³ Ibidem, p. 62.

²⁷⁴ BARREIRO FILHO, Roberto Coelho. **A Igreja, Estado e universidade: um estudo de caso - PUC/SP e seus 50 anos - 1946-1996**. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

trajetória quase linear que conduziu a universidade à sua “experiência mais significativa” nas décadas de 1970 e 1980, que forjou a democracia puquiiana²⁷⁵. Assim, a chamada democracia puquiiana atingiu seu ápice justamente na fase que se denomina nesta pesquisa como “Era Nadir”.

Ao final do ano de 1976 seria nomeada a Reitora Nadir Gouvea Kfoury, que foi, na sua segunda gestão, a primeira Reitora eleita por voto direto em consulta a comunidade universitária, em 1980, caminhava a PUC para seu momento mais político e mais democrático.²⁷⁶

Nesse bojo, a democracia puquiiana teria sido a “experiência mais significativa” desse processo de democratização da universidade, apontando em todo o seu período a materialização na organização administrativa, no posicionamento de uma universidade aberta à sociedade e democrática de fato.

É neste preciso tempo que a PUCSP inicia sua caminhada a seu período mais democrático (interna e externamente) temos a fundação de entidades associativas de Professores e funcionários, a valorização dos órgãos estudantis, e as atitudes fortes da Reitora Profa. Dra. Nadir Gouveia Kfoury no tocante a: realização da SBPC, proibida pelo governo militar, e, frente a invasão policial o Campus Monte Alegre.²⁷⁷

Se a reitora Nadir foi celebrada pelo enfrentamento, em nome da autonomia da universidade, nos episódios da reunião da SBPC e da invasão de 22 de setembro em 1977, até o final do seu primeiro mandato ela seria chamada a lidar com as crises internas forjadas, inclusive, pelo próprio ambiente de democratização que se fortaleceu com o estabelecimento das associações. Entre outros motivos, a crescente crise financeira herdada desde as gestões anteriores se agravava com as políticas do Ministério da Educação, que retirava paulatinamente verbas recebidas pela PUC-SP. Os debates com os professores, funcionários e alunos incitados por essa pauta foram noticiados tanto no boletim interno como na grande imprensa.

Enquanto a *Folha de S. Paulo* de 26 de abril de 1979 noticiava em nota curta que houve na assembleia de professores da PUC-SP, realizada na noite anterior, a “deflagração de

²⁷⁵ BARREIRO FILHO, Roberto Coelho. **A Igreja, Estado e universidade:** um estudo de caso - PUC/SP e seus 50 anos - 1946-1996. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999. p. 131.

²⁷⁶ Ibidem, p. 131.

²⁷⁷ Ibidem, p. 133.

uma greve contra a Reitoria, que não os atendeu no pedido de reajuste de vencimentos”²⁷⁸, sem averiguar demais demandas e suas motivações ou a réplica da reitoria, assim resumindo o grave momento da universidade católica paulista, *O Estado de S. Paulo*, na mesma data, apresentava a seguinte chamada no título que tratava sobre a greve na PUC-SP: “Protesto contra a Reitoria”. Cabe refletir sobre a narrativa que o jornal colocava sobre a greve quando descreveu que, durante a assembleia dos professores, a participação do vice-reitor Casemiro Reis Filho foi lida pelos professores como “ameaça velada de desemprego”²⁷⁹. Logo abaixo disso, na fala do então presidente da APROPUC, Laurindo Leal, via-se uma reflexão apontando que a greve dos professores significava mais que a demanda de reajuste salarial e, conseqüentemente, isso transformava o lugar onde o professor se via e se colocava na universidade.

Nesse sentido, uma edição extra do *Porandubas*, em maio de 1979, discutiu a greve de professores que escancarava a crise interna. No editorial do *Porandubas*, assim se resumiam as questões que sustentavam as demandas em disputa:

A recente greve dos professores foi um momento exigente para todos. Contudo, a vida d corpo docente já trazia suas exigências há muito tempo. Quantos não tiveram que largar para trás a vontade de contribuir para um ensino libertador, criador? Quantos não foram forçados por aluguel, supermercado, o leite das crianças, a mudar de emprego e de proposta de vida? O estômago dos que iam ficando, amassou muito o atraso de pagamento, muita taxa de juros, muito “desculpe, mas estamos construindo”, muita falta de verba, muita invasão. Correndo entre um emprego e outro, talvez sobrou aos mestres um tempo para reflexão.²⁸⁰

Percebe-se como o *Porandubas* se colocava com o compromisso de servir a comunidade PUC como um todo e procurava apresentar as opiniões sobre a greve a partir do representante da APROPUC, o então presidente Laurindo Leal, e a posição da reitoria, com a fala de Nadir Kfoury. Também se deu espaço para as diretorias da AFAPUC e do DCE.

O então presidente da APROPUC afirmava que um dos ganhos da paralisação de professores foi que “nossos professores perceberam que também são parte da Universidade e que têm condições de conhecê-la a fundo, não medindo esforços para isto”. Cabe ressaltar que, mesmo nos momentos de tensão, a reitoria de Nadir era bem avaliada, no sentido da conduta democrática na gestão.

²⁷⁸ FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 59, nº 69.27, 26 abr. 1979, p. 16.

²⁷⁹ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 100, nº 31.936, 26 abr. de 1979, p. 24.

²⁸⁰ PORANDUBAS. São Paulo, ano III, nº 20, maio 1979, p. 2.

A diretoria da APROPUC e, acredito, que o conjunto dos professores da PUC, pelo menos diante do que se manifestou nas assembleias, em momento algum se levantou qualquer tipo de desconfiança à conduta da Reitoria na regência da Universidade.

[...] Nossa paralisação teve objetivos muito claros e a diretoria da Apropuc sempre teve presente o perigo que um tipo de manifestação como essa poderia trazer uma Reitoria que consideramos democrática.²⁸¹

Nesse bojo, observou-se convergência com a fala da reitora Nadir, ratificando a declaração de sua carta de posse, ao mencionar que a viabilidade da PUC-SP só seria possível com a participação de todos, ou seja, com todos assumindo sua parte nos problemas que a universidade enfrentava.

À crise financeira da PUC-SP agregaram-se constantes demandas dos estudantes. No comunicado nº 02/80 endereçado ao DCE e aos alunos, a reitoria listou as principais dificuldades financeiras da universidade e as implicações de repasse aos custos de matrícula/mensalidade do ano de 1980. Nesse comunicado, estava anexada uma planilha que demonstrava a profundidade do problema financeiro nas contas da universidade.

Na *Folha de S. Paulo* de 20 de março de 1980, a notícia era “Sem Verba, PUC pode parar no 1º Semestre”.

A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC) enfrenta uma das maiores crises de sua história e está ameaçada de paralisar suas atividades ainda esse semestre. [...] a Reitora Nadir Gouvêa, acompanhada dos vice-reitores Aramando João Caropreso e João Edenio Reis Vale e de um aluno de Medicina de Sorocaba, irá a Brasília no próximo dia 24 discutir o assunto com o secretário-geral do MEC, Tarcísio Della Santa.²⁸²

Aliás, a reitora Nadir já havia aparecido na imprensa em outro episódio, em defesa da universidade brasileira, quando em depoimento à CPI do Ensino, em 1978. Na *Folha de S. Paulo* de 3 de maio daquele ano, Nadir deixava transparecer dois aspectos que se inter-relacionam na sua gestão: a defesa da autonomia universitária e liberdade de pensamento mediada por uma pedagogia, um cuidado supostamente ligado ao feminino: “‘Em casa’ – assinalou – ‘o assunto deve ser resolvido de pai para filho, assim como na universidade, deve ter um enfoque psicopedagógico, através do diálogo, o que não significa estar sempre de acordo’.”²⁸³ Discutindo quais seriam as causas de uma crise daquela dimensão, as

²⁸¹ PORANDUBAS. São Paulo, ano III, nº 20, maio 1979, p. 2.

²⁸² FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 60, nº 72.56, 20 mar. 1980, p. 25.

²⁸³ FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 58, nº 65.69, 3 maio 1978, p. 14.

reponsabilidades se direcionavam para a política de governo. E, nesse sentido, Nadir fez uma defesa ressaltando a “singularidade” da PUC-SP.

[...] como responsável pela situação crítica em que se encontra a PUC, a política educacional do governo “que vem se desobrigando gradativamente de sua responsabilidade constitucional com a Educação, transformando o ensino em simples mercadoria vendida a preços cada vez mais elevados pelos empresários da Educação”. Entretanto, os representantes da comunidade universitária fazem questão de frisar que este não é o caso da PUC e que, justamente por não visar ao lucro e por se preocupar em “manter elevada qualidade de ensino e pesquisa, prestar serviços gratuitos à comunidade e pessoas carentes e defender de forma intransigente a autonomia universitária” é que a Universidade “vive uma crise que já é crônica e que ameaça sua existência”.²⁸⁴

Nesse momento a crise financeira da instituição se constitui num impasse patente que, em abril de 1980, motivou a emissão de uma “carta” às autoridades, e à população, um manifesto conjunto em defesa da PUC-SP assinado pela APROPUC, AFAPUC, DCE e reitoria.

Sem ser uma escola pública, no sentido mais técnico e usual do termo, nós a consideramos uma Universidade voltada para a “coisa pública”. [...] Na última década, esse sentido “público” de sua atuação passou a fazer parte integrante de sua consciência e de seu auto-projeto. Passo a passo, dentro de um processo em que muitos tomaram parte, a PUC de São Paulo tornou-se um espaço significativo na vida cultural e científico do país.²⁸⁵

Ressalta-se a capacidade e disponibilidade constante da abertura ao diálogo da reitoria, conforme registrado na documentação analisada. Como consequência disso, para além das tensões (ou sem prejuízo) e disputas narrativas, assim como no comunicado supracitado, foi possível verificar convergências entre os membros da comunidade universitária e reitoria nesse período da gestão de Nadir.

Novamente estabelecendo diálogo com a bibliografia, destaca-se a análise da gestão de Nadir Kfoury como período de convergência de fatores em direção a uma democratização da PUC-SP.²⁸⁶ Sobressaindo-se tanto o contexto de criação dessas associações como a maior

²⁸⁴ FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 60, n° 72.56, 20 mar. 1980, p. 25.

²⁸⁵ Manifesto Conjunto (APROPUC, AFAPUC, DCE e Reitoria da PUC-SP). São Paulo, 15 abr. 1980. Fundo CEDIC/PUC-SP.

²⁸⁶ ZVEILBIL, Silvia Jane. **A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: o projeto educacional e a cultura acadêmica**. Tese (Doutorado em Ciência Social - Antropologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

participação representativa da comunidade universitária no CONSUN, e finalmente pelo fato de que foi para o estabelecimento do segundo mandato de Nadir que se verificou pela primeira vez no país uma eleição direta para reitoria. Nesse sentido, ratificava-se que a gestão de Nadir foi dinâmica, aberta e que projetou a PUC-SP no espaço da opinião pública.

Vários são os depoimentos que atestam ter sido a Reitoria da professora Nadir, dinâmica, aberta, que projetou a PUC no espaço da opinião pública, marcando-a como uma instituição cuja identidade se liga à democracia, pluralismo e compromisso com a realidade. De fato a reitoria assumiu posições firmes e determinadas, pautadas por essas diretrizes quando obrigou professores cassados das universidades públicas, desafiando o poder militar, ou mesmo quando abriu a universidade para a realização da 29^o Reunião Anual da SBPC, em 1977, proibida de ser realizada na USP, ou ainda quando enfrentou a violência e a força invasora do exército em setembro de 1977.²⁸⁷

Seguindo, nas últimas páginas da edição extra n^o 20 do *Porandubas*, foi levantada a discussão sobre a urgente mudança dos estatutos da universidade. Na entrevista do coordenador-geral da pós-graduação Joel Martins²⁸⁸, ele refletiu sobre o que foi a greve dos professores e propôs uma mudança mais profunda que previa a revisão dos estatutos da universidade e chegava a discutir a possibilidade de uma eleição ampla para a próxima reitoria.

Longe de ser uma questão pontual ou inédita, naquela situação as propostas de revisão dos estatutos da universidade ganhavam cada vez mais relevância, ainda durante essa primeira gestão da reitora. Em comunicado de 11 de setembro de 1979, a vice-reitoria acadêmica, representada por Casemiro Reis Filho, divulgava um roteiro que orientava como se daria o processo.

Desde a posse da atual reitoria, são frequentes as sugestões recebidas com vistas a uma revisão geral do Estatuto da Universidade, pautada em amplo debate de toda a comunidade.

[...] O roteiro anexo, aprovado pelo Conselho Universitário, visa garantir um processo democrático, ao mesmo tempo que sistemático, de debates e conclusões que levem a uma revisão estatutária que corresponda, efetivamente, às mais amplas aspirações da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.²⁸⁹

²⁸⁷ ZVEILBIL, Silvia Jane. **A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: o projeto educacional e a cultura acadêmica.** Tese (Doutorado em Ciência Social - Antropologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999, p. 144.

²⁸⁸ Um dos primeiros nomeados na gestão de Nadir, conforme Comunicado da Reitoria, em 17 de dezembro de 1976. Fundo CEDIC/PUC-SP.

²⁸⁹ Comunicado da vice-reitoria 07/79. São Paulo, 11 set. 1979. Fundo CEDIC/PUC-SP.

Iniciava-se então o longo processo de debates, disputas e discussões sobre qual seria o projeto de universidade que a PUC-SP queria para si. As vozes que entravam em cena nessa primeira fase da “Era Nadir” discutiam as transformações pelas quais a instituição passava; quais eram as defasagens do estatuto que não cabiam mais nessa nova cara da universidade; e como seria elaborada a identidade puquiiana no processo de democratização do país. Na vanguarda novamente, a eleição direta chegou primeiro na PUC-SP.

Ao longo do primeiro quadriênio da gestão da reitora Nadir, a universidade tinha então os órgãos de representação de professores, funcionários e estudantes – que se rearticulavam em novas demandas do movimento estudantil – atuantes nas discussões sobre a dinâmica democrática, que ganhou força nas narrativas articuladas como propósito desde a carta de posse da nova reitoria. A comunidade foi chamada a construir, junto com a gestão, uma universidade aberta e próxima dos anseios da sociedade, que àquela altura refletia sobre os processos da reabertura democrática, com o final dos governos militares.

Para o segundo mandato, a reitoria estendia as eleições para os cargos de diretoria dos centros e, no maior desafio, enfrentava a questão de rever os estatutos. Os limites da democracia puquiiana foram tensionados, e ao final Nadir deixaria a universidade para não mais voltar. Somente pelas suas memórias a ex-reitora entraria no *campus* da PUC-SP.

Se os estudos que analisaram a democracia puquiiana se concentraram nas disputas políticas internas e externas nas quais a universidade se engajou, no terceiro capítulo desta investigação busca-se destrinchar a memória de Nadir e discutir algumas considerações a respeito de sua gestão feminina pioneira na instituição.

Porandubas

(DIA 18) ROUBARAM O CAE PELA 4ª VEZ!

DOM HÉLDER HONORIS CAUSA: 4/3/82

"porá' duba; pergunta, notícia"

Boletim Interno da PUC-São Paulo. Ano V DEZEMBRO/81 Sala de Comunicação

44



Edição de Fim-de-Feira: Humor, Contos, Teatro, Notícias Mil!

CAPÍTULO III – O SEGUNDO MANDATO, VANGUARDA E MEMÓRIAS (1980-1984): AS DAMAS SE DESPEDEM

Observou-se na produção acadêmica²⁹⁰ – e ratificou-se na pesquisa das fontes – a reivindicação de uma memória da democracia puquiana consolidada a partir de marcos simbólicos e discursivos ocorridos no segundo mandato da reitoria de Nadir, quando se acentuou uma série de discussões e demandas pela democratização da PUC-SP.

Pode-se selecionar como marco inicial do período que intensificou a democratização da universidade a eleição direta para reitoria em 1980. Inicialmente proposta para a escolha do/a novo/a reitor/a, a comunidade puquiana rapidamente articulou pautas que verticalizavam as demandas por representatividade igualitária (paridade), autonomia e vanguarda.

As eleições ganharam corpo e se estenderam para todas as instâncias da universidade: para os Conselhos, para as 17 associações, para as Faculdades, entre outras. Ademais, a universidade em efervescência exigiu novos Estatutos, foi chamada uma constituinte para os trabalhos, os debates e disputas políticas estavam na pauta do dia.

Neste capítulo analisam-se as questões da democratização da universidade a partir dessas lutas e transformações que eclodiram na segunda gestão de Nadir. E, na sequência, sob as perspectivas de memória e gênero, o intuito é ultrapassar as questões político-administrativas, averiguando a respeito das relações de gênero na instituição nesse período, problematizando como Nadir se via (ou não) numa determinada vanguarda feminina na universidade brasileira, analisando os ditos e não ditos por ela nas entrevistas concedidas em diferentes momentos de sua trajetória (antes, durante e depois da sua gestão).

3.1 A PRIMEIRA REITORA ELEITA NO PAÍS

Ao final do primeiro mandato de Nadir, com consentimento de D. Paulo Evaristo Arns, foi proposta a primeira experiência de eleições com consulta direta a toda a comunidade

²⁹⁰ BARREIRO FILHO, Roberto Coelho. **A Igreja, Estado e universidade:** um estudo de caso - PUC/SP e seus 50 anos - 1946-1996. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999. ZVEILBIL, Silvia Jane. **A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo:** o projeto educacional e a cultura acadêmica. Tese (Doutorado em Ciência Social - Antropologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999. SILVEIRA, Nádía Dumara Ruiz. **A Universidade, Igreja e modernidade:** a restauração e inovação. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

universitária para eleger o/a novo/a reitor/a na PUC-SP. Tal evento, pioneiro no país, projetou novamente a universidade e, conseqüentemente, a reitora Nadir nas pautas da grande imprensa. Internamente, as disputas em torno das questões da democracia, com consonância histórica com as lutas pela (lenta) reabertura democrática do país após quase duas décadas de ditadura civil-militar²⁹¹, estavam na ordem do dia.

Na universidade, os intelectuais que a PUC-SP acolhera uma década antes (final de 1960) se posicionavam em defesa da democracia. A comunidade, com seus professores, alunos e funcionários, empenhava-se na trama que teceu o véu da democracia puquiã. A reitora Nadir, em continuidade ao processo iniciado no seu primeiro mandato, tinha como desafio para a nova gestão contornar a crise financeira que se agravava, encampando um projeto pedagógico-filosófico que atendesse às demandas da comunidade sem se distanciar das orientações (e dos limites²⁹²) da Igreja, no intuito de consolidar as estruturas democráticas da universidade.

O *Porandubas* de agosto de 1980, mês de comemoração do aniversário de 34 anos da universidade, iniciava a edição com uma retrospectiva da história da instituição dividida em três momentos, sendo o terceiro definido a partir da década de 1970. Os pontos de destaque apontados para esse momento foram a influência da Igreja na universidade (marcada pela presença de D. Paulo Arns), a autonomia universitária, a pesquisa (pós-graduação) e as pautas culturais na universidade (entre elas Cultura do Povo, Índio, Menor abandonado, participação popular etc.).

²⁹¹ ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira. Ditadura como bonapartismo: apreensões marxistas sobre o regime inaugurado em 1964. **Vernotio**. Rio das Ostras - RJ, ano IX, n. 17, abr. 2013. Disponível em: <<http://www.verinotio.org/conteudo/0.81463005655876.pdf>>. DIAS, Luiz Antônio. **Voices de 1964**: imprensa, militares e opinião pública. São Paulo: CRV, 2021. DELGADO, Lucília de A. Neves. 1964: Temporalidades e Interpretações. In: REIS, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. (Orgs.). **O Golpe e a Ditadura militar**: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru - SP: Edusc, 2004, p. 15-28.

²⁹² CANHA, Humberto Carlos Moreira. **História e Memória da Reforma Universitária da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo** (1979-1988). Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.



Imagem 10 – Porandubas, agosto de 1980.²⁹³

Um novo marco apareceu, através de uma nota curta e generalista quase ao final dessa edição. Tratava-se da proposta de ampla consulta à comunidade universitária (não só órgãos representativos ou conselhos institucionais) através de uma eleição para a composição da reitoria. O evento foi registrado pela memória da instituição como divisor de águas no processo de democratização da universidade.

ELEIÇÃO DIRETA!!! (EM TEMPO)

A comissão Comunitária do Campus Monte Alegre, em reunião dia 14/08, deliberou que dia 25 e 26/08 haverá *votação geral* de toda a comunidade aos Vice-Diretores comunitários dos campos Paranaguá e Sorocaba que façam o mesmo em suas comunidades. As entidades representativas e toda a comunidade estão convocadas a participar a fim de garantir a representatividade do escolhido. Cada segmento da comunidade (professores, alunos e funcionários) terá igual participar

²⁹³ Fonte: CEDIC/PUC-SP.

na escolha feita. Foi designada Comissão Eleitoral para tomar as providências necessárias.²⁹⁴

O título em caixa-alta dizia pouco das discussões que se seguiram a partir daquele momento. Era o princípio não só de uma vanguarda e singularização da PUC-SP no cenário das práticas políticas no interior das universidades brasileiras, em certa medida em dissonância e equidistante delas, estabelecendo o que se tornou um marco simbólico nos debates sobre reabertura democrática do país, tornando a instituição e a reitoria destaques na imprensa e, posteriormente, colocando a reitora Nadir como pioneira numa gestão eleita em consulta geral à comunidade universitária. Mas restava definir como fazer isso, sendo mobilizados os conceitos de “autonomia” e “democracia” no seio da comunidade puquiana.

Nesse sentido, o que ganhou relevo no periódico foi o anúncio oficial feito pelo Grão-Chanceler D. Paulo Arns que, ao mesmo tempo, noticiava e estabelecia parâmetros “desejáveis” para o processo e para o perfil dos candidatos em carta à comunidade datada de 1º de agosto de 1980.

1. [...] Há, de fato, na PUC-SP um processo de tomada de consciência do papel da Universidade, um esforço de participação, uma busca de qualificação e aprimoramento científicos, de revisão da organização interna e de abertura ao povo, que precisam ser mantidos [...]
2. Tendo podido acompanhar de perto as conquistas e as dificuldades enfrentadas pela PUC-SP ao longo dos últimos 10 anos, julgo que o (a) Professor (a) escolhido (a) para dirigir a Universidade deverá possuir algumas qualidades indispensáveis, que passo a elencar:
 - experiência e conhecimento diretos da vida e dos problemas da universidade;
 - representatividade em relação aos diversos setores de modo a poder contar com o apoio das unidades e das pessoas que aí convivem;
 - capacidade de trabalhar em equipe, facilitando a participação responsável e crítica de todos;
 - sensibilidade para interpretar, a partir da função específica da Universidade, as metas da Igreja nesse momento histórico;
 - qualificação e idoneidade, de acordo com o Estatuto.
3. Modo correto para a indicação dos nomes:

Peço à comunidade que me encaminhe, até 31 de Agosto de 1980 uma lista de 6 nomes:

 - a) Três (3) desses nomes serão indicados pelas Associações de professores, Funcionários e Alunos. As 3 entidades representativas, APROPUC, AFAPUC e DCE, poderão chegar à lista dos 3 nomes da forma que julgarem mais conveniente.
 - b) O Conselho Universitário indicará três (3) outros nomes.²⁹⁵

²⁹⁴ PORANDUBAS. São Paulo, ano IV, nº 31, ago. 1980, p. 10.

²⁹⁵ PORANDUBAS. São Paulo, ano IV, nº 31, ago. 1980, p. 11.

O fato da experiência da eleição mostrava-se um ponto de inflexão na dinâmica de escolha da reitoria da instituição, cabendo problematizar o quanto o processo teve de concessão e/ou ruptura em relação à tutela da mantenedora e da própria Igreja em relação à autonomia da universidade.

Note-se que o processo indicava uma lista de nomes, sendo a prerrogativa de nomeação exclusiva do Grão-Chanceler e presidente da Fundação São Paulo, D. Paulo Arns, e subordinada à validação do papa. Além disso, dadas as especificidades para o “modo correto da indicação”, havia o instituto de conduzir o processo de maneira que concedesse determinada margem de escolha, estabelecendo que as associações de entidades representativas “poderão chegar à lista dos 3 nomes da forma que julgarem mais conveniente”, e mantinha-se a prerrogativa de igual poder ao CONSUN - Conselho Universitário, que era o órgão regular de deliberação institucional (já estabelecido). Esse primeiro comunicado iniciou as discussões e disputas em torno do melhor modelo e mais democrático para a eleição, marcadas pelas múltiplas demandas dos diferentes membros da comunidade universitária sobre paridade na representação.

Cabe destacar, as “qualidades indispensáveis” que delineavam o(a) melhor candidato(a) para o cargo de reitor(a) eram todas assinaladas por Nadir. Conforme discutido anteriormente, quando da nomeação para seu primeiro mandato, Nadir era vista com “aliada, senão representante” simultaneamente dos segmentos mais progressistas de tendências democratizantes para a universidade (grupo ligado à Reforma Universitária, participante da estruturação do curso de Pós-Graduação etc.) e alinhava-se com os propósitos da Igreja pós-conciliar, dialogando com o projeto articulado pelo arcebispo D. Paulo Arns para a universidade católica.

Na mesma linha, sua gestão foi considerada bem-sucedida, apesar de enfrentar crises como a Invasão e as greves de professores. Sua política financeira defendia – em conformidade com a bandeira comum às associações representativas de professores, funcionários e alunos e aos setores da universidade e da Igreja em prol da sobrevivência financeira da universidade naquele momento – o direito de a PUC-SP receber subsídios do Estado (recursos oriundos do MEC²⁹⁶).

²⁹⁶ Ver: Manifesto Conjunto (APROPUC, AFAPUC, DCE e Reitoria da PUC-SP). São Paulo, 15 abr. 1980. Fundo CEDIC/PUC-SP. Nesse manifesto endereçado “Às autoridades e à população”, os membros da comunidade defendiam o repasse, cada vez mais minguado, do Estado para a PUC-SP sob a justificativa de que, “sem ser uma escola pública, no sentido mais técnico e usual do termo, nós a consideramos uma Universidade voltada para a ‘coisa pública’ [...] Na última década, esse sentido ‘público’ de sua atuação passou a fazer parte integrante de sua consciência e de seu auto-projeto” (p. 2).

Na grande imprensa, a notícia da primeira eleição para reitoria repercutiu de forma significativa. Na *Folha de S. Paulo* de 23 de agosto de 1980, a nota descrevia o “processo eleitoral” que se iniciava na instituição e já apontava o nome de Nadir como forte para o pleito.

O nome da professora Nadir Gouvêa Kfourri, atual reitora da PUC, está sendo sustentado por um grupo de professores, alunos e funcionários que pretende a sua reeleição, tendo como em vista as “notáveis realizações de sua primeira gestão, referentes ao desenvolvimento das atividades no ensino e na pesquisa e ao processo de democratização daquela universidade”.²⁹⁷

Nesse caso, aponta-se o ano de 1979, quando do pedido feito pela reitora Nadir de revisão dos Estatutos (de 1971) da universidade (essa temática será explorada no item 3.2), como o nascedouro efetivo do processo de democratização da PUC-SP.

Em junho de 1979, a Reitora Nadir Kfourri comunicou aos membros do Conselho Universitário (CONSUN) que era hora de proceder à revisão dos Estatutos de 1971, pois constatava que a estrutura acadêmica e administrativa da universidade, além de extremamente lenta e burocrática era igualmente onerosa, na medida em que mantinha os Centros e as Faculdades.

[...] Interessante notar, nesse registro, que a profa. Nadir Kfourri utilizou duas palavras significativas para os propósitos almejados: a lembrança e a revisão. Lembrou aos membros do CONSUN que, ao assumir a Reitoria, havia afirmado que o velho Estatuto seria aperfeiçoado, após certa experiência.²⁹⁸

A comissão formada para a revisão dos Estatutos e o processo em si podem ser vistos como uma antessala das discussões que foram reacendidas no processo eleitoral de 1980, arvorando como principais pautas do debate as questões de representatividade das associações de professores, alunos e funcionários e o contraponto do peso dos órgãos estabelecidos e validados pela mantenedora. Embora ratificando que essa solicitação não se tratou somente de uma iniciativa particular ou espontânea e foi precedida de pressão de diversos setores da universidade, especialmente pela mobilização a partir da greve de professores de maio de 1979, é relevante a tomada de posição da reitoria convocando o CONSUN a se inserir no

²⁹⁷ FOLHA DE S. PAULO, ano 60, n° 74.14, 25 ago. 1980, p.8.

²⁹⁸ CANHA, Humberto Carlos Moreira. **História e Memória da Reforma Universitária da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo** (1979-1988). Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013, p. 33.

debate que a comunidade reivindicava (cumprindo com o que havia declarado desde o começo de sua gestão).

Dentro dos muros do campus, a comunidade se alvoraçava com “boatos”²⁹⁹ e candidaturas não confirmadas e lidava com a organização da eleição dentro do prazo determinado pelo Grão-Chanceler. Dos 150 candidatos aptos à disputa, segundo os critérios listados na carta de D. Paulo Arns, poucos foram os que se candidataram. Além de Nadir, foram candidatos os professores Haydée Roveratti (Ciências Sociais), Pe. Edênio Reis Valle (Vice-Reitor Acadêmico) e Adilson Dallari (Direito).

É possível verificar que a eleição contou com uma equidade numérica de gênero, tendo sido disputada entre duas candidatas mulheres e o mesmo número de candidatos homens. Contudo, pelos registros notabilizou-se a polarização entre as candidatas Nadir Kfourri e Haydeé Roveratti.

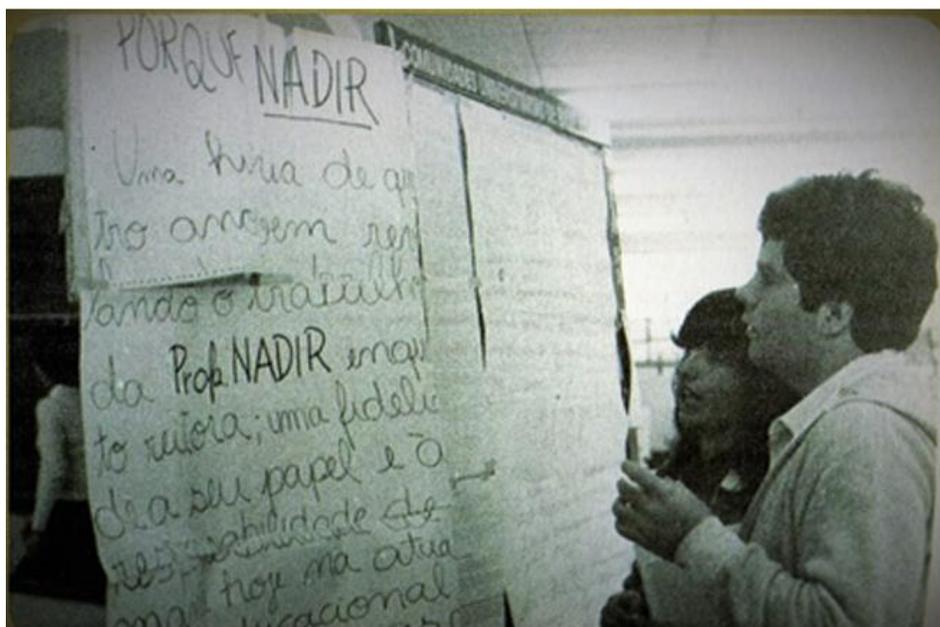


Imagem 11 – Campanha para primeira eleição para reitoria em 1980.³⁰⁰

Em uma de suas entrevistas a reitora Nadir declarou que ela mesma não aceitou de pronto a opção de candidatura e que foi “convencida” a se disponibilizar para a eleição.

Bom, para minha surpresa, depois de declarar – não foi declarar formalmente não, foi declarar autenticamente – que nós considerávamos encerrado nosso mandato, e que, entendíamos,

²⁹⁹ PORANDUBAS. São Paulo, ano IV, nº 33, out. 1980, p. 2.

³⁰⁰ Fonte: Comissão da Verdade da PUC-SP Reitora Nadir Gouvêa Kfourri - CVPUC. Disponível em: <<https://www.pucsp.br/comissaodaverdade/comunidade-academica-breve-historia-da-puc.html>>.

háviamos cumprido a nossa missão, e que, agora, a PUC deveria renovar seu colegiado... É diretor, reitor. Na realidade, quase fui pressionada, de muitas formas, pelos professores, pelos alunos, e, depois de me recusar – recusar sistematicamente – houve um dia que não foi mais possível.³⁰¹

Na edição do *Porandubas* de outubro de 1980, discutia-se o processo e os resultados da primeira eleição para reitoria. O Editorial pontuava o “*frisson*” das discussões para os “iniciados” e destacava que naquele momento, “graças aos ventos da democracia”, tratavam com a comunidade geral puquiiana.

A PUC deu um salto qualitativo. É preciso ver além dos boatos, das fofocas que correram nas recentes eleições para Reitor [...]

Muitos entrevistados frequentam vários escalões o que – de cara – indica forte concentração de poder, coisa que os próprios envolvidos denunciam [...]

De repente, uma simples Comissão Comunitária (que nem Conselho é) convoca eleições inéditas QUE DÃO CERTO, com índice de comparecimento maior que as eleições da própria UEE. Mais de repente ainda, o Conselho Universitário equivale sua votação de 18 pessoas à de 9 mil indivíduos. Fato positivo foi a confirmação das Entidades como sujeitos dinâmicos e representativos dentro da PUC. Claro: eleição não significa necessariamente democracia. As distorções mostraram que é preciso meter a colher na Reforma dos Estatutos, a qual está em curso.

Sobretudo, o fundamental é que a lição da democracia foi aprendida. Inversamente (que pena!) ao que acontece no Brasil, estamos descobrindo que é possível aplicar esta lição na solução de problemas econômicos: o orçamento e a epidemia deficitária que assola a PUC desde o tempo em que a gasolina era barata...³⁰²

Além do tom celebrativo de um claro balanço positivo das eleições (que “deram certo”) efetuado pelo editor do periódico, o que de alguma maneira coloca as disputas como boatos e fofocas, o pleito acendeu a já citada discussão sobre representatividade nos órgãos de decisão da instituição (especialmente o Conselho Universitário). O questionamento e tensionamento sobre o peso dos(as) indicados(as) pelo CONSUN se equiparavam com o resultado obtido pela consulta geral aos membros da universidade.

Na grande imprensa, também repercutiram as disputas internas sobre o processo e as formas de se utilizar da abertura (ou brecha) democrática que a universidade experimentava.

³⁰¹ Depoimento de Nadir Gouvêa Kfoury, em entrevista concedida a Luciara S. de Aragão e Yvone Dias Avelino em 27 ago. 1982. Cf.: AVELINO, Yvone Dias; FROTA, Luciara Silveira de Aragão; GOMES, Edgar da Silva; LOPES, Carlos Danilo Oliveira (Orgs.). **No Laboratório das Palavras: História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Coletânea de documentos (1979-1985)**. 1 CD-ROM. Fortaleza: SOCER, 2015, p. 385.

³⁰² PORANDUBAS. São Paulo, ano IV, nº 33, out. 1980, p. 2.

A proposta apresentada por dom Paulo era a formação de uma lista sêxtupla: três nomes escolhidos pela comunidade universitária e três pelo Conselho Universitário. No entanto, as entidades representativas dos professores (Apropuc), alunos (DCE) e funcionários (Afapuc) decidiram realizar as eleições e, ao invés de três nomes, enviar apenas um: o mais votado. O Conselho Universitário ainda não se pronunciou sobre o assunto, mas a comunidade universitária pretende que o vencedor das eleições seja o único nome enviado ao Grão-Chanceler da PUC.³⁰³

O editorial propunha e/ou reforçava a ideia de que a experiência das eleições não bastaria – ainda que a proposta na PUC-SP emergisse como um contraponto ao contexto do governo autoritário e antidemocrático naquele período – para se alcançar a democracia plena que a comunidade almejava. A diferença na concentração de poder nesse processo foi marcada então pelo desafio de aperfeiçoar o processo eleitoral de forma a garantir representatividade, por voto, menos polarizada em termos de forças. Por outro lado, os números apresentados auxiliam a apreender uma síntese do que foi o resultado, esmagador, com a vitória de Nadir.

Quadro 2 – Votos apurados na eleição para reitoria da PUC-SP (1980)

		Nadir	Haydée	Edênio	A. Dallari
Monte Alegre	Prof.	595	67	34	35
	Func.	149	224	6	
	Alun.	5.746	211	47	217
Derdic	Prof.	51			
	Func.	21	2	1	
	Alun.				
Sorocaba	Prof.	37	9	1	
	Func.	15	103	78	1
	Alun.	310	15	5	2
Marquês Paranaguá	Prof.	15	1		
	Func.	12	10		1
	Alun.	107	9	14	5
Total	Prof.	698	77	35	35
	Func.	197	349	85	2
	Alun.	6.163	235	66	224
Total geral		7.058	661	189	261
Votos válidos	Prof.	891			
	Func.	717			
	Alun.	7.304			
Total votos válidos		8.912	Nulos - 179	Branco - 131	
Total votos apurados		9.222			

³⁰³ FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 60, n° 74.16, 27 ago. 1980, p. 13.

O questionamento acerca da disparidade na concentração de poderes do CONSUN pode ser visualizado pela diferença quantitativa que esses poucos membros obtinham para determinar uma segunda lista tríplice de nomes para indicar ao Grão-Chanceler como possibilidades de nomeação. A distribuição de votos entre os candidatos se deu da seguinte forma: Nadir Kfourri com 17 votos; Casemiro do Reis Filho, 16 votos; Edênio Valle, 14 votos; Dirceu de Mello, 2 votos; Adilson Dallari, 1 voto; e Haydée Roveratti, 1 voto.

Nesse caso, uma visível diferença (além da notável questão numérica) é que o CONSUN não endossou as escolhas da consulta ampla à comunidade universitária, na medida em que indicou candidatos diferentes daqueles listados para o voto direto. Além disso, outra crítica feita foi quanto ao fato de o Conselho Universitário não ter acatado a decisão da ampla consulta realizada através da comunidade puquiiana.

A conselheira Profa. Ana Cintra afirma que o “conselho não se deteve para analisar se seria uma posição autoritária não referendar a escolha da comunidade. Creio que talvez se devesse ter feito essa análise”. Também os profs. Aloísio Oliva e Gilda Perosa expressaram num documento-análise que o Cons. Univ. “a vontade da maioria, expressa nas urnas, foi desconsiderada por muitos membros”. Fica aberta a questão.³⁰⁴

Ao final do processo, enquanto o CONSUN não cedeu e manteve a proposta de enviar três nomes a D. Paulo Evaristo Arns, a comunidade universitária fez valer sua defesa por um processo de fato mais inclusivo e enviou a vencedora da eleição. Dessa maneira, demarcava-se o anseio por uma votação que expressasse a escolha da maioria dos membros da comunidade universitária, nesse sentido, caberia ao Grão-Chanceler ratificar o nome da/o mais votada/o.

O conselho Universitário as PUC, reunido ontem, decidiu indicar, por sua vez, três nomes para compor a lista de candidatos: a própria Nadir Gouvêa Kfourri; o padre João Edênio do Valle, e o prof. Casemiro Reis filho, atual vice-reitor acadêmico. Dessa forma, o novo reitor não vai sair de uma lista sêxtupla, como propôs o Grão-Chanceler da PUC, cardeal dom Paulo Evaristo Arns. Como Nadir Kfourri foi escolhida pela comunidade universitária e incluída na relação do conselho Universitário, a lista – a ser enviada a dom Paulo – será tríplice.³⁰⁵

³⁰⁴ PORANDUBAS. São Paulo, ano IV, nº 33, out. 1980, p. 3.

³⁰⁵ FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 60, nº 74.17, 28 ago. 1980, p. 16.

Em relação aos motivos que ajudam a compreender por que a reitora teve uma vitória tão expressiva, são diversos. Nadir voltava a alegar que não havia uma ideia, de sua parte, de dar continuidade à sua reitoria numa segunda gestão, mas que havia uma convergência no apoio à sua candidatura, e isso se justificava, pois sua gestão teria executado um projeto que era de interesse da comunidade universitária.

Desde que eu cheguei aqui, na Universidade, sucedia que professores das várias áreas, de vários departamentos, de vários cursos, me pediam que continuasse, e a razão alegada era de que aquelas mudanças, aquelas transformações que iam sendo operadas na Universidade corriam o risco de serem obstadas, se houvesse uma mudança de reitoria.³⁰⁶

Cabe questionar a que Nadir referia-se quando aludia a quais seriam os motivos da sua manutenção na reitoria, quais mudanças ela representava e se estariam ameaçadas caso não houvesse uma continuidade do projeto conduzido durante sua gestão. Nesse sentido, ressalta-se que as disputas em torno de um processo de democratização que se estabeleciam dentro da universidade não destoam em grande medida das complexidades das relações de poder de outros espaços. Nesse caso, Nadir referia-se à sua representatividade em defesa de um projeto, sendo necessário refletir que se tratava da representação de um processo em curso, difuso e que, talvez por esse motivo, não podia ser ameaçado por uma mudança na gestão.

P- A PUC seria uma Universidade diferente?

R- Ainda, agora, também, conversando com professores novos, recém-contratados, eles trazem esta ideia, quer dizer, a PUC é um espaço político que não pode ser desativado. Isto já faz parte de um projeto novo, que não é projeto que está escrito, bem delineadinho, que todo mundo está comungando...Não é nada disso. Mas há esta alternativa.³⁰⁷

³⁰⁶ Depoimento de Nadir Gouvêa Kfoury, em entrevista concedida a Luciara S. de Aragão e Yvone Dias Avelino, em 27 ago. 1982. Cf.: AVELINO, Yvone Dias; FROTA, Luciara Silveira de Aragão; GOMES, Edgar da Silva; LOPES, Carlos Danilo Oliveira (Orgs.). **No Laboratório das Palavras: História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Coletânea de documentos (1979-1985)**. 1 CD-ROM. Fortaleza: SOCER, 2015, p. 386.

³⁰⁷ Depoimento de Antônio Joaquim Severino, em entrevista concedida a Luciara S. de Aragão, José Carlos Gonçalves e Ilka Stern, em 14 fev. 1981. Cf.: *Ibidem*, p. 440.

O vice-reitor acadêmico da segunda gestão de Nadir, Antônio Joaquim Severino, destacava que não era possível pensar num projeto único de universidade e que nem sequer se poderia afirmar que a PUC-SP congregava a defesa do projeto de universidade “pro povo” e/ou mesmo progressista.

Se a gente fizesse uma pesquisa aqui na PUC – e a gente tem indicadores empíricos disso – tem muita gente que nem sabe direito que a PUC tem essas preocupações. Tem gente que ainda vê a PUC como uma escola de leite, que forma dirigentes cristãos, que não aceita, inclusive não participa de toda essa preocupação da Universidade se abrir par o povo, de sair dos seus muros, e de procurar alternativas e propostas, ainda que utópicas, apara a mudança da sociedade brasileira.³⁰⁸

Lembrando que na PUC-SP o que se advogou como democracia puquiiana não representava um projeto único entre os membros da comunidade universitária. A universidade católica contava também com que se pode denominar como setores conservadores da Igreja, ligados à Tradição Família Propriedade (TFP). O vice-reitor Casemiro dos Reis Filho sintetizou como esses grupos se posicionavam dentro da universidade naquele momento. Nesse caso, o vice-reitor delimitava o que seriam as principais “alas” que existiam na universidade e quais interesses elas mobilizavam.

Quanto a mentalidade conservadora que, em dado momento, existia aqui, na PUC, eu acho que só fui hostilizado por uma das alas. Nunca tive uma convivência com a ala que veio da TFP, e só mantinha contato com eles, quando algum deles vinha me perguntar sobre que tipo de livros eu estava dando aos meus alunos. E, eles só ficavam satisfeitos, quando os livros era católicos-conservadores norte-americanos [...] Outro grupo, com o qual, convivi melhor, era o grupo mais progressista da Igreja, que vocês chamam de JUC [...] O grupo liberal, que o Bandeira representava bem, tinha, a meu ver, uma postura de não repressão. O dr. Bandeira, como Reitor desta Universidade, tinha duas qualidades excepcionais: a primeira, era que não tinha medo de transformações, que eu acho que era a atitude mais simpática dos liberais, e como administrador, ele tinha percepção notável das pessoas competentes.³⁰⁹

³⁰⁸ Depoimento de Antônio Joaquim Severino, em entrevista concedida a Luciara S. de Aragão, José Carlos Gonçalves e Ilka Stern, em 14 fev. 1981. Cf.: AVELINO, Yvone Dias; FROTA, Luciara Silveira de Aragão; GOMES, Edgar da Silva; LOPES, Carlos Danilo Oliveira (Orgs.). **No Laboratório das Palavras: História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Coletânea de documentos (1979-1985)**. 1 CD-ROM. Fortaleza: SOCER, 2015, p. 441.

³⁰⁹ Depoimento de Casemiro Reis Filho, em entrevista concedida a Luciara S. de Aragão, Yvone Dias Avelino e Juvenal de A. Penteado Neto, em 10 out. 1981. Cf.: *Ibidem*, p. 403.

Mais adiante nessa entrevista o vice-reitor afirmou que a gestão anterior à de Nadir, do reitor José Geraldo de Ataliba Nogueira, representou uma administração de transição entre a “Universidade velha e a Universidade nova”³¹⁰, sendo que, dessa maneira, a reitoria de Nadir representava essa nova PUC-SP.

A grande qualidade de D. Paulo, foi perceber que, na tenacidade, na capacidade de lutar, e no sentido de justiça da Professora Nadir estava à continuidade das aspirações da Universidade Católica, dentro daquele conceito que fez as transformações. Foi dessa maneira que a professora Nadir foi levada à Reitoria, na primeira gestão; e, na segunda, vocês sabem, ela já foi escolhida pela comunidade.³¹¹

Observa-se que a reitora Nadir foi posta – e perduraria na memória da instituição – como símbolo dessa PUC-SP como universidade nova, progressista e democrática. No entanto, vale notar que, novamente, ressaltava-se primeiro o mérito do Grão-Chanceler por “perceber” determinadas qualidades de Nadir ao escolhê-la para a reitoria da universidade. Além disso, Casemiro dos Reis Filho elencava características da reitora de maneira a expressar que se coadunava com o projeto de universidade católica amparado nas proposições da CELAM. Não se fazia nenhuma menção no sentido de reconhecer os êxitos e a competência administrativa da gestão de Nadir, algo percebido na fala anterior do vice-reitor em relação ao ex-reitor Oswaldo Aranha Bandeira de Mello quando disse que, “como administrador, ele tinha percepção notável das pessoas competentes”.

Nesse sentido, vale refletir como o reitor foi positivado por uma descrição que apontava uma qualidade subjetiva relacionada à coragem (“não tinha medo de transformações”) e outra objetiva (“como administrador”), enquanto Nadir tinha “tenacidade”, “capacidade de lutar” e “sentido de justiça”, que se coadunavam com um projeto apontando para uma representação simbólica³¹², sem referência à sua capacidade administrativa.

³¹⁰ Depoimento de Casemiro Reis Filho, em entrevista concedida a Luciara S. de Aragão, Yvone Dias Avelino e Juvenal de A. Penteado Neto, em 10 out. 1981. Cf.: AVELINO, Yvone Dias; FROTA, Luciara Silveira de Aragão; GOMES, Edgar da Silva; LOPES, Carlos Danilo Oliveira (Orgs.). **No Laboratório das Palavras: História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Coletânea de documentos (1979-1985)**. 1 CD-ROM. Fortaleza: SOCER, 2015, p. 404.

³¹¹ Depoimento de Casemiro Reis Filho, em entrevista concedida a Luciara S. de Aragão, Yvone Dias Avelino e Juvenal de A. Penteado Neto, em 10 out. 1981. Cf.: *Ibidem*, p. 405.

³¹² CHARTIER, Roger. Introdução. In: *Idem*. **A História da Cultura**. Entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

Aqui, cabe destacar que, além do alinhamento com o projeto político, pedagógico e social na linha da Pastoral da Igreja para a América Latina – com projetos acadêmicos de interesse pelas causas sociais dos mais pobres, conduzidas em especial pelo Instituto de Estudos Especiais (IEE) –, no âmbito administrativo Nadir mostrou, durante toda a gestão, habilidade nas negociações com os diferentes órgãos representativos dos docentes (APROPUC), funcionários (AFAPUC) e alunos (DCE) nas sucessivas crises que enfrentou ainda nesse primeiro mandato.

Referente à carreira docente, não obstante a crise financeira, incentivou e ampliou os contratos de tempo integral e parcial, aumentou o número de cursos de pós-graduação (com o incentivo para qualificação e titulação de mestrado e doutorado dos professores da instituição).³¹³ Destaca-se também a criação da Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão (Cogeae), que proporcionou mais uma opção de continuidade à formação dos estudantes que saem da graduação, nesse caso com a oferta de cursos *Lato sensu*.

Nesse sentido, Nadir contemplava os designados pré-requisitos que o Grão-Chanceler apontava como imprescindíveis para ocupar a reitoria da PUC-SP naquele momento, ela também se tornou ponto de convergência das forças que se faziam vitoriosas nas disputas internas na universidade. No entanto, sua competência na gestão da universidade não se dava somente no sentido simbólico/representativo de um projeto unânime entre os diversos interesses da instituição (e seus membros). Nadir teve de, juntamente com os demais membros de sua reitoria, demonstrar habilidade administrativa para contornar as tensões enfrentadas em sua reitoria. Isso porque sua gestão não se fez sem questionamentos e tensões, seja dos docentes ou dos discentes. Conforme se observou, muitas foram as crises (administrativas, financeiras etc.) que Nadir teve de contornar para levar à frente determinado projeto de universidade que atendesse às demandas da Igreja e da comunidade universitária – no âmbito interno – e as pressões políticas do período da ditadura no país.

Nesse segundo mandato de Nadir se ampliaria o processo de eleição a outras instâncias da instituição e se iniciaria outro evento apontado como ponto de inflexão na democratização no cenário nacional, traçando definitivamente a mudança da “velha para a nova universidade” na PUC-SP: a Constituinte e os novos Estatutos da PUC-SP.

³¹³ AVELINO, Yvone Dias. O Processo de Democratização e o Episódio da Invasão da PUC-SP. Testemunhar por Imagens: História Oral e o Registro Audiovisual. **Anais do XIV Encontro Nacional de História Oral**. Campinas, mai. 2018.

3.2 NADIR, A REITORA E A VANGUARDA DEMOCRÁTICA

Classificada então a eleição de Nadir como o momento marcante do processo de democratização da PUC-SP, a reitora estendeu o processo de escolha por eleição para diretorias e chefias aos Centros e às Faculdades. A efervescência dos debates gerados a partir dessas experiências posteriormente reanimariam as discussões sobre a obsolescência do Estatuto da universidade – estava em vigor o Estatuto datado de 1971 – em relação às transformações que se apresentavam no fazer-se da gestão Nadir. A reitora se colocava novamente no centro das articulações dos anseios da comunidade puquiiana.

Confirmada sua nomeação para o segundo mandato, a reitora Nadir ampliou a prerrogativa de concessão de poderes em prol de um processo mais democrático para definir os altos cargos de gestão da universidade, estendendo as eleições também para a escolha dos diretores dos Centros Universitários. Atenta aos anseios gestados na comunidade universitária durante o processo de escolha que a elegeu, Nadir oportunizou novamente um movimento de vanguarda na instituição.

Se a imprensa acompanhou com atenção a eleição que se instalara na Universidade Católica de São Paulo, repetiu-se a necessidade de lançar o olhar sobre as novidades que não deixavam de aparecer na instituição. Assim, a *Folha de S. Paulo*, naquele mês de novembro de 1980, uma vez mais repercutia as eleições que estavam ocorrendo na PUC-SP.

Até o próximo dia 5, professores, funcionários administrativos e alunos da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) indicarão, em eleição direta, os futuros diretor e vice de cada um dos centros universitários. A medida foi tomada pela reitora Nadir Gouvêa Kfourri, que, assim, repete o mesmo processo pelo qual foi reeleita para o cargo.³¹⁴

No entanto, no comunicado publicado pela reitoria que anunciava a decisão de Nadir e, ao mesmo tempo, orientava sobre esse novo processo de escolha, nota-se que a reitora incorporou possibilidades que não se deram durante a eleição que ela acabara de vencer (dado que não havia se alterado sobremaneira a hierarquia da Igreja na universidade, que previa, no final das contas, a definição da nomeação pelo Grão-Chanceler e ainda a chancela do Vaticano), contemplando parte de uma demanda que foi alvo das principais discussões ensejadas durante o seu próprio processo eleitoral.

³¹⁴ FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 60, n° 75.01, 20 nov. 1980.

Na linha do processo iniciado pelo Senhor Grão Chanceler por ocasião da escolha do novo Reitor, venho à presença de nossos Professores, Funcionários e Alunos para solicitar a colaboração de todos no sentido de encontrarmos juntos os nomes mais idôneos para a direção geral dos Centros. Fazendo uso de meu direito estatutário, pretendo referendar para esse cargo os nomes que os próprios Centros, após ampla consulta, me apontarem como mais indicados.³¹⁵

Cabe observar como a reitora se referiu primeiramente a D. Paulo Arns e sua proposta democrática de escolha da nova reitoria prevendo uma ampla consulta à comunidade universitária. Mas, sobretudo, chama atenção que a nova proposta avançava, atendendo a demandas levantadas à época dessa primeira eleição na universidade, no sentido que ela, Nadir, previamente se dispunha e assumia o compromisso de referendar os nomes que os Centros apontassem para os cargos de diretoria.

Nesse sentido, nesse mesmo comunicado, ao explicar quais seriam as normas para o processo de consulta, Nadir se dizia “perplexa” pelos questionamentos sobre qual seria a melhor maneira de proceder nessa situação. Adotando uma postura que, ao que pareceu, respondia a críticas sobre a competência da comunidade universitária, especialmente dos alunos, para escolher os representantes para tais cargos.

Sei que alguns podem ver com certo receio a abertura de um processo de consulta direta à comunidade. De minha parte, exatamente por ter experimentado diversas vezes o senso de responsabilidade com o qual nossa Universidade tem respondido aos apelos que lhe são feitos, estou convencida de que essa é uma maneira educativa de se conduzir a comunidade a uma participação aberta e responsável. Confesso-me um pouco perplexa no instante em que se pergunta qual a melhor forma de se fazer uma consulta que seja democrática e que ao mesmo tempo considere todas as exigências específicas feitas a um Diretor Geral de um Centro Universitário.³¹⁶

Além disso, pode-se interpretar que a suposta surpresa que Nadir demonstrava se ancorava no questionamento sobre como proceder para um processo de escolha que a universidade tinha acabado de vivenciar, e que foi rico em discussões sobre a melhor maneira de organizar uma eleição ampla e democrática que atendesse às opções de todos os membros da comunidade universitária.

³¹⁵ Comunicado 09/80. São Paulo, 04 nov. 1980, p. 1. Fundo CEDIC/PUC-SP.

³¹⁶ Comunicado 09/80. São Paulo, 04 nov. 1980, p. 3. Fundo CEDIC/PUC-SP.

Realmente, a reitoria se comporta como um colegiado, e eu acho que isto marcou muito a vida da nossa Universidade, no sentido da valorização desse trabalho em equipe, deste trabalho em grupo. Outro fato significativo é este processo da constituinte, e que foi antecipado por aquele processo de eleições para a escolha dos vários cargos administrativos e de comando da Universidade. Porque, realmente uma das consequências da escolha do reitor pela Comunidade foi que o reitor, por sua vez – aonde o Estatuto me concedia o direito de escolher, por exemplo, os diretores gerais dos centros – se tinha o direito de escolher, eu iria exercer o meu direito, pedindo aos próprios centros, às próprias áreas, que fizessem as suas opções. Este princípio foi se desdobrando até as chefias, direções de Faculdades e chefias de departamentos.³¹⁷

Dessa maneira, sem desistir de estabelecer parâmetros e “exigências específicas” para o cargo de diretoria, naquela segunda eleição na PUC-SP já se partiu do diálogo com concessões que não estavam postas quando da eleição para a reitoria. Assim, foram atendidas demandas no sentido de uma participação efetiva da comunidade universitária através do seu voto, motivo de tensão na experiência anterior, em que se advogou a chancela do nome escolhido diretamente pela comunidade.

Vale lembrar que D. Paulo Arns, apesar do pioneirismo ao propor uma consulta direta para escolha da reitoria, não renunciou à sua prerrogativa de escolha pessoal entre os nomes (numa lista que, a princípio, seria de seis indicados/as) apontados pelo voto da comunidade e do CONSUN (órgão institucional que concentrava grande peso em comparação com o equivalente de todo o resto dos órgãos representativos dos/as docentes, funcionários/as e alunos/as).

Foi possível verificar então como o evento que deu início ao segundo mandato de Nadir, a inédita eleição, foi apropriado pela reitora como a abertura de precedente para aplicação às diversas áreas da universidade. No entanto, isso não significou que os processos ficaram menos complexos e/ou que necessariamente atendiam plenamente aos questionamentos suscitados no anterior.

³¹⁷ Depoimento de Nadir Gouvêa Kfourri, em entrevista concedida a Luciara S. de Aragão e Yvone Dias Avelino, em 27 ago. 1982. Cf.: AVELINO, Yvone Dias; FROTA, Luciara Silveira de Aragão; GOMES, Edgar da Silva; LOPES, Carlos Danilo Oliveira (Orgs.). **No Laboratório das Palavras: História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Coletânea de documentos (1979-1985)**. 1 CD-ROM. Fortaleza: SOCER, 2015, p. 387.



Imagem 12 – *Porandubas*, maio de 1981.³¹⁸

Essa questão esteve estampada na edição 38 do periódico interno da universidade. Utilizando-se da sua frequente linguagem escrachada, trazia a pauta que ecoava entre os membros da comunidade universitária da PUC-SP às voltas com as “complicações” do processo de adaptação às recentes ferramentas democráticas adquiridas pela universidade.

DEMOCRACIA AVANÇA (avançou?)

“NÃO VIM PARA EXPLICAR MAIS PARA CONFUNDIR”, este parece ser o lema secreto da estrutura da PUC. O poder de uma universidade é tão complicado que parece ser feito de propósito para tornar impossível qualquer participação mais democrática. PORANDUBAS tentou tirar leite de pedra, levantar as informações

³¹⁸ Fonte: CEDIC/PUC-SP.

mais necessárias para as eleições que se fazem neste momento e que são em duas etapas: primeiro, para os órgãos colegiais e segundo, para as Diretorias de Faculdade e Chefias de Departamento (isso se os colegiados deixarem). No meio de tantas agruras a democracia procura seu caminho.³¹⁹

Nesse sentido, as então sucessivas (e inesperadas?) eleições demonstravam que a exigência de modos de organização para a prática efetiva da democracia puquiense se dava com tensões, sendo que o seu exercício pleno não se daria da noite para o dia tampouco tinha receita pronta.

Após o frenesi dessa etapa, logo a universidade mergulharia em outro processo de intensas discussões, em grande parte, em consequência dos acontecimentos que a PUC-SP experimentava desde o início do primeiro mandato de Nadir. A universidade se transformava pela práxis em busca dessa democratização, mas os seus Estatutos não acompanhavam essas transformações, mostrando um nítido descompasso entre a “universidade velha” e que se pretendia nova.

Nesse sentido, a comunidade universitária não tardou a reivindicar o ajuste desse descompasso, pressionando que a administração, reitora Nadir, tomasse medidas nesse intuito. Desde o final do primeiro mandato da reitoria de Nadir, em setembro de 1979, em comunicado à comunidade universitária expedido pelo vice-reitor acadêmico Casemiro dos Reis Filho, orientava sobre o roteiro para revisão do Estatuto e Regimento da Universidade.

Desde a posse da atual Reitoria, são frequentes as sugestões recebidas com vistas a uma revisão geral do Estatuto da Universidade, pautada em amplo debate de toda a comunidade.

Deseja-se a participação de todos neste processo de elaboração de princípios e normas orientadores do ensino, da pesquisa, da extensão cultural e da vida comunitária da Universidade, princípios e normas estes que não poderão desconhecer a legislação federal e os documentos da Igreja Católica referentes à Educação.

O roteiro anexo, aprovado pelo Conselho Universitário, visa garantir um processo democrático, ao mesmo tempo que sistemático, de debates e de conclusões que levem a uma revisão estatutária que corresponda, efetivamente, às mais amplas aspirações da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.³²⁰

³¹⁹ PORANDUBAS. São Paulo, ano V, nº 38, mai. 1981, p. 4.

³²⁰ Comunicado 07/79. São Paulo, 11 set. 1979. Fundo CEDIC/PUC-SP.

Embora não seja foco de interesse nesta pesquisa pormenorizar os debates suscitados durante a elaboração do novo Estatuto da universidade³²¹, na esteira das transformações que ser estabeleceram na estrutura da instituição, torna-se válido discutir a repercussão dessa medida no processo de mudanças forjado na PUC-SP, cotejando as perspectivas da ala progressista da Igreja e a experiência político-filosófica democrática nas gestões da reitora Nadir.

Nas páginas do *Porandubas* foram vários os registros explicitando a quantidade de propostas, revezes e problematizações que essa experiência propiciou na instituição. Iniciando pela edição de abril de 1980, apresentava algumas propostas, até então, do Projeto I para o novo Estatuto, elencando a diversidade de mudanças reunidas e convocando toda a comunidade para as discussões em pauta. Explicava-se que as propostas se dividiam em quatro Títulos: Título I - Constituição da Universidade, Título II - Organização e Administração, Título III - Comunidade Universitária e Título IV - Anexos Universidade.³²² No mesmo ano, a edição de novembro apresentou o Projeto II integralmente e, de maneira mais detalhada, as propostas organizadas pela Comissão de Reforma de Estatutos.

Tamanha foi a mobilização em torno da construção da nova universidade desde as eleições que nos anos seguinte, marcadamente, a convocação de uma Constituinte para a Revisão dos Estatutos ensejou discussões que estampavam as capas do periódico interno praticamente em todas as edições ao longo do ano de 1982, monopolizando o debate.³²³

Somente ao final de 1982 o *Porandubas* lançaria uma edição – denominada como “documento” – com o texto integral proposto e aprovado para revisão dos Estatutos após inúmeras discussões e vários projetos apresentados, lançando as bases do que a comunidade ansiava como “Nova PUC”.

³²¹ As discussões nesse sentido podem ser consultadas na produção acadêmica sobre essa temática. Ver: CANHA, Humberto Carlos Moreira. **História e Memória da Reforma Universitária da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1979-1988)**. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013. ZVEILBIL, Silvia Jane. **A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: o projeto educacional e a cultura acadêmica**. Tese (Doutorado em Ciência Social - Antropologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

³²² PORANDUBAS. São Paulo, ano IV, n° 28, abr. 1980, p. 6.

³²³ PORANDUBAS. São Paulo, ano VI, n° 48, mai. 1982. PORANDUBAS. São Paulo, ano VI, n° 50, jun. 1982. PORANDUBAS. São Paulo, ano VI, n° 51, ago. 1982. PORANDUBAS. São Paulo, ano VI, n° 52, ago. 1982.

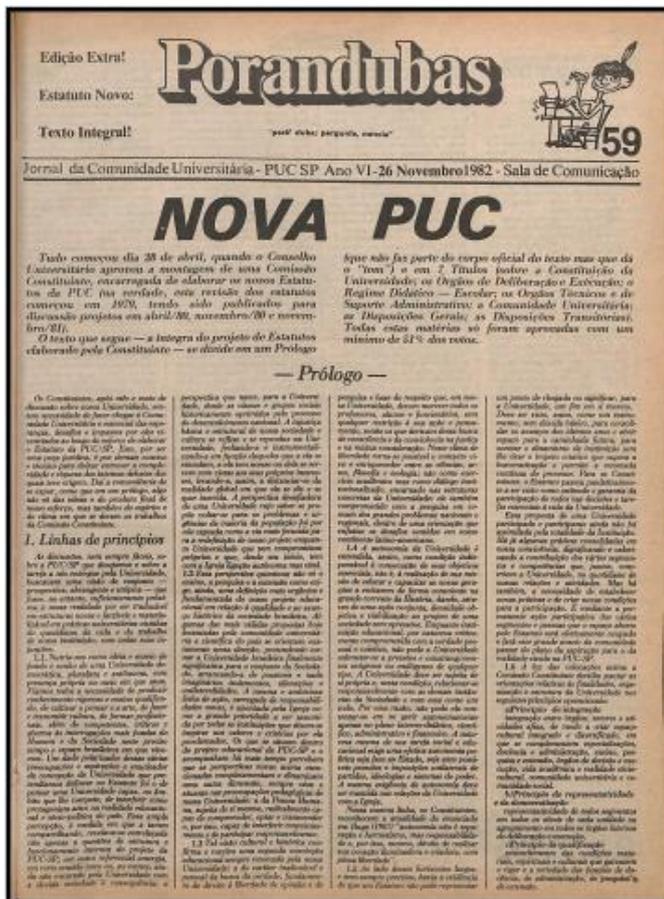


Imagem 13 – Porandubas, novembro de 1952.³²⁴

Sobre as discussões para evitar que a revisão dos Estatutos ficasse circunscrita aos representantes que tinham assento nos órgãos institucionais da universidade, esse movimento aparece nos relatos como se a reitora procurasse atender às reivindicações das entidades representativas de professores (APROPUC), alunos (DCE) e funcionários (AFAPUC), ainda mantendo-se um protagonismo do CONSUN, em prol de um “processo que fosse mais aberto e democrático possível”³²⁵. Isso foi o insuficiente para aplacar as críticas novamente quanto aos limites da representatividade da comunidade universitária, no sentido de que se manteve a prioridade do CONSUN em relação aos apontamentos levantados no relatório da Comissão Constituinte criada para esse fim.

Totalmente contrária às decisões do relator, a Reitora Nadir Kfoury entregou ao Conselho Universitário a resolução das propostas, evocando o comprometimento moral que o referido Conselho

³²⁴ Fonte: CEDIC/PUC-SP.

³²⁵ CANHA, Humberto Carlos Moreira. **História e Memória da Reforma Universitária da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1979-1988)**. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013, p. 36.

Universitário tinha com a homologação dono Estatuto. Dessa forma, a Comissão não poderia sobrepor-se ao CONSUN, muito menos subtrair-lhe o poder, diante de uma votação plebiscitária.³²⁶

As narrativas sobre esse período da PUC-SP, de modo geral, descrevem as ações e atitudes de Nadir frente à administração da universidade e entendem e/ou atribuem os avanços e sucessos da gestão ao conjunto da reitoria, se não ao todo das experiências democratizantes que a comunidade comunitária tencionava e, sobretudo, à própria figura do cardeal arcebispo D. Paulo Evaristo Arns. De tal forma que, seja na produção acadêmica, seja nas memórias da universidade, reivindicam-se como questões fulcrais ora as mobilizações das entidades representativas de professores, alunos e funcionários³²⁷, ora a influência de D. Paulo Evaristo Arns³²⁸ durante as gestões de Nadir. De forma semelhante, nos relatos acerca das realizações consideradas bem-sucedidas em prol da instalação desse aparato democrático na instituição, fala-se no conjunto da reitoria. Em contraposição, quando acontecia uma crítica no sentido de apontar falhas de competência da gestão, a referência se fazia de maneira pessoal e nominal à reitora Nadir.

Nesse bojo, é possível observar a continuidade dos diferentes pesos dos órgãos representativos na universidade e/ou das limitações das instituições democráticas dentro da PUC-SP. De modo que o Grão-Chanceler fez referência à importância e às limitações do Conselho Comunitário, quando de sua primeira instalação, em 1981.

O processo de conquista da convivência democrática, como bem demonstra o recente livro editado pela APROPUC, não cai do céu nem é privativo desse ou daquele setor ou pessoa. Contudo é bem possível que o Conselho Comunitário venha a ser o órgão mais indicado para acompanhá-lo e dinamizá-lo, bem como para levar a comunidade a discutir e reorientar os seus rumos se e quando preciso. Ninguém evidentemente pretende que o Conselho Comunitário passe a se responsabilizar pelos novos estatutos, ou assuma a reformulação administrativa, ou pense em regular as relações entre os setores, a rever os currículos e as programações ou, ainda, se encarregue de organizar a pesquisa e os contratos de trabalho. Para essas funções haverá um ou mais órgãos especializados. Mas, em cada uma dessas

³²⁶ CANHA, Humberto Carlos Moreira. **História e Memória da Reforma Universitária da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo** (1979-1988). Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013, p. 43.

³²⁷ Ibidem. TERINI, Alexandre Gonçalves. **O movimento estudantil na Reforma Universitária da PUC-SP e seu contraponto ao acordo MEC-USAID: uma disputa de projetos político-educacionais nos Anos de Chumbo (1969-1974)**. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

³²⁸ SILVEIRA, Nádya Dumara Ruiz. **A Universidade, Igreja e modernidade: a restauração e inovação**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

atividades há uma dimensão de envolvimento, de mediação e de “comunhão e participação” (Puebla) na qual, me parece, o conselho pode e deve exercer importante papel, sem o qual não teremos a Universidade aberta, consciente, participante e participada com que nós e o Brasil sonhamos.³²⁹

Cabe a ressalva de que, nos discursos sobre os avanços em direção à democratização das estruturas da universidade, a hierarquia da Igreja, com as benesses de decisão superior da universidade, representada na figura do Grão-Chanceler, prevaleceu quase intocável, acima das mudanças sofridas nas décadas de 1970/1980.

Em 1982, ainda na gestão da professora Nadir Kfourri, constitui-se uma experiência inédita: a Estatuinte para uns, para outros, Constituinte, composta, por representantes dos três segmentos, para a revisão dos Estatutos que já se apresentavam anacrônicos em relação à prática vigente na PUC-SP e não mais refletiam o avanço da Constituição. O fruto da Constituinte jamais foi oficializado pelo Grão Chanceler nem pelo MEC, gerando problemas e ambiguidades na condução da Universidade até 1996, quando o Estatuto de 1976 sofreu reformulações e foram oficializados.³³⁰

A ideia que ficou nítida é a de que, de certa maneira, de modo semelhante aos acontecimentos com que Nadir teve de lidar no seu primeiro mandato, com crises “herdadas”³³¹ ou imprevistas (a crise financeira e a invasão de 22 de setembro de 1977), o segundo mandato foi tão desafiador quanto devido a crescentes disputas em torno da democratização das estruturas da universidade.

Bricando de Casinha

Engraçado, as recentes eleições da PUC deixaram uma sensação ambígua em várias pessoas que nos procuram. De um lado, parece que estamos de parabéns; avançamos no exercício de democracia interna. Provam-nos os inúmeros e participados debates e assembleias pré-eleitorais, algumas absolutamente inéditas, a nível de funcionários e em setores aparentemente avessos à idéia de eleições.

De outro lado, instiga-nos uma questão: até que ponto nossa experiência democrática está sendo importante para outras universidades? Até que ponto conseguimos articular-nos com movimentos democráticos e ir de encontro aos anseios do povo

³²⁹ Mensagem de Dom Paulo Evaristo Arns por ocasião do 35º aniversário da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e da instalação de seu 1º Conselho Comunitário, em 22/08/1981, p. 3. Fundo CEDIC/PUC-SP.

³³⁰ ZVEILBIL, Silvia Jane. **A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: o projeto educacional e a cultura acadêmica.** Tese (Doutorado em Ciência Social - Antropologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999, p. 145.

³³¹ AVELINO, Yvone Dias. Reminiscências acadêmicas na trajetória da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. In: SCHERER, Odilo Pedro (et al.). **PUC-SP: 65 anos de história, tradição e vanguardismo, 1946-2011.** São Paulo: EDUC, 2011.

brasileiro? O atual fervor cívico não nos estará impedindo de perceber limitações que é preciso enfrentar?³³²

Observa-se uma retórica que parecia ecoar os questionamentos intrínsecos aos últimos eventos. Se “por um lado” advogava-se a democracia puquiana salvaguardada nos recentes acontecimentos, por “outro lado” as bases desse processo ainda estavam em (re)construção, sendo que mesmo internamente seu alcance não atingia o que a comunidade universitária ansiava.

São apontados com insistência dois desafios à nossa democracia. O primeiro desafio refere-se ao exercício da representação, para que a condição de representantes seja efetiva e não honorífica. [...] O segundo desafio é a democratização da estrutura administrativa. Esta é uma exigência de generalizados setores da PUC, como consequência inevitável do processo que estamos vivendo. Precisamos elaborar uma nova articulação entre acadêmico e administrativo, superando vícios, impasses e distorções do passado (em ambos os âmbitos diga-se de passagem).³³³

Tamanha foi a mobilização em torno da construção da nova universidade desde as eleições que, marcadamente, a convocação de uma Constituinte para a Revisão dos Estatutos ensejou discussões que estampavam as capas do periódico interno praticamente em todas as edições ao longo do ano de 1982, monopolizando o debate.³³⁴ A experiência da PUC-SP, encabeçada pela eleição da reitora Nadir, passou a ser citada como referência de vanguarda para outras instituições.

Na *Folha de S. Paulo* de outubro de 1981 era narrado o processo que se iniciava na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UERJ), em matéria intitulada “UERJ abre eleição à comunidade”.

A Universidade Federal do Rio de Janeiro vive uma nova experiência: alunos, professores e funcionários estão escolhendo os diretores de suas unidades [...] As eleições diretas têm até agora somente um único precedente na história da universidade brasileira, constituída pelo atual corpo de diretores de unidades da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, onde até a reitora – Nadir Gouvêa Kfoury – foi escolhida pelo voto da comunidade universitária.³³⁵

³³² PORANDUBAS. São Paulo, ano V, n° 39, jun. 1981, p. 2.

³³³ PORANDUBAS. São Paulo, ano V, n° 39, jun. 1981, p. 2.

³³⁴ PORANDUBAS. São Paulo, ano VI, n° 48, mai. 1982. PORANDUBAS. São Paulo, ano VI, n° 50, jun. 1982. PORANDUBAS. São Paulo, ano VI, n° 51, ago. 1982. PORANDUBAS. São Paulo, ano VI, n° 52, ago. 1982.

³³⁵ FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 61, n° 78.28, 13 out. 1981, p. 10.

A iniciativa que marcou a memória acadêmica, abrangendo toda sorte de discussões ensejadas no seio da comunidade universitária, e o pioneirismo da PUC-SP apareceu na *Folha de S. Paulo*, com ares de balanço histórico, quase ao final das gestões de Nadir.

Uma Universidade voltada aos problemas e urgências da população. Assim o novo estatuto da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, a PUC, coloca a perspectiva central do seu esforço de renovação. [...] A professora Nadir Gouvêa Kfoury foi reeleita e o seu mandato acaba em novembro de 1984. “Democracia existe quando há efetivamente uma prática democrática de toda a sociedade” afirma a reitora. “É muito bom um regime democrático a nível governamental; é importante escolhermos nossos representantes. Mas não basta apenas isto, um viver democrático, as instituições têm que ser democráticas. Sendo o que existe é uma cúpula frágil, que se rompe”.³³⁶

Contudo, no ambiente da comunidade acadêmica, esse projeto de universidade democrática se dava como constante construção tencionada pelos docentes, funcionários e alunos. No 1º Encontro de Professores promovido pela APROPUC se debateu que projeto de universidade a PUC-SP era/precisava/projetava naquele momento em que se caminhava para o final da ditadura. Reunindo professores e membros da reitoria, nesse encontro foi possível observar como as pautas vinham sendo debatidas durante as mudanças na universidade, especialmente desde o final da década de 1970, marcando o que a produção acadêmica denominou como democracia puquiãna.

O I Encontro dos Professores da PUC cumpriu um importante papel de reflexão em torno das principais questões que envolvem a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, onde professores, alunos e funcionários têm levado à frente, apesar das dificuldades, um processo de democratização inédito na história da Universidade deste País.³³⁷

Cabe observar como uma autorreinvindicação sobre a relevância do pioneirismo da PUC-SP num processo interno de democratização arvorado na memória da instituição, sob várias perspectivas, permeou as narrativas daquele período pelos diferentes membros da comunidade universitária. Dito isso, a APROPUC advogou (juntamente com os funcionários e alunos) a narrativa de protagonismo no “aprofundamento”³³⁸ das transformações contemporâneas às gestões de Nadir.

³³⁶ FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 63, nº 86.32, 26 dez. 1983, p. 2.

³³⁷ Anais do I Encontro dos Professores da PUC. São Paulo, 11 a 13 mai. 1982, p. 6. Fundo CEDIC/PUC-SP.

³³⁸ Anais do I Encontro dos Professores da PUC. São Paulo, 11 a 13 mai. 1982, p. 9. Fundo CEDIC/PUC-SP.

No mencionado encontro, a reitora não participou pessoalmente, sendo seu representante o vice-reitor acadêmico João Edênio Reis Valle.

[...] eu gostaria de trazer a palavra de dona Nadir. Ela me encarregou de trazer a palavra dela no sentido de entusiasmo e expectativa a esse Encontro que nós professores da Universidade estamos fazendo.

O tema desse primeiro debate, à primeira vista, é um tema que a Reitoria não teria condições de explicitar propriamente: o projeto educacional da PUC.

[...] Então, em primeiro lugar, a Reitoria não dispõe de um projeto da PUC-SP, mas ela acompanha, tenta dinamizar, ela procura incentivar o surgimento de todo um “élan” e de toda uma coragem que nos possibilite realmente nos perguntarmos a respeito daquilo que nós somos, daquilo que pretendemos e que permite nos organizarmos em função disto.³³⁹

Ao longo de duas gestões, a primeira reitoria feminina da PUC-SP, sem dúvida, protagonizou momentos que remodelaram as estruturas da universidade. Nesse sentido, problematizava-se a função dessa instituição no cenário nacional, haja vista que, num contexto em que o país atravessava ele mesmo um – também longo – processo de transição em que se aspirava e reivindicava a democratização, palavra de ordem em todas as instâncias, Nadir experienciou e em grande medida propiciou a elaboração de uma *sui generis* democracia puquiãna.

O balanço da sua administração encontrado no Relatório da Gestão (1976-1984) se iniciava pela síntese do “Contexto sócio-político-educacional”³⁴⁰ daquele período. Dada a meticulosa elaboração do relatório, inclusive no sentido de estabelecer a narrativa que se advogou – e que, conforme se discutiu, forjou-se na memória e na produção acadêmica da universidade – pontuar o cenário nacional, o ambiente interno e os êxitos das gestões, vale nos determos nesse documento.

Em novembro de 1976 assumi, com minha equipe, a Reitoria da PUC/SP. O momento histórico brasileiro, tanto nos níveis econômico, político e social quanto no educacional, estava marcado por acontecimentos que punham à mostra os conflitos e as contradições abafadas nos anos anteriores.

A segunda metade da década de 70 viveu situações econômicas que abalaram a euforia de desenvolvimento característico do “milagre econômico”.

[...] Na sociedade civil, havia anseio e o apelo para a recuperação do “Estado de direito” contra a situação de arbítrio ainda persistente.

³³⁹ Anais do I Encontro dos Professores da PUC. São Paulo, 11 a 13 mai. 1982, p. 10. Fundo CEDIC/PUC-SP.

³⁴⁰ Relatório da Gestão da Reitoria PUC-SP (1976-1984), p. 1. Fundo CEDIC/PUC-SP.

Amiudavam-se as manifestações públicas de protesto e de reivindicação da liberdade de expressão e demais direitos civis.³⁴¹

No relatório observou-se o esforço em fazer um metucioso retrato do momento em que Nadir assumiu a reitoria e do panorama da universidade naquele período, antes de iniciar o relato dos resultados exitosos ou não das suas gestões. Dessa maneira, a reitora partia desse “contexto sócio-político-educacional” para elencar os desafios enfrentados, que não eram novos, ao contrário, decorriam, em certa medida, de um “abafamento” ou, como mencionado anteriormente, uma “herança” de anos anteriores.

Nesse escopo, verifica-se inicialmente referência à situação econômica do país “pós-milagre econômico” e, conseqüentemente, à crise financeira que a universidade enfrentava, com o déficit financeiro advindo das dívidas com bancos corrigidas pela inflação descontrolada, bem como da subtração das verbas oriundas do MEC para a instituição, entre outros fatores. Em seguida, destacava-se também o “anseio e apelo” pelo fim do Estado repressor que se instalara desde 1964 e finalmente parecia findar nos idos da década de 1980.

Delineado esse cenário mais amplo, a reitora também não se furtou a desmarcar a característica que se arvorava como principal inferência/diferença da PUC-SP: a sua faceta católica e o diálogo com a Igreja – na cidade de São Paulo.

Por seu lado, a Igreja Católica em São Paulo participava de todo movimento progressista da sociedade civil, com o paio de seu Pastor e Grão-Chanceler da PUC-SP, Dom Paulo Evaristo Arns. Evidenciava sua contestação ao arbitrário pelo apoio aos cidadãos cassados ou presos por varias razões políticas e pelo incentivo pastoral cada vez mais definido às causas de interesse popular. As comunidades Eclesiais de Base começaram a atuar junto da população carente na direção oposta ao sistema.

Todo este movimento sacudia a Universidade e a levava a repensar a própria situação: havia uma insatisfação generalizada com os rumos que e o sistema geral de ensino tinham tomado nos últimos anos.³⁴²

Examinando essa primeira parte do relatório, é possível verificar o estabelecimento do contexto *versus* o contraponto marcado pela universidade, passando por questionamentos à ditadura encabeçados pelo movimento estudantil e às repressões do Estado, para em seguida localizar a invasão da PUC-SP em 22 de setembro de 1977 como exemplo da “sua expressão mais brutal no âmbito da universidade brasileira”³⁴³, além de citar o papel dos intelectuais

³⁴¹ Relatório da Gestão da Reitoria PUC-SP (1976-1984), p. 1. Fundo CEDIC/PUC-SP.

³⁴² Relatório da Gestão da Reitoria PUC-SP (1976-1984), p. 2. Fundo CEDIC/PUC-SP.

³⁴³ Relatório da Gestão da Reitoria PUC-SP (1976-1984), p. 1. Fundo CEDIC/PUC-SP.

que “firmaram posições liberalizantes em franca oposição aos caminhos do regime”³⁴⁴, com a abertura da universidade, ainda em 1977, para receber a 29ª Reunião da SBPC, que havia sido impedida na USP.

Após essa primeira parte, o relatório seguia elegendo as “Diretrizes e Metas”. Nesse ponto, ratificava que a reitoria se utilizou do Documento de Buga como “base inspiradora”³⁴⁵ dos projetos encampados e destacava as diretrizes “2.1.1. Sensibilidade às angústias do homem atual” e “2.1.4. Busca de uma vivência participativa e democrática”³⁴⁶. Ao final desse item, conclui-se: “Todas estas preocupações traziam, como consequência, a necessidade de a Universidade rever sua estrutura e funcionamento para adequar-se a essas novas exigências e às novas demandas de alunos cada vez mais numerosos.”³⁴⁷

Entre as metas apontadas, cabe destacar a indicação da fragilidade da “2.2.3. Viabilização econômico-financeira da Universidade”³⁴⁸, mencionando a política educacional restritiva do governo como importante fator que contribuía para o agudo desajuste das contas da PUC-SP, levando a universidade quase à paralisia frente aos embates com a sua comunidade, ora às voltas com as demandas salariais (professores e funcionários), ora com o questionamento dos estudantes quanto aos aumentos das mensalidades.

Além disso, também nesse conjunto se lia a meta “2.2.4. Retorno do trabalho da Universidade à Comunidade”³⁴⁹, que se articulou com a “PUC pro povo”, em consonância com o trabalho engajado pelo Grão-Chanceler no arcebispado da cidade de São Paulo em conjunto com as CEB’s, que defendiam que a universidade católica tinha como encargo atender ao chamado da Igreja “na caminhada com o povo”. Pode-se dizer que foi na reitoria de Nadir que foram criados os institutos – destacando-se o Instituto de Estudos Especiais (IEE) e a Divisão de Educação e Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação (DERDIC) – que articulavam o trabalho da universidade com comunidades mais vulneráveis.

A última parte do mencionado relatório de gestão se dedicou aos “Resultados Alcançados”³⁵⁰, ocupando o maior número de páginas, a fim de explanar sobre qualificação do corpo docente, desenvolvimento científico, reorganização da universidade, comunidade universitária e, por fim, participação da universidade na sociedade. Em resumo, destacou-se o crescimento em números gerais do corpo docente (válido destacar o momento de expansão de

³⁴⁴ Relatório da Gestão da Reitoria PUC-SP (1976-1984), p. 2. Fundo CEDIC/PUC-SP.

³⁴⁵ Relatório da Gestão da Reitoria PUC-SP (1976-1984), p. 3. Fundo CEDIC/PUC-SP.

³⁴⁶ Relatório da Gestão da Reitoria PUC-SP (1976-1984), p. 3-4. Fundo CEDIC/PUC-SP.

³⁴⁷ Relatório da Gestão da Reitoria PUC-SP (1976-1984), p. 4. Fundo CEDIC/PUC-SP.

³⁴⁸ Relatório da Gestão da Reitoria PUC-SP (1976-1984), p. 5. Fundo CEDIC/PUC-SP.

³⁴⁹ Relatório da Gestão da Reitoria PUC-SP (1976-1984), p. 5. Fundo CEDIC/PUC-SP.

³⁵⁰ Relatório da Gestão da Reitoria PUC-SP (1976-1984), p. 11. Fundo CEDIC/PUC-SP.

cursos e alunos) e sua qualificação/titulação, bem como o suporte à pesquisa com a instalação do Conselho de Ensino de Pesquisa (CEPE), a criação do CEDIC - Casemiro dos Reis Filho e da Coordenadoria Geral dos Cursos de Especialização (COGEAE). No que tange à administração, foram registrados, entre outros, a criação do Conselho Comunitário (CECOM) e o projeto dos Novos Estatutos.

Sem a pretensão de pormenorizar a lista de empreendimentos bem-sucedidos presente no relatório de gestão, cabe observar que essa parte do material notoriamente ganhou ênfase, pois se entende que a proposição de tal documento ia além de prestar contas e demonstrar, como já dito anteriormente, os êxitos administrativos da gestão.

As transformações da PUC-SP revelam-se delimitadas por fases bem distintas, desde a fundação, em 1946, até 1964, com a universidade fragmentada entre as faculdades agregadas e integradas sob a tutela máxima da administração da Igreja (com os reitores clérigos), pré-Reforma Universitária, e após isso, a partir de 1964, sob as reitorias leigas, pós-Reforma Universitária, uma fase em que a universidade busca uma identidade (uma universidade de fato³⁵¹).

Esta investigação buscou traçar o que se denominou aqui como Era Nadir, momento de consolidação de uma almejada democratização da universidade, adaptada a questões inerentes à sua condição de instituição católica e privada, advogando a primeira reitoria feminina da PUC-SP como marco simbólico que aglutinou, sob a entendida bem-sucedida gestão de Nadir, os projetos da comunidade universitária de uma democracia puquiãna. A Era Nadir marcou, entre outras perspectivas de leitura, uma tênue síntese de universidade nova e rejuvenescida, como também a maturidade de um projeto que se perscrutava desde a Reforma Universitária *à la Buga*³⁵².

Sua administração (*de Nadir*) nas duas gestões (1976/80 e 1980/84) consistiu na consolidação do processo de reforma e democratização da estrutura e processos decisórios na PUC-SP, consagrando-a assim, na expressão do Documento de Buga, como “verdadeira Universidade”. Vários são os depoimentos que atestam ter sido a Reitoria da Professora Nadir, dinâmica, aberta, que projetou a PUC no espaço da

³⁵¹ Silvia Jane Zveibil relata que uma das grandes bandeiras de luta do movimento estudantil da PUC-SP no início dos anos de 1960 foi “estabelecer uma gestão centralizada, articulada. Era a necessidade de se constituir a PUC enquanto uma universidade de fato”. Depoimento de ex-aluno da PUC-SP. Cf.: ZVEIBIL, Silvia Jane. **A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: o projeto educacional e a cultura acadêmica**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais - Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999, p. 118.

³⁵² Ibidem.

opinião pública, marcando-a como uma instituição cuja identidade se liga à democracia, pluralismo e compromisso com a realidade.³⁵³

A memória da reitoria de Nadir se (con)funde com a memória da consolidação ou, como se considerou na maior parte da bibliografia produzida sobre a instituição, do auge da dita democracia puquiiana. Nesse sentido, torna-se difícil dissociar a reitoria de Nadir das imbricações da profunda reestruturação da PUC-SP. Assim, cabe refletir sobre a experiência pessoal de Nadir na reitoria a partir da/com a/em relação à Universidade, mas com a reitora rememorando sua trajetória e seus significados.³⁵⁴

3.3 FIM DA “ERA NADIR”: MARCOS, MEMÓRIAS E LEGADO

Foi unânime nos debates acadêmicos acerca da universidade a importância do papel da reitora que estava prestes a encerrar sua gestão. Até então a maioria da produção apenas tangenciava sua gestão, todavia, a memória guardada desse período ratificava a relevância da reitoria de Nadir pela sua competência na condução da universidade nos momentos mais conturbados de ressignificação da instituição e/ou na elaboração da “vocaçãõ democrática”³⁵⁵ da PUC-SP.

Sendo assim, não se pode dissociar a história da reitora do fazer-se da sua gestão e das construções que foram elaboradas na democracia puquiiana. Ao final do período transcorrido nos seus dois mandatos, para parte dessa historiografia foi possível vislumbrar o fim de uma etapa, aqui chamada de “Era Nadir”.

Dessa maneira, a proposta neste estudo caminha na direção de se instituir três personas femininas: a universidade, a democracia e a reitora, denominando-as como damas, “três damas” imbricadas. Assim, todo o tempo Nadir, a universidade e a democracia se inter cruzaram na pesquisa. No entanto, aqui se pretende perfilar um retrato um pouco mais detalhado da reitora, colocando-a no centro da narrativa, analisando seu legado a partir da perspectiva de como Nadir, mulher, reelaborou sua trajetória, quais reminiscências escolheu para contar sua história.

³⁵³ ZVEIBIL, Silvia Jane. **A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: o projeto educacional e a cultura acadêmica.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais - Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999, p. 144 (grifo nosso).

³⁵⁴ POLLACK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989. PERROT, Michele. Escrever a História das Mulheres. In: Idem. **Minha história das Mulheres.** São Paulo: Contexto, 2007.

³⁵⁵ BARREIRO FILHO, Roberto Coelho. **A Igreja, Estado e universidade: um estudo de caso - PUC/SP e seus 50 anos - 1946-1996.** Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

Nadir teve uma trajetória longa (1913-2011), viveu as mudanças e experiências do chamado breve século XX³⁵⁶, e suas interações lançam luz sobre rupturas e continuidades do seu tempo. Faz-se oportuno então analisar as complexidades de como essa mulher abriu brechas no sentido de contornar barreiras simbólicas e concretas das relações de gênero na sua trajetória.

Às vésperas de encerrar oito anos de gestão à frente da PUC-SP, Nadir cederia sua última entrevista ao *Porandubas*. Nessa oportunidade a reitora se despedia do cargo e repassava sua trajetória profissional e sua relação com a universidade. Foi arguida sobre sua gestão, sua personalidade e como, passados oito anos de gestão, via a universidade que ajudara a transformar na década anterior.

Cabe destacar, Nadir disse em mais de uma oportunidade que não gostava de dar entrevistas. De modo que na única produção acadêmica localizada especificamente sobre sua obra no Serviço Social³⁵⁷ não consta seu depoimento. Em outra oportunidade de registro de memória, quando da produção do material de história oral da instituição³⁵⁸, a reitora mencionaria esse fato, e até mesmo ao ceder o registro de sua fala, quando se deixou filmar por familiares numa conversa em sua casa, é visível como não estava confortável³⁵⁹ e tinha pressa em encerrar as indagações feitas a ela. No entanto, foi possível localizar documentação oral³⁶⁰ em que se analisou como a reitora leu e viveu seu tempo.

³⁵⁶ HOBBSBAWM, Eric. **A Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

³⁵⁷ NEVES, N. P. **Nadir Gouvêa Kfourir: o saber e a prática do Serviço Social no Brasil – 1949/1960**. Tese (Doutorado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1990.

³⁵⁸ FROTA, Luciana Silveira de Aragão e; AVELINO, Yvone Dias; GOMES, Edgar da Silva; LOPES, Carlos Danilo Oliveira (Orgs.). **No Laboratório das Palavras: História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Coletânea de documentos (1979-1985)**. Fortaleza: SOCER, 2105.

³⁵⁹ Trata-se de entrevista registrada em vídeo que se encontra disponível na biblioteca que leva seu nome (Biblioteca Nadir Gouvêa Kfourir) na unidade de Perdizes da PUC-SP. Depoimento de Nadir Gouvêa Kfourir, em entrevista concedida a Maria Aparecida Kfourir e Maria Luiza Amaral Kfourir, em outubro de 2003. Biblioteca “Nadir Gouvêa Kfourir”, PUC-SP.

³⁶⁰ AVELINO, Yvone Dias. Experiências e Trajetórias de vida. As tramas da Memória Universitária a partir de depoimentos orais. **Projeto História**. São Paulo, v. 22, 2001, p. 223-238.



Imagem 14 – Charge de Nadir Gouvêa Kfour no *Porandubas*, junho de 1984.³⁶¹

Conforme mencionado, embora se apresentasse como um boletim da comunidade universitária, o *Porandubas* esteve desde a sua criação sob o guarda-chuva da assessoria de comunicação da reitoria. Na edição que trouxe Nadir para fazer um balanço dos seus mandatos, a publicação estampou a charge da reitora e fez uma vinculação estreita da sua gestão com a construção da democracia na universidade. Dessa maneira, para além de uma espécie de prestação de contas, viu-se uma tentativa de disponibilizar uma narrativa, pela própria Nadir, de como a reitora refletia sobre sua trajetória (antes e durante) na universidade.

Nesse sentido, a entrevista retomava desde a sua formação no Serviço Social, abordava sua relação familiar e, claro, sua trajetória na PUC-SP. A reitora começou a entrevista falando sobre as origens da sua família, depois retomou sua formação, toda ela realizada na rede pública de ensino, sempre apontando o pioneirismo da geração de assistentes sociais a que pertencia, enfatizando o quanto sua carreira vinculou-se ao trabalho desde muito jovem.

³⁶¹ Fonte: CEDIC/PUC-SP.

PORANDUBAS: Mas seus pais não são ricos fazendeiros no Interior?
 Nadir: Não. Meu pai – Salomão Kfouri – sempre foi um homem trabalhador e ganhava bem, mas não dava para guardar: éramos 6 filhos. Apesar do que se diz dos árabes, meu pai viveu pobre e morreu pobre. Pois bem, eu hoje estou com 70 anos e desde os 18 trabalho para me sustentar. Assim tenho uma longa vivência como assalariada. Inclusive, se trabalhar salvasse a Pátria, acho que já fiz a minha parte...³⁶²

Essa narrativa seria vista mais de uma vez, como quando a reitora afirmou que traçou um caminho “inusitado até para uma mulher”³⁶³, em referência à sua autonomia, inclusive financeira, desde muito jovem, que lhe permitiu ter uma carreira bem-sucedida num contexto em que isso não era usual para a maioria das mulheres. Cabe considerar as possíveis especificidades de uma estrutura familiar patriarcal de descendência libanesa³⁶⁴ e refletir como Nadir, filha mais velha entre seis irmãos, impôs rupturas pela trajetória de independência financeira proveniente de sua carreira profissional.

Vale lembrar que Nadir teve acesso privilegiado a uma formação escolar que atendia, preferencialmente, às demandas das jovens das elites culturais paulistanas, conforme visto anteriormente³⁶⁵. Além disso, na primeira metade do século XX eram poucas as mulheres que acessavam o ensino superior no país, sendo a maioria das instituições espaços elitizados e masculinos.

Nesse sentido, mesmo refutando a ideia de que fazia parte de uma elite pretensamente econômica, a reitora participou de um circuito de mulheres que conseguiram ter acesso a uma carreira assentada em uma sólida formação universitária, como no caso do surgimento do curso de Serviço Social. Para Nadir, conforme relatou na mesma entrevista, ela não fazia parte de uma “elite”, pois advogava a relação com o trabalho para o autossustento.

PORANDUBAS: comenta-se que a Faculdade de S. Social era de elite, super-badalada, que sua formatura foi elegantíssima...

Nadir: Foi nada, isso tudo é preconceito. Porque elite? Nós éramos de classe média, como 99% dos estudantes da PUC. Não é porque as pessoas têm um discurso revolucionário que deixam de ficar situados

³⁶² PORANDUBAS. São Paulo, ano VIII, jun. 1984, p. 4.

³⁶³ Depoimento de Nadir Gouvêa Kfouri, em entrevista concedida a Maria Aparecida Kfouri e Maria Luiza Amaral Kfouri, em outubro de 2003. Biblioteca “Nadir Gouvêa Kfouri”, PUC-SP.

³⁶⁴ Ver: CORRÊA, Mariza. Repensando a Família Patriarcal Brasileira. In: ARANTES, A. A. (et al.) (Orgs.). **Colcha de Retalhos: Estudos sobre a Família no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 1994. GATTAZ, André Castanheira. **História Oral da Imigração Libanesa para o Brasil: 1880-2000**. Tese (Doutorado em História Social), Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. HAJJAR, Claude F. **Imigração Árabe: 100 Anos de Reflexão**. São Paulo: Ícone, 1985.

³⁶⁵ Ver Capítulo II, item 2.1.

na classe média de sua origem. Eu, Lucy, Helena, viemos do Normal, éramos classe média e precisamos trabalhar para ganhar nossa vida³⁶⁶.

Não se busca nesta pesquisa problematizar o pensamento de Nadir sobre a ideia de elite cultural, cabe observar aqui a noção da reitora sobre que universidade era a PUC-SP e qual o seu lugar no cenário da educação naquele contexto, pois essas questões perpassam o seu modo de conduzir a gestão da instituição. Nesse caso, mesmo reivindicando que sempre trabalhou para o seu sustento, Nadir refletia e/ou partia da percepção do lugar de privilégio do acesso dos/as estudantes ao ensino superior.

PORANDUBAS: Qual o compromisso político dos universitários, da Universidade?

Nadir: Primeiro, é um privilégio ter acesso à Universidade – pública ou privada – num país como o nosso. O campus é frequentado pela classe média. Dificilmente a classe operária tem acesso à Universidade.³⁶⁷

Sem perder de vista a ideia de privilégio, faz-se necessário o esforço de síntese para rastrear as pegadas de Nadir até chegar à reitoria da universidade e como esse processo se acomodou na sua trajetória. Assim, discutem-se quais processos, movimentos e experiências permitiram sua ascensão à reitoria da PUC-SP.

Para muitos, a nomeação de Nadir em 1976 encontrou assento no seu alinhamento com o projeto que o Grão-Chanceler passava a defender para a universidade a partir da reorientação da Igreja pós-Concílio Vaticano II e, na mesma linha, na sua trajetória de atuação na Ação Católica, antes mesmo da criação da Escola de Serviço Social.

Nadir Kfourri, pertencia à Ação Católica, tendo iniciado essa militância através da Juventude Estudantil Católica, do Movimento de Intelectuais Católicos e “naturalmente, do centro de Estudos e Ação Social”. Diz ele que esse centro “congregava um grupo de mulheres, notadamente mulheres com uma grande preocupação de exercer uma influência social na linha do pensamento da Igreja”.³⁶⁸

³⁶⁶ Aqui a reitora referia-se às suas colegas de turma no curso de Serviço Social e, antes disso, na Escola Normal da Praça da República, posteriormente chamada de Instituto de Educação Caetano de Campos: Lucy Pestana Silva (que mais tarde assumiu o sobrenome do marido, André Franco Montoro, governador do Estado de São Paulo) e Helena Iracy Junqueira, também pioneira no Serviço Social e vereadora pelo Partido Democrata Cristão. PORANDUBAS. São Paulo, ano VIII, jun. 1984, p. 4.

³⁶⁷ PORANDUBAS. São Paulo, ano VIII, jun. 1984, p. 5.

³⁶⁸ NEVES, N. P. **Nadir Gouvêa Kfourri**: o saber e a prática do Serviço Social no Brasil – 1949/1960. Tese (Doutorado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1990, p. 96.

Nesse caso, vale problematizar as relações de gênero que estavam presentes desde a “gênese” do curso de Serviço Social, atribuindo às mulheres uma profissão que buscava simultaneamente a recristianização e o cuidado no tratamento da “questão social”³⁶⁹. Primeiramente, cabe destacar a ênfase no componente doutrinário como marca da formação profissional das primeiras assistentes sociais.

Nesse contexto, à mulher caberia o estudo dos problemas sociais e a ação sobre eles no desempenho de profissões como a de professora, de enfermeira e posteriormente à assistente social, devendo assim ingressar no mercado de trabalho.³⁷⁰

Nadir reivindicava essas duas características como elementos fulcrais de sua formação e de sua atuação profissional: ser católica e ser professora. Como já apontado, muitas foram as vezes em que fizeram referência a ela como “Professora Nadir”, seja na produção acadêmica, nas entrevistas de suas/seus colegas contemporâneas/os, na imprensa interna ou externa. Ela mesma, em suas memórias nas poucas entrevistas que concedeu, enfatizava sua “vocação”³⁷¹ de professora (até o primeiro semestre após a sua nomeação como reitora ela lecionou na graduação e pós-graduação) e sua afeição pelas doutrinas católicas, que guiavam suas ações – “*Não sei o que seria de mim sem o apoio da minha religião*”, disse Nadir em uma das suas últimas entrevistas.³⁷² No entanto, a defesa veemente dos seus princípios católicos não a impediu, como reitora, de “abrir o espaço universitário a outros pensadores de correntes diferentes e até conflitantes com as suas”³⁷³, como no caso do acolhimento na PUC-SP dos diversos professores cassados das universidades públicas.

Vale refletir que ambas as profissões (a docência e o serviço social) eram vistas como femininas, no sentido de que o trabalho desempenhado nelas demandava dedicação e desinteresse econômico (ou relegava esse fator a segundo plano), quase uma missão, “adequada” às práticas tidas como femininas, como o cuidado.³⁷⁴

Nadir mencionou em todas as entrevistas que abordaram o tema da sua atuação docente que nutria afetividade pela sua longa experiência como professora, dizia-se uma

³⁶⁹ NEVES, N. P. **Nadir Gouvêa Kfourri**: o saber e a prática do Serviço Social no Brasil – 1949/1960. Tese (Doutorado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1990.

³⁷⁰ Ibidem, p. 97.

³⁷¹ Ibidem, p. 101.

³⁷² Depoimento de Nadir Gouvêa Kfourri, em entrevista concedida a Maria Aparecida Kfourri e Maria Luiza Amaral Kfourri, em outubro de 2003. Biblioteca “Nadir Gouvêa Kfourri”, PUC-SP.

³⁷³ NEVES, op. cit., p. 103

³⁷⁴ CINTRA, Soraia Veloso. O Serviço Social na Divisão Social do Trabalho – Permanências e condicionalidades para as mulheres. **Anais Eletrônicos do Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women’s Worlds Congress**. Florianópolis, 2017.

militante do Serviço Social, tendo lecionado em vários locais do país, em Escolas de Serviço Social de Madrid, Barcelona, Lisboa, Porto e Montevideo. “*Realmente, só deixei de militar na profissão quando assumi a Reitoria, em 76. Eu lecionava na graduação e na Pós e era Assessora Técnica da Secretária de Bem-Estar Social da Prefeitura.*”³⁷⁵ Essa “militância” e atuação em instituições e entidades de assistência social deram a Nadir a oportunidade de trabalhar em várias frentes da prática do Serviço Social e conhecer realidades distintas.

As profissionais que com ela tiveram uma relação de trabalho, apresentaram-na como dotada de características marcantes: justiça, responsabilidade e trabalho. Também merece destaque sua grande capacidade de luta pelos ideais do Serviço Social.³⁷⁶

Lançando luz sobre a complexidade do pensamento e das práticas da reitora, faz-se oportuno voltar à sua formação anterior à experiência da gestão na universidade. Em estudo que pesquisou a produção acadêmica que Nadir desenvolveu no Serviço Social³⁷⁷, revelou-se que as instituições que estruturavam sua prática eram a Igreja, a Família e o Estado, cabendo à família papel determinante na conjugação da sociedade.

[...] da organização familiar dependem não só os destinos da criança. De homens e mulheres com próprio destino das nações. Abalado em constituição, ter-se-à ferido o alicerce social, o que dificultará, ou impedirá mesmo, aos indivíduos levar vida satisfatória e normal, equivalente abrir portas e um cem número de problemas e desajustamentos individuais e sociais.³⁷⁸

Nesse bojo, uma ética cristã esteve presente por toda a sua atuação profissional e transparecia no seu discurso (muito nítida nos seus escritos para os cursos que ministrava³⁷⁹). No entanto, a reitora se desvencilhava da proximidade com os movimentos de mulheres que adotaram uma posição de apoio ao golpe de 1964 e à política autoritária da ditadura.

PORANDUBAS: Qual foi sua posição política nos últimos 20 anos?
Nadir: Seguramente eu não estava com a Marcha das Famílias Cristãs. Eu era fã das Reformas. Mas ficava muito preocupada quando vi a mobilização para a derrubada de Jango. Além disso, a Fac. S. Social aplicava o método Paulo Freire. Sofri muito quando vi os alunos,

³⁷⁵ PORANDUBAS. São Paulo, ano VIII, jun. 1984, p. 4.

³⁷⁶ NEVES, N. P. **Nadir Gouvêa Kfourri**: o saber e a prática do Serviço Social no Brasil – 1949/1960. Tese (Doutorado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1990, p. 115.

³⁷⁷ Ibidem.

³⁷⁸ KFOURI, Nadir G. Aula do Curso de Serviço Social de Família, p.1. In: Curso de Serviço Social de Família. São Paulo, Escola de Serviço Social, 1954. Apud: Ibidem, p. 162-163.

³⁷⁹ Ibidem.

amigos perseguidos. Tenho um sobrinho que morreu e outros tiveram que se ausentar.³⁸⁰

Para além da afinidade filosófica com o projeto da Igreja, e de algumas análises que atribuem a nomeação de Nadir a esse fato³⁸¹, antes de chegar à reitoria, ela já tinha larga experiência profissional, uma carreira consolidada, já havia atuado em posições de gestão na Escola de Serviço Social e, quando da integração à PUC-SP, fora convidada para o cargo de Diretoria.

PORANDUBAS: Parece que a sr^a foi Diretora de Faculdade e depois do Centro de Humanas, e até pediu demissão da chefia do Centro?

Nadir: Pois é, voltei dos EUA, fiz trabalho de campo, fui para o Setor de Planejamento e Organização da L.B.A, fiquei Diretora da faculdade entre 1953 e 1957. Entre 68 e 72 houve a implantação da Reforma Universitária e eu participei de grupos que pensavam a Reforma, na nossa Faculdade na PUC. [...] Então quando houve a integração da nossa Faculdade com a PUC, o Dr. Celso A. Bandeira de Mello me convidou para a direção do Centro de Humanas. Ele era Vice-Reitor Acadêmico na gestão Ataliba.³⁸²

Nadir afirmou ainda que, antes da nomeação de 1976, já havia sido sondada para assumir a reitoria da universidade. “*D. Paulo sempre ouviu a comunidade. Já tínhamos nos reunido por ocasião da escolha do Dr. Geraldo Ataliba. Naquela ocasião eu fui um pouco sondada, por D. Benedito, mas recusei.*”³⁸³

Sobre o motivo de ter deixado a Direção do Centro de Humanas, Nadir afirmou que não concordou com o modo como foi apresentado, segundo ela às pressas, o desmembramento do Centro (criando-se a partir dele o Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Atuariais), pois não houve tempo para discussões de maior profundidade sobre o tema. Talvez aqui reverberasse uma das características da reitora mais elogiadas na produção acadêmica: sua disposição para a discussão e disponibilidade para a escuta de ideias das quais nem sempre compartilhava.

PORANDUBAS: E como a sr^a faz para coordenar esses três fogosos rapazes?

Nadir: Casemiro, Marcos, Edênio, Severino, Caropreso, e eu somos muito diferentes. O que nos permite trabalhar juntos é que nos

³⁸⁰ PORANDUBAS. São Paulo, ano VIII, jun. 1984, p. 6.

³⁸¹ CANHA, Humberto Carlos Moreira. **História e Memória da Reforma Universitária da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo** (1979-1988). Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

³⁸² PORANDUBAS. São Paulo, ano VIII, jun. 1984, p. 5.

³⁸³ PORANDUBAS. São Paulo, ano VIII, jun. 1984, p. 5.

encontramos no fundamento. Mas, o que é fundamental? É o Projeto Educacional da PUC [...] Às vezes eles me falam que tudo dependeu de meu modo de ser. É possível [...] Realmente essa idéia de exercício de poder, sempre me repugnou. Exercer poder numa democracia é assumir a responsabilidade até o fim; é respeitar e exigir respeito. Quando nossos alunos ocuparam minha sala, eu fiquei chocada, foi uma experiência extremamente penosa. Por quê? Pois eu, como Reitora, nunca entraria num C.A. sem antes avisar que gostaria de fazer uma visita. O mesmo quanto às Faculdades. Assim, o que me preocupa é que vivemos numa sociedade autoritária e contaminada por ela.³⁸⁴

Se na gestão anterior do reitor José Geraldo de Ataliba Nogueira houve a primeira vice-reitoria feminina (Irmã Leda), nas gestões de Nadir todas as vice-reitorias foram ocupadas por homens. Na pergunta de humor questionável, de conteúdo sexista inclusive, a reitora se concentrou em responder sobre o que entendia de uma gestão democrática (e sua leitura sobre o que era exercer poder) e sua própria habilidade, reconhecida pelos pares, de conduzir seu projeto educacional para a universidade naquele momento.



Imagem 15 – D. Paulo Evaristo Arns (à esquerda), Nadir Kfourri (centro), governador Franco Montoro (segundo à direita) e Michel Temer (primeiro à direita).³⁸⁵

³⁸⁴ PORANDUBAS. São Paulo, ano VIII, jun. 1984, p. 5.

³⁸⁵ Fonte: Comissão da Verdade da PUC-SP Reitora Nadir Gouvêa Kfourri - CVPUC.

A despeito da sua boa aceitação pela comunidade universitária e da boa interlocução com as entidades representativas dos docentes e dos funcionários durante os mandatos, conforme amplamente registrado na produção acadêmica sobre a instituição, as gestões de Nadir passaram por crises, principalmente no que tange a questões financeiras, como discutido no segundo capítulo desta dissertação. Não obstante o conhecimento pelos membros da comunidade das dificuldades financeiras pelas quais a PUC-SP passava, seja pela subtração dos recursos recebidos do MEC ou pelas dívidas corrigidas pela alta inflação do período do regime militar, a reitora teve de lidar com uma série de negociações, greves e até invasões, exercendo sua habilidade de diálogo com as entidades representativas de professores, funcionários e os alunos.

Nesse sentido, a reitora, ao rememorar as negociações ocorridas quando da invasão à reitoria pelos alunos por consequência das negociações sobre os repasses e aumentos dos custos de matrículas, mensalidades e sobretaxas aos alunos, “rejeitava” posições por ela consideradas arbitrárias ou autoritárias de qualquer natureza.

O momento delicado por que passa o Brasil, e também a Universidade Brasileira, está a exigir de nós, que vivemos na PUC, uma postura de diálogo e não de confronto. Evidentemente, não esperamos que as pessoas deixem de lado suas convicções, mas o discernimento é necessário, a fim de que não fique comprometido o Projeto Educacional da PUC ao longo da discussão de nossos problemas [...] Rejeitamos assim, a posição fechada de quem advoga que “democracia é o atendimento por parte do outro à **minha** reivindicação”.³⁸⁶

Contudo, por ocasião de outra entrevista, Nadir, ao lembrar os momentos de confronto que teve de enfrentar, afirmou que nessas ocasiões se colocava outra faceta de sua personalidade, relatando seu temperamento aguerrido ou “bravo”, como ela afirmou, em momentos que exigiram um posicionamento firme, como no caso da noite da Invasão da PUC-SP.

³⁸⁶ PORANDUBAS. São Paulo, ano VII, ago. 1983, p. 1.

Fui com meu irmão, e quando cheguei lá, não se podia respirar por causa daquele gás, estava uma revolução. Entrei e saí. Havia um estacionamento ao lado e eles puseram todos os alunos ali, aqueles que estudavam à noite. Todos sentados ali de castigo. Que coisa mais horrível, fiquei tão revoltada. Eu sempre tive um temperamento muito bravo e nessa hora fiquei revoltada. Eu destratei as autoridades que estavam lá. Vinham falar comigo, eu não respondia, vinham me dar a mão, eu punha a mão para trás.³⁸⁷

Nessa entrevista de Nadir, cedida passadas algumas décadas do episódio da Invasão de 22 de setembro de 1977 e, àquela altura, sem as formalidades do cargo, a então ex-reitora declarou uma característica que denominou como “temperamento muito bravo”. Mas verificou-se que esse traço de sua personalidade perpassou por falas de outras pessoas que reconheciam a sua assertividade, referindo-se a ela como uma gestora que foi aberta ao diálogo, contudo, conduziu a universidade, especialmente nos momentos de crise, com muita firmeza em suas posições.

Retomando, a última parte da entrevista do *Porandubas* intitulada “Dia, simplesmente”³⁸⁸ foi dedicada a perguntas de cunho mais pessoal para a reitora, que buscavam investigar a Nadir para além do cargo. Entre essas questões, foram levantadas pautas que revelam questões políticas intrínsecas às escolhas pessoais das mulheres que podem ser determinantes na sua carreira profissional e para sua atuação no espaço público, sendo possível problematizar características que foram recorrentes nos estudos sobre as reitorias femininas no país.

PORANDUBAS: A sr^a não se casou. Contudo, é uma pessoa afetivamente equilibrada: o que a preenche afetivamente?

Nadir: Eu não sei bem. Acho que isso acontece porque sempre fui independente. Cresci numa época em que o casamento amarrava. Aí fui me engajando, me engajando... Tenho um grande amigo, o dominicano Frei Reginaldo. Certa vez disse: “a sr^a é a pessoa mais solteira que conheço!”...

PORANDUBAS: Mas a sr^a nunca teve um grande amor, que depois arrefeceu?

Nadir: (rindo) Não, nunca tive um grande amor. Ser solteira para mim nunca foi um “segundo melhor”.³⁸⁹

³⁸⁷ Cf.: BRASILEIROS. São Paulo, 20 dez. 2008. Disponível em: <<http://www.revistabrasileiros.com.br/edicoes/17/textos/398/>>.

³⁸⁸ “Dia” era o apelido dado a Nadir pelos(as) sobrinhos(as), como ela relatou na entrevista.

³⁸⁹ PORANDUBAS. São Paulo, ano VIII, jun. 1984, p. 6.

Destaque-se aqui uma das características que foram apontadas como relevantes quando se analisou a ascensão feminina a altos cargos de gestão³⁹⁰, como de reitoria, a condição civil, na medida em que o casamento foi apontado como um dificultador para mulheres quanto ao acesso a cargos de poder nas universidades.³⁹¹

Nesse caso, Nadir menciona que foi criada numa época em que “casamento amarrava”, e o motivo de nunca ter se casado foi porque “sempre fui muito independente”. Observa-se que a reitora estabelece como causa/consequência a possibilidade de sua independência, não ficando “amarrada” a um casamento.

Adicionalmente, é válido refletir ainda sobre o motivo que levou o(a) entrevistador(a), não satisfeito(a), a insistir na pergunta sobre se a reitora nunca “teve um grande amor”, o que poderia entender, talvez, como único motivo capaz de explicar o porquê da opção por não se casar. Cabe questionar se essa mesma questão seria feita a um homem que teve dedicação exclusiva à carreira.

Outra pauta posta como relevante quando se analisa a ascensão feminina a cargos de direção, chefia e alta gestão diz respeito às questões da maternidade. Conforme discutido no segundo capítulo (item 2.1), Nadir não teve filhos, e por mais de uma ocasião foi inquirida sobre esse fato.

Brasileiros – A senhora até hoje é lembrada pela maneira educada com que tratava os estudantes.

N.G.K. – Eu não tive filhos. Meus filhos foram meus alunos e meu contato com eles sempre foi muito bom, rico e agradável. Gostava do encontro com gente jovem, de ter contato com a juventude.³⁹²

³⁹⁰ CALDAS, Terezinha Maria Leite. **Gênero e Diversidade**: as reitoras da UFG. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais e Aplicadas) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás - UFG, Goiânia, 2011. SOUZA, R. G. S. **Gênero e Mulheres nas Universidades** - um estudo de caso na UFBA. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

³⁹¹ Na produção acadêmica sobre as reitoras da Universidade Federal de Goiás (UFG), as entrevistadas foram unânimes em afirmar a opção de dedicação total à carreira, entre outros motivos, pois não tiveram de lidar com as exigências atribuídas às mulheres pelo casamento. Ver: CALDAS, op. cit., 2011.

³⁹² BRASILEIROS. São Paulo, 20 dez. 2008. Disponível em: <<http://www.revistabrasileiros.com.br/edicoes/17/textos/398/>>.

Nesse caso, as produções acadêmicas que se dedicaram à questão da maternidade relacionada à carreira profissional das mulheres³⁹³ problematizam, em geral, como a gestação e as atribuições tidas como eminentemente femininas do cuidado com os filhos exigem uma dupla, tripla jornada e sobrecarregam essas trabalhadoras.

Além disso, a opção pela maternidade muitas vezes dificulta – quando não impossibilita – a ascensão profissional aos altos cargos nas empresas, visto que exigem uma disponibilidade de tempo que não é possível para muitas mulheres (que não têm alternativa de atendimento por creches públicas, não contam com uma rede de apoio ou quando o custo dos cuidados das crianças na rede privada ou por terceiros inviabiliza oportunidades de aceitar ascensão etc.). Entre os relatos das ex-reitoras analisadas³⁹⁴ fez-se a opção por não ter filhos em prol da dedicação às suas carreiras. Tal opção também foi relatada por Nadir, sobre o fato de não ter tido filhos, ela dizia que “meus filhos foram meus alunos”.

No que se refere ao legado das gestões de Nadir, os membros da comunidade universitária experimentaram desde diversas mudanças estruturais estabelecidas pela sua administração até mudanças de cunho prático no sentido de fazer com que as estruturas físicas da universidade acompanhassem as mudanças do projeto pedagógico consolidadas nos anos de 1976 a 1984.

No espaço acadêmico, complementou a composição e a instalação de todos os órgãos previstos na nova Universidade, das chefias do Departamento à Reitoria, passando pela instalação e efetivação do CEPE (Conselho de Ensino e Pesquisa), que desde 1976 vem atuando como instrumento efetivo de planejamento e instrumento de viabilização e supervisão das atividades de ensino e pesquisa. Essa gestão garantiu também recursos institucionais que, efetivamente, consolidaram a reforma: desenvolvimento do Setor de Pós-Graduação com vistas a capacitação docente; enquadramento dos professores na carreira docente; extensão do regime de tempo integral e parcial para profissionalização dos docentes da PUC-SP; regulamentação dos concursos de ingresso e promoção na carreira; criação do Fundo de Apoio à Pesquisa (FAP); adoção do Plano Acadêmico como instrumento de ação planejada para o desenvolvimento e supervisão das atividades de ensino, pesquisa e extensão pelo CEPE; apoio à

³⁹³ BELTRAME, Greyce Rocha; DONELLI, Tagma Marina Scheneider. Maternidade e carreira: desafios frente à conciliação de papéis. **Aletheia**. Canoas - RS, n. 38-39, p. 206-217, mai./dez. 2012. BRASILEIRO, Cristiane. Maternidade, trabalho e a vida secreta de todas nós. **Catarinas** – Jornalismo com perspectiva de gênero. 09 fev. 2017. Disponível em: <<http://catarinas.info/colunas/maternidade-trabalho-e-vida-secreta-de-todas-nos/>>. MENDONÇA, Maria Collier de. **A maternidade na publicidade: uma análise qualitativa e semiótica em São Paulo e Toronto**. Tese (Doutorado em Comunicação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

³⁹⁴ CALDAS, Terezinha Maria Leite. **Gênero e Diversidade: as reitoras da UFG**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais e Aplicadas) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás - UFG, Goiânia, 2011.

Novamente o periódico interno, na edição em que apresentou nova carta do Grão-Chanceler contendo as orientações para a sucessão da reitoria, trouxe também um espaço destinado à “Opinião”, em que alguns professores da Faculdade de Economia e Administração (FEA) analisavam os acontecimentos que mobilizavam a universidade no processo de democratização, que reverberava também o momento político que o país atravessava.

A PUC juntamente com outras Instituições da Sociedade Civil esteve na vanguarda do processo de abertura política do País, desde meados da década passada [...] A primeira gestão da Professora Nadir Kfourri (1976/80) caracterizou-se por um processo de grande abertura intelectual, incorporando professores cassados e possibilitando a modernização da estrutura curricular de várias áreas da Universidade. Ademais foi um período de livre debate e de ampla manifestação de idéias onde a PUC como um todo tomou parte ativa política de direitos humanos e da independência do País. [...] A segunda gestão da Reitora Nadir Kfourri, reconduzida pelo voto direto de toda Comunidade, foi uma reafirmação dos principais compromissos sociais que emergiram daqueles debates. No entanto, houve uma nítida preocupação de internalizar o processo democrático na própria PUC, que se materializou através das eleições diretas para todos os cargos de direção e chefias de departamento, culminando com a realização de uma Constituinte em 1982, onde foi gerado um novo Estatuto.³⁹⁷

Por fim, na ponderação sobre as possibilidades e os limites da gestão Nadir traduzida no relatório de gestão de 1976-1984, na parte destinada à conclusão, a síntese era de que à reitora e sua equipe não faltou “compromisso histórico”.

As realizações da Reitoria, em seus dois mandatos, procuraram trazer a possível colaboração para o esclarecimento dos caminhos da PUC-SP, para as soluções das dificuldades mais prementes e para o avanço e as conquistas dentro dos apelos da própria realidade social e universitária. Foi uma grande jornada cheia de esforços e sacrifícios para não faltar ao compromisso histórico.³⁹⁸

Tamanha a força da representatividade da figura de Nadir que não faltam homenagens à reitora na universidade. Com seu nome foi batizada a Biblioteca do campus Monte Alegre e a Comissão da Verdade criada pela PUC-SP em 2013. Cabe lembrar também que o reitor que a sucedeu, Luís Eduardo Wanderley, no seu ato de posse, em reconhecimento

³⁹⁷ PORANDUBAS. São Paulo, ano VIII, mai. 1984, p. 2.

³⁹⁸ Relatório da Gestão da Reitoria PUC-SP (1976-1984), p. 21. Fundo CEDIC/PUC-SP.

aos trabalhos prestados pela reitora, propôs a concessão, pela universidade, do título de *doutor honoris causa*.



Imagem 17 – Convite para evento em homenagem a Nadir Kfourri e Marielle Franco. ³⁹⁹

Além disso, a figura de Nadir vincula-se até os dias atuais com a luta democrática, pela defesa firme de suas posições. Em evento realizado no TUCA em abril de 2018, seu nome foi colocado lado a lado com o de Marielle Franco⁴⁰⁰ como mulheres representativas de lutas contra múltiplas opressões. A reitora e a universidade de mãos dadas convocaram a democracia como companheira nos anos em que estiveram juntas.

Nas memórias da cidade e da universidade, as ações e as lutas da reitora Nadir Kfourri se mantêm perpetuadas em diferentes momentos e registros. Seu nome continua sendo mobilizado quando se colocam questões como resistência e justiça, seja em eventos comemorativos em que a universidade reivindica a vanguarda das suas gestões, seja como referência de luta. Foi coerente com sua história até o final, deixando em seu testamento o apartamento onde morava em São Paulo para o filho de Cleusa das Graças, que cuidou dela até seu falecimento.

³⁹⁹ Fonte: TRAJANO, José. Nadir Kfourri e Marielle Presentes! *Ultrajano*. 03 abr. 2018. Disponível em: <<http://www.ultrajano.com.br/nadir-kfourri-e-marielle-presentes/>>.

⁴⁰⁰ Marielle Francisco da Silva foi socióloga e vereadora do Rio de Janeiro pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), assassinada em 14 de março de 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa sobre a reitora Nadir Gouvêa Kfourri pretendeu analisar as especificidades, limites, continuidades e rupturas da primeira gestão feminina na PUC-SP. A proposição foi refletir sobre as experiências de Nadir e seus pioneirismos na condução dessa instituição num contexto em que a universidade se colocou na vanguarda democrática, projetando-se como marco de resistência durante a ditadura civil-militar brasileira. Recorrentemente celebrada e reivindicada nos marcos de memória da universidade, tendo sido sua gestão referendada como ponto de inflexão na democracia puquiense pela produção acadêmica da instituição, faltava ainda um estudo com foco na reitora perpassando pela análise das relações de gênero. Esta dissertação procurou preencher essa lacuna.

Foi estabelecido como eixo de estudo a representatividade feminina em cargos de alta gestão, problematizando possíveis obstáculos e as maneiras como as mulheres contornam (ou derrubam) dificuldades de acesso a lugares de poder institucional. Buscou-se dar visibilidade a questões frequentes na trajetória de mulheres que ascenderam aos cargos de reitoria no país abordadas nos estudos sobre esse tema, tais como a (não) maternidade e o (não) casamento, além de eventuais barreiras institucionais nem sempre visíveis em sua materialidade, mas sensíveis na experiência. Contudo, antes disso foi necessário apreender a reitoria naquele espaço/tempo (1976-1984).

Nesse sentido, a opção por localizar esta investigação na PUC-SP oportunizou situar os debates, primeiramente, nas rupturas que marcavam a primeira posse de Nadir - sendo a primeira mulher a assumir a reitoria de uma universidade católica no mundo -, bem como a recondução a segundo mandato por uma eleição direta em 1980, novamente imprimindo uma vanguarda na sua trajetória, e os êxitos simbólicos e concretos que delineavam uma determinada identidade democrática para a instituição.

Em relação ao momento sociopolítico em que se estabeleceram as gestões de Nadir, foi logo entendido que a reflexão sobre a reitora exigia um direcionamento da pesquisa para a experiência da construção e/ou elaboração do processo de democratização da universidade. De maneira que foi necessário dialogar com a produção acadêmica da instituição, que havia registrado como lugar de memória de uma celebrada resistência as imagens de indignação de Nadir frente ao Secretário de Segurança de São Paulo, Erasmo Dias, na noite de 22 de setembro de 1977, quando as tropas policiais invadiram e vandalizaram a PUC-SP.

Inserida no contexto dos governos autoritários da ditadura civil-militar, a constituição dessa universidade esteve marcada por complexidades que culminaram numa

posição de resistência. Nesse sentido, a dissertação buscou discutir sobre a relação da instituição com a Igreja, pautando o lugar em que a PUC-SP como instituição privada e católica procurou se colocar, diferenciando-se pelo seu “compromisso social”, em referência direta às premissas do Concílio Vaticano II e às pautas progressistas decorrentes dessa mudança de ventos no final da década de 1960.

Cabe ressaltar, os registros localizam evidências relacionando a aderência da instituição no projeto de Reforma Universitária às premissas oriundas do Documento de Buga, documento sintetizado pelo Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM) para as universidades católicas na América Latina. Dessa maneira, analisou-se a relevância do movimento político-intelectual engajado pela Igreja Católica no que diz respeito aos rumos que deveriam tomar as pontifícias universidades católicas na América Latina.

Os reflexos dessa dita nova Igreja foram iluminados pela discussão dos laços estabelecidos entre o cardeal Dom Evaristo Arns e o projeto de universidade, que se estreitaram durante as gestões de Nadir, destacando sua atuação na Cúria Metropolitana de São Paulo em projetos que vislumbravam a “Igreja do povo” e a sua influência como Grão-Chanceler na instituição.

Buscou-se mostrar como a reitora, entre outras características, atendia a um perfil – oriundo da sua atuação na JUC e no Serviço Social – que casava com as expectativas desses projetos animados pela dinâmica dos temas que orientavam a universidade católica para o diálogo com o povo, com a periferia etc. No entanto, a adesão religiosa foi insuficiente para apreender a convergência de pautas e forças que Nadir representava ao assumir a reitoria da PUC-SP. Para além de seu engajamento católico, destacava-se a defesa de pautas dos setores progressistas da universidade e, não há dúvidas, sua sólida trajetória profissional no Serviço Social, com experiência como diretora dessa faculdade e, na integração à universidade, como diretora do Centro de Ciências Humanas.

Percebeu-se que as transformações que ocorreram na universidade na primeira gestão de Nadir (1976-1980) propiciaram um ambiente democrático que acolheu (e projetou) discussões importantes acerca do papel da universidade. Internamente, a sedimentação desse processo se deu com o surgimento de canais estruturados de diálogo com os funcionários, professores e estudantes através das entidades representativas APROPUC, AFAPUC e dos DCE’s. Diálogo esse nem sempre livre de tensões – como nos momentos de greve –, mas que foram conduzidos com sobriedade pela reitora.

Na segunda gestão (1984-1984) verificou-se o que a produção acadêmica advogou ser o auge da então democracia puquiã, quando se acentuavam as discussões e a

consolidação de estruturas democratizantes, em consonância com as lutas pela reabertura política no país. Foram observadas nessa oportunidade a recondução da reitora ao cargo por uma eleição direta e, logo após isso, a ampliação dessa possibilidade de consulta à comunidade através de eleições para as demais instâncias de poder da universidade (Conselho da Universidade, diretorias dos Centros, chefias das faculdades etc.).

Outro avanço apontado em meio à intensa transformação da universidade durante a Era Nadir foi a convocação de uma Constituinte/Estatuinte para a revisão dos Estatutos da PUC-SP (datados de 1971), que àquela altura davam sinais de obsolescência e descompasso com o momento da instituição. Com base em relatos, foi analisado como a comunidade universitária tencionava a gestão e como a reitora exerceu o protagonismo de uma liderança percebida como enérgica e, simultaneamente, aberta ao diálogo, escapando da imagem projetada em alguns estudos que insinuaram uma “autonomia” tutelada à sombra do Grão-Chanceler.

Cabe ressaltar que este trabalho não pretendeu tomar a trajetória da reitora Nadir descartando as especificidades relacionadas ao acesso privilegiado à educação superior, com possibilidade de convivência nos círculos culturais das elites paulistas. Nesse caso, procurou-se identificar que mulher pôde ascender à reitoria nesse período: branca, descendente de libaneses, classe média (como ela se autoidentificava), com possibilidade de acesso à educação superior e total dedicação à sua carreira profissional. Assim, longe de questionar os méritos pessoais e as competências de Nadir, cabe ressaltar que essa possibilidade não estava disponível para a maioria das mulheres no começo do século XX.

Ao longo das análises desses lugares de memória da **reitora**, da **universidade** e da **democracia** da comunidade puquiara, procurou-se mostrar o imbricamento do que se instituiu como **três damas**. Mas coube para o encerramento do estudo amarrar as reflexões sobre os legados simbólicos e concretos da reitora, perpassando pela análise de como a universidade mobilizou e celebra ainda na contemporaneidade a memória dessas gestões e, finalmente, focando nas reminiscências que Nadir teceu sobre sua trajetória e, especificamente, sobre sua atuação como reitora.

Apesar dos esforços envidados para analisar as complexidades das relações entre essas damas, é possível apontar algumas questões que se avolumaram na investigação e não foram contempladas nesta pesquisa. Muitas questões permearam a gestão feminina de Nadir e foram apenas tangenciadas aqui, como a temática do engajamento de mulheres católicas na resistência à ditadura civil-militar (como no caso da Madre Cristina), as especificidades do perfil das mulheres que ingressavam na PUC-SP, especialmente as oriundas da *Sedes*

Sapientiae e da Escola de Serviço Social, que mais tarde comporiam diversos cargos administrativos, letivos e de gestão na universidade (como a própria Nadir), e a discussão mais aprofundada das pautas de gênero recorrentemente publicadas no periódico *Porandubas*.

Além disso, as opções feitas neste estudo abriram possibilidades de pesquisa que, não tendo sido possível aproveitar aqui, merecem ainda uma análise aprofundada, como acerca das possíveis diferenças entre as universidades públicas e privadas no que tange às políticas de (não) acesso feminino aos cargos de alto escalão e, nesse bojo, quais fatores, conflitos e tensões desencorajam mulheres a assumirem posições de poder marcadas por uma sedimentada hierarquia masculina na universidade.

No entanto, o propósito de abrir as questões se cumpriu, seja por coerência com a proposta ou intercorrências do fazer-se da pesquisa, deixando lastro para apoiar novas discussões sobre as continuidades e rupturas nas trajetórias femininas e suas lutas dentro e fora da universidade. Haja vista que as permanências das hierarquias de gênero nos cargos de alta gestão reverberam e contornam limites na contemporaneidade, com a baixa inserção de mulheres, ainda nos dias de hoje, nas reitorias de universidades no país.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

ALBERTI, V. De “versão” a “narrativa” no Manual de história oral. **História Oral**. São Paulo, v. 15, n. 2, 2012. DOI: <https://doi.org/10.51880/ho.v15i2.263>. Disponível em: <<https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/263>>. Acesso em: 27 jun. 2021.

ANTUNES, Ricardo. A centralidade do trabalho na ontologia do ser social de Lukács. In: Idem. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

AQUINO JUNIOR, F. de. Uma Igreja pobre e para os pobres: abordagem teológico-pastoral. **Revista Pistis & Praxis**. Curitiba, v. 8, n. 3, p. 631-665, 2016.

ARNS, D. Paulo Evaristo. **Paulo Evaristo: Da Esperança à Utopia – Testemunho de uma vida**. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.

AVELINO, Yvone Dias. Experiências e trajetórias de vida. As tramas da memória universitária a partir de depoimentos orais. **Projeto História**. São Paulo, v. 22, p. 223-238, 2001.

_____. Uma Universidade Católica em São Paulo (1946-1984). In: AVELINO, Yvone Dias; FLÓRIO, Marcelo (Orgs.). **Polifonias da Cidade**. São Paulo: D’Escrever Editora, 2009.

_____. Reminiscências acadêmicas na trajetória da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. In: SCHERER, Odilo Pedro (et al.). **PUC-SP: 65 anos de história, tradição e vanguardismo, 1946-2011**. São Paulo: EDUC, 2011.

_____; FROTA, Luciara Silveira de Aragão; GOMES, Edgar da Silva; LOPES, Carlos Danilo Oliveira (Orgs.). **No Laboratório das Palavras: História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Coletânea de documentos (1979-1985)**. 1 CD-ROM. Fortaleza: SOCER, 2015.

_____. O Processo de Democratização e o Episódio da Invasão PUC-SP. Testemunhar por Imagens: História Oral e o Registro Audiovisual. **Anais do XIV Encontro Nacional de História Oral**. Campinas, mai. 2018.

_____; NOSEDA, Vania Cristina Assunção. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: memórias de vidas, patrimônio de uma cidade. In: AVELINO, Yvone Dias; GOMES, Edgar da Silva; MONTEIRO, Arlete Assunção (Orgs.). **Tecituras das cidades: História, Memória e Patrimônio**. Rio de Janeiro: Gramma, 2019.

_____. **Irmã Leda**: uma historiadora construtora de ideias e devotada à juventude. São Paulo: EDUC, 2020.

BARREIRO FILHO, Roberto Coelho. **A Igreja, Estado e universidade**: um estudo de caso - PUC/SP e seus 50 anos - 1946-1996. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

BELTRAME, Greyce Rocha; DONELLI, Tagma Marina Scheneider. Maternidade e carreira: desafios frente à conciliação de papéis. **Aletheia**. Canoas - RS, n. 38-39, p.206-217, mai./dez. 2012.

BENJAMIN, Walter. Infância em Berlim por volta de 1900. In: Idem. **Rua de mão única** Obras escolhidas - Vol. 2. São Paulo: Brasiliense, 1993.

_____. O narrador: Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: Idem. **Magia e técnica, arte e política**. Obras escolhidas - Vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. Sobre o conceito da História. In: Idem. **Magia e técnica, arte e política**. Obras escolhidas - Vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BITTENCOURT, Getúlio; MARKUM, Paulo. Sérgio. **O Cardeal do Povo**. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1979.

BLAY, Eva Alterman; CONCEIÇÃO, Rosana R. da. A mulher como tema nas disciplinas da USP. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 76, p.51-56, fev. 1991.

_____. Gênero e Universidade. **Educação em Revista**. Marília, n. 3, 2002.

_____. Núcleos de estudos da mulher x academia. In: BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisas 2005-2006** – Pensando Gênero e Ciência. Brasília, p.45-52, 2006.

BODART, Cristiano; BORBA, Cláudia; FERNANDES, Andreia; TORRES, Kamille; FRIGULHA, Shenita. Discutindo relações de gênero entre discentes e docentes a partir das colaborações de Simone de Beauvoir e Pierre Bourdieu. **Revista Foco**. Vila Velha, v. 10, n. 1, 2017. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=2906537>>.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRASIL AGUILAR, Márcia Adriana; PERES GONÇALVES, Josiane. Conhecendo a perspectiva pós-estruturalista: breve percurso de sua história e propostas. **Revista Conhecimento Online**. Novo Hamburgo, v. 1, p. 36-44, mar. 2017. DOI: <https://doi.org/10.25112/rco.v1i0.460>. Disponível em: <<https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistaconhecimentoonline/article/view/460>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

BRASILEIRO, Cristiane. Maternidade, trabalho e a vida secreta de todas nós. **Catarinas** – Jornalismo com perspectiva de gênero. 09 fev. 2017. Disponível em: <<http://catarinas.info/colunas/maternidade-trabalho-e-vida-secreta-de-todas-nos/>>.

BRASILEIROS. São Paulo, 20 dez. 2008. Disponível em: <<http://www.revistabrasileiros.com.br/edicoes/17/textos/398/>>.

CALDAS, Terezinha Maria Leite. **Gênero e Diversidade: as reitoras da UFG**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais e Aplicadas) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás - UFG, Goiânia, 2011.

CANHA, Humberto Carlos Moreira. **História e memória da reforma universitária da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo** (1979-1988). Tese (Doutorado em Educação) – PUC-SP, São Paulo, 2013.

CARVALHO, Ricardo. **O Cardeal da Resistência: as muitas vidas de dom Paulo Evaristo Arns**. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog, 2013.

CASTRO, Mary. Notas sobre a potencialidade do conceito de patriarcado para um sujeito no feminismo. Contribuições de Heleieth Saffioti – em memória e pelo devir. **Cadernos Crítica Feminista**. Recife, ano V, n. 4, p 72-99, dez. 2011.

CHARTIER, Roger. **A História da Cultura**. Entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

CIAMPI, Helenice. **A história pensada e ensinada: da geração das certezas à geração das incertezas**. São Paulo: EDUC, 2000.

CINTRA, Soraia Veloso. O Serviço Social na divisão social do trabalho – permanências e condicionalidades para as mulheres. **Anais Eletrônicos do Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress**. Florianópolis, 2017.

CLANCLINI, Nestor Garcia. Culturas híbridas, poderes oblíquos. In: Idem. **Culturas híbridas**. São Paulo: EDUSC, 2003.

COLLIN, Ana Maria. 50 anos de ditadura no Brasil: questões feministas e de gênero. **OPSIS**. Catalão, v. 15, n. 2, p. 370-383, 2015.

CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. In: ARANTES, A. A. (et al.) (Orgs.). **Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

COSTA, Albertina de Oliveira (et al.). Pesquisa sobre mulher no Brasil: do limbo ao gueto? **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 54, p.5-15, ago. 1985.

_____; BLAY, Eva Alterman (Orgs.). **Gênero e Universidade**. São Paulo: NEMGE-USP, 1992.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa. **Projeto História**. São Paulo, n. 35, p. 253-270, 2007.

CUBAS, Caroline Jaques. Do feminismo aos seus plurais... **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 316-319, abr. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000100018>. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000100018&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 09 mar. 2021.

CUNHA, Maria de Fátima. Mulher e historiografia: da visibilidade à diferença. **História & Ensino**. Londrina, v. 6, p. 141-161, out. 2000. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5433/2238-3018.2000v6n0p141>>.

D'ALESSIO, Márcia. Memória: leituras de M. Halbwachs e P. Nora. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 13, n. 25/26, p.97-103, set. 1992/ ago. 1993.

DARTON, Robert. **O Beijo de Lamourette**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto/Edunesp, 1997.

DELGADO, Lucília de A. Neves. 1964: temporalidades e interpretações. In: REIS, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. (Orgs.). **O Golpe e a Ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru: Edusc, 2004, p.15-28.

DIAS, Luiz Antônio; LOPES SOUSA, Rafael. Entre a memória e o esquecimento 1964-2014: o golpe ontem e hoje. **Projeto História. São Paulo**, v. 50, set. 2015. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/24037>>. Acesso em: 12 jul. 2020.

ESTADÃO CONTEÚDO. Nova reitora da PUC-SP quer “recuperar o vanguardismo” da Universidade. **Blog Edison Veiga**. São Paulo, 6 set. 2016. Disponível em: <<https://sao-paulo.estadao.com.br/blogs/edison-veiga/nova-reitora-da-puc-sp-quer-recuperar-o-vanguardismo-da-universidade/>>. Acesso em: 26/02/2021.

ESTARQUE, Marina. Fundação ligada à Igreja quer acabar com eleição para reitor na PUC-SP. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 3 set. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/09/fundacao-ligada-a-igreja-quer-acabar-com-eleicao-para-reitor-na-puc-sp.shtml>>. Acesso em: 26/02/2021.

FERRI, Marilda; SYDOW, Evanize. **Dom Paulo Evaristo Arns: um homem amado e perseguido**. Petrópolis: Vozes, 1999.

FGV/CPDOC. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/juventude-universitaria-catolica-juc>>.

FREITAS, Patrícia Fernandes Lazzaron Novais Almeida. **A presença feminina nos espaços de poder da reitoria do Instituto Federal da Bahia**. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

FROTA, Luciara Silveira de Aragão. História e mídias. In: AVELINO, Yvone; FLÓRIO, Marcelo; BARREIRO FILHO, Roberto (Orgs.). **Olhares Cruzados: Cidade, História, Arte e Mídia**. Curitiba: Editora CRV, 2011, p.107-121.

_____; AVELINO, Yvone Dias; GOMES, Edgar da Silva; LOPES, Carlos Danilo Oliveira (Orgs.). **No Laboratório das Palavras: História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Coletânea de documentos (1979-1985)**. 1 CD-ROM. Fortaleza: SOCER, 2105.

GATTAZ, André Castanheira. **História oral da imigração libanesa para o Brasil - 1880-2000**. Tese (Doutorado em História), FFLCH/USP, São Paulo, 2001.

GEBARA, I. A Teologia da Libertação e as mulheres. **Sociedade e Cultura**. Goiânia, v. 23, 5 ago. 2020.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. Sinais. Raízes de um paradigma indiciário. In: Idem. **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GONÇALVES, Renata; BRANCO, Carolina. Entrevista – Heleieth Saffioti por ela mesma: antecedentes de “A mulher na sociedade de classes”. **Lutas Sociais**. São Paulo, n. 27, p. 70-81, dez. 2011. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/18768>>. Acesso em: 1º jul. 2020.

HAJJAR, Claude F. **Imigração Árabe: 100 Anos de Reflexão**. São Paulo: Ícone, 1985.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HALL, Stuart. O papel da representação. In: Idem. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, Apicuri, 2016, p. 31-56.

HOBBSAWM, Eric. O ressurgimento da narrativa: alguns comentários. **Revista de História**. Campinas, IFCH/UNICAMP, 1991.

_____. **A Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IPATRIMÔNIO. São Paulo – Vegetação do Antigo Colégio des Oiseaux [DEMOLIDO]. Disponível em: <<http://www.ipatrimonio.org/sao-paulo-vegetacao-do-antigo-colegio-des-oiseaux/>>.

JABLONKA, Ivan. O terceiro Continente. **ArtCultura**. Uberlândia, v. 19, n. 35, 2017.

_____. Quando o historiador é pai e filho. **Topoi**. Rio de Janeiro, v. 21, n. 44, mai./ago. 2020.

JACOBY, Russel. **Os últimos intelectuais**. São Paulo: Edusp/Trajatória, 1987.

JOFFILY, Mariana. A “verdade” sobre o uso de documentos dos órgãos repressivos. **Dimensões**. Vitória, v. 32, p. 2-28, 2014.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 1990.

LIMA, Nádia R. de B.; CARDOSO, Elvira B. Gênero e Universidade em Alagoas. In: PASSOS, Elizete S. (et al.) (Orgs.). **Um mundo dividido**: o gênero nas Universidades do Norte e Nordeste. Salvador: UFBA, 1997.

LUCA, Tânia Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-153.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. Tradução de Juan Ricardo Aparicio e Mario Blaser. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 22, n. 3. set./dez. 2014.

MARTIN-BARBERO, Jesus. Redescobrimo o povo: cultura como espaço da Hegemonia. In: Idem. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

MATOS, Maria Izilda Santos. **Meu lar é o meu botequim**: alcoolismo e masculinidade. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

_____. **Âncora de emoções**: corpos, subjetividades e sensibilidades. Bauru: EDUSC, 2005.

_____. **Dolores Duran**: experiências boêmias em Copacabana nos anos 50. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. **Melodia e sintonia em Lupicínio Rodrigues**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. **A cidade e o cronista**: São Paulo de Adoniran Barbosa. Bauru: Edusc, 2008.

_____. História das Mulheres e das Relações de Gênero: campo historiográfico, trajetórias e perspectivas. **Mandrágora**. São Paulo, v. 19, n. 19, p. 5-15, 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.15603/2176-0985/madragora.v19p5-15>>.

_____. **Cotidiano e Cultura** – História, Cidade e Trabalho. 2ª ed. Bauru: EDUSC, 2014.

_____. **Corpos e Emoções:** história, gênero e sensibilidades. São Paulo: e-Manuscrito, 2018.

_____. **Por uma possível história do sorriso:** institucionalização, ações e representações. São Paulo: Hucitec, 2018.

_____. Maria Prestes Maia: trajetória de vida e lutas. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica.** Salvador, v. 3, n. 7, p. 187-202, 26 abr. 2018.

MEMÓRIAS DA DITADURA. Nadir Kfourri. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/nadir-kfourri/>>.

MENDONÇA, Maria Collier de. **A maternidade na publicidade:** uma análise qualitativa e semiótica em São Paulo e Toronto. Tese (Doutorado em Comunicação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

MORAES, Maria Blassioli. **A ação social católica e a luta operária:** a experiência dos jovens operários católicos em Santo André (1954-1964). Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/D.8.2004.tde-19102004-092535>. Acesso em: 12 mar. 2021.

NAGAMINE, Jose M. **Universidade e compromisso social:** a experiência da reforma da PUC de São Paulo. São Paulo: EDUC; Campinas: Autores Associados, 1997.

NASCIMENTO, Cristiane; VIEIRA, Luiza. Nova reitora da PUC-SP descumpra promessa e assume cargo mesmo tendo sido a menos votada. **O Estado de S. Paulo.** São Paulo, 13 nov. 2012. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/noticias/vidae,nova-reitora-da-puc-sp-descumpra-promessa-e-assume-cargo-mesmo-tendo-sido-a-menos-votada,959965>>.

NEVES, N. P. **Nadir Gouvêa Kfourri:** o saber e a prática do serviço social no Brasil – 1949/1960. Tese (Doutorado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1990.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. São Paulo, v. 10, out. 2012. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>>. Acesso em: 17 maio 2020.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Tradução de Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

PEDRO, Joana Maria. Feminismo e gênero na universidade: trajetórias e tensões da militância. **História Unisinos**. São Leopoldo, v. 9 n. 3, set./dez. 2005.

_____; WOLFF, Cristina Scheibe. **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Mulheres, 2010.

PEREIRA, Sueli da Cruz. O legado da “Igreja dos pobres” para a Igreja na América Latina. **Pesquisas em Teologia**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 22-37, dec. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.46859/PUCRio.Acad.PqTeo.2595-9409.2018v1n1p22>. Disponível em: <<http://periodicos.puc-rio.br/index.php/pesquisasemteologia/article/view/682>>. Acesso em: 05 nov. 2020.

PERROT, Michele. **Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. Escrever a História das Mulheres. In: Idem. **Minha história das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PIKE, Fredrick B. Natureza e Cultura: América Latina, mitos e estereótipos nos Estados Unidos nas décadas de 20 e 30. Tradução de Augusto Zanett. Revisão técnica de Antônio Pedro Tota. **Projeto História**. São Paulo, n. 23, 2001.

PIMENTEL, Silvia. **Evolução dos direitos da mulher: norma, fato, valor**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1978.

PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de Gênero e História Social. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 159-189, abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2009000100009&lng=en&nrm=iso>.

POLLACK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. Tradução de Maria Therezinha Janine Ribeiro. Revisão técnica de Dea Ribeiro Fenelón. **Projeto História**. São Paulo, v. 14, set. 2012. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11233/8240>>.

_____. Um trabalho de relação: observações sobre história oral. Tradução de Lila Cristina Xavier Luz. **Trilhas da História**. Três Lagoas, v. 7, n. 13, p. 182-195, jul./dez. 2017.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**. A utopia da cidade disciplinar - Brasil, 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. Os feminismos no Brasil: dos “anos de chumbo” à era global. **Labrys - Estudos Feministas**. Florianópolis, n. 3, jan./jul. 2003.

_____. Adeus ao Feminismo? Feminismo e (pós)modernidade no Brasil. **Cadernos AEL**. Campinas, 02 mai. 2012.

_____. **A aventura de contar-se**: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas: Unicamp, 2013.

_____. Epistemologia Feminista, Gênero e História. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pilar (Orgs.). **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2000.

REIS, Daniel A. Ditadura e Sociedade. In: REIS, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. (Orgs.). **O Golpe e a Ditadura militar**: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru: Edusc, p. 29-51, 2004.

RIBEIRO, Helcion (Org.). **Paulo Evaristo Arns**: cardeal da esperança e pastor da Igreja de São Paulo. São Paulo: Paulinas, 1989.

RIBEIRO JÚNIOR, Jorge Claudio Noel. Mostra “Memória PUC-SP: Jornal Porandubas”. Fundo CEDIC/PUC-SP. Disponível em: <<http://www4.pucsp.br/cedic/porandubas/jornal.html>>.

_____. Dom Paulo e a PUC-SP no contexto da ditadura e depois. **Ciberteologia** - Revista de Teologia & Cultura. São Paulo, ano XIII, n. 55, 2017.

RODRIGUES, Cátia Regina. **A arquidiocese de São Paulo na gestão de D. Paulo Evaristo Arns (1970-1990)**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

_____. D. Paulo Evaristo Arns e as Pastorais Sociais. **Projeto História**. São Paulo, n. 37, p. 319-328, jul. 2008.

RODRIGUES, Leda Maria P. **A instrução feminina em São Paulo: subsídios para sua história até a proclamação da República**. São Paulo, Faculdade de Filosofia “Sedes Sapientiae”, 1962.

ROSEMBERG, Fúlvia; MADSEN, Nina. Educação formal, mulheres e gênero no Brasil contemporâneo. In: PITANGUY, J.; BARSED, L. (Orgs.). **O progresso das Mulheres no Brasil - 2003-2010**. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

SAFFIOTI, Heleieth. **Mulher brasileira: opressão e exploração**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

_____. Rearticulando gênero e classe social. In: BRUSCHINI, C.; COSTA, A. O. (Orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p.183-215.

_____. Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento? **Crítica Marxista**. São Paulo, v. 1, n. 11, p. 71-75, 2000.

_____. **A Mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SALVATICI, S. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. **História Oral**. São Paulo, v. 8, n. 1, 2009. DOI: <http://dx.doi.org/10.51880/ho.v8i1.114>. Disponível em: <<https://www.revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/114>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

SANTOS, Mariangela Borba. **Mulheres acadêmicas na USP (in)memoriais**: “... a trajetória somos nós”. Dissertação (Mestrado em Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

SARLO, Beatriz. Raymond Willians: uma releitura. In: Idem. **Paisagens imaginárias**. São Paulo: Edusp, 2005, p. 85-95.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p.71-99, jul./dez. 1995.

SILVA, Fabricio Pereira. O fim da onda rosa e o neogolpismo na América Latina. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**. Pelotas, v. 4, n. 2, p. 165-178, 2018.

SILVEIRA, Nádia Dumara Ruiz. **A Universidade, Igreja e modernidade**: a restauração e inovação. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

SOARES, Ana Carolina Eiras. “O menu de meu marido”: narrativas visuais, história e práticas de gênero na revista feminina (1914-1936). **História Revista**. Goiânia, v. 19, n. 2, p. 7-10, 2014. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/historia/article/view/32138>>. Acesso em: jan. 2018.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, dez. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882007000200015>. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882007000200015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 mar. 2021.

SOUZA, Admar Mendes de. **Estado e Igreja Católica**: o movimento social do cristianismo de libertação sob vigilância do DOPS/SP (1954-1974). Tese (Doutorado em História Social) –

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. DOI: <https://doi.org/10.11606/T.8.2009.tde-24112009-123647>. Acesso em: 11 mar. 2021.

SOUZA, R. G. S. A Universidade e as relações de gênero: o acesso e as experiências vivenciadas pelas mulheres nas instâncias de poder. **Anais do XVII Simpósio Baiano de Pesquisadoras(es) sobre Mulheres e Relações de Gênero**. Salvador, v. 17, 2012.

_____.; SARDENBERG, C. M. B. Visibilizando a mulher no espaço público: a presença das mulheres nas Universidades. **Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 10**. Florianópolis, v. 10, 2013, p. 01-12.

_____. **Gênero e Mulheres nas Universidades** - um estudo de caso na UFBA. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

SPONCHIADO, Justina Inês. **Docência e relações de gênero**: um estudo de dissertações e teses defendidas em instituições brasileiras no período de 1981 a 1995. Dissertação (Mestrado em Educação), PUC-SP, São Paulo, 1997.

STONE, Lawrence. O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história. **Revista de História**. Campinas, n. 2/3, 1991.

TERINI, Alexandre Gonçalves. **O movimento estudantil na Reforma Universitária da PUC-SP e seu contraponto ao acordo MEC-USAID**: uma disputa de projetos político-educacionais nos Anos de Chumbo (1969-1974). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

THOMPSON, E.P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **A formação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Vol. I. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1992.

TOSI, Lucia. A mulher brasileira, a universidade e a pesquisa científica. **Ciência & Cultura**. Campinas, v. 33, n. 2, p.166-177, fev. 1981.

TRAJANO, José. Nadir Kfourri e Marielle Presentes! **Ultrajano**. 03 abr. 2018. Disponível em: <<http://www.ultrajano.com.br/nadir-kfourri-e-marielle-presentes/>>.

TRIGO, Maria Helena Bueno. A Mulher Universitária: Códigos de sociabilidade e relações de gênero. In: BRUSCHINI, Maria Cristina. **Novos Olhares: Mulheres e relações de gênero no Brasil**. São Paulo: Marco Zero, 1994.

_____. **Espaços e tempos vividos: estudo sobre os códigos de sociabilidade e relações de gênero na Faculdade de Filosofia da USP (1934-1970)**. Tese (Doutorado em Sociologia), FFLCH-USP, São Paulo, 1997.

VIANNA, Cláudia Pereira. O sexo e o gênero da docência. **Cadernos Pagu**. Campinas, n.17-18, p.81-103, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332>.

WANDERLEY, Mariângela Belfiori; YAZBEK, Maria Carmelita. **Nadir Gouvêa Kfourri**. São Paulo: EDUC, 2016.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismos e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____. Com vistas a uma sociologia da Cultura. In: Idem. **Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

YANNOULAS, Silvia. **Mulheres e Ciência**. Série Anis 47. Brasília: Letras Livres, 2007.

YASBECK, Maria Carmelita. **Estudo da evolução histórica da Escola de Serviço Social de São Paulo no período de 1936 a 1945**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1977.

ZVEILBIL, Silvia Jane. **A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: o projeto educacional e a cultura acadêmica.** Tese (Doutorado em Ciência Social - Antropologia Social), PUC-SP, São Paulo, 1999.

FONTES DOCUMENTAIS

1 - Documentos oficiais PUC-SP

Ofício da Reitoria. São Paulo, 29 nov. 1976. Fundo CEDIC/PUC-SP.

Comunicado da Reitoria. São Paulo, 17 dez. 1976. Fundo CEDIC/PUC-SP.

Comunicado da reitoria. São Paulo, 07 jan. 1977. Fundo CEDIC/PUC-SP.

Circular 05/77. São Paulo, 1977. Fundo CEDIC/PUC-SP.

Comunicado da vice-reitoria 07/79. São Paulo, 11 set. 1979. Fundo CEDIC/PUC-SP.

Circular 20/79. São Paulo, 1979. Fundo CEDIC/PUC-SP.

Manifesto Conjunto (APROPUC, AFAPUC, DCE e Reitoria da PUC-SP). São Paulo, 15 abr. 1980. Fundo CEDIC/PUC-SP.

Comunicado 09/80. São Paulo, 04 nov. 1980, p. 1. Fundo CEDIC/PUC-SP.

Mensagem de D. Paulo Evaristo Arns de 22 de agosto de 1981, p. 1. Fundo CEDIC/PUC-SP.

Anais do I Encontro dos Professores da PUC. São Paulo, 11 a 13 mai. 1982. Fundo CEDIC/PUC-SP.

Relatório da Gestão da Reitoria PUC-SP (1976-1984). Fundo CEDIC/PUC-SP.

2 - Imprensa

FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 56, nº 59.63, 04 set. 1976, Educação, p. 10.

- FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 56, nº 17.710, 28 jul. 1977, p. 1.
- FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 57, nº 63.55, 1º out. 1977, p. 11.
- FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 58, nº 65.69, 03 mai. 1978, p. 14.
- FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 58, nº 68.04, dez. 1978, p. 31.
- FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 59, nº 69.27, 26 abr. 1979, p. 16.
- FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 60, nº 72.56, 20 mar. 1980, p. 25.
- FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 60, nº 74.14, 25 ago. 1980, p. 8.
- FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 61, nº 78.28, 13 out. 1981, p. 10.
- FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 63, nº 86.32, 26 dez. 1983, p. 2.
- FOLHA DE S. PAULO. São Paulo, ano 98, nº 32.660, 03 set. 2018.
- O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 97, nº 31.120, 3 set. 1976, p. 14.
- O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 98, nº 31.448, 24 jul. 1977, p. 17.
- O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 98, nº 31.501, 26 nov. 1977, p. 11.
- O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 99, nº 31.646, 17 mai. 1978.
- O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 100, nº 31.936, 26 abr. 1979, p. 24.
- O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, ano 137, nº 44.792, 06 jun. 2016.

3 - Porandubas

- PORANDUBAS. São Paulo, ano I, nº 1, abr. 1977, p.1.
- PORANDUBAS. São Paulo, ano I, nº 2, mai. 1977, p.1.
- PORANDUBAS. São Paulo, ano I, nº 3, mai. 1977, p.1.
- PORANDUBAS. São Paulo, ano I, nº 4, ago. 1977.

- PORANDUBAS. São Paulo, ano I, n° 6, out. 1977, p.4.
- PORANDUBAS. São Paulo, ano II, n° 9, mar. 1978, p.3.
- PORANDUBAS. São Paulo, ano II, n° 10, abr. 1978.
- PORANDUBAS. São Paulo, ano II, n°13, ago. 1978.
- PORANDUBAS. São Paulo, ano II, n° 14, set. 1978.
- PORANDUBAS. São Paulo, ano II, n° 15, out. 1978, p. 1.
- PORANDUBAS. São Paulo, ano II, n° 15, out. 1978, p. 3.
- PORANDUBAS. São Paulo, ano II, n° 16, nov. 1978, p. 3.
- PORANDUBAS. São Paulo, ano III, n° 18, mar. 1979, p. 2.
- PORANDUBAS. São Paulo, ano III, n° 19, abr. 1979.
- PORANDUBAS. São Paulo, ano III, n° 20, mai. 1979, p. 4.
- PORANDUBAS. São Paulo, ano III, n° 22, ago. 1979, p. 5.
- PORANDUBAS. São Paulo, ano III, n° 23, set. 1979, p. 2-4.
- PORANDUBAS. São Paulo, ano IV, n° 27, mar. 1980, p. 9.
- PORANDUBAS. São Paulo, ano IV, n° 28, abr. 1980, p. 6.
- PORANDUBAS. São Paulo, ano IV, n° 31, ago. 1980, p. 11.
- PORANDUBAS. São Paulo, ano IV, n° 33, out. 1980, p. 2.
- PORANDUBAS. São Paulo, ano V, n° 38, mai. 1981, p. 4.
- PORANDUBAS. São Paulo, ano V, n° 39, jun. 1981, p. 2.
- PORANDUBAS. São Paulo, ano V, n° 41, set. 1981, p. 2-7.
- PORANDUBAS. São Paulo, ano VI, n° 48, mai. 1982.

PORANDUBAS. São Paulo, ano VI, nº 50, jun. 1982.

PORANDUBAS. São Paulo, ano VI, nº 51, ago. 1982.

PORANDUBAS. São Paulo, ano VI, nº 52, ago. 1982.

PORANDUBAS. São Paulo, ano VIII, nº 83, jun. 1984, p. 4.

4 - Documentação oral

ARNS, D. Paulo Evaristo. [Entrevista concedida a] Yvone Dias Avelino. 22 set. 1982. In: AVELINO, Yvone Dias. Experiências e trajetórias de vida. As tramas da memória universitária a partir de depoimentos orais. **Projeto História**. São Paulo, v. 22, p. 223-238, 2001.

DÓRIA, Célia Sodré Dória (Madre Cristina Maria). [Entrevista concedida a] Adilson Jose Gonçalves e Yvone Dias Avelino. 07 dez. 1980. In: AVELINO, Yvone Dias; FROTA, Luciara Silveira de Aragão; GOMES, Edgar da Silva; LOPES, Carlos Danilo Oliveira (Orgs.). **No Laboratório das Palavras: História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Coletânea de documentos (1979-1985)**. 1 CD-ROM. Fortaleza: SOCER, 2015, p. 354.

GUZZO, Enzo de Campos. [Entrevista concedida a] Luciara S. de Aragão. 29 jun. 1979. In: AVELINO, Yvone Dias; FROTA, Luciara Silveira de Aragão; GOMES, Edgar da Silva; LOPES, Carlos Danilo Oliveira (Orgs.). **No Laboratório das Palavras: História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Coletânea de documentos (1979-1985)**. 1 CD-ROM. Fortaleza: SOCER, 2015, p. 144.

GUZZO, Enzo de Campos. [Entrevista concedida a] Luciara S. de Aragão. 30 set. 1981. In: AVELINO, Yvone Dias; FROTA, Luciara Silveira de Aragão; GOMES, Edgar da Silva; LOPES, Carlos Danilo Oliveira (Orgs.). **No Laboratório das Palavras: História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Coletânea de documentos (1979-1985)**. 1 CD-ROM. Fortaleza: SOCER, 2015, p. 46.

KFOURI, Nadir Gouvêa. [Entrevista concedida a] Yvone Dias Avelino. 1982. In: AVELINO, Yvone Dias. Experiências e trajetórias de vida. As tramas da Memória Universitária a partir de depoimentos orais. **Projeto História**. São Paulo, v. 22, p. 223-238, 2001, p. 232.

KFOURI, Nadir Gouvêa. [Entrevista concedida a] Maria Aparecida Kfourir e Maria Luiza Amaral Kfourir. **Não se cala a consciência de um povo**. out. 2003. CD-ROM. Biblioteca Nadir Gouvêa Kfourir, PUC-SP.

KFOURI, Nadir Gouvêa. [Entrevista concedida à] Revista Brasileiros. 20 dez. 2008. In: BRASILEIROS. São Paulo, 20 dez. 2008. Disponível em: <<http://www.revistabrasileiros.com.br/edicoes/17/textos/398/>>.

MELO, Oswaldo Aranha Bandeira de. [Entrevista concedida a] Maria Lúcia P. de Mesquita Barros. 07 mar. 1979. In: AVELINO, Yvone Dias; FROTA, Luciara Silveira de Aragão; GOMES, Edgar da Silva; LOPES, Carlos Danilo Oliveira (Orgs.). **No Laboratório das Palavras: História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Coletânea de documentos (1979-1985)**. 1 CD-ROM. Fortaleza: SOCER, 2015, p. 128.

MONTORO, André Franco. [Entrevista concedida a] Maria Lúcia P. de Mesquita Barros. 30 set. 1981. In: AVELINO, Yvone Dias; FROTA, Luciara Silveira de Aragão; GOMES, Edgar da Silva; LOPES, Carlos Danilo Oliveira (Orgs.). **No Laboratório das Palavras: História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Coletânea de documentos (1979-1985)**. 1 CD-ROM. Fortaleza: SOCER, 2015, p. 42.

NOGUEIRA, José Carlos de Ataliba. [Entrevista concedida a] Maria Lúcia P. de Mesquita Barros. 23 set. 1981. In: AVELINO, Yvone Dias; FROTA, Luciara Silveira de Aragão; GOMES, Edgar da Silva; LOPES, Carlos Danilo Oliveira (Orgs.). **No Laboratório das Palavras: História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Coletânea de documentos (1979-1985)**. 1 CD-ROM. Fortaleza: SOCER, 2015, p. 126.

NOGUEIRA, José Geraldo de Ataliba. [Entrevista concedida a] Maria Lúcia P. de M. Barros. 21 jun. 1983. In: AVELINO, Yvone Dias; FROTA, Luciara Silveira de Aragão; GOMES, Edgar da Silva; LOPES, Carlos Danilo Oliveira (Orgs.). **No Laboratório das Palavras: História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Coletânea de documentos (1979-1985)**. 1 CD-ROM. Fortaleza: SOCER, 2015, p. 120.

REIS FILHO, Casemiro. [Entrevista concedida a] Luciara S. de Aragão, Yvone Dias Avelino e Juvenal de A. Penteadinho Neto. 10 out. 1981. In: AVELINO, Yvone Dias; FROTA, Luciara

Silveira de Aragão; GOMES, Edgar da Silva; LOPES, Carlos Danilo Oliveira (Orgs.). **No Laboratório das Palavras: História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Coletânea de documentos (1979-1985)**. 1 CD-ROM. Fortaleza: SOCER, 2015, p. 402.

SEVERINO, Antônio Joaquim. [Entrevista concedida a] Luciara S. de Aragão, José Carlos Gonçalves e Ilka Stern. 14 fev. 1981. In: AVELINO, Yvone Dias; FROTA, Luciara Silveira de Aragão; GOMES, Edgar da Silva; LOPES, Carlos Danilo Oliveira (Orgs.). **No Laboratório das Palavras: História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Coletânea de documentos (1979-1985)**. 1 CD-ROM. Fortaleza: SOCER, 2015, p. 441.